

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

João Paulo Graça Pontes

**A Construção do Colégio da Graça de Coimbra no Século XVI
– Estudo da Organização do Processo Construtivo e Gosto Arquitetónico**

João Paulo Graça Pontes
**A Construção do Colégio da Graça de Coimbra no Século XVI
– Estudo da Organização do Processo Construtivo e Gosto Arquitetónico**

UMinho | 2017

janeiro de 2017



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

João Paulo Graça Pontes

**A Construção do Colégio da Graça de Coimbra
no Século XVI – Estudo da Organização do
Processo Construtivo e Gosto Arquitetónico**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo Sousa Melo
e da
Professora Doutora Paula Virgínia Azevedo Bessa

janeiro de 2017

Nome João Paulo Graça Pontes

Endereço electrónico: joaoppontes.6@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade:14365875

Título dissertação: A Construção do Colégio da Graça de Coimbra no Século XVI – Estudo da Organização do Processo Construtivo e Gosto Arquitetónico

Orientador: Professor Doutor Arnaldo Rui Azevedo Sousa Melo e Professora Doutora Paula Virginia Azevedo Bessa

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em História

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao longo de toda a sua vida o ser-humano tem, por tendência, a constante necessidade de encontrar apoio junto dos seus semelhantes. Já Aristóteles se havia apercebido, em tempos ancestrais, da inerente necessidade que o Homem tem em viver socialmente; chamava-lhes “Animais Sociais”. A realização de um trabalho académico, da envergadura daquele que aqui apresentamos, nunca, em tempo algum, poderia ser levado a cabo por uma pessoa só. Sempre gostei de me considerar um “ser social”, demonstrando constantes necessidades em encontrar apoio junto daqueles que mo oferecem.

Para além de uma imposição, o que agora escrevo reflecte o meu mais sincero “Obrigado” a todos aqueles que, directa ou indirectamente, possibilitaram o desenvolvimento da presente dissertação.

Aos meus estimados orientadores, responsáveis pela orientação científica da presente dissertação, Professor Doutor Arnaldo Melo e Professora Doutora Paula Bessa, um muito obrigado pela incessante paciência, apoio e profissionalismo que desde o início me demonstraram. Espero ter correspondido às expectativas e confiança que depositaram no meu trabalho.

Aos meus queridos pais, José e Alexandrina, um muito obrigado pela educação, apoio e carinho que sempre me transmitiram, mas, sobretudo, um MUITO OBRIGADO pelo vosso sacrifício. São, sem dúvida, os principais responsáveis pelo surgimento deste trabalho e, por isso mesmo, a vocês o dedico.

Aos meus irmãos, Tiago e Pedro, obrigado pelo apoio que sempre me deram.

À Diana, um pedido de desculpas, pelos silêncios, ausências e distâncias; e um muito obrigado, por seres quem és e por teres estado sempre ao meu lado ao longo desta jornada.

A toda a minha família, especialmente à avó Lucinda, ao tio Eduardo e à tia Andrea.

Aos meus amigos, por me acompanharem ao longo de toda a adolescência e ainda hoje estarem presentes.

Aos meus colegas, especialmente à Mafalda, Daniela e ao Rafael.

Aos estimados funcionários do Arquivo distrital de Braga e da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto.

O esquecimento, da minha parte, é constante. No entanto, a todos aqueles que contribuíram para que este trabalho fosse possível, o meu mais sincero Obrigado.

Resumo

A presente dissertação insere-se na temática reservada ao estudo da organização da actividade de construção, nomeadamente na organização dos estaleiros construtivos no século XVI. Pretende-se uma abordagem à organização do processo construtivo na edificação do Colégio da Graça, enquanto estrutura de importante valor histórico e artístico, presente na Rua da Sofia em Coimbra - actualmente sob a alçada da Universidade de Coimbra e da Liga dos Combatentes- e construído a partir de 1542/43, pelo mestre biscainho Diogo de Castilho. Foi o primeiro dos vários colégios universitários construídos naquela rua. Como método de análise, recorreu-se à realização de uma base de dados a partir de uma fonte específica, o “libro das obras del collegio de nuestra señora da graça de coimbra”, com o principal propósito de organizar quantitativamente e qualitativamente a informação que neste contém. Na senda do proposto, pretendemos, numa primeira fase, submeter uma análise artística ao edifício em questão. Já num segundo plano, procuramos perceber a organização e dinâmica que neste estaleiro imperou, subentendendo-se a sua disposição hierárquica, as diferentes formas de aquisição de material, os distintos contratos realizados para empreitadas e subempreitadas, bem como, os métodos de pagamento adjacentes aos mesmos.

Palavras-chave: Micro História; Colégios Universitários; Estaleiros Construtivos; Século XVI; História da construção; Renascimento.

Abstract

As part of the subject matter dedicated to studying the organization of the activity of construction, this dissertation focuses on the organization of construction sites in the XVI century. Specifically, it will address the process of the edification of the *Colégio da Graça*, due to its historic and artistic value. Biscayne master Diogo de Castilho, began its construction on 1542-43 and it is situated on Rua da Sofia de Coimbra, currently under the jurisdiction of University of Coimbra and *Liga dos Combatentes*. It was the first of the many *Colégios Universitários* to be constructed on that street. For the method of analysis, a database was created based on a specific source - the “libro das obras del collegio de nuestra señora da graça de coimbra” - as a way of organizing the information within in both qualitative and quantitative manners. As a primary analysis, the building will be examined from an artistic perspective. On a second plan, the objective is to understand the dynamics and organization of this construction site, the different kinds of material acquisition, the distinction between contracts made for *empreitadas* and *subempreitadas*, as well as their payment methods.

Key words: Micro History; *Colégios Universitários*; Construction sites; XVIth Century; Construction History; Renaissance

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Índice de Tabelas	xi
Índice de Ilustrações	xiii
Siglas e Abreviaturas	xvii
Introdução	1
1. Estado da Arte	3
2. Metodologia e Fontes	9
3. O Gosto Construtivo do Colégio da Graça.....	13
3.1. Contextualização e Enquadramento Geral da obra.....	13
3.2. A Encomenda da Obra:.....	19
3.2.1. A Ordem	19
3.2.2. Os Agentes Responsáveis e a Sua Hierarquia.....	22
3.3. Diogo de Castilho e a Sua Marca Artística.....	27
3.3.1. Esboço Biográfico.....	27
3.3.2. O “Método Castilhiano”	34
3.4. O Gosto Artístico do Colégio da Graça.....	41
3.5. Considerações Gerais Sobre o Edifício e Actual Estado de Conservação	46
4. O Processo Construtivo do Colégio da Graça	57
4.1. Obra: Receitas e Despesas	59
4.2. Compra dos Terrenos	64
4.3. Os Homens	68
4.3.1. Origens da Mão-de-obra	70
4.3.2. Os Mesteres da Construção.....	72
4.3.3. Salários e Cláusulas Salariais	81

4.4. Os Materiais.....	88
4.4.1. Material Pétreo.....	89
4.4.2. Madeira.....	96
4.4.3. Cal.....	106
4.4.4. Olaria.....	109
4.4.5. Metal.....	113
4.5. Direcção da obra.....	120
Conclusão.....	125
Fontes e Bibliografia.....	127
1. Fontes Manuscritas.....	127
2. Dicionários e Obras de Referência.....	127
3. Bibliografia.....	127
Anexos.....	135
Anexo 1 - Tabelas.....	137
Anexo 2 - Figuras.....	235
Anexo 3 - Contratos.....	255
3.1. Cronologia de Contratos.....	255
3.2. Resumo dos Contratos.....	261
3.3. Contas e Medições.....	283

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Receitas da obra.....	137
Tabela 2 - Contratos de empreitada	141
Tabela 3 - Balanço das despesas da obra.....	157
Tabela 4 - Identificação dos homens que trabalharam na construção do Colégio da Graça (a)	159
Tabela 5 - Identificação dos homens que trabalharam na construção do Colégio da Graça (B)	165
Tabela 6 - Material comprado: metal.....	171
Tabela 7 - Material comprado: material pétreo	187
Tabela 8 - Material comprado: madeira.....	191
Tabela 9 - Compra de material: cal (a)	209
Tabela 10 - Compra de material: cal (b).....	217
Tabela 11 - Compra de material: telha	225
Tabela 12 - Compra de material: tijolo.....	231

Índice de Ilustrações

Figura 1 - Pormenor de um fólio do livro de obras do Colégio da Graça onde é possível constatar o desenho da bitola pretendida para uma encomenda de tabuado ..	235
Figura 2 - Pormenor da abóbada de uma das alas do claustro.....	235
Figura 3 - Pormenor da outra abóbada do claustro.....	236
Figura 4 - Pormenor de uma das alas do claustro que não tem abóbada	236
Figura 5 - Pormenor dos ganchos numa das alas do claustro que não tem abóbada	237
.....	237
Figura 6 - Cimalha do claustro com vestígios de mísulas	237
Figura 7 - Mísula parcialmente destruída	237
Figura 8 - Pormenor de um dos capitéis de inspiração jónica do claustro	238
Figura 9 - Pormenor de um dos capitéis de inspiração jónica do claustro	238
Figura 10 - Tecto do refeitório.....	238
Figura 11 - Pormenor do possível forno da cozinha do Colégio da Graça.....	239
Figura 12 - Zona do "lava-mãos" contíguo ao refeitório.....	239
Figura 13 - Escada de acesso ao 2º andar do claustro	239
Figura 14 - Pormenor da escada de acesso ao 2º piso do claustro, visivelmente danificada.....	240
Figura 15 - Abóbada de berço da escada de acesso ao 2º piso do claustro	240
Figura 16 - Corredor do 2º piso do claustro visivelmente degradado	240
Figura 17 - Ginásio da Liga dos Combatentes.....	241
Figura 18 - Pormenor do portal falso presente no 2º piso do claustro.....	241
Figura 19 - Pormenor das "varandas" sobre mísulas	241
Figura 20 - Uma das escadas de acesso ao 2º piso do Colégio.....	242
Figura 21 - Pormenor da abóbada de cruzaria numa das escadas de acesso ao 2º piso do Colégio.....	242
Figura 22 - Tecto em madeira no 3º piso.....	242
Figura 23 - Outro tecto em madeira no 3º piso, visivelmente degradado.....	243
Figura 24 - Pormenor de um arco no 3º piso	243
Figura 25 - Estado de degradação de uma secção no 3º piso	243
Figura 26 - Corredor dos dormitórios do 3º piso após restauro do CD25A	244
Figura 27 - Pormenor de um arco no 1º piso dos dormitórios.....	244

Figura 28 - Pormenor de um dos arcos da parte do colégio que é gerida pela Liga dos Combatentes.....	244
Figura 29 - Corredor do 2º Piso dos dormitórios após restauro.....	245
Figura 30 - Azulejaria presente no corredor dos dormitórios do 2º piso.....	245
Figura 31 - Azulejaria presente no 2º piso do colégio.....	245
Figura 32 - Pormenor da cimalha do corredor dos dormitórios no 2º piso após restauro	246
Figura 33 - Pormenor da pigmentação nos assentos dos dormitórios	246
Figura 34 - Pormenor da pigmentação presente nos janelões do dormitório....	246
Figura 35 - Pormenor da pigmentação presente nos janelões do dormitório....	247
Figura 36 - Pormenor da pigmentação nos assentos dos dormitórios	247
Figura 37 - O pátio do Colégio da Graça visto por uma janela contígua aos dormitórios	248
Figura 38 - Pátio do Colégio da Graça antes do restauro. Fonte: Santos, 2007, vol. II, p. 242.	248
Figura 39 - Dormitórios do Colégio da Graça, vistos do pátio, antes do restauro. Fonte: Santos, 2007, vol. II, p. 242.	249
Figura 40 – Pormenor do bocal da cisterna, posta a descoberto após escavações, aquando do restauro dos dormitórios.	249
Figura 41 - Pormenor de uma estrada medieval, posta a descoberto após escavações, realizadas aquando do restauro dos dormitórios.....	249
Figura 42 - Fundação presente no piso que estava soterrado, até às escavações que o puderam a descoberto	250
Figura 43 - Sistema de escoamento de águas	250
Figura 44 - Sistema de escoamento de águas, junto às fundações.....	250
Figura 45 - Abóbada de caixotões na Igreja de Nossa Senhora da Graça	251
Figura 46 - Capela lateral que forma um falso transepto.....	251
Figura 47 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais	251
Figura 48 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais	252
Figura 49 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais	252

Figura 50 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais	252
Figura 51 - Azulejaria no subcoro da igreja, datada, possivelmente, do século XVII.....	253
Figura 52 - Retábulo da capela-mor da igreja.....	253
Figura 53 - Identificação de algumas localidades citadas na presente dissertação. Fonte: Borges, 1987, p. 12.....	253
Figura 54 – Excerto de mapa da cidade de Coimbra. Assinalou-se, com o número 13, o Colégio da Graça e, quase no centro do mapa, a Universidade de Coimbra. Consultado em: http://www.turismodecoimbra.pt/mapa/ a 28/03/2017.....	254

Siglas e Abreviaturas

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga

Fl. – Fólio

Fr. – Frei

L.O.C.G. – Livro de Obras do Colégio da Graça

pp. - páginas

v. – verso

Vol. – Volume

Introdução

Quando, em reunião no gabinete do Prof. Doutor Arnaldo Melo lhe questionámos acerca de uma temática passível de ser estudada, com preferência a pender para a História da Construção – temática que nos tem cativado desde os tempos das primeiras conferências que a Universidade do Minho recebeu, subordinadas a este assunto – não fomos capazes de imaginar o que o ano de 2016 nos iria reservar. Contando com a sua orientação, iniciamos um pré-desenvolvimento deste tema ainda a frequentar o 1º ano do Mestrado em História na Universidade do Minho, no ano lectivo de 2014/2015, onde sempre definimos como meta para o término do desenvolvimento dos trabalhos, o mês de Agosto do ano transacto; algo que, feliz ou infelizmente, não conseguimos cumprir. Fixado que estava o tema, objecto de estudo e a fonte a estudar, o *Libro das obras del Collegio de Nuestra Señora de Graça de Coimbra* conservado no Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.) – ou, mais concretamente para o Sr. Jorge e demais funcionários deste Arquivo, “o Manuscrito 1019” – caberia, então, desenvolver os objectivos e metodologias do trabalho a efectuar. Desde cedo procuramos, também, que esta dissertação se pudesse revelar tão abrangente como o é a disciplina da História. Partindo deste pressuposto, procuramos cruzar duas das suas disciplinas de estudo, a História da Construção e a História da Arte, de modo a que o nosso trabalho se pudesse demonstrar o mais completo possível. Estando entregue ao Prof. Arnaldo Melo a orientação do nosso trabalho relativamente à História da Construção, resolvemos, de igual modo, convidar a Prof.^a Doutora Paula Bessa para nos auxiliar na orientação da compreensão artística do edifício em questão. Confluindo estas duas vertentes de estudo, procuramos que as “peças se encaixassem”, de modo a que não deixássemos de bem abordar todas as valias que nos foram proporcionadas tanto pelo livro de obras, como pelo edifício em si.

Visando tudo aquilo que neste trabalho iremos desenvolver, a nossa demanda, que aqui se materializa, prende-se, sobretudo, por uma tentativa de contribuição científica para o desenvolvimento de uma disciplina tão promissora como é a História da Construção. Estando cientes da sua multidisciplinariedade, procuramos unir o estudo do processo construtivo do Colégio e igreja da Graça à análise do seu gosto artístico enquanto importante monumento da Renascença Coimbrã. O nosso principal objectivo passa, assim, pelo conhecimento da totalidade do processo construtivo do Colégio da Graça, recorrendo a uma análise ao seu estaleiro, bem como a uma identificação do gosto artístico que aí fora empregue.

O desenvolvimento da presente dissertação passará, precisamente, por uma análise faseada dos dois grandes objectivos de estudo referidos, intentando, sobretudo, uma compreensão do processo construtivo do Colégio da Graça, assumido como o nosso principal foco de atenção. Assim sendo, metodologicamente, dividiremos a presente dissertação em dois grandes pontos de interesse.

Numa primeira fase, com o manuscrito bastante presente – embora com menor influência, tendo em conta que a informação transmitida pelo mesmo não se revelou tão descritiva quanto desejávamos – procuramos a realização de uma contextualização do momento do processo construtivo – sob pena de podermos incorrer numa síntese pouco abrangente -, aliado a uma análise à encomenda da obra. Seguidamente, procuramos perceber a marca artística que fora imprimida ao edifício, munindo-nos de obras descritivas, onde, indubitavelmente, teremos que destacar o papel de Diogo de Castilho e dos mestres que consigo trabalharam. Culminaremos este primeiro capítulo com uma descrição do actual estado de conservação do edifício e respectivas dependências, procurando perceber as diferenças entre o que se registou, de 1543 a 1548, e o que hoje ainda lá subsiste. Numa segunda fase, reservado ao processo construtivo, procuraremos analisar a obra segundo o prisma da construção do edifício do Colégio da Graça destacando, por um lado os Homens, as despesas com os seus salários, proveniências dos construtores e tipologias relacionadas com a função; por outro, centrando-nos nos materiais, os preços por unidade, bem como a sua proveniência e tipologia. Neste ponto, cingimo-nos, sobretudo, à fonte de que dispomos, sendo ela a nossa principal base de sustentação.

Esperamos, assim, que no final desta dissertação possamos ter contribuído para o desenvolvimento de uma disciplina com a qual nos identificamos e que considerámos merecedora do reconhecimento que tem vindo a conhecer, a História da Construção.

1. Estado da Arte¹

A história da construção tem conhecido, de uns anos a esta parte, uma clara e importantíssima proliferação de estudos que cada vez mais a destacam dentro do panorama historiográfico internacional. Figurando como uma das temáticas que maior ascensão tem obtido, é cada vez mais notória a preocupação que em torno desta disciplina se tem manifestado. Apresentando-se capaz de se relacionar com inúmeras outras matérias – e por isso multidisciplinar –, a História da Construção revela-se uma disciplina com proveniência das mais variadas matérias – desde a Engenharia à História passando pela Arqueologia e Direito – criando, contudo, uma grande problemática em torno da sua definição. Santiago Huerta, em 2011, define-a como um “estudo cronológico das técnicas aplicadas na construção de obras de arquitetura e engenharia civil”². Sobre o seu objecto de estudo enquanto disciplina, apresentou-se diversas vezes a ideia de que a História da Construção procurava versar sobre a compreensão dos conhecimentos relacionados com a história da carpintaria, estereotomia, do desenho e traça, da pedraria, etc.; conhecimentos estes que, *de per se*, não são capazes de fornecer uma total compreensão do complexo processo construtivo. Para que tal seja possível, a história da construção deve ter como seu principal objectivo, a compreensão das relações e dinâmicas que confluem entre todos estes conhecimentos supra-referidos³.

Como que num processo de causa e efeito, esta disciplina tem vindo a conhecer um interessante desenvolvimento que se materializa em colóquios e conferências, cujos textos das apresentações são, com frequência, objecto de publicação. Apesar de em Portugal essa prática ainda não estar fortemente enraizada – ainda são poucos os colóquios e conferências que se têm desenvolvido em torno desta temática – a nível internacional o panorama é bastante mais satisfatório. Deste modo, é possível destacar o *International Congress on Construction History*, a ocorrer um pouco por todo mundo desde 2003 e o *Congresso Nacional de Historia de la Construcción*, a ocorrer em Espanha desde 1996. A nível nacional, destaquem-se os colóquios sobre a História da Construção, que se realizaram na Universidade do Minho entre 2010 e 2013, bem como o 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, que teve lugar no Porto em Setembro de 2016.

¹ Iremos escusar-nos, neste capítulo, de indicar em nota de pé de página as obras a que nos referimos, visto estas poderem ser constatadas na bibliografia apresentada no final da presente dissertação. Se tivermos que as indicar, será meramente como modo de sustentação/defesa de qualquer ideia.

² Huerta, 2011, p. 31.

³ Huerta, 2011, p. 34

Seria, precisamente, dos colóquios que se têm realizado na Universidade do Minho, que viriam a surgir obras bastante importantes para o estudo da história da construção a nível nacional. Contando com a coordenação de Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro, os três livros provenientes dos respectivos colóquios – em 2011, 2012 e 2013 –, apresentam-se como obras aglutinadoras de um conjunto importante de autores que sobre esta temática se ocupam, revelando, de tal modo, textos relevantes para a boa progressão deste estudo. Assim, em cada livro foram publicadas as comunicações respeitantes aos colóquios, subordinadas a subtópicos como: *A “comunidade” dos construtores*, *Os Materiais Empregues* e *As Técnicas Construtivas e Tipos de Arquitetura*. Como as próprias nomenclaturas o indicam, as questões tratadas versam, sobretudo, o estudo dos materiais empregues na construção de diferentes edifícios, o estudo da comunidade dos construtores e o papel desse mester perante a sociedade de então e, por fim, o estudo das técnicas utilizadas em diferentes épocas onde se contam, por exemplo, os recursos arquitectónicos e métodos construtivos empregues. Aqui, é inevitável sublinhar o contributo de autores como Sílvio Alves Conde, Manuel Luís Real, Saúl António Gomes, assim como os já aqui citados Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro.

Focando-nos nestes dois últimos autores, é importante referir um conjunto de artigos da sua produção, que muito contribuíram para o desenvolvimento desta temática quer no âmbito nacional, quer no âmbito Internacional. Deste modo, no âmbito nacional é possível destacar o artigo: “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)”, presente na obra *História da construção – A “Comunidade” dos Construtores*, anteriormente referida; bem como o artigo: “O processo construtivo dos paços régios medievais portugueses nos séculos XV-XVI: O Paço Real de Sintra”, presente na obra *História da Construção – Os Materiais*. De igual modo, importa destacar a obra de Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, que versa, como o próprio nome indica, sobre o estudo da construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, sito no Município da Batalha.

Na senda do processo evolutivo que os estudos desta temática têm vindo a conhecer, destacam-se estudos importantes que surgem em produções estrangeiras. Por mérito dos seus autores, essas produções atingem publicações em obras colectivas e comunicações científicas em vários países. Assim, importa realçar, por parte de Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro, os seguintes artigos: “*Construction financing in Late Medieval Portuguese Towns (14th-16th centuries)*”, presente na obra de R. Carvais *Nuts*

and Bolts of Construction History. Culture, technology and society; e “*La mobilité des artistes et des artisans de la construction dans les chantiers portugais au Moyen Âge: apports pour l’étude des Biscaiens*”, presente na obra *Les Transferts artistiques dans l’Europe gothique*. Outro dos nomes que obteve reconhecimento externo foi Saúl Gomes, nomeadamente através de alguns artigos, publicados em língua estrangeira, dos quais pretendemos destacar: “*Les ouvriers du bâtiment à Batalha*”, presente na obra *L’Artisan dans la Péninsule Ibérique*.

Face ao reconhecimento que os estudos britânicos, franceses, americanos e espanhóis têm nesta temática, é inevitável não destacar produções internacionais, que muito têm contribuído para o seu desenvolvimento. Vejam-se as obras: *Bâtir au Moyen âge (XIII-milieu XVI siècles)* de Philippe Bernardi; *Travail et entreprise au Moyen Âge* de Phillippe Braunstein; e *La construction et les métiers de la construction à Gérone au XVe siècle* de Victor Sandrine, entre muitos outros exemplos.

Regressando ao caso português, apesar de ter conhecido uma clara ascensão nos últimos anos, os estudos sobre a história da construção, para a Idade Média, são ainda limitados e relativamente escassos. Tal deve-se, em parte, à falta de fontes escritas capazes de os sustentar, aliada a uma precariedade de testemunhos físicos, vítimas do desenrolar dos tempos. Por outro lado, como se referiu, é ainda recente o desenvolvimento desses estudos em Portugal. Certo é que, a esta temática ainda falta uma síntese geral, capaz de reunir tudo aquilo que até agora se sabe; ou seja, criar um “ponto de situação”. Por outro lado, antes da evolução nos estudos em torno da História da Construção, os investigadores que pretendiam versar sobre essa temática, viam-se inúmeras vezes impelidos a recorrer, sobretudo, a obras do âmbito da História da Arte, ainda que estas apresentem objectivos e perspectivas de estudo um tanto distintos.

Apesar do âmbito de estudo dessa disciplina ser bastante alargado, iremos focar-nos no estudo do Renascimento Clássico em Coimbra, assim como na análise da vida e obra de Diogo de Castilho. Comumente conhecido por “Mestre Biscainho”, Diogo de Castilho dividiu a sua vida entre as cidades do Porto e Coimbra mas, seria nesta última que mais prestígio e notoriedade viria a conhecer. Sousa Viterbo considera-o um dos mais importantes mestres construtores que laboraram em território português. Através da sua obra *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portugueses*, Sousa Viterbo dá-nos a conhecer a vida de Diogo de Castilho, numa primeira fase através de uma sucinta biografia para, num segundo plano, apresentar algumas notas factuais e cronológicas. Apesar de se revelar bastante sucinta, a sua obra

em muito contribui para a compreensão da marca artística deixada pelo irmão mais novo de João de Castilho. Contudo, o estudo da sua passagem pela cidade do Porto – assim como o grosso dos estudos sobre essa mesma cidade – teria sido levado a cabo por Artur Magalhães Basto. Em duas instâncias – *Estudos Portuenses*⁴ e numa separata do Boletim Cultural da Câmara do Porto⁵ – este autor dá-nos a conhecer a vida e obra que este mestre Biscainho levaria na cidade do Porto, salientando obras e cargos que lá viria a desempenhar, a par da ligação à família de Gonçalo de Ilharco, por intermédio do casamento com a sua filha Isabel. Numa outra obra de interesse, Teixeira de Carvalho apresenta um importante contributo para o estudo da estadia de Diogo de Castilho na cidade de Coimbra. Na obra *João de Ruão e Diogo de Castilho – Notas á Margem de um Compromisso Raro: 1545 – 1570*, o autor dá-nos a conhecer o prestígio que este mestre conhece na referida cidade, paralelamente ao seu envolvimento em obras de grande importância – como aquela que aqui se aborda – e em questões da vida civil. No entanto, parece-nos que Maria de Lurdes Craveiro e Nogueira Gonçalves se afirmam como os mais precisos e importantes autores para o estudo da vida deste mestre. Lurdes Craveiro, com a sua tese de mestrado *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença em Coimbra*, dá-nos a conhecer a importância artística que este mestre detém na Coimbra quinhentista, bem como a fundação de um método construtivo muito próprio, fruto da fusão do seu estilo construtivo de formação, o Manuelino, e de um estilo à época emergente, o Renascimento artístico. Já Nogueira Gonçalves vai transmitir-nos conhecimentos sobre a vida e obra de Castilho, através de vários estudos presentes na obra *Estudos de história da arte da Renascença*. Aqui, foca as suas construções e façanhas na cidade do Porto e envolventes, contando com a sua passagem pelas emblemáticas obras do Convento de Madre Deus de Monchique e do Mosteiro da Serra do Pilar – a Diogo de Castilho se atribui, sobretudo, o projecto do seu belíssimo claustro.

A construção do Colégio da Graça, por seu turno, é uma temática que ainda não atraiu grande interesse junto dos investigadores, a julgar pela carência de estudos e bibliografia com que nos deparamos. Na verdade, os estudos que versam sobre este colégio surgem na corrente de estudo e análise da implantação da Universidade em Coimbra, para a qual os colégios universitários muito contribuíram. Seria, precisamente, sob este ponto de vista que o Colégio da Graça, entre outros semelhantes, sitos na Rua da Sofia, em Coimbra, iria merecer a menção de dignos investigadores, sobretudo

⁴ Basto, 1963.

⁵ Basto, 1941.

interessados no desenvolvimento de estudos referentes ao gosto artístico que se exprime nesta obra.

Sob este prisma, a obra de José Marques, em torno do “*libro das obras del collegio de Nuestra Señora da Graça de Coimbra*” - o livro de contabilidade da construção do Colégio da Graça – constitui, por si só, um interessante desenvolvimento no que toca à compreensão da fonte e, conseqüentemente, à compreensão do seu processo construtivo. Para além deste importante impulso para o desenvolvimento da investigação sobre o Colégio da Graça, neste artigo é possível, ainda, encontrar duas sucintas biografias para dois dos principais responsáveis pelo processo construtivo do referido colégio: Fr. Luís de Montoya e Diogo de Castilho.

Maria de Lurdes Craveiro surge com duas obras interessantes para esta temática. Presente na revista Monumentos, mais propriamente na edição nº 8, o texto *A Reforma Joanina e a Arquitectura dos Colégios* faz um apanhado geral da implantação dos diversos colégios na Rua da Sofia, em Coimbra, destacando todas as influências provenientes da acção mecenática régia, emparelhada com o intrincado - e emergente - processo político-religioso em que se vivia: a Reforma Católica, ou contra-reforma. A autora identifica o Colégio da Graça como exemplo da nova ideologia da contra-reforma, fortemente relacionada com a arquitectura e planimetria que Diogo de Castilho confere ao colégio. Por outro lado, na obra *Arte Portuguesa – da Pré-História ao Século XX*, coordenada por Dalila Rodrigues, Lurdes Craveiro, no volume 9, refere-se à igreja do Colégio da Graça como sendo precursora de um movimento arquitectónico de igrejas de nave única, ao invés do modelo de igrejas de três naves, tão frequentemente aplicado nas igrejas góticas de média dimensão (e de grande dimensão) da época medieval. Ao mesmo tempo, dá a conhecer a espacialidade interna da igreja, destacando-a pela sua exímia organização e sobriedade, fortemente marcada - assim como em todos os colégios dessa tão afamada rua – pelos ideais da Reforma Católica.

Como será possível constatar, ao longo da presente dissertação, as notas bibliográficas que aqui apresentamos representam, apenas, uma pequena parte dos estudos que sobre estas temáticas se têm desenvolvido. Outras existem que, em altura devida, serão mencionadas. Cingimo-nos, apenas, à “espinha dorsal” que consideramos fundamental em qualquer estudo que se verse sobre estas questões. Porém, gostaríamos de realçar, uma vez mais, a escassez de estudos referentes a estas temáticas. Algo que se deve, não só, mas também, à falta de fontes, sobretudo escritas, embora existam várias excepções ainda por estudar.

2. Metodologia e Fontes

O *Libro das obras del Collegio de Nuestra Señora de Graça de Coimbra*⁶ figura como um dos poucos exemplos de livros de contabilidade de obras medievais – também conhecidos por livros de receita e despesa - que sobreviveu em boas condições até aos nossos dias.

Não é certo se, durante a Idade Média, a prática de anotar todas as receitas e despesas que a uma determinada obra diziam respeito, seria uma realidade. Contudo, se essa prática se assumiu sistemática, originando um possivelmente elevado número de livros de contabilidade, estes sobreviveram em número bastante reduzido até aos nossos dias. Esta é uma das grandes questões com que se debatem os historiadores, no seu quotidiano de investigação, colocando, por vezes, efémeros pontos finais a investigações promissoras e interessantes, motivados pela falta de fontes. Assim sendo, assume-se o privilégio que esta fonte nos proporcionou, bem como a nossa vontade de nos apresentarmos à altura de a “dissecar” como bem merece. A grande questão que se coloca é: que tipo de informação é passível de ser subtraída de uma fonte deste género? Procuraremos, assim, responder a tal problemática.

Antes de mais, relativamente à informação presente em livros desta índole, gostaríamos de relembrar um “aviso”, escrito por Nogueira Gonçalves em 1979, a todos os que se sentem impelidos a estudar este tipo de fontes: “Será de notar que é prudente com livros antigos de contas não se ir a pormenorizadas conclusões não só dos trabalhos como também da sua sucessão cronológica, pois que de forma alguma correspondem às actuais folhas de operários”⁷. Foi neste sentido, seguindo as indicações de Nogueira Gonçalves, que regemos o presente trabalho, procurando analisar pormenorizadamente a fonte, ainda que mantendo as devidas reservas relativamente à informação apresentada.

Numa primeira fase, acreditamos ser necessária uma pequena caracterização física e diplomática da fonte. Encontra-se no largo espólio do Arquivo Distrital de Braga, mais propriamente no fundo “Manuscritos”, com a cota arquivística “Ms. 1019”. O livro apresenta um razoável estado de conservação, com uma encadernação parcialmente em pergaminho e cartão, medindo cerca de 29.4cm de comprimento e 19.6cm de largura. É subdividido em 8 cadernos, tendo todas as folhas numeradas de modo contínuo pelo que,

⁶ Ao longo da presente dissertação, quando nos referimos ao livro de obras do colégio da Graça, geralmente indicámo-lo como “livro de obras” e “livro de contabilidade”. Assim, entendam-se estes termos como sinónimos, para o presente trabalho.

⁷ Gonçalves, 1979, p. 92.

dos 190 fólhos, 66 páginas encontram-se em branco e 40 páginas encontram-se, parcialmente, ou na sua totalidade, rasgadas⁸. No seu interior, característico dos livros de receita e despesa, observa-se uma escrita repartida por três colunas, sendo a da esquerda reservada às notas do escrivão, a do meio uma coluna de resumo ou descritiva e a da direita uma coluna onde aparecem discriminados os totais em numeração romana, realizando somatórios no canto inferior direito da mesma. Importa destacar que, nesta coluna, são realizadas conversões para a moeda “Real”, convertendo os valores quando, no texto, estes aparecem em “Cruzado”, e simplesmente passando para números romanos, quando no texto já aparecem em “Real”⁹. A escrita é do tipo gótico cursivo, geralmente escrita em língua castelhana, ainda que se constate a existência de vários tipos de “mãos” a escrever, admitindo alguns registos em português coevo¹⁰. A tinta admite várias tonalidades desde o cinzento, castanho, preto, dissonância possivelmente relacionada com a força empreendida durante a escrita, com os diferentes tipos e qualidades da tinta utilizada ou, até, pelo grau de diluição do pigmento. Utiliza como suporte de escrita o papel, com determinadas marcas de água, apenas visíveis em contraluz. Nestas, é possível entrever figuras como o sol, símbolos régios, cálices, entre outros.

Por fim, o livro está organizado em dois grandes grupos: receitas e despesas. Os registos que lá se podem encontrar fazem referência ao espectro cronológico entre os anos de 1543 e 1548. No caso das receitas, não conseguimos entrever qualquer tipo de organização na escrita, ainda que, no último fólho reservado a esta secção tenha sido feita uma contagem final dos valores recebidos¹¹. Ainda assim, ao contrário do que acontece com as despesas, a organização dos registos de receita é feita a nível cronológico. Já no que toca às despesas, a organização do livro faz-se ao nível tipológico, sem qualquer organização aparente dentro de cada tipo, repartindo em diferentes secções as despesas

⁸ Aqui utilizamos a referência a “páginas” ao invés de fólhos, visto nos estarmos a referir apenas a meio fólho. Ou seja, cada página representa ou a frente, ou o verso de um determinado fólho.

⁹ O critério de conversão seria de 1 para 400, onde o 1 cruzado equivalia a 400 Reais. Conseguimos perceber este critério de conversão através de uma leitura atenta da totalidade dos registos. Por uma questão de lógica inerente a este livro de obras, quando na descrição do registo aparece em Cruzados, a coluna da direita apresenta estes valores em Reais, numa correspondência de 1 Cruzado para 400 Reais. De igual modo, quando na coluna descritiva se indicavam Reais, esse valor surgia transcrito em numeração romana, na coluna da direita. Veja-se, a título de exemplo, um pagamento feito a Gabriel de Rosa, no dia 1 de Junho de 1543, no valor de 10 Cruzados, convertido na coluna da direita para 4000 Reais. A.D.B., L.O.C.G., fl. 182.

¹⁰ Como posteriormente indicaremos, no capítulo 3.2.2., o livro de obras foi entregue a João Gonçalves, mordomo da obra, encarregando-o da sua escritura. Sendo o grosso do livro escrito em castelhana, não cremos que os registos realizados em português coevo sejam da autoria de João Gonçalves, mas sim, de um outro escrivão que também se ocupava dos registos.

¹¹ A.D.B., L.O.C.G., fls. 2 a 3.

com a carpintaria, pedraria, compra de materiais, entre outros. Daí ser possível encontrar registros referentes ao ano do início dos trabalhos, 1543, em fólios finais (Ver Tabela 1 em anexo).

A análise do conteúdo dos registros, por seu turno, fornece-nos informações passíveis de ser utilizadas em variadas perspectivas ou temáticas de investigação. Apesar de incompleto¹², este livro de obras permite perceber qual a mobilização humana e financeira que a obra proporcionou; identificar renomados mestres da construção quando assim se apresentam; constatar quantidades, tipologias, valores e proveniências de determinados materiais em uso na obra; determinar proveniências dos trabalhadores, bem como os salários que auferiam; constatar as diferentes fases construtivas, demarcando uma evolução concreta do processo; entre outros.

Seguindo esta linha de pensamento, recorreremos à realização de uma base de dados, tendo por finalidade desenvolver as distintas perspectivas de análise que indicamos, e tendo em conta as características da fonte utilizada. Essa base de dados, dividida em tabelas tipológicas, segue nos anexos da presente dissertação, podendo constatar-se os seus diferentes formatos, definidos em função dos respectivamente distintos propósitos.

¹² A existência de um outro livro de obras é-nos transmitida por um registro, indicando a sua continuidade "... em outro libro...". Questão que irá ser abordada, posteriormente, no capítulo 4.5. A.D.B., L.O.C.G., fl. 187v.

3. O Gosto Construtivo do Colégio da Graça

3.1. Contextualização e Enquadramento Geral da obra

Com a morte de D. Manuel I, em 1521, D. João III, príncipe herdeiro, subia ao poder para continuar a política centralizador que o seu pai já vinha a desenvolver. Empenhado na construção de um aparelho burocrático mais eficaz, D. João III protagonizara inúmeras alterações ao nível administrativo do Reino – entre outras de distintos caracteres que não cabem aqui apresentar -¹³. Era imperativo, sob a óptica de D. João III, dotar o Reino português de uma instituição académica capaz de ombrear com as restantes europeias. Na verdade, já André de Resende, depois de longas estadas em Paris e contactos com as maiores universidades europeias, defendia uma necessidade de absorção dos ideais humanistas por parte dos estudos portugueses. Numa ligeira comparação afirma: “... estas nações [cultas da Europa] vencem-nos, não pelo engenho, não pela felicidade de um clima mais favorável, mas somente, e com vantagens, pelo cuidado e paciência dos estudos. Por isso, nelas, todos os dias aparecem homens doutos, que com os monumentos do seu engenho alcançam renome para si, e imortalidade para a pátria.” ¹⁴ Por outro lado, quando o mesmo defendia a “apologia do ideal humanístico” na assembleia agrupada na academia lisboeta, nas calendas de Outubro de 1534, já o rei se decidira a reformar a desacreditada estrutura académica.¹⁵

Entre estas questões, outros tantos motivos impeliram à reforma da universidade: a ausência prolongada dos docentes quer em serviços públicos, quer em tempos nefastos – como no caso da peste -; a falta de zelo na reconfiguração patrimonial, e pedagógica das instituições de ensino; bem como a falta de recursos económicos que permitissem sustentar, nos estudos nacionais, a permanência de docentes renomados do ensino europeu. Considerando tudo isto, seria inevitável que os alunos se afastassem dos Estudos-gerais lisboetas em busca de melhores condições de estudo – nomeadamente em universidades presentes nas grandes capitais europeias –, levando-a ao voto de descrédito que aquela instituição conheceu¹⁶.

¹³ Nomeadamente a divisão do Reino em novas correições e a formação de novas dioceses, subsequentes ao numeramento de 1527-1532. Magalhães, 1997, p. 450.

¹⁴ Mendes, 1997, p. 342.

¹⁵ Mendes, 1997, p. 343.

¹⁶ Dias, 1969, p. 572

Iniciada em 1537 com a transferência do Estudo-geral de Lisboa para Coimbra¹⁷ - sem que antes merecesse cerrada oposição por parte do corpo de docentes que, inclusive, acabaria por se quedar na capital e não acompanhar a transferência académica -, a reforma pretendida passaria, sobretudo, por dotar os estudos em Portugal de uma estrutura pedagógica ao modo humanista, munida de um ensino preparatório adequado, leccionado em edifícios independentes àqueles onde decorria o nível pedagógico superior. Por outro lado, esta intenção régia estava fortemente relacionada com a política centralizadora desenvolvida desde o tempo de D. Manuel. Considerando as querelas que opunham a universidade, enquanto instituição, e a pessoa do Rei, - recorrentes desde o tempo de D. Manuel - D. João III procurou pôr cobro às intenções monopolistas, no âmbito cultural, que a mesma vinha a demonstrar¹⁸. Deste modo, ao intentar uma completa separação com a universidade lisboeta e redução da sua influência – como aliás se viu até pela preterição do antigo corpo docente, a favor de um novo, fortemente aliciado pelo “volume salarial” oferecido¹⁹ – o rei estaria aqui a marcar uma forte posição política conquanto que, a transferência da universidade seria, então, apelidada de “Nova fundação”; era a plena afirmação de um ideário régio centralizador, que há muito vinha a florescer na política monárquica portuguesa.

De tal modo, isto verificou que a reforma da universidade não se limitou à sua transferência. Na verdade, esta intervenção revelou-se bem mais profunda: imiscui-se na sua estrutura enquanto instituição de ensino, dotou-a de um novíssimo plano de estudos baseado no carácter humanista, juntamente com um novo alento científico e, inseriu-a, de

¹⁷ Várias são as teorias que gravitam em torno da “migração” da universidade. Veja-se, a título de exemplo, a tese de mestrado de Jim Gomes, onde defende que o rei poderia, eventualmente, estar desagradado com a atitude de descrédito que a instituição académica estaria a apresentar perante a sua reformulação dos estudos e conseqüente afastamento do poder régio, que aliado à crescente corrupção dentro desta instituição, se revelaria bastante desprestigiante. Gomes, 2011, p. 72. Por outro lado, Maria de Lurdes Craveiro aponta as razões da transferência como uma necessidade pedagógica. Neste sentido, destaca a cidade de Coimbra como um “... meio citadino mais facilmente controlável...” para que fosse possível uma disciplinaçãõ do corpo académico mais eficiente. Para tal, acrescenta, fora preponderante o preenchimento dos quadros de docentes por mestres de relevo e importância reconhecida internacionalmente, como é o caso de André de Gouveia. Craveiro, 1998, p. 22

¹⁸ Note-se que a Universidade vinha a demonstrar intenções claras em monopolizar a cultura nacional. Oliveira Marques destaca esta questão como um dos principais factores que levaram D. João III a decidir pela reforma da Universidade, nomeadamente optando pela sua deslocação da cidade de Lisboa, para a cidade de Coimbra. Para além de se estar a demonstrar cada vez mais conflituosa e indisciplinada no seu âmago e por ainda ser detentora de alguns privilégios valiosos, resquícios da feudalidade medieval, esta não estaria a revelar-se capaz de acompanhar a mutaçãõ cultural humanista sendo que, inclusive, se demonstrava claramente contra o surgimento de novas tendências ideológico-culturais. Marques, 1999, p. 471-472.

¹⁹ António Rosa Mendes caracteriza estes salários como sendo “principescos”. Mendes, 1997, p. 343.

igual modo, num plano reorganizador, conferindo-lhe um papel central no processo modificador da ideologia cultural do Reino²⁰.

Para que a fundação da “Nova Universidade” decorresse dentro dos parâmetros desejados por este Rei, “O piedoso”, foi atribuído um papel central aos colégios que, daí em diante, se definiriam por “universitários”. Esta ideia seguiria a tendência operada noutros centros universitários europeus, como Paris e Oxford, tendo já sido proposta pelo infante D. Pedro no século XV²¹, ainda que, nessa época, não tivesse tido aplicação prática²². Note-se que desde a Idade Média os colégios figuravam com uma forte ligação à instituição académica. Geralmente, seriam formados através de instituições pias – por legados testamentários de Reis, nobres, clérigos ou burgueses abastados – tendo como principal função, enquanto anexos da universidade, suprir as necessidades básicas dos estudantes – leia-se alojamento, alimentação e vestuário -, nomeadamente os mais pobres, sujeitando-os, em troca, a viver uma vida de comedimento e compostura de costumes.²³ Todavia, vemos que o conceito e/ou definição de colégio universitário vai, paulatinamente e juntamente com o próprio conceito de universidade, evoluir para designações um tanto distintas das que se consideravam no final da Idade Média.

Em 1537, aquando da transferência da universidade, tanto o conceito de universidade, como o conceito de colégio, tinham mudado²⁴. A universidade, já não tinha por objectivo formar e preparar “bons sacerdotes”; já não tomaria funções de “seminário”, como afirma Oliveira Marques²⁵. Nesta fase, a instituição académica pretendia um nível de afirmação superior; um nível onde procurasse, como anteriormente expusemos, formar alunos que fossem capazes de se “debaterem” com pares provenientes das universidades europeias. Por conseguinte, os colégios viriam a acompanhar o processo de transição das estruturas académicas para que, - pelo menos a título parcial - se transformassem em instituições de internato, ao estilo moderno, destinados a recolher jovens aristocratas e

²⁰ Dias, 1969, p. 589.

²¹ D. Pedro chega, inclusive, a defender um processo distributivo de todos os estudantes universitários, pobres e ricos, por colégios do mesmo carácter, definindo, numa carta enviada ao seu irmão D. Duarte a partir de Bruges (1426), a instituição de pelo menos dez colégios em Lisboa. Sobre este assunto ver Marques, 1987, p. 418.

²² Dias, 1969, p. 589.

²³ Marques, 1987, p. 417

²⁴ Em “O mundo medieval”, Jacques Heers transmite-nos a organização pedagógica pela qual se regiam as universidades europeias, fundadas, grosso modo, durante a Baixa Idade Média. Assim, o plano de estudos dividia-se em duas grandes etapas: as faculdades de artes – de grau inferior -, onde os alunos frequentavam o tradicional trivium e quadrivium, podendo ser-lhes atribuído o bacharelato na idade dos 19 e a licença aos 21; e três faculdades de especialização, nomeadamente Teologia, Direito e Medicina, onde após conclusão se poderia obter o grau de Doutor. Heers, 1977, p. 155; Le Goff, 1983.

²⁵ Marques, 1987, p. 419.

burgueses ricos. Porém, estes coexistiam, necessariamente, com os colégios que não acederam a “modernismos” e mantiveram a sua função alojadora de estudantes necessitados e religiosos que “...desejavam assistir a aulas num ambiente de reclusão conventual.”²⁶ No que toca ao ensino, estas instituições viriam, agora, a seguir modelos organizativos actualizados, provenientes de colégios franceses e espanhóis. Os colégios maiores ofereciam estudos de carácter universitário. Já os colégios menores viriam a constituir a maior novidade: ofereciam cursos “secundários” e preparatórios para o posterior acesso a níveis superiores de literacia, leccionando sobretudo as Humanidades e Matemáticas, que numa fase inicial estariam fortemente imbuídos dos ideais humanistas. A grande novidade apresenta-se, precisamente, pela formação desta “escola preparatória”, até então inexistente, que passaria a auxiliar a instituição académica universitária, possibilitando a sua reabilitação e reorganização, a par de um maior rigor científico e didáctico.²⁷

Os colégios que se formaram na Rua da Sofia, em Coimbra²⁸, a partir da década de 40 do século XVI, são sobretudo estruturas fundadas pelas principais ordens e congregações masculinas existentes no país, com o objectivo de servirem a Universidade, tendo em conta novos condicionalismos que a sua reforma impusera. Eram, assim, “...colégios universitários para religiosos, funcionando a um tempo como local de residência, estudo e, em certos casos, de ensino.”²⁹ Neste processo de implantação, o mosteiro crúzio de Santa Cruz, sob a égide do humanista Fr. Brás de Barros, assumiu o papel de supervisor da construção dos diversos colégios que, a par, decorriam na cidade a partir de 1535. De modo a dotar a universidade de um carácter tendencialmente humanista, o Rei fez regressar ou vir para Portugal alguns mestres com provas dadas em universidades estrangeiras, munidos do saber e conhecimento humanista, adquiridos nessas instituições académicas. Neste grupo, destacam-se André de Gouveia, João da Costa, Diogo de Teive e George Buchanan, provenientes de Bordéus e colocados no Colégio das Artes³⁰. Mas, seria, sobretudo, em Santa cruz de Coimbra e na figura de Fr. Brás de Barros que o Rei se viria a apoiar no processo de transição dos estudos. Se, por um lado, este se revelava uma mais-valia para com as aspirações que D. João III tinha

²⁶ Marques, 1999, p. 470.

²⁷ Marques, 1999, p. 470.

²⁸ Para uma melhor compreensão da alteração urbana que a cidade de Coimbra sofreu neste processo de implantação da Universidade, veja-se: Rossa, 2001; Trindade, 2002; e Trindade, 2013.

²⁹ Correia, 1998, p. 16.

³⁰ Craveiro, 1998, p. 22.

para o ensino, por outro, seria responsável pelo mosteiro de Santa Cruz e, conseqüentemente, pelas suas rendas. Estas viriam a revelar-se importantíssimas para o financiamento do projecto cultural que se empreenderia na Rua da Sofia, em Coimbra³¹.

Regressando aos colégios, importa salientar que nem todos aqueles que iniciaram a sua construção na Rua da Sofia, na década de 40 do século XVI, seriam incorporados na universidade enquanto estruturas “oficiais”. Para que estes, enquanto residências de estudantes e dependências pedagógicas, pudessem ser reconhecidos, havia a necessidade da conceção de um diploma régio, que conferia a sua incorporação na Universidade após aprovação do conselho escolar³².

É no âmbito desta questão que se insere o Colégio da Graça. Favorecendo da reforma na ordem dos Agostinhos, principiada em 1535 por Fr. Francisco de Vila Franca e Fr. Luís de Montoya – questão que, no capítulo seguinte, reservado à ordem dos Agostinhos, abordaremos com maior cuidado -, bem como da conjuntura cultural que acabámos de apresentar, a ordem dos Agostinhos iniciou, assim como outras tantas, a construção de uma estrutura colegial, de modo a que pudesse servir as necessidades dos universitários. Apesar da sua construção ter tido início em 1543 – sabendo que estaria terminada em 1555³³ –, só em 1549 é que o colégio se torna apto para receber os estudantes, face à aprovação que o conselho escolar lhe concede, para que se pudesse acoplar à Universidade³⁴. Até lá, a construção decorrera ao longo de cinco anos, para o claustro, e de 13 anos para a igreja, terminada em 1555.

A escolha do mestre responsável pela construção e projecto desta estrutura recaiu sobre Diogo de Castilho. Face à importância que a reconstrução de Santa Cruz lhe trouxera – entre outras obras que, posteriormente, abordaremos em capítulo reservado a este mestre – Castilho viria a conhecer um exponencial aumento de trabalho, com uma constante recorrência ao seu génio artístico. Através das diversas obras que constrói, sob encomenda de Fr. Brás de Barros, podemos atribuir-lhe um estilo que, em crescendo, se viria a imbuir dos ideais humanistas e, conseqüentemente a aproximar-se dos cânones construtivos clássicos. Evolução esta que, certamente, teria entrado em conta aquando da escolha do mestre que iria construir o Colégio da Graça, estrutura fortemente interligada à sapiência e, por conseguinte, ao ideal humanista.

³¹ Dias, 1969, p. 581.

³² Dias, 1969, p. 596.

³³ Craveiro, 1990, p. 120.

³⁴ Dias, 1969, p. 596.

A cultura clássica artística e construtiva, expressa no Renascimento, desenvolve-se em Portugal muito tardiamente por comparação à sua origem na península itálica. Porém, é possível apontar o ano de 1415 como um ponto de partida para o desenvolvimento do Renascimento e, em Portugal, mais tarde, da adopção de motivos decorativos e de um modo de construção “ao Romano” – como os apelida a documentação portuguesa do século XVI, designação que, por exemplo, Maria de Lurdes Craveiro segue – ainda que, como seria de esperar, a um ritmo marcadamente tímido³⁵. É importante ressaltar, de igual modo, que o surgimento deste estilo construtivo em Portugal em muito se deveu à abertura de costumes e ideais que os Descobrimentos, enquanto processo não só de conquista mas, também, acompanhado de encontros culturais, possibilitaram³⁶. Primeiramente, tendo em conta a cronologia artística conhecida, os aspectos decorativos da escultura arquitectónica de concepção clássica coincidem, temporalmente, com o Gótico final português, o *manuelino*. Esta questão, ainda nas duas primeiras décadas do século XVI se fazia sentir, nomeadamente quando se aborda o constante “contraste” artístico que o gosto construtivo dos Castilhos manifesta³⁷ – e que mudaria no reinado de D. João III e também até à construção do Colégio da Graça, como posteriormente veremos no capítulo reservado a este edifício³⁸. Assim como a Giotto³⁹ – nascido das trevas, segundo concepção moderna⁴⁰ - se deve a proliferação de parte dos ideais clássicos desenvolvidos depois no Renascimento, ao *manuelino* se deve a formação de artistas que, mais tarde, muito contribuíram para a construção clássica em Portugal.

Porém, é importante constatar que o Classicismo italiano não conheceu, em Portugal, uma adopção na sua plenitude e em completa concordância com modelos itálicos. Salvo determinadas excepções mais esclarecidas e empenhadas no desenvolvimento desta cultura artística, – nomeadamente os casos de encomendas de Fr. Brás de Barros em Coimbra, D. Miguel da Silva na Foz do Douro e em Viseu, de D. João III em Tomar, do Infante D. Henrique em Alcobça e Évora, etc.⁴¹ - as mais das vezes, aquilo a que se assiste é a uma mescla de recursos construtivos, que repartiam protagonismos entre o Gótico final/*manuelino* e a arte Clássica de captação italiana,

³⁵ Craveiro, 2009, p. 11.

³⁶ Craveiro, 2009, p. 11.

³⁷ Gonçalves, 1979, p. 99.

³⁸ Craveiro, 2009, p. 22.

³⁹ Burke, 2008, p. 12.

⁴⁰ Burke, 2008, p. 9.

⁴¹ Serrão, 2002, p. 48.

nomeadamente no caso da ornamentação escultórica⁴². Com o avançar do século XVI, nomeadamente após a segunda década, a arquitectura do Renascimento afirma-se e demarca-se da construção Gótica. O caso da Coimbra quinhentista é bastante esclarecedor para esta questão, nomeadamente no momento de construção dos colégios universitários.

Explanado que está o momento histórico em que ocorre a construção do Colégio da Graça, cabe-nos agora destacar os seus mais conceituados intervenientes, a nível administrativo e artístico, de modo a que possamos solidificar tudo aquilo que até aqui temos vindo a abordar sobre este edifício.

3.2. A Encomenda da Obra:

3.2.1. A Ordem

Os primórdios da fundação da Ordem dos eremitas de Santo Agostinho⁴³, em Portugal, remontam ao século XIII, mais concretamente à fundação do convento de Lisboa em 1234. Por intermédio de frades Agostinhos italianos, erigiram-se duas sedes para a ordem: uma no termo de Lisboa, fora das suas portas no monte de São Gens, outra, intramuros, a partir de 1271, no bairro de Almasala⁴⁴. Durante os primeiros decénios, o culto que a ordem praticava seria para com Santo Agostinho. No entanto, em 1362, esse culto haveria sido transformado na adoração a Nossa Senhora da Graça, após a episódica colocação de uma imagem de Nossa Senhora na fachada do Convento, fortemente interligada à realização de milagres⁴⁵. Esta casa de Lisboa foi, até 1387, parte integrante daquelas existentes na província espanhola, face, muito possivelmente, ao pouco significado que a ordem ainda teria em Portugal. Em consequência dos resultados da Batalha de Aljubarrota, a ordem organizou-se no território nacional, em formato de

⁴² A arquitectura “ao Romano”, segundo Lurdes Craveiro, repartia a sua incidência em dois grandes pontos: “... o «ornamento» com qualidades de autonomia discursiva e a «decoração» que remete para uma globalidade que integra ou não um percurso historiado”. Craveiro, 2009, p. 9.

⁴³ A esta ordem pode apelidar-se – no caso português – de Eremitas de Santo Agostinho, e Agostinhos e ainda Frades Gracianos, existindo na vertente masculina e feminina. Note-se que não devem ser confundidos com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ordem muito mais antiga, instalada em Portugal desde início do século XII de que é exemplo o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1131. Gomes, 2000, pp. 429 – 434; Alonso, 2000, pp. 27-32.

⁴⁴ Alonso, 2000, p. 27.

⁴⁵ A imagem fora recolhida por uns pescadores, após ter sido trazida à tona pelas suas redes ao largo de Cascais. Em torno desta, foi construído um estatuto milagreiro motivado por uns supostos milagres e graças provenientes dessa mesma imagem. Deste modo, desta data em diante, o convento passou a chamar-se “Convento de Nossa Senhora da Graça”, assim como outros tantos que a partir daí se fundaram. Alonso, 2000, p. 27.

vicariato, recebendo ordens directas do prior-geral, presente em Roma, pelo que, apenas passaria a ser uma província autónoma - como já era a de Espanha - volvido um século⁴⁶.

Após a sua afirmação - com a separação Ibérica e a formação da província portuguesa - e o crescimento ao nível geográfico que lhe sucede, a ordem dos Agostinhos viria a conhecer uma decadência de costumes - assim como acontece com outras semelhantes -, enveredando inúmeras vezes por uma via pouco condizente com a regra. Com efeito, várias são as razões que o justificam sendo que, a peste negra de meados do século XIV, aparenta ter sido uma das razões que maior peso teve. O flagelo e mortandade motivaram a que, por uma escassez de padres, os sobrantes tivessem que redobrar esforços, de modo a cumprir com o dever pastoral, levando a que, por displicência ou impossibilidade, descurassem seguir rigorosamente o que lhes seria imposto pela ordem. Na senda deste contexto, as primeiras reformas que se intentaram, desde finais do século XV, cedo se malograram sem que o seu efeito se fizesse sentir, muito possivelmente “envenenadas” pelo poder político⁴⁷.

Volvidos quase 150 anos desde a desvinculação em relação à província espanhola, por incrível ironia, seria a reformadores do país vizinho a quem caberia a primeira grande reforma dos Agostinhos em Portugal. Por sua vez, esta intervenção na ordem em muito se deveu aos conflitos que se formaram em torno da nomeação do provincial, num tumultuoso capítulo realizado em 1534, no convento de Penafirme, sito em Torres Vedras - uma das primeiras casas da ordem, fundado na segunda metade do século XIII estando, em 1383, em pleno funcionamento⁴⁸. Após ter conseguido reunir um avolumado conjunto de votos, um frade de nome desconhecido - a quem Carlos Azevedo chama Luís Salvador⁴⁹ - procurou eleger-se provincial. Ainda que, muito provavelmente, gozasse de protecção régia, o seu intento gorou-se quando os confrades se lhe opuseram e, em seu detrimento, elegeram Fr. João Filipe⁵⁰. Não se resignando - e tendo presente a possível ligação a D. João III - o Frade anónimo convenceu o Rei de que os Agostinhos necessitavam de uma intervenção concertada, de modo a que se pudessem reformar e libertar de todas as corrupções que os assolavam⁵¹.

⁴⁶ Alonso, 2000, p. 28.

⁴⁷ Azevedo, 2011, p. 11.

⁴⁸ Azevedo, 2011, p. 10

⁴⁹ Azevedo, 2011, p. 11.

⁵⁰ Dias, 1960, p. 121.

⁵¹ Dias, 1960, p. 121.

Dá que, por solicitação de D. João III, o prior-geral tenha incumbido Fr. Francisco de Vila Franca e Fr. Luís de Montoya em 1535, de operarem a reforma da ordem, tendo em vista um revigorar do prestígio de que outrora gozara, mas que esmorecia de dia para dia. Para tal, fora indispensável o apoio que o Rei disponibilizara, nomeadamente na criação de condições para a construção da sua casa em Coimbra: O Colégio de Nossa Senhora da Graça⁵². Inicialmente, aquando do pedido para a vinda dos reformadores castelhanos a Portugal, não estaria previsto que Fr. Luís de Montoya também fosse integrado na comitiva. A 19 de Janeiro de 1535, a patente de nomeação instituía o já conhecido Fr. Francisco de Vila Franca e Fr. João Galego. Porém, sem que se saiba bem porquê, este último acabou por não chegar a Portugal, tendo sido substituído por Fr. Luís de Montoya⁵³.

A actividade dos reformadores da ordem dos Agostinhos repartiu-se, assim, em dois polos de interesse. Por um lado, a construção do Colégio da Graça, em Coimbra, encabeçada por Fr. Luís de Montoya; por outro, o restauro do convento da Graça - e, por consequência, de todos os seus mosteiros dependentes - desta feita em Lisboa, sob o comando de Fr. Francisco de Vila Franca⁵⁴. Os mosteiros constituíram, assim, os primeiros alvos de reforma; era uma época em que, das pequenas comunidades como os mosteiros, emergiam as devassidões e corrupção de costumes, algo a que se pretendia pôr fim⁵⁵. Para além das reformas espirituais e construções, a estes reformadores se deve, não só, o incremento da observância mas, também e sobretudo, o exponencial desenvolvimento dos estudos⁵⁶. Neste ponto, o Colégio da Graça viria a ter uma grande importância, fortemente proporcionada pela sua envolvimento nos estudos, enquanto colégio universitário⁵⁷.

Com a morte do *padre companiero* Fr. Francisco de Vila Franca - como inúmeras vezes lhe chamava Fr. Luís de Montoya⁵⁸ - em 1555, seria a este último que caberia dar continuidade à reforma da ordem, vindo a tornar-se um importante empreendimento no processo de contra-reforma Católica. Se, por um lado, Fr. Francisco de Vila Franca ficara

⁵² Alonso, 2000, p. 28.

⁵³ Dias, 1960, p. 122.

⁵⁴ Gouveia, s.d., p. 49.

⁵⁵ Gouveia, s.d., p. 49.

⁵⁶ Alonso, 2000, p. 28.

⁵⁷ Assim como constatamos no capítulo 3.1, reservado à contextualização e enquadramento.

⁵⁸ Ao longo do processo construtivo do Colégio da Graça, assistimos a uma constante cumplicidade entre os reformadores, fortemente caracterizada pelo envio de remessas monetárias, necessárias para o desenvolvimento das obra e conseqüente pagamento dos trabalhadores. Por exemplo, A.D.B., L.O.C.G., fl. 2.

conhecido pelo seu carácter experimentado e ríspido, preponderante no desenvolvimento da reforma, a Montoya se atribuiu a continuidade desse processo; como o caracteriza Sebastião Silva Dias: “...tem, de facto, um sentido muito agudo da misericórdia divina e do que ela representa na economia da salvação. Apela constantemente para uma prática afectiva e interior, dominada pela força do espírito e da comunhão da alma com Deus”⁵⁹.

Como é de imaginar, a história da ordem em Portugal não termina com a morte de Fr. Francisco de Vila Franca. No entanto, para efeitos da presente dissertação, apenas nos interessa destacar o contexto histórico que se refere ao espectro cronológico que aqui abordamos, bem como aos primórdios do desenvolvimento da ordem, fulcral para a sua compreensão. Em jeito de conclusão, gostaríamos apenas de deixar uma breve nota relativa ao desaparecimento da ordem em Portugal. Em 1834, aquando da subida ao poder dos liberais de D. Pedro IV, a ordem dos Agostinhos padeceria do mesmo destino que as outras ordens religiosas: a sua supressão e incorporação no clero secular, por decreto do ministro Joaquim António de Aguiar. Só após 1974 é que a ordem regressa, instalando-se, com efeito, na cidade da Guarda⁶⁰.

3.2.2. Os Agentes Responsáveis e a Sua Hierarquia

Tendo em conta o que anteriormente expusemos sobre a ordem dos Agostinhos, é na senda da sua reforma que vamos assistir à encomenda da obra do Colégio da Graça, esse tão afamado edifício presente na Rua da Sofia, em Coimbra.

Inegavelmente, aos reformadores castelhanos se atribui a administração da obra a vários níveis. Como já constatamos, Fr. Francisco de Vila Franca, incumbido do restauro do convento de Lisboa e suas dependências, teria por função gerir os financiamentos da obra, conquanto que o dinheiro nunca fosse razão para o embargo da mesma. Por sua vez, a obra que aqui estudamos seria, precisamente, uma das dependências directas da ordem dos Agostinhos, sediada nessa mesma casa de Lisboa. Contudo, o maior patrocinador desta grande empreitada é, sem dúvida alguma, D. João III. Não é indissociável deste caso, a promessa que D. João III e D. Catarina, sua mulher, fizeram ao prior-geral da ordem dos Agostinhos, Jerónimo Seripendo, em 1541, aquando da sua visita à província⁶¹. Aqui, comprometeram-se a apoiar a ordem como até então haveriam feito;

⁵⁹ Dias, 1960, 323.

⁶⁰ Alonso, 2000, p. 31.

⁶¹ Alonso, 1995, p. 278.

promessa à qual, como é possível constatar pelas inúmeras remessas monetárias que forneceram, fielmente corresponderam⁶².

Equacionando uma hipotética hierarquia, – ainda que se possa considerar uma possível equidade entre os dois reformadores – encontramos, nos trabalhos em Coimbra, *in loco*, Fr. Luís de Montoya⁶³. Cremos que o seu papel passaria, sobretudo, pela administração da obra, nomeadamente ao nível da contratação de trabalhadores, gestão de recursos financeiros e ajustes construtivos necessários. São vários os casos onde assistimos à sua participação no processo de contratação de trabalhadores, estando presente, grosso modo, nos contratos de maior importância e envergadura⁶⁴. Por outro lado, como seria de esperar, a administração da obra – leia-se, sobretudo, Fr. Luís de Montoya, - seria sempre uma das partes do contrato, visto ser esta a responsável pela construção. Assim, de modo a que se escusasse Montoya da sua constante presença aquando do registo dos contratos – até porque, como vemos em determinados casos presentes nas nossas tabelas, este encontrava-se algumas vezes ausente do estaleiro – essa responsabilidade fora delegada noutra pessoa, neste caso, em João Gonçalves.

João Gonçalves seria nomeado, num dos primeiros registos do livro, o mordomo e tesoureiro da obra, a quem seria confiado o registo no mesmo⁶⁵. Infelizmente, sobre este nada se sabe em concreto. Os registos que o mencionam, destacam-no como o responsável por uma grande parte dos pagamentos, bem como, o responsável máximo pela obra, em situações de ausência de Fr. Luís de Montoya. Não é algo que nos seja dito em concreto e que seja caracterizado nesse sentido; no entanto, se dedicarmos uma leitura cuidada à fonte, é possível constatar que uma boa parte dos pagamentos feitos a trabalhadores é

⁶² Questão que abordaremos posteriormente, mais concretamente no capítulo 4.1, reservado às receitas e despesas da obra. Assim sendo, dispensamo-nos de o fazer aqui.

⁶³ Luís de Montoya nasceu no ano de 1498, em Belmonte, na Alta Mancha, actualmente diocese de Cuenca, em Espanha. Filho de Alvaro de León e de Inês de Montoya seria pela via materna que se iria notabilizar, nomeadamente por pertencer, da parte da sua mãe, a uma família de fidalgos. Recebe Ordenação Sacerdotal no Convento dos Agostinhos de Salamanca em Junho de 1519 – para onde fora enviado desde 1514, à altura com 16 anos. No ano de 1519 é eleito prior desse convento para o triénio de 1519-1521. Após o término das suas funções, seria nomeado mestre de noviços, em 1521, até voltar a ser eleito para prior do Convento de Salamanca, desta feita para o triénio de 1523-1525. Com o cessar das suas funções nesse convento, viria a ocupar o mesmo cargo, desta vez no Convento de Medina del Campo, onde permanecera até ser enviado para Portugal, aí chegando no dia 25 de Julho de 1535, juntamente com Fr. Francisco de Vila Franca. Viria a falecer na cidade de Lisboa a 17 de Setembro de 1569. Marques, 2008-2009, pp. 234 e 235.

⁶⁴ Veja-se, a título de exemplo, o contrato realizado com Jerónimo Afonso, Pêro Luís e João Luís, assinado a 3 de Outubro de 1547, para o término da obra de pedraria do claustro. Este é um dos tantos exemplos onde Montoya demonstra uma participação activa no processo de contratação, importantíssimo para a boa execução das obras. A.D.B., L.O.C.G., fl. 37v.

⁶⁵ Poderá ver-se a transcrição desse registo logo no início do capítulo 4.1, referente às receitas e despesas da obra.

feita por si; registos que seriam comumente acompanhados de “... em minha ausência” – por parte de Montoya -, destacando o papel provisório, mas efectivo que esta personagem teria. Como há pouco referimos, nada sabemos sobre a sua formação, proveniência, nacionalidade, etc. Apenas podemos supor que se trataria de um dos 20 religiosos que acompanha Luís de Montoya no processo de construção do colégio e definição dos estudos⁶⁶.

Em torno da reconstituição dos quadros administrativos da obra existe uma questão em aberto que exige reflexão. Atente-se no seguinte registo:

*“Item a .20. de setembro de .1545. tome coenta da tella que
compraram el padre vicário/ e juom gonçales en mi absentia e dierom
me de gasto onze mill y setecentos/ y cinquenta Reaes/ Item se
pagarom de tella otros .2300 Reaes//” 67.*

Através da leitura deste excerto, somos capazes de depreender a existência de uma terceira personagem que se ocupava dos registos da obra ou a quem, muito possivelmente, se deveriam explicações. Sendo Fr. Francisco de Vila Franca e Fr. Luís de Montoya os vigários da ordem em Portugal, a nomenclatura de “padre vigário” deve, com certeza, encaixar numa destas duas personagens. José Marques atribui essa denominação a Montoya, o que nos parece ser a correspondência mais provável⁶⁸. Se por um lado o papel que desempenha na administração da obra lhe conferia um estatuto superior dentro do estaleiro, por outro, não surge documentada a presença de Francisco de Vila Franca em Coimbra durante o processo construtivo, estando, possivelmente, ocupado com os seus afazeres na capital. Contudo, a dúvida mantém-se: quem seria essa terceira personagem, visto estar atestada neste registo a presença dos dois principais responsáveis pela obra? Ao analisarmos a história da ordem, como anteriormente fizemos, constatamos que - pelo menos documentada – não existiu qualquer permuta no vigário da ordem dos Agostinhos quer em Coimbra, quer em todo o território nacional, pelo menos até à morte de Francisco de Vila Franca em 1555⁶⁹. De igual modo, por coerência de escrita do próprio livro, quando surge a expressão “em minha ausência”, esta faz sempre referência à ausência de Luís Montoya do estaleiro do Colégio da Graça. Estando certos desta questão, apenas nos resta considerar que tenha havido um erro na escrita deste registo de despesa, referindo-

⁶⁶ José Marques, 2008 – 2009, p. 238.

⁶⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 49.

⁶⁸ José Marques, 2008 – 2009, p. 252.

⁶⁹ Dias, 1960, p. 124.

se a Fr. Luís de Montoya em duas ocasiões – subentendendo-se que o “em minha ausência” se refere a Fr. Luis de Montoya e que, de igual modo, o padre Vigário seria, também ele, Luís de Montoya - e induzindo-nos, assim, em erro.

Outro nome que surge um razoável número de vezes ao longo dos registos é o de Fr. Melchior – possivelmente Belchior. Este caso ainda se revela mais indestrinçável do que o de João Gonçalves. Se para este último dispúnhamos de, pelo menos, informação concreta relativa à sua função na obra, para Fr. Melchior apenas sabemos que participaria em pagamentos a trabalhadores, nada que nos possa esclarecer sobre a sua posição na obra⁷⁰; o mesmo sucede com outros como Fr. Pêro⁷¹ e Fr. Simão⁷², que, curiosamente, surgem associados à mesma prática. Para a resolução destes casos, equacionamos dois possíveis cenários. É possível que, assim como João Gonçalves, estes fossem membros da Ordem e pudessem ter acompanhado Montoya aquando a sua chegada a Coimbra para a construção do colégio. Num outro plano, é possível que estes fossem alunos que frequentavam as aulas no Colégio da Graça e que, por seu turno, fossem os responsáveis por certos registos no livro de obras que se encontram num português coevo e não em castelhano como na generalidade dos registos⁷³. Não passando de suposições, apenas nos podemos referir a elas com esse estatuto.

A direcção técnica e artística da obra ficou reservada a Diogo de Castilho. Ainda que não haja uma referência concreta e explícita, podemos depreender essa posição através da sua constante presença em contratos no papel de testemunha, das referências que lhe são feitas no que toca à decisão sobre matérias de dimensões e qualidade das obras realizadas, bem como a designação de “senhor” que constantemente o acompanha nos registos⁷⁴. Não obstante, vamos escusar-nos de prolongar as referências a este grande mestre da Renascença Coimbrã neste ponto, visto lhe termos reservado um capítulo, uma vez que este mestre é digno de uma melhor compreensão da sua vida e obra.

Por fim, gostaríamos de fazer menção a um último trabalhador, não pela sua importância nesta obra, mas pelo reconhecimento que viria a ter na Coimbra quinhentista.

⁷⁰ A 20 de Maio de 1545, Fr. Melchior pagou a Jerónimo Afonso 1000 Reais de uma obra que este estaria a fazer. A.D.B., L.O.C.G., fl. 158.

⁷¹ Em data incerta, Fr. Pêro deu a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes 80 Reais. A.D.B., L.O.C.G., fl. 124v.

⁷² A 8 de Setembro de 1544, Fr. Simão pagou a João Luís 1200 Reais relativos a um contrato que haveria feito. A.D.B., L.O.C.G., fl. 140.

⁷³ Já abordamos esta questão quando nos debruçamos sobre a descrição da fonte, presente no capítulo “Metodologia e Fontes”.

⁷⁴ Esta questão terá o devido desenvolvimento no subcapítulo 4.3.2, reservada ao estudo dos mesteres da construção.

Jerónimo Afonso, mestre de cantaria e pedraria a laborar nesta obra, e que tem vindo a ser referenciado por Pedro Dias desde, pelo menos, 1982. No entanto, à altura da realização de uma das suas obras, o autor – decerto por desconhecimento – não incluiu a passagem deste artista pelo estaleiro do Colégio da Graça de Coimbra, algo para que gostaríamos de contribuir com a informação de que dispomos.

O primeiro documento, que se saiba, que faz referência a Jerónimo Afonso em Santa Cruz de Coimbra, é datado de 17 Setembro de 1529 no qual, o referido pedreiro serve de testemunha à realização de um contrato. Não há, porém, certezas do seu envolvimento, enquanto trabalhador, em Santa Cruz à data indicada; existe, sim, uma suposição de Pedro Dias, apoiando-se no facto de que as testemunhas de contratos seriam, grosso modo, homens que se relacionavam com a obra em questão podendo, ou não, ter participação activa na mesma⁷⁵. Com efeito, só ao quarto documento onde lhe é feita menção, um contrato onde se assume como uma das partes, - o segundo e terceiro são emprazamentos de propriedades - é que o seu nome surge marcado de forma clarificadora pela ordem dos Agostinhos⁷⁶. Esta empreitada, que levou a cabo com Pêro Lopes em 1532-33⁷⁷, compreendia a realização da Capela-mor e da Sacristia da igreja de Condeixa-a-Velha, umas das dependências de Santa Cruz, pelo valor de 60000 Reais, pagos em quatro prestações⁷⁸.

Após ter participado nas obras de Santa Cruz – sempre de importância reduzida – este mestre viria a ser largamente citado no livro da receita e despesa das obras do paço em 1544 - destinadas à adaptação do mesmo para acolher a universidade reformada - comumente apelidado de "mestre das obras del Rei Nosso Senhor"⁷⁹.

Data precisamente deste ano a primeira referência ao seu trabalho, no livro de receita e despesa da obra do Colégio da Graça. No dia 7 de Fevereiro, são lhe dados 2000 Reais, decerto com o intuito de pagar uma qualquer obra que teria feito no colégio, a qual, infelizmente, não surge discriminada⁸⁰. Seria preciso esperar pelo mês de Agosto do referido ano, para que assinasse o seu primeiro contrato com a obra dos Agostinhos. Nesta empreitada, fora incumbido de fazer a pedraria necessária na casa da Sacristia e Cabido, juntamente com um conjunto de pequenas obras. Ao longo da sua passagem pelo

⁷⁵ Dias, 1988, p. 204.

⁷⁶ Dias, 1988, p. 205.

⁷⁷ Dias, 1988, p. 207.

⁷⁸ Dias, 1988, p. 206.

⁷⁹ Dias, 1988, p. 213.

⁸⁰ A.D.B., L.O.C.G., p. 139.

estaleiro, foram-lhe sendo atribuídas empreitadas no âmbito da pedraria, registando cerca de nove contratos repartidos com Pêro Luís e João Luís. É seguro afirmar, após análise dos mesmos, que a maioria das secções do colégio teve a sua influência construtiva. Gostaríamos de dar especial destaque à obra que fez no claustro, quer ao nível de acabamentos, quer mesmo na construção do seu segundo piso, face à importância que essa estrutura tem para a arte em Portugal (ver Cronologia de contratos em anexo). O último registo de que dispomos sobre este mestre data do dia 2 de Dezembro de 1548, constituindo um pagamento de 1000 Reais que recebera, de forma a dar continuidade às prestações devidas pela realização de uma obra na Sacristia e Dormitório. Constatamos, por fim, que durante o espectro cronológico que vai de 1544 até 1548, este mestre estaria a trabalhar, simultaneamente, nas obras de restauro do Paço, bem como, nas obras de construção do Colégio da Graça.

Durante a sua experiência nas referidas obras, Jerónimo Afonso haveria trabalhado activamente sob as ordens de Diogo de Castilho. Através desta colaboração profissional, acredita-se que Jerónimo viria a absorver os valores construtivos de Castilho, aplicando-os com grande afinco em certas obras da sua autoria⁸¹. Deste modo, vemos que, na sua obra de Condeixa-a-Velha, já haveria ensaiado uma construção ao estilo *castilhiano*⁸², nomeadamente com a aplicação de nervuras na abóbada da Capela-mor, antes sequer de ter participado na construção do Colégio da Graça⁸³.

O que aqui expusemos relaciona-se directamente com os quadros administrativos da obra pelo que, os restantes trabalhadores são referenciados no capítulo reservado aos mesteres da construção.

3.3. Diogo de Castilho e a Sua Marca Artística

3.3.1. Esboço Biográfico

Diogo de Castilho surge no panorama historiográfico português com a emblemática nomenclatura de “mestre Biscainho”. Assim como o seu meio-irmão João de Castilho, este seria natural da junta de *Cudeo*, na região da *Trasmiera*, nas montanhas da então comarca da Biscaia⁸⁴. Ainda que pouco se saiba sobre a sua origem, sabe-se que

⁸¹ Dias, 1988, p. 218.

⁸² Usamos – aqui e doravante - esta expressão para denominar o estilo de Diogo de Castilho (e não o de seu irmão, João de Castilho).

⁸³ Dias, 1982, p. 425; Ribeiro e Melo, 2012, pp. 149-176.

⁸⁴ Carvalho, 1921, p. 36; Ribeiro e Melo, 2012, pp. 149-176.

a sua família seria de origem nobre e que, em Portugal, os Castilhos viriam a ter as suas armas assentes e registadas no Livro da Nobreza, de forma a que delas pudessem usufruir - D. Sebastião concede-lhes tal privilégio a 7 de Janeiro de 1561⁸⁵. Desta família são conhecidos outros nomes aos quais, pelo menos, a devida menção deve ser feita: a par do já referido João de Castilho, as figuras de Gonçalo de Castilho – possivelmente seu irmão⁸⁶ - e Jerónimo de Castilho, filho de Diogo de Castilho⁸⁷.

Diogo de Castilho torna-se reconhecido em Portugal por intermédio da grande influência de João de Castilho. É possível que tenha chegado a Portugal com este seu irmão, João de Castilho, cuja primeira obra documentada data de 1509, a Capela-mor da sé de Braga, e com o qual viria a trabalhar durante os primeiros tempos⁸⁸. Numa primeira fase, vemo-lo surgir nas já referidas obras da Sé de Braga e, posteriormente, em 1511, nas obras do Mosteiro dos Jerónimos de Belém – dirigidas por João de Castilho - onde já aí se reconhece uma secundarização de Diogo, em prol do seu irmão. Aliás, aquando da sua nomeação como mestre das obras dos paços Reais de Coimbra, em 1524, por morte de Marco Pires, vemos que, na carta de nomeação, é mencionado o seu parentesco com João de Castilho, evidenciando uma certa consideração pela figura deste⁸⁹. Não obstante, o seu trabalho seria exímio e de uma mestria admirável, vindo a dele extrair uma remuneração de 3000 *reaes* novos, sendo esta alargada por concepção régia, a partir de 28 de Janeiro de 1528, para um acréscimo de outros 2000 *reaes* anuais, destinados ao mantimento⁹⁰. Não existem, até ver, referências concretas à sua nobilitação, ainda que, em determinada cartas, D. João III o apelide de “cavaleiro de minha casa”⁹¹.

Se, numa primeira fase, a historiografia que se ocupa da vida deste artista o colocava em Coimbra a constituir família e a lá viver desde que se tornara mestre das obras dos paços Reais, numa outra, sabe-se que Diogo Castilho viria a ligar-se por casamento a uma família portuense antes de 7 de Novembro de 1526 e depois de 1520, como nos indica Nogueira Gonçalves⁹². Gonçalo Ilharco, o seu sogro - que seria vivo ainda em 1532 e que morrera antes de 12 de Junho de 1543, como comprova um

⁸⁵ Carvalho, 1921, p. 36.

⁸⁶ Carvalho, 1921, p. 36.

⁸⁷ Carvalho, 1921, p. 35.

⁸⁸ Serrão, 2002, p. 71; Ribeiro e Melo, 2012, pp. 149-176.

⁸⁹ Viterbo, 1988, p. 170.

⁹⁰ Viterbo, 1988, p. 173.

⁹¹ Craveiro, 1990, p. 11.

⁹² Gonçalves, 1979, p. 67.

determinado documento⁹³ - gozaria do estatuto de "cidadão" da cidade portuense, algo que espelha o prestígio da sua família. Curiosamente, acredita-se que o percurso da família Ilharco haveria sido semelhante ao dos Castilho. Gonçalo Ilharco, com o ofício de comerciante de ferro de ofício, seria também Biscainho – segundo o que indicam os genealogistas coevos - tendo chegado a Portugal por intermédio dessa sua ocupação⁹⁴. Possivelmente pela ligação que com esta família conhece, Diogo de Castilho viria, de igual modo por concessão de D. João III a 1 de Dezembro de 1527, a gozar do estatuto de cidadão dessa mesma cidade⁹⁵. Do Casamento com Isabel de Ilharco nasceram, para além do já mencionado filho Jerónimo, o prior D. Pedro de Castilho⁹⁶ - assim como é comprovado pelo *Catálogo dos Bispos da Igreja de S. Salvador da cidade de Angra*, escrito por D. António Caetano de Sousa⁹⁷ - e João de Castilho, frade professo em S. Marcos⁹⁸.

A partir de 1528, é possível associar o grosso do trabalho de Diogo de Castilho a Coimbra, nomeadamente no processo de renovação da Rua da Sofia⁹⁹. Estando a viver nessa cidade, viria a realizar variadíssimas obras onde, mesmo que não tivesse participado activamente em todas elas, pelo menos a sua opinião seria consultada. Coimbra estaria à altura a transformar-se num grande polo de atracção artística, muito em parte pela influência que as ordens religiosas teriam enquanto mecenas. Começando na reconstrução do convento de Santa Cruz, foram-se sucedendo variadíssimas construções de colégios, às quais Diogo de Castilho ia atendendo e nelas participando. Vemo-lo em obras puramente arquitectónicas, como na reconstrução do referido convento, bem como nas obras do Colégio das Artes, nas obras do Colégio da Graça, nas obras dos paços Reais e nas do Colégio de S. Jerónimo¹⁰⁰. No entanto surgem duas incertezas no que toca à sua participação em obras importantes para a cidade. Por um lado, especula-se que este tivesse participado nas obras de reparação da Sé Velha de Coimbra, nomeadamente na construção da fachada lateral onde o estilo utilizado na “Porta Especiosa” é de carácter

⁹³ Artur Magalhães Basto aborda um determinado documento que encontrara e que fizera ser sabedor de toda esta questão. Basto, 1963, p. 72.

⁹⁴ Nogueira Gonçalves reitera esta suposição, alicerçando-se no facto de que uma boa parte do ferro que seria utilizado em Portugal provinha, precisamente, dessa região. Gonçalves, 1979, p. 67.

⁹⁵ Basto, 1963, p. 72.

⁹⁶ Mais tarde Prior de Ílhavo, Deputado do Santo Ofício em 1575, Bispo de Angra em 1577, Bispo de Leiria em 1585, Inquisidor Geral do Reino e Dom Prior da Colegiada de Guimarães.

⁹⁷ Basto, 1963, p. 73.

⁹⁸ Gonçalves, 1979, p. 70.

⁹⁹ Viterbo, 1988, p. 171.

¹⁰⁰ Assim como noutras, mais do domínio da engenharia, como hoje diríamos, como nas obras de reparação da ponte e do encanamento. Viterbo, 1988, p. 171.

Renascentista¹⁰¹. Por outro lado, no que toca à construção da ponte real dessa cidade, existem algumas dúvidas relativamente ao seu envolvimento, visto que na mesma existe uma inscrição que nomeia um determinado Diogo como seu construtor. Ainda que esta questão revele uma determinada incerteza, não é absolutamente certo que Diogo de Castilho tenha estado em Coimbra em 1513, à data da construção da ponte, nem que tivesse capacidades técnicas suficientes que lhe permitissem trabalhar por sua conta¹⁰².

Diogo de Castilho iria conhecer um prestígio admirável por todo o lado onde trabalhasse, algo que facilmente se atesta pelas cartas régias que lhe atribuem inúmeras benesses¹⁰³. Numa ocasião, é bem patente a importância que D. João III atribuía a Diogo de Castilho; Sousa Viterbo, sobre tal, escreve: "*1536 - 19 de Agosto. - D. João III escreve de Évora a fr. Braz, pedindo-lhe que vá ao mosteiro de Grijó, com Diogo de Castilho, ver as obras já feitas naquela casa e as que mais se deviam fazer para a dita casa se reformar*"¹⁰⁴. O reconhecimento social e profissional de que Diogo de Castilho gozava, levavam a que a sua presença fosse atestada em diferentes regiões quase em simultâneo, como aliás aconteceu com João de Castilho. Isto porque, na verdade, o seu papel profissional extravasava a designação de “construtor” num sentido lato; Castilho tinha competências que hoje denominaríamos como as de simultaneamente arquitecto – designação que na documentação coeva portuguesa nunca se usa, optando-se pela de “mestre” -, engenheiro, desenhador de escultura arquitectónica e, ainda, empreiteiro. Exceptuando as obras em que se assume como um dos construtores, nas quais teria que participar activamente, este mestre ocupava-se, sobretudo, da gestão artístico-construtiva da obra. Como afirma Pedro Dias: “A Castilho, como profissional de construção, interessava-lhe, naturalmente, obter o máximo de benefícios económicos que lhe fosse possível. Traçava os planos gerais, vagos como era habitual na época, discutia-os com os clientes e certamente que regateava o preço, fiscalizava as construções e, muitas vezes, afastava-se para outra região, indo, somente, de tempos a tempos ao estaleiro”¹⁰⁵. Para que tal fosse possível, Castilho associava-se constantemente a trabalhadores de diversa ordem, com os quais formava uma equipa que, posteriormente, distribuía pelas diversas

¹⁰¹ Ao que se sabe fora atribuída ao seu irmão, contudo não existe prova documental da estadia deste em Coimbra por alturas dessa construção. Viterbo, 1988, p. 171.

¹⁰² Viterbo, 1988, p. 171.

¹⁰³ É de exemplo a concessão, em 1526, de uma licença para andar em mula e faca. Viterbo, 1988, p. 173.

¹⁰⁴ Viterbo, 1988, p. 176.

¹⁰⁵ Dias, 1982, p. 426.

obras que teria a seu encargo. Tudo aquilo que teria que fazer era fiscalizar e supervisionar o processo construtivo, de modo a que tudo decorresse como tinha planeado¹⁰⁶.

A 18 de Julho de 1533, viria a aparecer relacionado com a construção do mosteiro de Monchique. O seu envolvimento nesta construção, nomeadamente ocupando a função de mestre de pedraria, viria a ter início na referida data - segundo se constata no contrato de obrigação - notando-se, uma vez mais, que se encontrava no Porto por essa altura, mais propriamente a morar na rua dos Pelames¹⁰⁷. Não se sabe por quanto tempo se prolongaria essa sua estadia no Porto – se é que efectivamente se tivesse tratado de uma estadia prolongada -, ainda que seja possível constatar a sua presença nessa cidade entre Fevereiro e Agosto de 1539. A pedido da Câmara do Porto, fora-lhe solicitado que participasse na vistoria da torre da Câmara, estando esta degradada e pretendendo-se arranjá-la, tendo em vista que redigisse um parecer sobre as obras de que a mesma necessitaria¹⁰⁸. De igual modo, a Diogo de Castilho atribui-se, pelo menos, o projecto construtivo do mosteiro da Serra do Pilar. Fr. Brás de Braga – ou de Barros, como também é conhecido - assume-se como o principal responsável pelas negociações com Castilho sendo que seria, inclusive, por solicitação do reformista de Santa Cruz que Castilho viria a trabalhar neste mosteiro¹⁰⁹. Porém, não é crível que este mestre tenha aí laborado como construtor, mas sim como mestre e empreiteiro – daí se poder constatar a sua presença intermitente nesta região em várias ocasiões, nomeadamente em 1543, como nos destaca Magalhães Basto¹¹⁰. A multiplicidade de obras a que atende nesta fase, enquanto responsável máximo por um conjunto de construtores, não lhe permitiam um comprometimento elevado. Porém, a sua presença nesta obra foi atestada, por carta de Fr. Brás ao Rei - em data posterior a 6 de Dezembro de 1537¹¹¹ – juntamente com João de Ruão, um dos outros mestres de pedraria a laborar nesta obra¹¹². Fr. Brás de Braga

¹⁰⁶ Gonçalves, 1979, p. 79.

¹⁰⁷ Basto, 1941, p. 7

¹⁰⁸ Parecer esse que seria contrário àquele que um arquitecto italiano de nome Francesco já teria dado - que se acredita ser Francesco da Cremona. Basto, 1941, p. 73.

¹⁰⁹ Basto, 1941, p. 75.

¹¹⁰ Basto, 1941, p. 77.

¹¹¹ Era importante, para Frei Brás de Braga, que estes dois mestres pudessem laborar na construção do pretenso “...rei dos mosteiros...” - como afirma o autor - tendo em conta a importância que tiveram no processo construtivo da Rua da Sofia. Para tal, indica ao rei que “...fora ao monte «com Diogo de Castilho e Joam de Ruam e se traçou o mosteiro e se abriram os alicerces em a Igreja e claustro» ...”. Gonçalves, 1979, p. 107.

¹¹² O papel de João de Ruão, nesta obra, foi bastante mais interventivo do que aquele que Diogo de Castilho desempenhou. Assumindo-se como mestre de cantaria e pedraria, a Ruão atribui-se a construção dos diversos arcos aplicados nas capelas da igreja, bem como na cabeceira da nave. De igual modo, este mestre assentou, muito possivelmente, uma base de pedra, de modo a que servisse de nivelamento geral de toda a estrutura a erigir. Gonçalves, 1979, p. 108 e 109.

assume-se, então, como o principal impulsionador para o desenvolvimento da arte “Castilhiana”. Assim como já havia acontecido na obra de renovação operada em Santa Cruz, Castilho representava para o reformador um dos expoentes máximos para o desenvolvimento da cultura construtiva própria do humanismo de Quinhentos¹¹³. Para além disso, o mestre Diogo seria o homem de confiança de Fr. Brás em matérias diplomáticas, financeiras e artísticas¹¹⁴.

De tudo o que se tem escrito sobre Diogo de Castilho, Maria de Lurdes Craveiro revela-se uma das mais fiáveis fontes bibliográficas a ter em conta. Pelo seu constante empenho de investigação em torno deste mestre, bem como pela proximidade que a sua obra admite perante o nosso tempo, julgamos por bem constatar que, segundo a autora, Diogo de Castilho se encontrava em Coimbra por volta de 1536. Aliás, procurando ir mais longe, acreditamos que a sua fixação definitiva em Coimbra ocorre, precisamente, por volta desse ano – não querendo com isto excluir qualquer tipo de estadia que pudesse ter tido no Porto; afinal, foi lá que constituiu família¹¹⁵. O que agora apontamos vai um pouco contra o que acima indicamos, no que toca à estadia de Diogo de Castilho quer em Coimbra, quer no Porto. No entanto, atentando bem, é possível que este mestre Biscainho fizesse visitas regulares à cidade nortenha, tendo como habitação regular a cidade de Coimbra. Como anteriormente atestamos, a sua função profissional impunha-lhe elevada mobilidade e disponibilidade.

Como consequência dessa sua fixação, foram vários os proventos prestigiantes que lhe advieram, nomeadamente traduzindo-se num aumento substancial dos seus rendimentos- face ao volume de obras que estariam a decorrer nesta cidade e nas quais trabalhava com certa responsabilidade - de modo que lhe permitiram a compra de algumas propriedades¹¹⁶.

Um dos pontos mais representativos do prestígio que haveria obtido junto do Rei e da sociedade em geral surge a 18 de Março de 1547. Aqui, Diogo de Castilho é nomeado, por alvará régio, Cavaleiro da Casa Real, bem como mestre das obras da

¹¹³ Num outro plano, o reformador pretendia que a igreja, que brevemente se pretendia erguer, tivesse configurações semelhantes às das igrejas colegiais que então se estariam a começar a construir em Coimbra. Para tal, sendo Diogo de Castilho um dos responsáveis por muitos desses projectos, a sua presença seria indispensável. Gonçalves, 1979, p. 87.

¹¹⁴ Segundo atesta A. Nogueira Gonçalves: “Ia a Lisboa mostrar os projectos das obras a el-rei e tomar notas das alterações que este mandava fazer, a Évora como delegado do convento a aceitar como prior geral o infante D. Henrique, ou a Tomar onde trabalhava o irmão”. Gonçalves, 1979, p. 100.

¹¹⁵ A 10 de Maio de 1536, um documento de fiança constata a presença de Diogo de Castilho na cidade de Coimbra, sendo este nomeado para o cargo de recebedor das rendas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Craveiro, 1990, p. 9.

¹¹⁶ Craveiro, 1990, p. 9.

pedraria e alvenaria da Universidade. Toda esta questão vem a juntar-se ao facto de este já ter estado fortemente envolvido nas obras de Santa Cruz, com uma função idêntica¹¹⁷. O reconhecimento pelo trabalho desenvolvido começaria, a partir de então, a gerar frutos cada vez mais importantes: em 1559 e 1563 vai exercer as funções de Vereador do Município de Coimbra; é-lhe concedida, por carta régia de 15 de Janeiro de 1561, a licença para usar o seu brasão de família¹¹⁸; é eleito provedor da Misericórdia em 1563-64 e 1566-67; volta, em 1569, a exercer as funções de vereador¹¹⁹.

A vida de Diogo de Castilho suscitara, por vezes, algumas questões que, pela sua natureza, merecem devida menção. Sendo, este, mestre pedreiro de ofício, função que cumulava com os seus inúmeros cargos administrativos, próprios da sua competência profissional – que se traduzia no facto de ser empreiteiro – acredita-se que, de igual modo, Castilho pudesse ter exercido funções de escultor¹²⁰. Por outro lado, consideramos relevante destacar que, como qualquer ser que é humano, Castilho nem sempre agiu bem em momentos de decisão, levando-o a, muito possivelmente, cometer determinados delitos. A certa altura, tendo ele forte influência na câmara, bem como grande apego a Santa Cruz – tenham-se presentes os inúmeros cargos que desempenhou quer na câmara, quer neste mosteiro – surge como muito provável que tivesse intercedido secretamente a favor do referido mosteiro, no que toca ao encanamento da água. Por consequência, fora sentenciado pelo Rei a: *"...não servir mais de vereador ou outro qualquer cargo da camara ou da governança, por elle, sendo vereador e correndo-lhe a obrigação de defender os interesses da cidade e bem commum..."*¹²¹. Apesar de tudo, esta sentença não surge documentada isoladamente, impossibilitando-nos de transmitir a data concreta da sua realização, ainda que tivesse surgido nas vereações de 1569. De igual modo, não nos é possível saber quando é que esta sanção entra em vigor, tendo em conta que, a 26 de Maio do referido ano, Castilho ainda se encontrava a exercer as funções de vereador.

No final da sua vida, Diogo de Castilho viria a renunciar aos seus rendimentos enquanto mestre-de-obras dos paços Reais de Coimbra, em favor da sua neta Maria de

¹¹⁷ Viterbo, 1988, p. 179.

¹¹⁸ Carvalho, 1921, p. 39

¹¹⁹ Viterbo, 1988, p. 181.

¹²⁰ Sousa Viterbo corrobora esta questão ao apresentar o seguinte excerto: *"Em ordem sem data, dirigida a Nicolau Leitão, manda el-rei (provavelmente D. João III) que sejam pagos a Diogo de Castilho e mestre Nicolau, pedreiros, 100 cruzados por preço das imagens que estão por fazer no portal do mosteiro de Santa Cruz"*. De igual modo, consideramos que Diogo de Castilho poderia, eventualmente, laboral no ofício de escultor, visto este não ser assim tão distinto daqueles que lhe atribuem. Viterbo, 1988, p. 172.

¹²¹ Viterbo, 1988, p. 182.

Azevedo, filha de Jerónimo de Castilho, freira professa do Mosteiro das Celas. Aliás, seria inclusive neste mosteiro que passaria a habitar após o mês de Janeiro de 1573¹²². Sobre a sua morte, somos capazes de constatar, através de uma carta de eleição de mesários, que ocorreu antes de 22 de Agosto de 1574 - data da carta -, onde se atesta que o seu filho Jerónimo estaria impossibilitado de comparecer na referida eleição, por estar na quinta do Roll, por ocasião do falecimento do seu pai¹²³. No entanto, Teixeira de Carvalho vai mais longe constatando, através de uma outra carta, que o enterramento de Diogo de Castilho ocorrera uns dias antes, mais propriamente a 18 de Agosto, onde morreria com cerca de oitenta anos¹²⁴. Como seria de esperar, sobre esta questão advêm alguns problemas de resolução complexa. O local de enterramento de Diogo de Castilho surge inúmeras vezes omissa na variada bibliografia que consultamos. Porém, Nogueira Gonçalves afirma que este mestre fora sepultado, juntamente com a sua mulher, na igreja do mosteiro de Santa Cruz, mais concretamente em frente ao altar de Nossa Senhora, junto às grades divisórias da nave¹²⁵. Sendo a sua família portadora de um brasão de armas, seria de certo modo comum que fosse sepultado em tão nobre e sagrado local, tendo em conta não só o prestígio e riqueza de que gozavam mas, sobretudo, o papel que este mestre desempenhara na reconstrução do referido mosteiro¹²⁶.

3.3.2. O “Método Castilhiano”

Aceitamos a expressão “método castilhiano”, proposta por Lurdes Craveiro, porque, de facto, a forma de executar deste mestre, Diogo de Castilho, é distinta da de outros seus contemporâneos, incluindo a de seu irmão, João de Castilho. Na verdade, não podemos deixar de identificar duas grandes fases na actividade de Diogo de Castilho: a primeira, durante o reinado de D. Manuel I, e ao modo *manuelino*, e a segunda, no reinado de D. João III, cujo gosto se distanciava do de seu pai, tendo optado por um gosto pela arquitectura ao modo classicizante.

A definição das inspirações artísticas de Diogo de Castilho figura, ainda, como uma questão por resolver. Desde logo, acredita-se que, numa primeira fase, obtivera a sua principal influência em Espanha, juntamente com o seu irmão João de Castilho, com quem chegaria a Portugal e com quem iria trabalhar nos primeiros momentos, como no

¹²² Craveiro, 1990, p. 11.

¹²³ Carvalho, 1921, p. 41.

¹²⁴ Carvalho, 1921, p. 42.

¹²⁵ Gonçalves, 1979, p. 100.

¹²⁶ Viterbo, 1988, p. 183.

caso dos Jerónimos¹²⁷. Deste modo, iniciou-se na arte do gótico final, a assumir o papel de aparelhador ou lavrante decorador - enquanto trabalhou em Espanha - mais concretamente a assimilar a modalidade do plateresco¹²⁸. Com o passar dos tempos, já em Portugal e à mercê das encomendas artísticas que lhe foram sendo proporcionadas, a arte de Diogo de Castilho viria a assumir distintos contornos. É possível que tenha sido influenciado artisticamente pela obra literária de Diego de Sagredo, "*Medidas del Romano*", publicada em Toledo, em 1526, e em Portugal em 1541 e 1542¹²⁹. Assim, a obra artística de Diogo de Castilho divide-se em dois grandes períodos de análise, separados pela reforma crúzia. Por um lado, um estilo artístico fortemente interligado com o gótico final português, com certas relações com o plateresco; por outro, manifesta-se com fortes ligações ao projecto artístico renascentista, com um importante pendor clássico, mas sem nunca perder, na totalidade, a caracterização naturalista que o gótico lhe havia transmitido¹³⁰.

As mais concretas expressões da arte Castilhiana surgem através das suas obras de maior referência, nomeadamente claustros e igrejas. Nestas, somos capazes de perceber o complexo ideal artístico que Castilho impregnava nas suas obras, nas quais, - apesar da passagem do modo *manuelino* para o modo classicizante - se pode, talvez, sentir alguma "evolução na continuidade". Ou seja, como constataremos, a arte construtiva de Diogo de Castilho é marcada por constantes alternâncias entre o Gótico final português - o *manuelino*, portanto - e o estilo renascentista clássico.

Comentemos, então, algumas das obras que lhe são atribuídas - ou efectivamente, devidas - numa primeira fase da sua actividade, durante a qual labora predominantemente ao modo *manuelino*.

Em relação ao mosteiro de S. Marcos (datação atribuída de 1522¹³¹), não é de toda uma certeza que a obra lhe seja devida. Segundo testemunho do seu filho João, frade professo neste lugar, a Diogo de Castilho se deve, provavelmente, a construção da

¹²⁷ Craveiro, 1990, p. 117.

¹²⁸ Dias, 1982, p. 423.

¹²⁹ Obra esta que, não obstante o seu carácter didáctico, se revelou insuficiente para saciar o intento de conhecimento que os artistas da época tinham em relação ao Renascimento. No fundo, esta obra apresentava um conjunto de indicações, no tocante à construção de edifícios, contemplando as quantidades de mão-de-obra necessária à correcta concepção dos mesmos. Já na sua faceta teórica, revelava-se incompleta, sendo incapaz de fornecer "... um corpo teórico adequado às aspirações já denunciadas nem qualquer indicação no sentido da mudança das estruturas arquitectónicas". Craveiro, 1990, p. 118.

¹³⁰ Gonçalves, 1979, p. 99.

¹³¹ Dias, 1982, p. 425.

abóbada presente na capela-mor da igreja anexa a este mosteiro¹³². Sendo a sua construção de cerca de 1522 – e, por isso, quase contemporânea com a construção do túmulo das primeiras majestades -, esta abóbada revelara muito daquilo que era o modo construtivo de Castilho. Aqui, recorreu a uma variante do arco Tódor, muito possivelmente já lá existente - visto que Nogueira Gonçalves o diz ser de quatrocentos -, ao qual viria a acrescentar uma composição estrelada. As nervuras irradiavam do fecho central e, os terceletes, que irradiavam das mísulas ou pilares laterais, viriam a interceptar as cadernas. Por sua vez, algumas dessas nervuras apresentavam um traçado em quadrifólio¹³³, também comum (embora não igual) nas abóbadas de combados de João de Castilho. Todas essas intercessões seriam rematadas por chaves independentes e decoradas, nomeadamente com a recorrência a uma mescla formada pelo estilo naturalista do gótico, conjuntamente com o estilo clássico-renascentista, onde são visíveis medalhões desse gosto¹³⁴.

Já no que toca a Santa Cruz (contrato de 1528), a intervenção de Castilho é, assumidamente, mais representativa da sua arte e método. Apesar de só ter sido nomeado mestre-de-obras da Universidade em 15 de Maio de 1531, três anos antes, Diogo de Castilho já havia assinado um contrato para a realização de grande parte das obras, de seu mester, a empreender neste convento¹³⁵. Sob a protecção mecénica de Frei Brás de Braga, a Castilho se deve a construção do dormitório que confrontaria com o claustro em duas paredes¹³⁶; do refeitório, construído um tanto abaixo do dormitório, tendo por ponto de início o antigo mosteiro das Donas¹³⁷; da cozinha, paredes meias com o refeitório, nomeadamente onde foi construído um portal ¹³⁸; da casa da pataria, a qual, de igual

¹³² Nogueira Gonçalves ressalva a falta de documentação que comprove tal, mas acredita se tratar de uma obra deste mestre, a julgar pela caracterização e gosto construtivos. Gonçalves, 1979, p. 75.

¹³³ Gonçalves, 1979, p. 76.

¹³⁴ Ainda que sobre a sua autoria existam certas dúvidas. Diogo Pires-o-moço aplicou, nos túmulos presentes nesta igreja, várias medalhas de gosto semelhante. O que levou Nogueira Gonçalves a indagar se estas, colocadas nos túmulos, seriam cópias daquelas que Castilho haveria feito na abóbada da capela-mor, ou se, na realidade, este haveria encomendado a Pires-o-moço a realização dessas chaves. Teoria, esta, que ganha força se nos lembrarmos do papel de Castilho enquanto empreiteiro. Gonçalves, 1979, p. 79.

¹³⁵ Gonçalves, 1979, p. 176.

¹³⁶ “Item - Primeiramente faraa dous lãços de dormjtorio em duas/ quoadras da crasta asy e na maneira como vã enlegidos e hum dos/ lãços - saber - o lãço que se ha de ffazer honde ora estaa o dor/mjtorio velho sayra ffora da quadra do dito dormjtorio para a par/te do tãque vimte e duas braças ou aqujlllo que fue neçesario ffor para/ caberem as çelas que vã ordenadas no dito debuxo //”. Garcia, 1923, p. 177.

¹³⁷ “Item - O dito Reffeitorio terá de cõprido treze braças e sejs/ palmos e a cozinha terá corenta e oyto palmos em quadrado, a/ quall será feyta no lugar honde vay enlegida, e a pataria terá de/ largo vimte palmos e de cõprido a largura do dito Reffeitorio etc.//”, Garcia, 1923, p. 178

¹³⁸ “Item - Neste Reffeitorio averá hum boom portall de pedraria/ asentado da parte da cozinha aRedado dez palmos do câto da pa/rede da cozinha...”, Garcia, 1923, p. 180.

modo, confrontava com o refeitório¹³⁹; do segundo andar do claustro, onde se poria um sobrado para o dormitório¹⁴⁰; da livraria, que se encontrava no ângulo oposto do claustro, mais concretamente iniciando-se nas paredes do dormitório e indo encostar às paredes da Igreja de São João, nomeadamente onde outrora se encontravam as necessárias (secretas)¹⁴¹; da enfermaria com as suas distintas dependências, nomeadamente a confrontar com um outro ângulo do dormitório¹⁴²; entre outras repartições menores. Contudo, importa constatar que Castilho viria a aplicar aqui, uma vez mais, uma das suas mais características abóbadas, desta feita no refeitório do Convento. No já referido contrato, surge a descrição referente à cobertura dessa repartição da casa, concretamente coadunada com as características que Castilho lhe conferiu: "Item - A casa deste Reffitorio será dabobada em ordenança de/ tres capellas de çimco chaues cada hua cõ suas formas e Rãpan/tes e terçeletes e chaues e Represas e jarjamentos tudo de pedra/ria e abalheria..."¹⁴³.

Apesar da importância que Diogo de Castilho tem na execução das obras de remodelação deste convento, não se sabe se o projecto utilizado lhe teria pertencido, embora haja repetidas referências a projectos: "ordenadas no debuxo", "por o teor do debuxo"¹⁴⁴. As claras indicações construtivas, estritamente articuladas com a pretendida organização dos espaços - de resto, uma das mais importantes características da construção renascentista -, poderiam, eventualmente, ter sido feitas pela mão de Castilho, a julgar pelas características do "arquitecto" renascentista. As hipóteses que colocamos é de que, se Diogo veio para Portugal sem amadurecer os seus conhecimentos e competências, bastar-lhe-ia o trabalho que fez inicialmente com seu irmão, João de Castilho, para as obter. E, efectivamente, assim foi visto que as suas obras são a prova da sua competência.

¹³⁹ "Item - Na casa da pataria averá hum portall a hua das partes/ para o Reffitouro...". Garcia, 1923, p. 181.

¹⁴⁰ "Item - ao traues desta casa averá hum arco de pedraria chã/frado na çetera das abobadas da crasta e Iso para se trauejar delle/ aas paredes para fficar em çima hua casa dãtresolho que venha/ no andar das ditas abobadas e em çima deste arco se asentara/ outro por o teor do debuxo para se trauejar ho sobrado do dor/mjtorio e nesta casa do antresolho se fará duas Janellas de pedra/ria com suas sedas e peitorys de sete palmos de lume e dalto/ aqujlo que demãdar...". Garcia, 1923, p. 181.

¹⁴¹ "Item - Na outra quadra da dita crasta da parte donde ora sã as/ neçarias se ffara a casa da lyuraria começado das paredes e cu/nhall do dormjtorio até entestar nas paredes da Igreja de sã João...". Garcia, 1923, p. 181.

¹⁴² "Item - Na outra quadra do dormjtorio que se ha de ffazer cõ/tra honde ora he a portaria se ffará a casa da enfermaria...", Garcia, 1923, p. 182.

¹⁴³ Garcia, 1923, p. 178.

¹⁴⁴ Cf. nota 140.

João de Castilho quando veio para Portugal era o único mestre a dominar a arte de fazer um determinado tipo de abóbadas de combados para grandes vãos, razão pela qual foi chamado por D. Diogo de Sousa para fazer a capela-mor da Sé de Braga, a sua primeira obra documentada em Portugal, e, depois para a igreja de S. João Baptista de Vila do Conde - é na documentação relativa a esta igreja que se refere que o mestre João de Castilho, que se pretendia contratar, tinha sido o mestre da capela-mor da Sé de Braga. Seria, apenas, depois da sua obra em Vila do Conde que passou a ser requerido pelo rei, primeiro D. Manuel I e, depois, D. João III¹⁴⁵, tal como, aliás, aconteceu também com Diogo de Castilho.

No entanto, a reforma de Santa Cruz não se tratava, única e exclusivamente, de uma reconstrução das secções da casa; aqui, Diogo de Castilho emprega uma reorganização espacial. É notório que, para a reorganização espacial de Santa Cruz, fora fulcral a deslocação do refeitório para a ala norte do claustro do silêncio. Deste modo, procurava-se preservar a clausura, centralizando-se a vida diária dos monges em torno do claustro e das estruturas adossadas - assim como anteriormente já o era -, pelo que, desta feita, a organização espacial os afastava, agora, da portaria e das zonas consideradas "devassas". Por conseguinte, o refeitório passa, desde então, a assumir um papel proactivo, com um carácter mais funcional do que aquele que previamente teria, destacando-se como uma estrutura autónoma, face à vivência que representava. Como afirma Lurdes Craveiro: "A projecção da capela da Ceia, acolitada pelos dois púlpitos, deve entender-se como ligada ao ritual da refeição, presidido a nascente pelas treze figuras sacras no momento da Última Ceia, transformando-se em espaço litúrgico decorrente da palavra dos púlpitos e onde o jogo de disposição das treze mesas funciona como alusão clara ao repasto mais carismático da Cristandade"¹⁴⁶. O comprometimento de Castilho em assumir a construção segundo os cânones organizativos do Renascimento - para os quais, tratados como o *De re aedificatoria*, de Leon Battista Alberti, muito contribuíram -, revelava uma cada vez maior disponibilidade para a absorção da evolução artística que o Humanismo representava.¹⁴⁷

Por outro lado, é interessante constatar que a maioria das obras de remodelação, com sucessivas alterações à ordem organizativa dos espaços, tenham sido propostas por

¹⁴⁵ Para uma melhor compreensão da importância de João de Castilho no panorama construtivo do século XVI, cf.: Bessa, 2007, p. 102; Bessa, 2010, pp. 480-481; Bessa, 2011, pp. 508-513; e Bessa, 2011, p. 91-93.

¹⁴⁶ Craveiro, 2009, p. 38.

¹⁴⁷ Craveiro, 2009, p. 38.

Castilho mas que, como é compreensível, não tenham sido construídas por si. Note-se, uma vez mais que, este mestre, na qualidade de empreiteiro, teria os seus trabalhadores dependentes. Algo que é atestado no contrato que firmou com Bartolomeu Paiva: "Item - E o dito diogo de castilho será obrigado de tra/zer contyno trinta ofyçiaes aluaneis e de pedraria e sendo caso/ que estes nã abastem para se acabar a dita obra ao tempo de sua/ obrjgação elle meterá tãtos quãtos neçesarios fforem para cõprir/ que se acabem ao tempo que he obrigado.//"¹⁴⁸.

Na capela de S. João Baptista na igreja de S. Francisco, Porto (1532), surge uma abóbada de combados, composta por nervuras rectilíneas e curvilíneas, incluindo o motivo do quadrifólio¹⁴⁹.

Em 1533, Diogo de Castilho ocupava-se da construção da igreja presente no mosteiro de Madre Deus de Monchique, no Porto. Esta, compunha-se de uma nave única, dividida em dois tramos, com capela-mor e coro no outro extremo. Porém, é à abóbada da nave que maior destaque se deve. Cada tramo apresentava uma abóbada em forma estrelada simples, tendo nas ligações cinco chaves ornadas pelo que, em 1926, as suas nervuras ainda se encontravam conforme o contrato. Já na Capela-mor, quadrada, Castilho construíra uma abóbada de nove chaves. O arco cruzeiro seria ornado mas sem as imagens que o mestre para aí projectara; a porta principal era lateral e de 15.5 palmos de altura¹⁵⁰. Os coros, altos e baixo, no topo fundeiro, abriam para a nave por dois arcos sobrepostos, sem que se tivesse feito abóbada.

A partir desta obra, inicia-se uma nova fase na actividade de Diogo de Castilho, claramente marcada por uma nova corrente de gosto, desta feita, classicizante.

Citando o professor José Horta Correia, para a definição do "método Castilhiano" aplicado aos claustros de sua autoria e/ou projecção, existem três vectores que devem ser tidos em conta: o conhecimento do "ritmo sequencial de arcarias renascentistas", a aplicação de uma "transformação das sequências uniformes de arcos únicos separados ou não por pilastras em arcos geminados enquadrados por contrafortes", e o empreendimento de um "sistema de aberturas no piso superior de verga recta, raro em Espanha, e que poderá hipoteticamente relacionar-se com o modelo bramantino de Santa Maria de la Pace"¹⁵¹.

¹⁴⁸ Garcia, 1923, p. 188.

¹⁴⁹ Gonçalves, 1979, p. 102.

¹⁵⁰ Gonçalves, 1979, p. 101 e 102.

¹⁵¹ Correia, Março 1998, p. 17 e 18.

A Castilho se deve, indubitavelmente, a projecção de emblemáticos claustros portugueses, definidores de uma realidade própria, empregue – sobretudo em Coimbra – a partir do primeiro terço do século XVI. Desde logo, importa destacar a projecção e construção do claustro presente no colégio Agostinho de Nossa Senhora Graça, em Coimbra, o qual, posteriormente, definiremos em capítulo separado. Porém, a Castilho se deve a projecção do Claustro do Silêncio, construído no mosteiro da Serra do Pilar. Ao contrário do que acontecia no Colégio da Graça, apresenta ainda uma falta de total consonância com os modelos clássicos. Aqui opta-se pela não utilização de arcos sobre as colunas - desta feita fora aplicado um entablamento, opção comum na Antiguidade grega e romana, e que se coadunasse com a morfologia da estrutura - onde a excessiva grossura das mesmas, a irregularidade das abóbadas, bem como um entablamento demasiado desenvolvido, afastavam esta estrutura das semelhantes produzidas na cidade coimbrã¹⁵². Para a compreensão deste desfasamento artístico, é necessário ter presente que, muito provavelmente, Diogo de Castilho não foi o responsável pela construção do claustro, mas sim pelo seu projecto. Ainda que o início da construção do claustro seja de data anterior à do Colégio da Graça – Nogueira Gonçalves afirma que a primeira pedra foi colocada a 6 de Dezembro de 1537¹⁵³ -, é sabido que o momento construtivo de ambas as estruturas foi coincidente. Aliás, o livro de receita e despesa da obra registava, ainda em Setembro de 1582, pagamentos referentes às obras do claustro, fazendo crer que, à data, ainda não estaria concluído¹⁵⁴. Como anteriormente já ressaltamos, o carácter errante que Diogo de Castilho adquiriu, próprio de um "mestre" da época, proporcionava que estivesse associado a várias obras em simultâneo, sem que estivesse a trabalhar constantemente em nenhuma delas. De tal modo, é provável que não tivesse tido o mesmo envolvimento na construção do claustro da Serra do Pilar, como aquele que teve na construção de estrutura semelhante no Colégio da Graça¹⁵⁵. O que, por sua vez, explicaria a fuga aos “cânones” que emprega na construção de estruturas deste género¹⁵⁶.

Em suma, é possível constatar que, para além da grande novidade nas igrejas - deste momento em diante construídas, sobretudo, com nave única - as abóbadas de

¹⁵² Gonçalves, 1979, p. 111.

¹⁵³ Gonçalves, 1979, p. 87.

¹⁵⁴ Gonçalves, 1979, p. 92.

¹⁵⁵ Para a qual nos encontramos em condições de atestar que participou no processo construtivo, desempenhando, inclusive, o papel de pedreiro. A.D.B., L.O.C.G., fl. 6.

¹⁵⁶ Nogueira Gonçalves reitera esta questão - um pouco em demasia sob o nosso ponto de vista - afirmando que Diogo de Castilho não foi, de todo, o construtor deste claustro. Não obstante, como não nos servimos da mesma documentação que este tivera acesso, nem dispomos de informações mais concretas sobre esta questão, remetemo-nos a uma aceitação comedida. Gonçalves, 1979, p. 106.

Castilho contribuíram para configurar novos estilos arquitectónicos, apetecíveis ao olhar e em processo de conciliação com as evoluções artísticas que a Europa de então ia absorvendo. Assim sendo, procurando definir as “abóbadas Castilhanas”, podemos considerá-la em formato abatido e com nervuras em número variável, umas vezes apenas rectilíneas, noutras vezes de combados, ornamentadas com chaves de motivo frequentemente clássico, presentes nas intercessões dos terceletes. Nervuras que, por sua vez, partem quer das colunas laterais, quer de mísulas.

Numa segunda fase da actividade deste mestre, fase já de carácter classicizante, usa quer abóbadas de canhão com caixotões -como na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Coimbra -, quer abóbadas de berço com arcos torais, quer, até, abóbadas abatidas de arestas, como acontece em diferentes espaços do Colégio da Graça.

Já no que toca ao seu típico claustro, veremos no capítulo seguinte que os seus cânones construtivos viriam a ser materializados na obra dessa estrutura, desta feita no Colégio da Graça.

3.4. O Gosto Artístico do Colégio da Graça

Os colégios construídos na Rua da Sofia eram, em primeiro lugar, promovidos por ordens religiosas, reservadas à recepção de alunos num ambiente de recolhimento. Eram marcados pela presença de espaços religiosos, como a igreja e o claustro, bem como pela presença de espaços dedicados à vivência comunitária, podendo, de igual modo, incluir espaços reservados ao ensino¹⁵⁷.

Diogo de Castilho impôs uma ordem construtiva muito própria aos colégios erigidos na Rua da Sofia. A partir das suas obras, é possível destacar o seu entendimento no tocante à planimetria clássica, algo que transmitiu às gerações de mestres que o seguiam. É, sobretudo, na comunicação entre a igreja e o claustro, bem posicionados perante as restantes dependências do colégio, que Castilho vai demarcar uma articulação proactiva entre "espaços e formas"¹⁵⁸. Sendo o claustro uma das estruturas fortemente interligada com a vida monástica - o *modus clausus* assim o define -, seria sobre esta que Castilho iria despender parte da sua atenção e génio artístico.

No claustro do Colégio da Graça - um dos poucos colégios que sobreviveu à deterioração do tempo, sendo hoje um dos melhores exemplos da arquitectura colegial da época - Castilho empreendeu a utilização de capitéis de inspiração jónica, numa estrutura

¹⁵⁷ Craveiro, 1998, p. 22.

¹⁵⁸ Craveiro, Março 1998, p. 23.

de plano rectangular. Cada ala do claustro se estrutura alternando três arcadas duplas e contrafortes, marcando um ritmo construtivo inovador e que, até então, na cidade de Coimbra, pelo menos na concepção espacial, não teria par¹⁵⁹. Os capitéis utilizados apresentavam-se, ainda - e assim como em outros tantos casos - pouco concordantes com a configuração ou sequer as medidas clássicas reportadas por Vitruvius. Nas colunas das extremidades do tramo nascente, os ábacos dos capitéis revelam um perfil aparentemente curvo sendo que, aquelas que se encontravam na zona central deste tramo revelam a aplicação de capitéis de caracterização protojónica¹⁶⁰. As suas volutas apresentavam uma forma e posição anómala, parcial - assim como os que se encontravam no lanço novo do Colégio das Artes¹⁶¹ - pelo que, nos quatro lanços que compõem o claustro, dois apresentam capitéis de inspiração jónica de duas volutas, e os restantes apresentam capitéis de inspiração jónica de quatro volutas¹⁶².

Seria precisamente pela "mão" de Diogo de Castilho que os capitéis de inspiração jónica viriam a obter um importante reconhecimento na Coimbra quinhentista. Pelo formato "vermiforme" aplicado neste claustro, as referências à ordem jónica¹⁶³ viria a despoletar um processo de reconhecimento artístico, conferindo-lhe uma quase exclusividade de utilização, não por demanda, mas por opção. Por outro lado, a ordem jónica revelava-se constantemente interligada com o saber. Algo que *Serlio* já defendia no seu tratado, e que parece ter tido influência sobre o pensamento artístico de Diogo de Castilho, a julgar pelo facto de constantemente recorrer a esta ordem artística ao longo de todas as obras deste teor a que foi associado¹⁶⁴.

Por sua vez, seguindo a variante já iniciada na Batalha com o claustro de Afonso V, o claustro da Graça compunha-se de um segundo piso, onde se construíram varandas arquitravadas, possivelmente existentes noutras estruturas semelhantes¹⁶⁵. É interessante constatar que, segundo Pedro Dias, a parte superior do Colégio da Graça apenas fora construída tardiamente no século XVI, nomeadamente após a conclusão do claustro em 1548¹⁶⁶. Algo que, de certo modo, não se coaduna com aquilo que nos é transmitido pelo

¹⁵⁹ Craveiro, Março 1998, p. 23.

¹⁶⁰ Correia, Março 1998, p.18

¹⁶¹ Dias, 1988, p. 179.

¹⁶² Correia e Gonçalves, 1947, p. 126.

¹⁶³ Não se pode falar propriamente de que siga a "ordem jónica" porque nem sequer ao nível da forma das colunas (base, fuste, capitel), forma dos capitéis e proporções, os seus cânones são respeitados. Por exemplo, as colunas, na ordem jónica, são estriadas, algo que aqui não se verifica.

¹⁶⁴ Craveiro, 1990, p. 126.

¹⁶⁵ Craveiro, 1998, p. 24.

¹⁶⁶ Dias, 1988, p. 179.

livro de obras, nomeadamente quando a esta secção se apelida de "varanda". Em determinados contratos, em 1545, registava-se a pretensão de cobrir a varanda com abóbada¹⁶⁷. Portanto, equacionando um hipotético atraso na construção, seria possível que, à data do término do claustro, o segundo piso ainda não estivesse coberto. Porém, estamos em condições de comprovar que, pelo menos em 1548 – data indicada como o fim das obras no claustro - é constatado que a varanda teria sido coberta em telha vã¹⁶⁸, algo que Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves corroboram¹⁶⁹. Neste andar construíram-se, ainda, portas sacadas rectangulares, com verga de cornija e bacia sobre quatro mísulas, sem grades que formavam uns pequenos varandins¹⁷⁰.

No que toca à igreja da Graça, concluída em 1555, a sua composição arquitectónica viria a abrir precedentes para que a arte Castilhiana, por intermédio das igrejas de nave única, viesse, a partir de então, a propagar-se. Nesta igreja, Castilho aplicou uma abóbada distinta daquelas que lhe temos vindo a atribuir, substituindo as nervuras góticas por uma abóbada de berço com caixotões. No entanto, a grande inovação que a Igreja da Graça representa, reside na planimetria aplicada. A construção em nave única permitiu a abertura de capelas laterais intercomunicantes, elevadas em relação à nave¹⁷¹.

A planimetria aplicada facilitou que a abóbada de caixotões constituísse, também ela, uma inovação: a construção de uma abóbada única - composta por catorze séries de oito caixotões cada uma ¹⁷² -, que cobria toda a igreja, incluindo a capela-mor. Esta unidade seria interrompida, apenas, pelo arco triunfal, suportado por colunas-balaústres, construído de modo a que se pudessem demarcar estas duas secções da igreja.

¹⁶⁷ Veja-se, a título de exemplo, o contrato realizado com António Fernandes para, entre outras questões, cobrir a varanda de abóbada. A.D.B., L.O.C.G., fl. 28.

¹⁶⁸ Não se sabe se este telhado acabou por ser telhado em telha vã, com tecto em madeira, ou se foi construída uma abóbada. Numa medição à obra que António Fernandes fez na varanda lê-se: “a .4. de agosto fizimos conta com António Fernandes y hallamos que tiene/ assentados dos portales por los quales le damos .3100 Reaes//Item tiene feyto o tellado das duas varandas y és obrigado/ a tellar de tella vana el tercero ângulo y a fazer o\ cipse/ com cal y mas el caño muyto bien feyto y dobar \el otro/ caño que este hazia el o dormitório...” A.D.B., L.O.C.G., fl. 18v.

¹⁶⁹ Correia e Gonçalves, 1947, p. 126.

¹⁷⁰ Em capítulo posterior, reservado ao estudo do actual estado de conservação do edifício, abordaremos estas protuberâncias. Supomos que esta “bacia” se trata da plataforma na qual, posteriormente, se vieram a colocar grades. Correia e Gonçalves, 1947, p. 126.

¹⁷¹ As duas primeiras, quer do lado do Evangelho, quer do lado da Epístola, e as mais próximas da fachada principal, receberam abóbadas de cruzaria de ogivas assentes em apenas dois arcos quebrados; já as capelas mais próximas da capela-mor, são cobertas por abóbada de berço, suportadas por arcos torais, formando um falso transepto

¹⁷² Correia e Gonçalves, 1947, p. 120.

O retábulo, do século XVII, é um retábulo maneirista de talha dourada com três registos, cada qual organizado em três espaços separados por pares de colunas com capitéis coríntios e fustes estriados. O inferior inclui dois nichos com imagens e, ao centro, um telão; os registos superiores incluem pintura. Toda esta ornamentação é enquadrada no topo por um frontão curvo a acompanhar a curvatura que a abóbada proporciona, ostentando, na zona central, uma águia, que constitui o símbolo da ordem¹⁷³.

É interessante constatar que a ornamentação aplicada na igreja fora imbuída de um propositado comedimento ornamental, de modo a que a planimetria pudesse ser realçada e assumir um protagonismo artístico superior. Essa "contenção ornamental", como lhe chama Maria de Lurdes Craveiro, permitia realçar a beleza da arquitectura clássica, aplicada segundo as regras traduzidas pelos inúmeros tratados à época existentes, sendo que, tal como seria pretendido, a austeridade ornamental proporcionava um maior ênfase à construção e organização planimétrica, no seu sentido estrutural desprovido de qualquer embelezamento externo¹⁷⁴. Paralelamente, a opção pela sobriedade ornamental admite outras possibilidades de interpretação. A contenção decorativa que marca a igreja da Graça, contrastando com o que havia sido feito na igreja de Santa Cruz de Coimbra, pode estar relacionada com o facto desta igreja se enquadrar no âmbito da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e é possível que possa ter constituído uma base de formação de uma arquitectura da Contra-reforma, posteriormente propalada noutras edificações que se realizaram na cidade do Mondego – de que são exemplos os Colégios do Carmo, de S. Pedro e, até mesmo o colégio dos Jesuítas¹⁷⁵.

A sacristia da igreja acompanha o pioneirismo e originalidade que são reconhecidos ao claustro e à igreja. Esta, que se apresentava logo a seguir à capela ossaria, foi construída em forma de caixa, com abóbada de berço interrompida por arcos torais, que alternavam entre largos e estreitos. Logo abaixo da abóbada, foram abertas três janelas de verga circular. Já as paredes viriam a ser cobertas de azulejos de data posterior à construção desta secção do colégio. Esta sua particularidade planimétrica pode, eventualmente, ter representado um ensaio para o surgimento posterior de um modelo semelhante, a executar noutras sacristias¹⁷⁶. Por sua vez, a sala do capítulo teria abóbada idêntica, com as paredes cobertas de azulejos os quais, em 1947, já lá não existiam¹⁷⁷.

¹⁷³ Correia e Gonçalves, 1947, p. 120.

¹⁷⁴ Craveiro, Março 1998, p. 24.

¹⁷⁵ Craveiro, Março 1998, p. 25.

¹⁷⁶ Correia, Março 1998, p. 18.

¹⁷⁷ Correia e Gonçalves, 1947, p. 120.

Na fachada da igreja, bem como na portaria, podem ser encontradas, ainda hoje, reminiscências dos portais clássicos que lá haviam sido construídos. Tendo sofrido alterações nas suas morfologias, os seus caracteres sóbrios, materializados pela aplicação de entablamentos e molduras clássicas, permitiram a persistência dos valores altamente defendidos pela Contra-reforma católica. No caso da igreja, é possível que as colunas toscanas, que servem de enquadramento ao portal no tempo presente, tenham substituído outras anteriores, ladeando o nicho ainda lá existente. Neste, encontra-se a imagem de Nossa Senhora do Pópulo, - comumente considerada como uma imagem da Virgem a segurar o menino - enquadrada por duas figuras de anjos, uma em cada lado. No topo, dentro do frontão triangular que coroa a fachada da igreja, é possível encontrar com uma inscrição laudatória ao Rei, impulsionador de toda esta obra¹⁷⁸.

Abordando as restantes repartições do colégio, importa constatar que, a planimetria aplicada – não só neste, como no grosso dos colégios coimbrãos -, obedecia a um ritmo construtivo operado ao nível conventual. Neste caso, os edifícios que circundavam o claustro dispunham-se entre os dois pisos que lhe eram característicos. No piso térreo ficavam os salões de aula e as repartições funcionais para a vivência colegial; no andar superior construía-se os dormitórios com o corredor ladeado por celas¹⁷⁹. O dormitório do colégio, para além de acompanhar o estilo aplicado nas restantes repartições - nomeadamente através da cobertura com abóbada e arcos torais alternadamente finos e grossos, bem como através da sua construção em forma de caixa -, é facilmente perceptível do exterior face á colocação de janelas maiores e mais pequenas denunciando, assim, a localização das celas e dos locais de leitura¹⁸⁰. Por sua vez, a livraria foi construída no primeiro piso da ala poente do claustro, por cima de umas salas de aula, destinadas a apoiar a Universidade. Na ala oposta do claustro encontravam-se a hospedaria e a enfermaria¹⁸¹.

Concluindo, tendo em conta toda a descrição que acima procuramos fazer, é inquestionável o envolvimento de Castilho no processo construtivo do Colégio da Graça. Vemos que, em comparação às suas obras, de datas anteriores a este colégio, se atesta uma evolução considerável no modo de construção, nomeadamente na inclusão de um maior número de motivos clássicos. Os entablamentos, as abóbadas de berço desprovidas

¹⁷⁸ Craveiro, Março 1998, p. 24.

¹⁷⁹ Gonçalves, 1982, p. 237.

¹⁸⁰ Craveiro, Março 1998, p. 24.

¹⁸¹ Craveiro, Março 1998, p. 24.

de nervuras, a aplicação da ordem jónica nos capitéis do claustro – embora caracterizados segundo um formato muito próprio -, tudo aliado a uma inovadora e funcional organização planimétrica imposta às diferentes secções da casa, revelam um cada vez maior entendimento dos cânones clássicos. Aliás, esta obra revela, sobretudo, uma considerável evolução na arte Castilhiana, mais próxima do Clássico do que do naturalismo gótico. Contudo, é interessante entrever a persistência de motivos góticos na arte de Diogo de Castilho, mesmo na igreja, terminada já depois de 1550. As capelas laterais, providas de nervuras nas suas abóbadas, bem como os contrafortes que interrompem os lanços de arcadas geminadas no claustro, são possíveis indícios de uma formação artística que Castilho ainda mantinha, tendo em conta o estilo que lhe proporcionara o seu reconhecimento social. Não se conhecem muitas obras de Castilho desde a construção do Colégio da Graça até à sua morte pelo que, de certo modo, é possível que tivesse mantido esse apego artístico até ao final dos seus dias.

3.5. Considerações Gerais Sobre o Edifício e Actual Estado de Conservação

A preocupação em torno do estado de conservação dos monumentos que gozam de reconhecimento inferior tem tido, de há uns anos a esta parte, uma interessante evolução. Não são poucos os edifícios que, por carência financeira ou cultural, se perdem na viragem dos tempos, entrando numa decadência sem retorno possível. Felizmente, assim como no caso do livro de obras, o Colégio da Graça constitui, parcialmente, um dos casos de recuperação positiva. De modo a que pudéssemos escrever este capítulo da forma mais fidedigna possível, realizamos visitas ao colégio e às suas diversas dependências. Tendo sido ocupado por volta de 1840 por militares, o Colégio da Graça - então conhecido por Quartel da Graça -, foi parcialmente absorvido pela Universidade de Coimbra, já nos inícios do século XXI. Porém, face à importância que a ocupação militar constituiu, as restantes dependências do colégio foram entregues à gestão da Liga dos Combatentes, ainda hoje lá presente. Entretanto, no ano de 2001 iniciou-se o projecto de recuperação patrimonial de que o colégio foi alvo, nomeadamente com o intuito de transformar a parte pertencente à Universidade de Coimbra no Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) aliando-se, assim, ao Centro de Estudos Sociais (CES) já existente, e que ainda lá permanece.

De tal modo, a nossa visita teve, forçosa e agradavelmente, que ser agendada com os principais responsáveis pelas distintas instituições que gerem este património: a Sra. Dra. Natércia Coimbra, pelo CD25A e o Sr. Tenente Coronel Paulino, pela Liga dos Combatentes. Iniciada pelo Sr. Tenente, a visita passou pelas diversas dependências administradas pela Liga dos Combatentes, onde se inclui a quase totalidade do colégio, à excepção dos dormitórios - que podem ser encontrados à esquerda da porta dos carros, actualmente a entrada de acesso de viaturas ao interior do Colégio, a partir da Rua da Sofia – bem como das dependências construídas sob a ocupação militar, nomeadamente o edifício hoje reservado à Polícia Judiciária Militar, construído no século XX. Por outro lado, a visita levada a cabo pela Dra. Natércia confinou-se, sobretudo, à secção do colégio que hoje alberga o CD25A, ou seja, os dormitórios.

Iniciemos os nossos comentários pelo claustro. Sendo um dos grandes pontos fortes da arquitectura e organização planimétrica do colégio, é em torno deste que as suas distintas divisões se vão organizar. Foi interessante constatar que, das quatro alas que o compõem, apenas duas mantêm a abóbada de berço, característica de Diogo de Castilho (Figura 2 e 3). As restantes duas exibem um tecto sem abobada, com tirantes de ferro que mantêm as duas paredes afastadas (Figura 4 e 5). Antes de avançar nesta descrição, gostaríamos de fazer especial referência aos ganchos presentes na Figura 5. Segundo consta, num pequeno quadro pendurado na parede dessa ala, foi permitido aos Agostinhos, por ordem régia, que tivessem o seu próprio açougue, pelo que, segundo o Sr. Tenente, esses ganchos teriam o propósito de pendurar os animais. Algo sobre o que, por desconhecimento, nada podemos apontar. Prosseguindo, o livro de obras não nos faz referência à quantidade de abóbadas construídas no claustro. No entanto, vários indícios apontam para a existência de abóbadas nas quatro alas, nomeadamente a colocação das cimalkas (Figura 6) e das mísulas - algumas já visivelmente degradadas - (Figura 7) em ambas as paredes, destinadas ao suporte dos arcos das abóbadas. No que toca às colunas, estas apresentam um relativo estado de conservação, tendo desaparecido algumas das volutas dos capitéis de inspiração Jónica, possivelmente destruídas. (Figuras 8 e 9) Através do claustro é possível, hoje em dia, ter acesso directo ao refeitório, ao segundo andar do claustro, bem como à divisão por onde entramos para o pátio claustal, o gabinete da Liga dos Combatentes, à esquerda do *hall* de entrada da portaria.

O refeitório manteve, muito provavelmente até aos dias de hoje, a sua traça original. Exceptuando a falta do púlpito¹⁸² e do sobrado de acesso às janelas superiores¹⁸³, os arcos abatidos de cantaria no topo do refeitório e os janelões superiores ainda lá se encontram (Figura 10). Por sua vez, as mesas de pedra que lá foram construídas também desapareceram¹⁸⁴. A suposta cozinha, segundo nos pareceu, ainda lá se encontra, nomeadamente com o local reservado à confecção dos alimentos (Figura 11). Ainda que possa ser localizada em outra secção – nomeadamente no local hoje reservado à cozinha do restaurante que se ocupou do refeitório antigo – acreditamos que a estrutura pétreia que se encontra na Figura 11 seria um local de confecção, com uma chaminé que pode ter sido tapada. Contiguamente ao refeitório existe um interessante “lava-mãos” - não sabemos se construído à época, visto não existir referência nos registos - coberto de azulejos, indiciando uma possível datação do século XVII/XVIII (Figura 12).

Relativamente ao acesso ao piso superior do claustro, é possível que a escadaria fosse da época de construção do edifício, agora um tanto desgastada pelo tempo e excessiva utilização. Os degraus apresentam um ligeiro caimento (Figura 13), tendo cedido, em relação à posição inicial, como se pode entrever na Figura 14. Imaculada, pelo menos a olho nu, parece estar a abóbada desta secção, mantendo os arcos – alternadamente finos e grossos - e respectivas mísulas em excelente estado de conservação (Figura 15). A sua construção pode ser atestada pelo contrato de 18 de Agosto de 1544, concertado com João de Penagós pelo que, cremos, desde então não sofreram qualquer modificação.¹⁸⁵ O piso superior do claustro constituiu uma das secções que mais nos surpreendeu. Para além da falta de abóbada, como já constatamos no capítulo 3.4 (Figura 16), as quatro alas do piso superior apenas dispõem de duas saídas para outras repartições: aquela que utilizamos para entrar e uma outra, claramente recente, onde hoje funcionam salas recreativas, destinadas aos sócios da Liga dos Combatentes – uma sala de jogos e um ginásio (Figura 17). No entanto, isto deveu-se ao facto de terem vedado o acesso através de certos portais de pedraria que lá existiam, possivelmente

¹⁸² Contratada a sua construção a Pêro Luis, João Luís e Jerónimo Afonso, a 22 de Setembro de 1545. A.D.B., L.O.C.G., fls. 34v. e 35. E mandado realocar, dentro do refeitório, a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes, no dia 23 de Fevereiro de 1546. A.D.B., L.O.C.G., fl. 130v.

¹⁸³ Encomendado a Jorge Dias no dia 8 de Outubro de 1545. A.D.B., L.O.C.G., fl. 154

¹⁸⁴ Podem ser encontradas referências a estas mesas em dois contratos, ambos celebrados no dia 28 de Fevereiro de 1546. Um primeiro, encomendando a Jorge Dias e António Lopes a realização de 5 mesas para o refeitório. A.D.B., L.O.C.G., fl. 36. E um segundo, concertado com Pêro Luís e Jerónimo Afonso para a realização de algumas mesas para o refeitório. A.D.B., L.O.C.G., fl. 171.

¹⁸⁵ Ainda que tenhamos algumas dúvidas se se referia a uma outra escada, que de seguida abordaremos, esta é a referência que nos parece mais provável. A.D.B., L.O.C.G., fl. 151.

utilizados como portas de acesso a outras secções, agora tapados com tijolo e estuque (Figura 18). Não conseguimos compreender o porquê desta acção ter sido tomada, nem sequer a data para tal; mantemo-nos, assim, na incógnita. Se atentássemos ao lado Este deste corredor, nomeadamente à parte interior do claustro, teríamos acesso aos pequenos varandins que lá existem, hoje com grades, ao contrário do que constatamos pelas palavras de Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves, no capítulo 3.4. (Figura 19) Este piso carece, urgentemente, de uma intervenção ao nível da cobertura, de forma a impedir a proliferação das infiltrações, piorando o já negro cenário que se avizinha, a julgar pelo pormenor na Figura 19. Caso contrário, prevê-se um futuro nada favorável à manutenção deste património.

No que toca à construção da portaria, existe uma concepção que tem suscitado algumas dúvidas. No concurso realizado em 2001 para a implantação do CD25A, foi feita uma contextualização construtiva do edifício, onde se indicou que a construção da portaria foi levada a cabo no século XVII. Contudo, é possível que esta já tivesse sido iniciada à data da construção do colégio, nomeadamente em 1543, aquando da celebração de um contrato para a construção da escadaria da portaria, encomendada a Domingo Domingues. Do mesmo modo, outros dois contratos fazem referência a esta estrutura. O primeiro é datado do dia 2 de Janeiro de 1544, celebrado com Rodrigo Peres, e encomenda a construção do alpendre da portaria, a par de duas portas para a mesma – possivelmente em madeira, visto este ser um oficial carpinteiro¹⁸⁶. O segundo contrato é datado de 12 de Novembro de 1546 e foi encomendado a António Rodrigues, pedindo a realização de dois capitéis que se colocariam na entrada desta estrutura¹⁸⁷. Ainda que mantenhamos as nossas reservas em relação à informação que o livro nos fornece, se esta for a estrutura que hoje subsiste na fachada do colégio, então a sua construção iniciou-se, muito possivelmente, em 1543 com a construção da sua escada. Por outro lado, é possível que a primeira portaria possa ter sido destruída, de modo a dar lugar a esta que hoje lá se encontra. Algo que não estamos em condições de provar.

Enveredando pela esquerda do *hall* de entrada da portaria, alcançamos uma porta que nos leva ao actual gabinete do presidente da Liga dos Combatentes, localizado debaixo de uma magnífica abóbada, esta, por sua vez, encimada pelos dormitórios; estamos, pois, de um dos lados da porta dos carros. Ao virar à direita, deparamo-nos com uma escada de acesso ao piso superior. Nesta, uma grade em ferro – não podemos precisar

¹⁸⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 76 e 76v.

¹⁸⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 115.

se é contemporânea à construção do edifício – veda a entrada, deixando entrever os belíssimos azulejos lá existentes (Figura 20). Ao ascendermos ao andar superior, antes de nos depararmos com um novo *hall* de acesso, é impossível não reparar na sua abóbada de cruzaria (Figura 21), apoiada em quase imperceptíveis mísulas, tudo pintado de uma cor branca que denuncia uma recente intervenção. Deste, podemos partir para dois sentidos: à esquerda para um andar superior e à direita para os dormitórios. Segundo o relato da Dra. Natércia, este *hall* seria o limite de restauro pretendido pela Universidade de Coimbra e, conseqüentemente, proposta a sua cedência à Liga dos Combatentes¹⁸⁸. Ainda assim, a Liga não atendeu a esse pedido, retendo uma pequena porção espacial da sua administração, mais concretamente o espaço que se segue à entrada da direita e vai até ao arco de pedraria que lá subsistiu – formando uma “caixa” de cerca de 3x3 metros -, sendo que, nesta secção funcionava, até há cerca de 2 ou 3 anos, um gabinete médico administrado pela Liga.

Se ascendermos pelas escadas do lado esquerdo, deparar-nos-emos com um corredor que segue no sentido da direita. É interessante constatar que, apesar de hoje não existir lá nenhuma porta de acesso ao lado esquerdo desse mesmo corredor, esta tenha existido em tempos, tendo sido hoje tapada, como em outros tantos casos. Esta convicção forma-se, sobretudo, pela existência de dois degraus que lhe dão acesso, denunciando uma possível abertura para outra secção/corredor da casa. “Onde daria?”, “qual a razão de ter sido tapado?” ou “qual a sua função coeva?”, são questões às quais, infelizmente, não conseguimos dar resposta.

Finalmente, da visita que nos proporcionou o Sr. Tenente Coronel Paulino, apenas nos resta destacar o último andar, ao qual podemos aceder através de uma escada, localizada ao fundo do anteriormente referido corredor. As duas dependências que lá se encontram, quando seguimos pela porta da esquerda ao cimo da escada, são deveras interessantes. Uma primeira, totalmente desocupada, conserva um tecto que nos intrigou, nomeadamente por se constituir totalmente em madeira. À excepção dos dormitórios – que abordaremos de seguida – estas duas secções representam o último andar do edifício, sendo de interesse constatar que o seu tecto em madeira ainda não sofreu qualquer tipo de destruição, tendo em conta que, muito possivelmente, não foi alvo de restauro há já largos anos a esta parte (Figura 22). O mesmo já não é possível afirmar em relação à segunda dependência. O seu tecto, também ele em madeira, sofreu um desabamento,

¹⁸⁸ Algo que pode ser constatado pelo projecto de proposta de restauro, elaborado pelo Sr. Arquitecto Rui Lobo.

muito provavelmente motivado pela precariedade material com que foi construído, como se pode constatar na Figura 23. Não cremos que nenhum destes tectos tenha sobrevivido a cerca de 450 anos de intempéries, sendo altamente provável que tenham sido construídos durante a ocupação militar, após 1834, ou, até, em tempos não muito distantes dessa data. Relativamente às suas funções durante a vivência do edifício enquanto colégio universitário, é possível que a primeira secção tivesse constituído um corredor de acesso, visto que representa a continuidade dos dormitórios – a julgar não só pelo arco presente na Figura 24, idêntico ao que existe no corredor dos dormitórios, mas, também, pelo segmento construtivo do edifício – e a segunda tivesse constituído algum tipo de sala de leitura ou, talvez, a biblioteca. Ainda não nos foi possível descortinar a sua localização, pelo que, qualquer tipo de proposta seria sempre hipotética. Não obstante, a colocação de assentos nos janelões, assim como aconteceu nos dormitórios, podem, eventualmente, denunciar a construção da biblioteca neste 3º e último piso (Figura 25).

Recuperando o que há pouco se disse sobre a cedência de espaços à Universidade de Coimbra, por parte da Liga dos Combatentes, é interessante constatar a diferença de tratamento no que toca ao património gerido. Ao atravessarmos uma das portas que separa o património a cargo da UC, daquele que é gerido pela Liga, é gritante a diferença de tratamento de que foi alvo o edifício. Do lado da Liga, apesar de manter a traça e muita da identidade que da ocupação militar sobrou, é visível uma degradação crescente, fruto de uma incapacidade financeira que permita à instituição suportar todos os custos da sua gestão, a par das elevadas despesas de manutenção do património. Por outro lado, nas repartições geridas pela UC, como se disse, foi feita uma intervenção tendo em vista a implantação do CD25A. Claramente que, neste pressuposto, aguardávamos um melhoramento das instalações.

É na parte do colégio gerida pela UC que procuramos centrar, agora, a nossa análise. A visita foi levada a cabo, numa primeira fase, pela assistente da Dra. Natércia, para que, posteriormente, fosse a própria Directora dos serviços a receber-nos. O CD25A e o CES ocuparam aquilo que na época de construção, cremos, corresponderia ao dormitório e, possivelmente, hospedaria. Esta secção da casa encontra-se à esquerda da porta dos carros significando, de tal modo, todo o edifício desde essa entrada até à igreja da ordem terceira de São Francisco. Iniciando a visita pelo 3º piso, deparamo-nos com um cenário bastante diferente daquele que encontramos na “parte antiga”. Aqui, o edifício parecia bastante distante das construções quinhentistas, com uma arquitectura de interiores e uma disposição construtiva bastante modernizadas – já para não falar da

iluminação adequada, isolamento sonoro e ar condicionado -, como podemos entrever na Figura 26. Ainda assim, mantiveram-se: os janelões pequenos e grandes – estes últimos com os já referidos assentos –, corroborando a opinião da Dra. Lurdes Craveiro relativamente à consignação das janelas pequenas para os espaços de dormida e das grandes para os espaços de leitura; os janelões que davam para o interior do colégio; os portais, em pedra, de entrada nas celas; as cimalthas em pedra de Ançã; bem como, segundo a Dra. Natércia, a localização exacta das paredes originais, hoje decalcadas por novas. Dada a existência de cimalthas neste piso, não sabemos se se fez abóbada aquando da sua construção. As fontes não o referenciam pelo que, a existência de cimalthas – hoje restauradas – pode indiciar a construção de uma abóbada, posteriormente retirada. Por seu turno, as cimalthas podem ter assumido um sentido puramente ornamental, tendo sido colocadas de acordo com essa intenção. Uma vez mais, remetemo-nos ao silêncio acerca desta questão. Finalmente, ainda dentro deste 3º piso, intrigaram-nos os arcos que demarcam o início e fim do corredor dos dormitórios. Estávamos à espera de encontrar arcos de volta perfeita, característicos do estilo Castilhiano, mas, ao invés, encontramos arcos abatidos, com uma estranha disposição nas extremidades superiores, nomeadamente com as suas ombreiras bastante salientes (Figura 27). Note-se que, este tipo de arcos surge, apenas, nos dormitórios restaurados, hoje com funções bastante distintas. Já na “parte antiga”, a maioria dos arcos seria de volta perfeita (Figura 28).

O 2º piso apresenta o mesmo tipo de intervenção de que o 3º foi alvo, à excepção da conservação de uma maravilhosa azulejaria de motivos que lhe cobre as paredes; o “mais bonito” como nos indicava a assistente da Dra. Natércia (Figura 29). É neste piso que funciona, actualmente, o CES e onde, paralelamente ao que aconteceu no piso superior, se mantiveram algumas das estruturas e se modificaram outras. O especial destaque, aqui, vai para o pavimento e para a azulejaria. Segundo contratos presentes no livro de obras, foram encomendados dois pavimentos distintos, a ser aplicados no dormitório, um em madeira¹⁸⁹ e outro em ladrilho¹⁹⁰. Visto que o solo deste piso se apresenta ladrilhado, acreditamos que o do piso superior seria, por conseguinte, em madeira, - sob pena de ter havido uma alteração nos contratos ou, até, uma modificação nos pavimentos, que desconhecemos - tendo sido removido aquando do restauro da

¹⁸⁹ No dia 16 de Setembro de 1544 foi celebrado um contrato com Rodrigo Peres, carpinteiro, de modo a que este realizasse o corredor do dormitório em madeira. A.D.B., L.O.C.G., fl. 77v. e 78.

¹⁹⁰ A 23 de Setembro de 1545 foi contractado com António Fernandes que colocasse ladrilho no dormitório. A.D.B., L.O.C.G., fl. 28.

estrutura. Já no tocante aos azulejos, estes apresentam-se padronizados, demarcando uma forte tendência naturalista que se repete ao longo de todo o corredor (Figura 30). No entanto, esta tendência modifica-se quando passamos para a “parte antiga” do edifício, a cargo da Liga dos Combatentes, mais concretamente para a secção em que, outrora, funcionou o já referido gabinete médico. Neste, a azulejaria apresenta um padrão floral e motivos geométricos que lembram a azulejaria de tapete do século XVII, vindo a repetir-se por toda essa divisória do colégio (Figura 31). É possível que a azulejaria presente na parte reservada à UC tenha bastantes semelhanças à azulejaria da Grande Pintura (c.1680-1725), tendo em conta a existência de barras de enquadramento decoradas com folhas de acanto enroladas, típicas do “Primeiro” Barroco português. Não sendo conhecedores destas questões remetemo-nos, uma vez mais, para o silêncio da fonte que usámos¹⁹¹. Contudo, em comparação ao que foi dito para o 3º piso, sabemos que o tecto do 2º seria composto por abóbada, antes do restauro a ter suprimido. Assim, através das fotografias presentes na tese de Mestrado de Diana Gonçalves dos Santos – anteriores ao restauro – podemos entrever a existência de uma abóbada completa, sustentada pelas cimalkas lá existentes (Figura 32).

Relativamente ao 1º piso, é possível que tivesse constituído a hospedaria do colégio. Estando em piso térreo, poderia ter sido esse o seu propósito, a julgar pela existência de janelões grandes com os seus respectivos assentos, bem como dos portais em pedraria e divisórias bem demarcadas. De igual modo como nos dois pisos superiores, as paredes hoje construídas decalcam a existência de outras, entretanto removidas. Gostaríamos, antes de prosseguir com esta descrição, de destacar um testemunho que nos foi transmitido pela Dra. Natércia, aquando da nossa visita. Tendo em conta que visitou o colégio no processo de substituição das estruturas, a Dra. Natércia transmitiu-nos que, as paredes de demarcação da espacialidade das celas seriam compostas por um “rendilhado de madeira, coberta por uma espécie de lã de vidro, que adquiria robustez com o enchimento de entulho”. Ao longo da visita fomos constatando uma ligeira coloração tanto nos assentos dos janelões, como nas próprias estruturas em pedra onde estes foram colocados. Sendo caso único o surgimento dessa pigmentação nos assentos do dormitório e/ou hospedaria, impressionou-nos o facto de a fonte não fazer referência à pintura das estruturas construídas, à excepção de determinados casos, onde se impõe a

¹⁹¹ Para informações mais concretas, relativamente à azulejaria aplicada nos colégios da Rua da Sofia, veja-se a tese de mestrado de Diana Gonçalves dos Santos, citada na bibliografia da presente dissertação.

pintura branca em cal. Teriam sido pintados durante a ocupação militar? Infelizmente, não nos encontramos em condições de o afirmar pelo que, atribuir uma datação à pintura seria erróneo, tendo em conta a base de sustentação de que dispomos (Figuras 33 a 36). Actualmente, como se disse, as celas dos dormitórios servem propósitos funcionais distintos. Desta feita, no 1º piso, as celas foram substituídas por gabinetes do CD25A, decalcando a possível espacialidade das celas – visto não estarmos cientes da dimensão concreta que estas teriam em Quinhentos. Esta secção do CD25A prolonga-se desde a casa fundeira do pátio do colégio até à porta dos carros, ocupando toda a fachada anterior e posterior da casa (Figuras 37 a 39). Tendo em conta a sua localização, constatamos, através das Figuras 38 e 39, que a calçada do pátio iria confrontar com a fachada anterior do edifício, algo que, hoje em dia, não sucede.

Através da Figura 40, conseguimos constatar a abertura de uma vala junto à fachada do edifício. Ao tempo da implantação do CD25A, surgiu a desconfiança em torno da calçada lá existente, nomeadamente por se considerar que estaria a obstruir a existência de um piso inferior. Através de uma porta lateral, localizada no arco da porta dos carros, foi possível perceber a existência de aberturas de dimensões bastante reduzidas, mas que alimentavam a esperança na existência de um outro piso. Com a necessidade da abertura de fundações para a colocação da maquinaria relacionada com o sistema de águas do edifício, há cerca de dois anos atrás, foram levadas a cabo escavações nesse preciso local. O seu resultado pôs a descoberto, como se esperava, um outro piso até aí soterrado em entulho, bem como a cisterna original, construída até 1548¹⁹². Paralelamente, estas escavações revelaram uma estrada de cariz medieval, como se vê na Figura 41, sendo possível que tivesse representado uma estrada de acesso a qualquer secção da casa – seria à horta localizada ao longo do monte? ou à adega? Infelizmente, nada se sabe. É interessante constatar que, dentro do piso que se pôs a descoberto, encontraram-se vestígios de valas e escadas, hoje cobertas por uma grade de protecção em ferro, sobre os quais nada se sabe (Figura 42). Paralelamente, foi posto a descoberto o sistema de “saneamento” da época, materializado num carreiro em pedra – proveniente não sabemos bem de onde – que teria por propósito o transporte das águas até à Rua da Sofia, onde se cruzariam com o sistema de saneamento da mesma (Figuras 43 e 44). Este piso revela uma climatização fora do normal, bastante húmida, levando-nos a crer que lá se pudesse ter localizado a adega ou, até mesmo, a cisterna – algo que, entretanto, já destrinçámos.

¹⁹² Desconfiamos que o bocal da cisterna, em pedraria, foi construído sob encomenda do contrato celebrado com António Fernandes, a 2 de Setembro de 1548. A.D.B., L.O.C.G., fl. 13.

Actualmente, num corredor deste piso, paralelo à fachada anterior do edifício, pode ser encontrado o local de armazenamento do fundo documental detido pela instituição.

Todo o edifício representa um jogo de distintas escalas sem que existisse, em determinados casos, uma articulação entre os andares. Aparentemente, apenas os dormitórios e hospedaria representam uma contiguidade construtiva, seguindo um sentido uniforme na sua construção, muito provavelmente pela necessidade da sua disposição em formato de corredor. Já nas restantes dependências do colégio, aquelas a cargo da Liga dos Combatentes, assiste-se a uma intrincada localização das secções, inúmeras vezes sem qualquer interligação entre elas. Cremos, assim, que muito desta situação resulta dos sucessivos processos de mudança administrativa de que o Colégio da Graça foi alvo, modificando-o consoante as necessidades funcionais da instituição que o administrava.

Para a igreja da Graça, com bastante pesar, não pudemos realizar semelhante exercício. Como anteriormente referimos, a fonte não inclui a descrição construtiva da igreja, muito em parte pela relação cronológica que as separa. Tendo presente que a igreja apenas iniciou a sua construção em 1548, a sua descrição construtiva não consta do livro de obras, pelo facto de este terminar os seus registos precisamente nesse ano. Contudo, como constataremos no capítulo 4.5, mantemos a convicção da existência de um segundo livro de obras que, a ser encontrado, poderia ajudar a clarificar muitas das ideias que aqui expusemos e que continuarão a pairar, até que para elas se encontre uma base de sustentação suficientemente credível. Ainda assim, gostaríamos de constatar que, o actual estado de conservação da igreja, em muito se compara àquele que nos foi transmitido por Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia, na obra que produziram em 1947 sobre a cidade de Coimbra. A constatação do brilhantismo planimétrico de Castilho é, deveras, inesquecível. A construção de uma abóbada em caixotões única que atravessa as duas secções da igreja – nave e capela-mor (Figura 45) -, aliada ao alteamento da última capela com o propósito de servir como falso transepto (Figura 46), constituiu uma das grandes inovações da sua arte. De resto, mantiveram-se as chaves das abóbadas de cruzaria das primeiras quatro capelas (Figuras 47 a 50), assim como a azulejaria das paredes do subcoro (Figuras 51) e o retábulo da capela-mor, coroado pela águia – símbolo da ordem, talhada no topo do mesmo (Figura 52). Por fim, um pouco por infelicidade, não nos foi permitido o acesso à sacristia e cabido, anexos à igreja. Ainda que não saibamos o seu actual estado de conservação, a sacristia não deve diferenciar-se muito daquele que Diana Gonçalves dos Santos fotografou em 2007, onde podemos entrever, não só, a azulejaria

que forrava as paredes dessa secção mas, também, a alternância entre arcos finos e grossos, na abóbada que a cobre.¹⁹³

O trabalho de análise que procurámos fazer, tendo por base um testemunho físico construído há cerca de 4 séculos e meio, revelou-se um tanto dificultado por diversos factores. Desde logo, o desinteresse sobre o património, aquando do processo de restauro, revelou-se um dos grandes entraves ao desenvolvimento de uma análise coesa. Neste processo, foram várias as estruturas que pereceram, consigo transportando uma parte da identidade e características do edifício. Para que tal deixasse de constituir uma problemática de difícil resolução, seria necessário que, pelo menos, se deixasse um testemunho fotográfico do estado de conservação do monumento, antes de se ter procedido ao seu restauro; o que, inúmeras vezes, não se sucede. Por conseguinte, características chave para a compreensão e desenvolvimento de determinadas reflexões, perdem-se num processo que, ao invés de revitalizar, mais não faz do que apagar os traços característicos de um modo construtivo, de uma geração de construtores ou, até, de uma realidade artística única.

¹⁹³ Santos, 2007, vol. II, p. 273.

4. O Processo Construtivo do Colégio da Graça

A construção do colégio da Graça iniciou-se em 1543, data de abertura do livro de obras. Ainda que os registos cessem em 1548, sabemos que os trabalhos não culminam nesta data. Através de uma análise intensiva ao livro de obras, fomos capazes de perceber que, este livro, apenas indica o desenrolar do processo construtivo até ao término das obras do claustro. Desse momento, pelo menos até 1555, não dispomos de quaisquer registos relativos a empreitadas para a construção da igreja, iniciada mais significativamente em 1548 e terminada em 1555¹⁹⁴. De tal modo, o que abordaremos sobre o templo deste colégio será, exclusivamente, através da bibliografia existente¹⁹⁵.

Sendo esta obra de encomenda e propriedade da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, com forte patrocínio régio, naturalmente que a sua administração ficaria a cargo de responsáveis desta ordem religiosa. Estando em curso a reforma dos Agostinhos – iniciada em 1535 por Fr. Francisco de Vila Franca e Fr. Luís de Montoya, como anteriormente referimos – e a transferência dos Estudos Gerais (Universidade) para a cidade de Coimbra, o Colégio da Graça viria a representar um importante activo neste processo, servindo de edifício de apoio aos estudantes, através do fornecimento de dormitórios, hospedarias, salas de aula, entre outras repartições necessárias à vivência universitária de então. Durante o processo construtivo, vemos que Fr. Luís de Montoya seria o principal responsável pela administração da obra. Juntamente com João Gonçalves, mordomo da obra, Montoya representa a ordem dos Agostinhos na cidade de Coimbra, gerindo as suas diversas fases de construção, sob a perspectiva do interesse da ordem. Porém, é a Fr. Francisco de Vila Franca que é atribuída a responsabilidade máxima nestes assuntos. Responsável pela reforma do Convento da Graça de Lisboa, Vila Franca, ainda que não seja explicitamente citado, representa a entidade superior dos Agostinhos na província portuguesa. Assim, para com o Colégio da Graça de Coimbra, a sua função seria, sobretudo, a de garantir a continuidade das obras, através do fornecimento de remessas monetárias, quando as que o Rei fornecia não seriam suficientes. Por outro lado, a gestão artística da obra fora entregue a Diogo de Castilho. Era a si que se recorria para a resolução de questões do âmbito artístico, nomeadamente relacionadas com as medidas e avaliações das peças contruídas, bem como dos preços a pagar por certos trabalhos

¹⁹⁴ Já desenvolvemos esta questão, de um modo mais satisfatório, no capítulo 3.4., relativo ao gosto artístico do Colégio da Graça.

¹⁹⁵ Veja-se o capítulo 3.4. referente ao artístico do Colégio da Graça.

realizados. Consigo trabalharam certos mestirais de renome como Jerónimo Afonso, Pêro Luís, António Fernandes, Rodrigo Peres, entre outros¹⁹⁶.

Ao contrário do que foi apontado para o caso dos Jerónimos, por Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro, a organização do processo construtivo no Colégio da Graça não nos surge tão clara¹⁹⁷. É inegável a importância de Diogo de Castilho, enquanto responsável máximo pelas questões técnicas e artísticas da obra. Porém, não conseguimos descortinar se a organização do estaleiro partia num sentido de pirâmide hierárquica, tendo à “cabeça” as personalidades do Rei e/ou da Ordem dos Agostinhos; ou se, na realidade, já nesta obra se ensaiara o processo de divisão de tarefas através de empreitadas. O livro de obras não é claro em relação a questões deste género. As primeiras páginas do livro de obras que fazem referência às despesas, foram reservadas aos pagamentos realizados a Diogo de Castilho. Ao analisar os registos, constatamos a referência a pagamentos realizados a determinados mestirais, que trabalhariam juntamente com o mestre Biscaíno¹⁹⁸. Estes pagamentos, dentro deste formato, podem, possivelmente, denunciar a existência de uma organização por empreitadas, na qual Diogo de Castilho desempenharia um papel de responsável. Contudo, os contratos individuais que foram registados – que poderiam ser celebrados com um ou mais trabalhadores – não abonam muito à sustentação desta teoria. No fundo, o livro de obras não nos explicita um modelo organizativo e, mesmo que este esteja subentendido, a organização dos registos revela-se demasiado confusa para que dela se possa extrair uma conclusão viável.

No presente capítulo procuramos, assim, explicitar o rumo que o processo construtivo conheceu, identificando, por um lado, os Homens que trabalharam para a construção do colégio da Graça, a par de uma análise aos pagamentos que auferiam, proveniência e funções que desempenharam; por outro, procurando uma caracterização dos materiais empregues pelo estaleiro, onde se incluí a sua proveniência, valores, qualidades, entre outros. Ainda antes de desenvolvermos as questões supra-referidas, procuramos a realização de alguns balanços estatísticos relativamente às receitas e despesas da obra, juntamente a uma descrição dos terrenos que a obra adquiriu. Note-se,

¹⁹⁶ Estas afirmações foram sustentadas no capítulo 4.3. e nos seus subcapítulos 4.3.1 e 4.3.2.

¹⁹⁷ Melo e Ribeiro, 2015, p. 24.

¹⁹⁸ Veja-se o caso dos pagamentos realizados a Diogo de Castilho, Pêro Luís e Jorge Dias, no dia 23 de Janeiro de 1544. A.D.B., L.O.C.G., fl. 6.

por fim, que todas as tabelas aqui mencionadas surgirão nos “Anexos” da presente dissertação.

4.1. Obra: Receitas e Despesas

A construção do Colégio da Graça revela, no decorrer das suas diversas fases, uma elevada movimentação financeira. A importância que este e outros colégios construídos na Rua da Sofia representavam para a política cultural do reinado de D. João III, motivara a que o Rei assumisse um importante papel mecenático, de modo a que a construção fosse o mais célere possível. O livro de obras representa um testemunho de todo esse processo, registando, numa primeira parte, as receitas destinadas a promover a construção das diferentes secções do colégio e da igreja para que, numa segunda parte, se registasse o testemunho de pagamentos, compras, empréstimos e toda e qualquer despesa necessária à execução da obra.

É na senda desta questão que, logo na abertura do livro no dia 3 de Março de 1543 é registada a recepção do primeiro montante por parte do Rei, tendo por principal propósito o começo das obras:

*“A tres dias de março de 1543. años nos enbio el senhor/ fernam dalvarez los dos mill cruzados que el Rey nuestro senhor/ nos mando dar para començar las obras del collegio de nuestra señora de graça de coymbra. truxo estos dos mill cru/zados un moço destribera del Rey que se llama ma/tos. los quales pusimos no nuestro deposito y dellos se /han gastado lo que se fallare en este libro que se ha da/do a Juam Gonçales nuestro mayordomo para que por su mano se/ faça a despensa desta obra.”*¹⁹⁹.

Esta nota de abertura remete para inúmeras questões sobre o Colégio da Graça. Para além de nos elucidar sobre o papel de João Gonçalves [Juam Gonçales]²⁰⁰ como mordomo e, possivelmente, tesoureiro da obra – vemo-lo variadíssimas vezes a assumir os pagamentos aos trabalhadores – indica-nos os primeiros montantes recebidos, de modo a que se iniciassem as obras. Assim, estes 2000 cruzados enviados com o propósito de promover o começo das obras, são efectivamente os primeiros valores com os quais a

¹⁹⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 2.

²⁰⁰ Visto que a obra se apresenta escrita em castelhano optamos por operar uma tradução às nomenclaturas dos trabalhadores e responsáveis da obra, pelo que uma comparação destes pode ser encontrada nas tabelas na secção “anexos”.

obra conta para suportar os custos que o estaleiro carreta. Como veremos no subcapítulo seguinte, ainda antes do começo das obras, já havia sido entregue uma porção de terreno à obra – esmola de el Rei D. João III – com o intuito de marcar a espacialidade sobre a qual iriam ser erigidos os pilares fundadores desta magnífica estrutura.

Neste mesmo dia são registadas, ainda, mais duas remessas de dinheiro recebidas, sendo que, pelo menos uma delas é da parte do Rei, por intermédio de determinados “enviados” seus. Trata-se de uma segunda *tranche*, no valor de 500 cruzados, entregue à obra por Fernão de Alvarez – não sabemos se esta vem da parte do Rei, mas cremos que sim – que visava o início das obras da hospedaria (Ver Tabela 1). Visto que os terrenos fornecidos pelo Rei apenas representavam uma porção do espaço que se pretendia adquirir, é registada a recepção de um último montante monetário, no valor de 200 Cruzados, com o propósito de comprar mais terrenos destinados à construção. Seria, precisamente, com estes 2700 Cruzados que o estaleiro teria que gerir o primeiro ano da construção do colégio e igreja, pelo menos até ao dia 15 de Fevereiro de 1544, onde se anota uma nova receita (Ver Tabela 1).

No entanto, não foi apenas através de receitas directas que o estaleiro construtivo conseguiu sustentar financeiramente esta empreitada. São vários os casos onde se recorreu ao empréstimo de certas quantias monetárias, de modo a que o processo construtivo pudesse decorrer com a naturalidade necessária. Os empréstimos registados no livro são três: dois deles contraídos junto do Bispo de Coimbra e o restante com Fr. Francisco de Vila Franca, nomeadamente com o depósito do Convento da Graça de Lisboa. Estes empréstimos, contraídos durante o ano de 1545, constituíram quantias elevadas e importantes para os cofres do estaleiro: 200.000 e 40.000 Reais solicitados ao Bispo de Coimbra e 253.000 Reais emprestados por Fr. Francisco de Vila Franca (Ver Tabela 1).

Não cremos que o colégio da Graça tivesse sido dotado de bens de raiz, de modo a que pudesse sustentar os custos da sua obra. Como verificamos na informação que a cima fornecemos, a acção mecénica do rei, que se aliava ao interesse da ordem no desenvolvimento de um colégio em Coimbra, aparenta ter sido o bastante para que se pudessem cobrir todas as despesas que o estaleiro construtivo comportava. Porém, a compra de três propriedades em Santa Comba Dão, “da sua quinta”, pode indiciar uma tentativa, por parte da ordem dos Agostinhos, em obter proventos económicos através do aforamento destes terrenos; tentativa essa que, claro está, recebeu o patrocínio e consequente aval por parte do rei. O facto de a fonte não fazer referência ao propósito de

compra destas propriedades deixa-nos na dúvida se a sua função passaria por fornecer dividendos ao estaleiro, ou se teria outra função sobre a qual nada se sabe. A compra destas propriedades surge registada em data incerta. Ainda que uma remessa de dinheiro tenha sido entregue, com o propósito de pagar estes terrenos, em Dezembro de 1546²⁰¹, não sabemos se o contrato de compra e venda foi anterior ou posterior a este momento. Acreditando que esse valor tivesse chegado antes da realização do contrato – por uma questão de lógica de negócio -, é possível situar esse contrato nos finais de 1546 e inícios de 1547. Apesar de surgir num registo único, a compra destas propriedades foi feita junto de três donos distintos: com um artífice, por 15.000 Reais; com um carpinteiro, de igual modo por 15.000 Reais; e com uma viúva, por 35.000 Reais. O valor total deste processo comportou, para as despesas da obra, 65.825 Reais, acrescendo, aos valores que anteriormente referimos, 825 Reais destinados a cartas de venda e avaliações.²⁰² A título comparativo gostaríamos apenas de constatar que, o valor que o rei forneceu para que estas propriedades fossem compradas montou a 92.000 Reais, aos quais se acrescentaram outros 100.000 Reais, destinados à continuidade das obras.

Importa aqui destacar que, pelo que nos é transmitido pelo livro de contabilidade da obra, os montantes provenientes das receitas constituem dos poucos valores que nos permitem fazer um balanço. Isto porque, existe uma divisória bem demarcada entre os registos relativos às receitas e às despesas, permitindo-nos supor que os valores apresentados, no que toca às receitas que a obra arrecadou, seriam os valores finais. A partir do último fólio que faz referência às receitas, não mais se regista qualquer tipo de entrada de valores até ao final do livro de obras. Por conseguinte, entre 1543 - o ano que inaugura o arranque dos trabalhos -, até 1547 – o último registo relativo às receitas data deste momento – a obra arrecadou, por diversas vias, cerca de 4.140.000 Reais. Da sua totalidade é nos possível atribuir, por indicação do livro de contabilidade, cerca de 360.000 Reais às obras de construção do dormitório, 320.000 Reais às obras de construção da hospedaria e 197.000 Reais destinados à compra de chãos e propriedades. Os sobrantes 3.263.000 Reais repartiram-se, decerto, pelas obras das restantes secções construtivas, com incidência no pagamento dos mestirais, a par da compra de materiais e pagamento dos seus carretos²⁰³ (ver Tabela 1).

²⁰¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 3.

²⁰² A.D.B., L.O.C.G., fl. 124.

²⁰³ Não se tomem estes números como valores absolutos. O que procuramos neste ponto foi apenas um exercício de aproximação, alicerçando a nossa suposição nos registos de receita que indicam o seu propósito. Assim, estes valores que distribuimos pelas distintas secções do colégio, não representam a

A segunda secção do livro de obras está reservada, quase na totalidade, às variadíssimas despesas que a administração da obra teve que fazer face ao longo da construção das diferentes secções que compõem o edifício. As despesas com a compra de material, com o pagamento aos trabalhadores e com carretos, ou transportes, entre outras despesas consideradas residuais, compõem mais de 150 fólios completos. A tentativa de realizar um balanço para as despesas seria de difícil resolução, muito em parte pelas condicionantes que a fonte admite. Vários registos de despesa, presentes no Livro de obras, encontram-se incompletos, tornando um tanto impraticável conseguir discernir que valores foram gastos na construção das diversas secções do colégio – a não ser que existam registo que nos indiquem expressamente o valor pago por uma determinada empreitada (ver Tabela 2).

Os contratos de empreitada constituem uma das mais concretas expressões da despesa que o estaleiro teve de enfrentar ao longo do processo construtivo. Estes contratos representam acordos bilaterais, onde a obra contratava um ou mais mesterais para a realização de uma determinada empreitada, que poderia variar em dimensão e importância²⁰⁴. A grande vantagem da análise destes contratos prende-se, sobretudo, pela descrição da obra que estaria a ser contratada, incluindo, em determinados casos, as medidas exactas e período de tempo exigidos para a sua realização, a par dos materiais gastos e valores envolvidos. Neste sentido, através de uma análise realizada a 66 desses contratos, de diversa ordem e distintos métodos de pagamento, apenas conseguimos apurar a totalidade dos valores envolvidos em 33 exemplares. Esta discrepância deve-se, sobretudo, ao facto de existirem contratos em que os valores pagos se definem por unidade de área de trabalho realizado; ou seja, por exemplo a construção de um muro, o mesteiral contratado seria pago consoante o comprimento desse mesmo muro, medido em varas ou braças (Ver Tabela 2). Daí que, um balanço concreto dos valores despendidos com o pagamento a mesterais, se vá revelar constantemente incompleto, a não ser que confrontado com as medidas da peça contruída, numa posterior análise.

totalidade do valor que nelas foi gasto. Antes, representam valores que seguramente foram gastos nestas secções, podendo, ainda, ter sido mais elevados.

²⁰⁴ Vejam-se dois exemplos representativos das distintas dimensões dos contratos. A 19 de Fevereiro de 1544 foi contratado, com Gabriel de Rosa, a realização de 60 braças de parede. A.D.B., L.O.C.G., fl. 108; Ou o caso do contrato celebrado com João Luís e Jerónimo Afonso, a 8 de Agosto de 1544, para que fizessem toda a pedraria da sacristia e cabido. A.D.B., L.O.C.G., fl. 139. Partindo destes exemplos, podemos constatar o quão diferentes poderiam ser os contratos de empreitada no estaleiro do colégio da Graça, desde a simples realização de uma parede, até à total construção de duas repartições da casa.

A compra de material revelou-se um processo que gerou elevadas quantidades de registos de despesa e movimentou, de igual modo, elevadas quantias monetárias. Na tentativa de fazer um balanço razoável, que nos permita uma percepção dos valores envolvidos, realizamos uma tabela – que surge em anexo (Ver Tabela 3) – onde especificamos, de acordo com os dados que nos foram transmitidos pelo livro de obras, valores envolvidos na compra dos distintos materiais²⁰⁵ (Ver Tabela 3). O elevado montante de 1.016.829 Reais, - referente aos seis anos que compõem a construção do edifício do colégio - resultado deste balanço, indica-nos que uma parte bastante significativa do “orçamento” de que dispunha a obra foi gasto em material. Uma vez mais, alertamos para o facto de estes valores se apresentarem numa base hipotética.

Importa, por fim, destacar as despesas em carretos. Em registos deste carácter, são discriminadas as despesas que a obra tinha com o transporte dos diferentes materiais, provenientes de diversas zonas da cidade ou, até, do Reino. Deste modo, os registos indicam, para além do valor pago pelo material, o valor pago pelo seu transporte da zona de produção/ extracção até à obra, podendo ser levado a cabo quer pelo carro e boieiro da obra – como veremos posteriormente quando abordarmos os trabalhadores não-especializados²⁰⁶ –, quer por transportadores externos ao estaleiro²⁰⁷. Deste modo, através de um balanço tão incerto quanto o que acima ensaiamos para os valores de compra de material, pautamos a despesa total com carretos – pelo menos naqueles onde nos é possível distinguir o preço do material, do preço do carroto – nos 53.866 Reais, ao longo dos seis anos em que ocorre o processo construtivo do colégio. Note-se que, uma vez mais, este valor representa uma suposição à qual recorreremos, de modo a que possamos formular uma hipótese acerca dos valores envolvidos, sem que, através dele consigamos definir valores absolutos. Provavelmente, estes valores seriam mais elevados do que os que aqui apresentamos, mas, como em determinados casos estes se encontram implícitos nos valores pagos pelo material, apenas podemos destacar aqueles que fazem referência concreta aos transportes.

²⁰⁵ As especificações relativas aos materiais, nomeadamente os tipos, qualidades, proveniências, entre outros, serão merecedoras de uma análise ulterior no capítulo 4.4.

²⁰⁶ Veja-se o subcapítulo 4.3.2.

²⁰⁷ Como são de exemplo os Almadieiros de Coja. A.D.B., L.O.C.G., fl. 105v.

4.2. Compra dos Terrenos

Na Idade Média, a construção de edifícios – como de resto acontece em períodos posteriores – obedecia a um processo construtivo bem demarcado. Este faseamento repartia-se em três grandes momentos essenciais: uma primeira fase, de acção preliminar reservada aos processos preparatórios; uma segunda fase, de teor construtivo e edificatório; e uma terceira e última fase, reservada aos acabamentos²⁰⁸. É certo que, nem todos os estaleiros cingiam as suas construções a este conceito construtivo, possivelmente pré-estabelecido, seguindo os parâmetros construtivos de uma forma homogénea. Como a historiografia nos tem vindo a mostrar, a Idade média não constituiu um caso único; antes se assumiu como um aglomerado de casos, com características semelhantes. No entanto, importa considerar que o encadeamento das distintas fases da obra seria importante para que o processo construtivo tomasse o melhor rumo possível²⁰⁹.

Foquemo-nos na primeira fase. Esta seria composta por um conjunto de acções preparatórias, de forma a realizar um eficaz planeamento do processo construtivo. Assim, compunha-se pela escolha e aquisição do local reservado à construção – caso fosse necessário -, elaboração de um planeamento construtivo, um estudo das condições naturais do local - ao nível do subsolo e recursos geológicos -, um projecto, se existisse, a preparação do terreno para o início dos trabalhos e, por fim, a marcação do espaço reservado à construção e seus contornos²¹⁰. Ainda que possa parecer óbvia a existência de um projecto, importa ressaltar que este nem sempre seria uma realidade. Na verdade, seriam várias as vezes em que o projecto, assim como o concebemos no mundo contemporâneo, não assumia um formato físico – quer fosse uma representação gráfica, uma maquete ou uma simples descrição textual – sendo preterido em favor de uma idealização que o mestre-de-obras teria, e que paulatinamente ia pondo em prática ao longo das distintas fases de edificação²¹¹.

Para o caso do Colégio da Graça, não sabemos da existência de qualquer tipo de projecto construtivo em formato físico. No entanto, vários indícios – nomeadamente a

²⁰⁸ Melo e Ribeiro, 2013, p. 226.

²⁰⁹ Melo e Ribeiro, 2013, p. 227.

²¹⁰ Melo e Ribeiro, 2013, p. 227.

²¹¹ Apesar de não figurar como um dos melhores exemplos, dada a heterogeneidade construtiva que conheceu, a construção e sucessivos alargamentos dos paços régios de Sintra revelam um planeamento do processo construtivo, mesmo quando se tratasse de alargamentos e/ou remodelações de estruturas. Veja-se o caso das obras de melhoramento implementadas na Estrebaria de Meca, representadas na famosa obra de Duarte D'armas, onde apesar de não se saber da existência de um projeto prévio se acredita que existisse, face à forma “harmoniosa” como se encaixa em edificadros anteriores. Melo e Ribeiro, 2013, p. 228.

homogeneidade na construção de determinadas peças como as janelas, portais, etc. – apontam para a existência de um projecto, muito provavelmente da autoria de Diogo de Castilho. Ainda que esta questão fique em aberto ao longo da presente dissertação, a nossa opinião vai pender sempre para a existência de um projecto arquitectónico, entretanto desaparecido.

No que toca à aquisição dos terrenos, a fonte revela-se bastante esclarecedora. Constituindo uma das fases preparatórias, a necessidade da compra destes terrenos revela, claro está, uma insuficiência por parte dos terrenos existentes. Assim como já mencionamos no capítulo 3.1, D. João III revelou-se um importante activo no desenvolvimento do projecto construtivo dos Colégios da Rua da Sofia. Quando não contribuía com propriedades destinadas à construção dos colégios – que por mais insignificantes que fossem, sempre constituíam um importante apoio material -, o Rei enviava dinheiro com o objectivo de as comprar. José Marques sustenta esta nossa suposição através da menção a uma carta datada de 6 de Outubro de 1539 onde, entre outras questões, destaca uma futura cedência de terrenos do rei “«para os padres da Graça»”. Efectivamente, ainda que não saibamos a data de entrega destes terrenos, podemos constatar que, pelo menos à data do início das obras, os “padres da Graça”, da ordem dos Agostinhos, portanto, já teriam à sua disposição uma primeira porção de terreno destinado à construção do colégio, fornecido pela vontade régia, tendo em vista o início do processo construtivo. Parecia, então, inegável que o projecto construtivo do Colégio da Graça iria avançar, tendo em conta todas as condicionantes e incógnitas que conhecera²¹².

Tendo por base este apoio material, caberia à administração da obra, encabeçada por Fr. Luís de Montoya e João Gonçalves da ordem dos Agostinhos, ampliar a base territorial destinada à construção. Para tal, recorreram à compra de terrenos anexos ao “chão” que, supostamente, já lhes haveria sido atribuído pelo rei. Ainda que não nos sejam dadas certezas acerca desta doação, acreditamos que ela acabou por se concretizar, tendo em conta o forte apoio que o rei vinha a dar à ordem dos Agostinhos e, conseqüentemente, à construção do seu colégio. Nesse processo, Fr. Luís de Montoya vai conhecer uma elevada notoriedade, pelos contratos de compra e venda que celebrou com os respectivos proprietários. Logo a 19 de Abril de 1544 é celebrado um contrato de compra de uma propriedade com Francisco Fernandes, sapateiro, mais concretamente um olival que se

²¹² Veja-se o capítulo 3.1, reservado à contextualização do processo construtivo. Marques, 2008-2009, p. 240.

localizava acima do colégio de Rui Lopes Carvalho. Pelo referido terreno, a administração da obra pagou 12 mil Reais, dos quais 11 mil foram entregues à data da realização do contrato e os restantes 1000 Reais seriam entregues assim que o referido Francisco Fernandes entregasse a carta de venda²¹³. Mas a quantidade de terreno ainda não seria suficiente; havia a necessidade de obter mais *chãos* para que a espacialidade correspondesse ao idealizado. Para tal, a 16 de Julho do mesmo ano, realizou-se um novo contrato de compra de propriedade, mais concretamente de compra de um olival, desta feita com Gonçalo Botelho, morador em Coimbra.²¹⁴ Cremos que este terreno seria, eventualmente, bastante próximo ao que anteriormente fora comprado, na medida em que persiste o colégio de Rui Lopes como ponto de referência. No entanto, em relação ao olival anterior, este deveria ser mais modesto – ou pura e simplesmente mais barato – a julgar pelo preço pago pelo mesmo. O valor de compra montou em 6000 Reais dos quais 4000 Reais foram entregues à data da realização do contrato e os restantes 2000 Reais, - em analogia ao contrato anterior – seriam pagos assim que fosse entregue a carta de venda.²¹⁵

Visto que a aquisição destes dois *chãos* data apenas de 1544, seria sobre o terreno presumidamente doado pelo rei que se iria iniciar a construção do Colégio da Graça em 1543. Não sabemos o quão avançado estaria o processo construtivo, mas supomos que estaria a decorrer com alguma celeridade, a julgar pelo contrato de compra de mais um terreno no Monte Olivete volvido quase um ano da compra do primeiro²¹⁶. A 17 de Março de 1545 foi lavrado um contrato com Domingos Fernandes, sapateiro e morador na cidade de Coimbra. Infelizmente, a fonte não esclarece o valor pago por esta porção de terreno, do qual apenas sabemos que foi avaliado por Manuel Bernardes e que, como forma de um certo agradecimento por parte da obra, foi entregue ao referido Domingos Fernandes uma *chantoeira*²¹⁷ nesse mesmo terreno²¹⁸.

²¹³ Na realidade este valor montou a 12200 Reais, visto que para além dos restantes 1000 Reais, ainda foram pagos outros 200 Reais pela escritura de compra e venda. Estes valores finais foram entregues a 9 de Outubro do referido ano. A.D.B., L.O.C.G., fl. 15.

²¹⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 124.

²¹⁵ Tecnicamente, este valor final dividiu-se em 2 pagamentos, visto que a 9 de Novembro de 1544 foram pagos a Gonçalo Botelho 1000 Reais, sendo explicitado no registo que ainda não teria entregado a carta de venda. A.D.B., L.O.C.G., fl. 124.

²¹⁶ A fonte faz referência ao “Monte Olivete” para denominar o monte onde se encontravam os terrenos destinados à construção, sendo provável a interligação entre o topónimo e as características do terreno.

²¹⁷ Seria uma espécie de canteiro destinado ao cultivo, recorrendo ao método de plantação em estaca.

²¹⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 15v.

Não parece, porém, que estas propriedades se revelassem suficientes para colocar em prática o projecto idealizado. Houve a necessidade de recorrer à compra de mais *chãos* para que se pudesse construir conforme o desejado. Assim sendo, existem registos referentes a mais dois contratos de compra de terrenos, juntamente com uma outra referência à compra de uns terrenos, através de uma quantia monetária que o Rei enviou para a obra.

Uma primeira compra surge em data indeterminada. Ao já referido Francisco Fernandes foi comprado um terreno pelo qual se pagou 20 mil Reais, mais 300 Reais pela sua escritura²¹⁹. Este foi um caso que nos suscitou algumas dúvidas no que toca à sua validade, visto que não existe qualquer discriminação relativa à sua localização, mas, também por não surgir em formato de contrato no Livro, ao contrário do que sucede nas anteriores compras.

Por fim, ainda que não sejamos sabedores se a obra do Colégio da Graça seria detentora de rendimentos próprios, ou não, pressupomos que todo o dinheiro envolvido nas compras e pagamentos proviesse das receitas anotadas no Livro de obras, derivadas de distintas origens, como explanamos no subcapítulo anterior. Por sua vez, a compra de um Olival a Sebastião [Bastião] da Silva foi atestada por uma entrega de dinheiro, no mês de Agosto do ano de 1547. Revelando-se uma vez mais interessado no desenvolvimento do processo construtivo dos colégios, o Rei havia dado 25 mil Reais com o propósito de pagar o referido terreno²²⁰. Infelizmente, sobre esta propriedade apenas sabemos o que aqui apresentamos, tendo em conta que é referenciada única e exclusivamente através de um registo de receita, proveniente do rei. Assim sendo, não sabemos qual o propósito da compra deste olival, a sua localização ou, sequer, dimensões. De igual modo, para as restantes propriedades, temos referências de entregas de dinheiro, proveniente da Fazenda Régia, com o propósito de as pagar. Assim sendo, a 3 de Março de 1543, ainda antes do começo dos trabalhos, o Rei enviou 200 Cruzados [80 mil Reais] para que se comprassem os *chãos*²²¹. Acção que repete, desta feita em Dezembro de 1546, de forma a entregar 92 mil Reais destinados à compra das três propriedades em Santa Comba Dão, acima referidas²²². Apesar de no primeiro caso não termos referência concreta à quantidade e

²¹⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 15.

²²⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 3.

²²¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 2.

²²² Valor acrescido por 100 mil Reais com o propósito de pagar despesas geradas pelas obras. A.D.B., L.O.C.G., fl. 3.

identificação desses terrenos, podemos supor que se tratasse dos terrenos que a obra comprou em primeiro lugar, e que abordamos no início deste capítulo.

Denota-se aqui um claro envolvimento que o Rei procurava ter no desenvolvimento da obra do Colégio da Graça. Como vimos, a celeridade e o eficaz desenvolvimento das obras foram palavras de ordem que reinaram ao longo do processo construtivo pelo que, para que tal fosse possível, o dinheiro não poderia faltar.

4.3. Os Homens

A organização dos mesteres urbanos evoluiu consideravelmente ao longo dos tempos, conhecendo notáveis e importantes desenvolvimentos. Apesar da realidade das corporações de mesteres - mais em concreto dos mesteres da construção - apenas ter despoletado em finais do século XV²²³, a sua organização até esta altura relacionava-se, por vezes, com as confrarias assistenciais, entre outras possibilidades. A estas recorriam os homens não só por questões do seu ofício mas, de igual modo, pelo seu carácter assistencial, possuindo inúmeras vezes hospitais e albergarias²²⁴. No entanto, nos finais do século XV, em Lisboa, encontram-se várias posturas sobre os mesteirais²²⁵ da construção, a quem, grosso modo, pertenciam os carpinteiros e os pedreiros, que, diga-se, só mais tardiamente é que conhece aprovação régia²²⁶.

Sem procurarmos uma generalização dentro de todos os ofícios relacionados com a construção – a existência de distintas realidades dentro do próprio mester da construção é um facto -, acreditamos que estes gozariam de um estatuto socioeconómico considerado satisfatório – Sílvio Conde apelida-os de “meiãos” por estes se destacarem dos “homens-bons”, os “maiores”, e dos mais pobres, em geral, trabalhadores não-qualificados, os “menores”²²⁷. Assim, os construtores gozavam de uma certa autonomia de acção,

²²³ Melo, vol. 1, 2009, pp. 357 – 369 e 405 – 408; Conde, 2011, p. 87.

²²⁴ Melo, vol. 1, 2009, pp. 357 – 369 e 405 – 408; Conde, 2011, p. 84.

²²⁵ Quanto ao termo “Mester”, gostaríamos aqui de indicar uma salvaguarda. No caso concreto deste trabalho, a aplicação deste termo e seus derivados, tem por primordial objectivo abarcar toda a generalização do trabalho artesanal e industrial na Idade Média. Tal, deve-se ao facto de não haver ainda certezas se a realidade das corporações de Mesteirais já estaria alargada à cidade Coimbra, como de resto acontecia em Lisboa. Por isso, não nos é conveniente enquadrar nessa mesma realidade os oficiais da construção.

²²⁶ Nomeadamente, só após a aprovação régia a 26 de Abril de 1503 é que esta corporação obtém aprovação para o seu regimento passando, assim, a dispor de um regimento válido para o ofício. Melo, vol. 1, 2009, pp. 357 – 369 e 405 – 408; Conde, 2011, p. 87.

²²⁷ A nível sócio fiscal, os mesteres da construção integrariam um grupo apelidado “peões” sendo que, seriam homens livres, pagavam impostos, gozavam de todos os direitos enquanto vizinhos de um concelho e eram aptos para a guerra; no fundo, seriam homens livres e não privilegiados. Melo, vol. 1, 2009, pp. 357 – 369 e 405 – 408; Conde, 2011, p. 90.

enquanto vizinhos de um concelho; note-se, pois, que aos construtores, dependendo da sua posição hierárquica dentro do próprio mester – claro está, a diferenciação entre *mestre, oficial e aprendiz*²²⁸, que só conhece uma maior difusão a partir dos finais século XV, mais concretamente para a realidade lisboeta -, lhes seria permitido empregar trabalhadores à sua ordem, bem como operar dentro dos limites do concelho. Deste modo, a maior divisão feita entre estes trabalhadores seria a de trabalhadores qualificados e não qualificados. Os trabalhadores qualificados pertenciam a esta posição social que até aqui tentamos descrever, gozando de vários e distintos privilégios; eram, no fundo, os oficiais dos mesteres. Por outro lado, os trabalhadores não-qualificados seriam sobretudo homens e/ou mulheres sem qualificações técnicas e profissionais – ou seja, distinguem-se dos aprendizes precisamente por não se encontrarem a aprender um qualquer ofício – e que trabalhariam sob a ordem de oficiais. Caracterizados por trabalharem à jorna – contratados e pagos por um período específico, o qual poderia ser de um ou vários dias, semanas ou até meses – estes adquiriram, ao longo da história, inúmeras designações: *criados, servidores, mancebos, trabalhadores, braceiros, jornaleiros, ganha-dinheiros, assoldados*, etc.²²⁹.

No que toca à construção do Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra, os registos da actividade dos mesterais constituem um interessante objecto de análise. A mão-de-obra que lá operou figura como um dos principais tópicos a desenvolver no presente estudo. Se, por um lado, esta mão-de-obra se apresenta em número considerável, por outro lado apresenta-se também bastante paradigmática no que toca aos registos de pagamentos, no sentido em que a sua análise permite que surjam inúmeros “espaços em branco” aos quais se torna difícil dar resposta. Os homens da construção desempenham um papel importantíssimo neste processo; para além das suas funções na obra, permitem-nos perceber qual a sua importância para a mesma – a julgar pelo número de registos existentes (ver Tabela 4) para certos trabalhadores, constatamos uma certa persistência contratual o que, por sua vez, pode constituir indício de uma preferência pelo seu trabalho -, quer enquanto trabalhadores, quer enquanto testemunhas de diversos contratos. Importa aqui notar, por outro lado, que não surge qualquer menção a mulheres que tivessem, eventualmente, trabalhado na construção do colégio. Pelo que, a sua omissão, tanto pode

²²⁸ Ou como nos indicam Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro: “... «melhores» e «não tão bons».” Melo e Ribeiro, 2011, p. 114.

²²⁹ Melo, vol.1, 2009, pp. 357 – 369 e 405 – 408; Conde, 2011, p. 90.

fazer referência à sua inexistência, como uma existência pouco significativa. Ainda assim, sobre esta questão, preferimos remeter-nos ao silêncio.

4.3.1. Origens da Mão-de-obra

A construção do Colégio da Graça, enquanto edifício de elevada importância no processo de transição das estruturas académicas de Lisboa para Coimbra, suscitou uma grande agitação nesta última cidade, movimentando quer avultadas quantias monetárias, quer grandes quantidades de trabalhadores. Por outro lado, pela celeridade que se pretendia que fosse dada a este processo construtivo, os patrocinadores da obra não olharam a meios e custos para que a empreitada terminasse “a tempo e horas”. Na verdade, os registos corroboram esta convicção; são inúmeros os nomes que participam activamente na construção do colégio, apesar de não se contabilizarem - por na maioria dos casos se desconhecem os seus nomes - os possíveis *criados*, *mancebos* ou outros trabalhadores não-qualificados que possam eventualmente ter participado na empreitada. Ainda que, em determinados registos sejam mencionados alguns criados²³⁰.

Por outro lado, mapear as suas origens também se afigurou uma questão trabalhosa. Como se já não bastasse a dificuldade criada pela barreira linguística - nomeadamente quando se abordam nomenclaturas de cidades/concelhos portugueses, há tendência a que estas sejam modificadas, em virtude da língua de escrita do próprio documento ser o castelhano – ainda acresce o facto de que, num número bastante considerável de trabalhadores, não seja referida a sua origem. De facto, dos cerca de quarenta e três nomes de oficiais que surgem em contratos de diversa ordem, apenas 15 nos permitem afirmar que são moradores e/ou “estantes” numa determinada localidade o que, por sua vez, nos permite fazer um pequeno balanço do impacto que esta obra teve na actividade laboral coimbrã (Ver Tabela 4).

Uma vez que a empreitada se localiza na cidade de Coimbra, poderia esperar-se que, pela dinâmica que as construções dos colégios imprimiram ao núcleo urbano, o grosso dos trabalhadores contratados fossem moradores na cidade ou no seu termo. Assim, apesar da falta de dados concretos, colocamos a hipótese de podermos considerar provável que esta dinâmica construtiva, associada a uma dinâmica laboral própria, pudesse ter influenciado o quotidiano coimbrão, quer a nível populacional, quer mesmo

²³⁰ Veja-se, a título de exemplo, no fólho 96 verso, o registo de 19 de Fevereiro relativo ao criado de João Gonçalves, pago com 160 Reais pelo próprio João Gonçalves, por um trabalho que haveria feito a Diogo de Castilho. A.D.B., L.O.C.G., fl. 96v.

em parâmetros económicos. Assim sendo, a cidade de Coimbra poderia ter “fornecido”, para esta empreitada, sete trabalhadores de um total de 15 homens cuja origem é conhecida. Destes, são pedreiros Pêro Luís, João Luís, Jerónimo Afonso e João de Penagós; e são carpinteiros João Afonso, João Estevão e Rodrigo Peres²³¹ (ver Tabela 4). No entanto, há aqui uma questão interessante que importa referir. Apesar de apenas sete trabalhadores serem moradores na cidade de Coimbra, existe a referência a outros dois trabalhadores que, à época estariam provisoriamente na cidade de Coimbra, os chamados “estantes”; acreditamos que – tal qual os anteriormente referidos - estes poderiam nem sequer ser portugueses – pelo menos não eram de Coimbra - sendo que, poderiam até ter sido contratados especificamente para a obra, ainda que não possamos corroborar esta ideia por falta de registos que a sustentem. Assim, os “estantes” na cidade de Coimbra seriam Mateus Fernandes, pedreiro e Diego Jaques, imaginário²³² (Ver Tabela 4).

Como se anteviu, não seriam apenas os trabalhadores da cidade de Coimbra que iriam dar a conhecer as suas qualidades construtivas nesta importante empreitada. Acreditamos que a vinda de trabalhadores de outras localidades, mesmo que estas fossem de relativa proximidade à cidade, estivesse intimamente ligada à questão de celeridade do processo construtivo, que anteriormente referimos. De forma a promover uma empreitada bem mais célere e eficaz – ou até uma eventual falta de mão-de-obra disponível, considerando-se a simultaneidade com que ocorreram outras empreitadas na rua da Sofia²³³ -, os responsáveis pela obra teriam optado por contratar, não só mas também, trabalhadores que habitassem zonas de relativa proximidade à cidade de Coimbra. Uma outra possibilidade, embora nos suscite algumas dúvidas, seria o facto de se lavrarem contratos com trabalhadores de outras localidades, para a realização de determinadas obras, nas quais não necessitassem de se deslocar à cidade de Coimbra. Ainda assim, de Miranda do Corvo e seu termo conhecem-se Francisco Peres de Vilanova, Luís Fernandes das Meanhas e Simão Fernandes de Miranda, possivelmente serradores de madeira (ver

²³¹ Por uma questão de rigor e consonância com o objecto de estudo - o livro de contabilidade - optou-se por se manter, na tabela em anexo, os nomes na língua presente no mesmo, ou seja, o castelhano ainda que, em alguns casos se mantenha a dúvida se estes seriam realmente portugueses, castelhanos ou, eventualmente biscaínhos. De igual modo incluiu-se uma normalização dos nomes, de acordo com o seu surgimento na presente dissertação.

²³² Fora este Diego Jaques o responsável pela feitura quer da imagem de Nossa Senhora do Pópulo – com contrato celebrado a 1 de Outubro de 1543 -, presente na fachada da Igreja, quer da “casinha” e respectivo nicho – contrato celebrado a 16 de Novembro de 1544 -, para a sua colocação. No entanto, este é assunto que posteriormente será trabalhado com mais afinco. A.D.B., L.O.C.G., fl. 160v.

²³³ José Eduardo Horta dá-nos a entender esta simultaneidade com que se construíram os colégios na Rua da Sofia, inclusive, alguns destes seriam de traço originais de Diogo de Castilho. Correia, Março 1998, p. 18.

Tabela 4). Note-se que, por se fazer referência a Miranda [do Corvo]²³⁴ e seu termo, nos nomes indicados, a última parte possa fazer referência à localidade de onde eram oriundos; assim sendo, Francisco Peres poderia ser morador em Vilanova, Luís Fernandes nas Meanhas e Simão Fernandes em Miranda do Corvo²³⁵ (ver Tabela 4).

Por fim, ainda surgem alguns trabalhadores de uma outra localidade com relativa proximidade a este concelho de Miranda do Corvo. Assim, de Carapinhal, que na verdade pertence ao termo de Miranda, temos conhecimento do trabalho de três carpinteiros: João Lopes, Pêro Simão e Francisco Afonso (ver Tabela 4).

Importa, ainda, destacar que existem inúmeros trabalhadores aos quais é impossível atribuir uma proveniência geográfica, precisamente por falta de fontes capazes de nos elucidar sobre estas questões. Ainda que se possa assumir que a mão-de-obra conimbricense não fosse a bastante para a construção de todos os colégios universitários, existe um caso em particular que, precisamente pelo nome do trabalhador em questão, nos indica a sua nacionalidade. João Garcia Castelhana, que se presume cabouqueiro, surge indicado num contrato para desentulhar a casa do cabido, juntamente com uma equipa de *buidores*, os quais se presumem ser dez, através de um pagamento feito ao referido Castelhana²³⁶. É possível, portanto, considerar que este João Garcia, pelo apelido que lhe fora atribuído, fosse natural de Castela e estaria em Coimbra por alturas da construção. No entanto, duas questões emergem desta consideração: este homem teria sido contratado em particular para a construção do colégio da Graça – o que faria entrever um alargamento do espectro geográfico de influência desta obra – ou, por felicidade e coincidência, este já se encontraria em Coimbra (ou nas suas imediações) e teria sido contratado? Na verdade, o mesmo se pode aplicar aos casos de Mateus Fernandes e Diego Jaques, os “estantes” na cidade, pelo que, tal questão, terá forçosamente de se manter em aberto, face à falta de fontes coevas e apropriadas para a sua resolução.

4.3.2. Os Mesteres da Construção

Como anteriormente referimos, os mesteres da construção seriam, grosso modo, compostos por dois grandes ofícios: Carpinteiros e Pedreiros. Seria sobretudo sobre estes

²³⁴ No caso concreto de Miranda, acreditamos que se possa tratar de Miranda do Corvo, tendo em conta a relativa proximidade desta localidade à cidade de Coimbra. Por outro lado, nas imediações desta cidade, não existe outra localidade que, à luz das nomenclaturas contemporâneas, se conheça por Miranda.

²³⁵ Não estamos totalmente certos no que toca a esta questão mas, sabe-se que, na época medieval, e mesmo na época moderna, as alcunhas atribuídas a certos indivíduos derivavam ou da localidade onde nasceram/habitaram, do ofício que praticavam, entre outros, como forma de os identificar perante um não muito vasto universo de antropónimos medievais.

²³⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 12.

dois ofícios que versavam as principais actividades laborais no âmbito da construção. No entanto, a maior distinção existente dentro destes mesteres seria entre o trabalho especializado, de elevado pendor técnico e conhecimento prático, e o trabalho não-especializado ou indiferenciado²³⁷. No primeiro caso incluem-se todos os ofícios de especialização técnica onde, para além dos carpinteiros e pedreiros – pelo menos para a realidade do estaleiro construtivo do Colégio da Graça – encontramos os cabouqueiros e o ofício do serralheiro/ferreiro (ver Tabela 5). Já para o segundo caso, são várias as designações que se conhecem. No fundo, incluíam-se neste grupo os trabalhadores de ordem diversa, aptos para fazer qualquer serviço que não requeresse especialização técnica. Geralmente conheciam nomenclaturas como: *moço*, *braceiro*, *obreiro*, *mouro* ou – apesar de bastante mais rara para o caso da construção – *ganha-dinheiros*²³⁸.

3.3.2.1. Mão-de-obra Especializada

Os mesteres da construção só estão mais e melhor documentados, permitindo um melhor conhecimento até da respectiva diferenciação profissional, como já aqui foi referido, a partir dos finais do século XV, inícios do século XVI. Ao longo dos tempos, tal e qual como em outros mesteres, foi constante o processo evolutivo tendo em vista a criação de uma estrutura laboral regulamentada.

A divisão entre *mestre*, *oficial* e *aprendiz* (de entre uma panóplia de outras designações), remete para um conceito de formação/aprendizagem/escola, havendo possibilidades de ascensão dentro da própria hierarquia. Desde finais do século XV e no século XVI, em vários mesteres, para que pudessem ascender à categoria de *mestre*, os candidatos teriam que passar por um exame de especialização. Este veio ao longo dos tempos a tornar-se cada vez mais regular e preciso chegando, inclusive, a conhecer o estatuto de obrigatoriedade nos finais do século XV, pelo menos quando os candidatos pretendiam trabalhar sob encomenda régia²³⁹. Assim como nos dá a conhecer Sílvio Alves Conde, este exame conhece uma aplicação oficial na Lisboa de finais do século XV, que exigia aos *aprendizes* das profissões de carpinteiro e pedreiro, a sujeição a um exame por dois oficiais de cada um dos ofícios em questão – apesar de, *a posteriori*, este exame ter

²³⁷ Note-se que, assim como já referimos, a realidade da divisão *mestre/oficial/aprendiz* é ainda, para este período, um tanto desconhecida. Assim como atestam os autores, muito possivelmente viria a conhecer uma maior aplicação a partir do século XV no caso lisboeta, e a partir do século XVI para o restante território, tendo sempre presente a heterogeneidade de todo o reino, no tocante a este processo evolutivo. Melo e Ribeiro, 2011, p.114.

²³⁸ Melo e Ribeiro, 2011, p. 115.

²³⁹ Marques, 1964, p.142.

sido deixado a cargo de outras entidades -, juramentados junto da Câmara do concelho. Atestando-se - ou não - as competências do examinado; em caso de aprovação, este ascendia à condição de *oficial* do mester²⁴⁰. No entanto, convém destacar o facto de que esta divisão não pode ser encarada como uma realidade una para todo o território nacional e, até, europeu. Na verdade, o desenvolvimento deste formalismo – em distintos mestres - estaria mais ou menos dependente da existência de uma corporação para o referido mester visto que, as mais das vezes, a realização deste exame seria “ajuizada” pelos *mestres* desse mesmo mester – pelos pares portanto – daí surgindo a necessidade de uma estrutura formada e regulamentada. Não obstante, em certos casos, os concelhos desempenham essa função e participam activamente na “certificação” do estatuto de *mestre*²⁴¹. De resto, quando existem corporações, elas estão sempre dependentes do reconhecimento de um poder público, em geral concelhio ou régio, que nelas delega essa autoridade²⁴².

Na grande empreitada do Colégio da Graça de Coimbra, foram muitos os *oficiais* que aí desempenharam as suas capacidades laborais. Os seus nomes chegam até ao nosso conhecimento através da realização de inúmeros contratos de empreitada – os quais oportunamente terão a devida menção – que foram celebrados com os responsáveis da obra. Ainda que todos admitam um estatuto relativamente semelhante, somos capazes de entrever algumas singularidades no que toca às posições que poderiam ocupar, tendo em conta uma possível hierarquia laboral.

Sem dúvida que o mais destacado de todos os homens a laborar nesta obra seria Diogo de Castilho²⁴³. Apesar de estar identificado como empreiteiro da obra de alvenaria e pedraria do Colégio da Graça, seria bem provável que tivesse mais responsabilidades a seu cargo²⁴⁴. De forma a suportar esta suposição apenas dispomos de um conjunto de indícios que nos permitem, pelo menos, destacar este *mestre* de entre os restantes trabalhadores, quanto mais não fosse por ocupar um cargo honorífico superior. Desde logo o tratamento era distinto: em determinados registos surge a referência ao “senhor”

²⁴⁰ Conde, Sílvio, p. 88.

²⁴¹ Importa referir que, em inúmeras realidades, este estatuto não passava disso mesmo, ou seja, não comportaria um conjunto de privilégios, nem destacaria um determinado indivíduo numa hierarquia. No entanto, são inúmeras as realidades existentes, pelo que importa perceber qual o caso concreto que se está a abordar. Melo, 2009, p. 161-162.

²⁴² Cf. Melo, 2013.

²⁴³ Não nos cabe, neste capítulo, fazer uma referência muito alargada sobre este mestre e a sua vida e obra. Tal já foi feito no capítulo 3.3.

²⁴⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 6.

Diogo de Castilho²⁴⁵. Por outro lado, acreditamos que a idealização artística, bem como o projecto construtivo em si fossem da sua autoria. Não é que exista um rascunho do que tencionasse projectar para a construção do edifício²⁴⁶ – pelo menos do qual tenhamos conhecimento – mas, tendo em conta a envolvência e capacidade de avaliação que Diogo de Castilho teria em certos contratos de empreitada de pedraria, afigura-se muito provável que tudo aquilo que fosse construído tivesse que se cingir aos projectos por este mestre idealizados²⁴⁷. Para além deste possível estatuto superior de mestre dentro da própria obra, cremos que Diogo de Castilho seria responsável por parte da obra de alvenaria e pedraria, realizando-a paralelamente com outros oficiais. Tanto o vemos com empreitadas na cisterna, na portaria e no refeitório²⁴⁸, como o vemos como responsável por obras realizadas por outros oficiais²⁴⁹. Tal como se verifica em outras obras, como por exemplo na construção do Mosteiro dos Jerónimos, quando foi mestre geral da obra o seu irmão, João de Castilho²⁵⁰.

No que toca a trabalhos de alvenaria e pedraria, foram cerca de 18 os nomes envolvidos. Para além dos já referidos Mateus Fernandes, Pêro Luís, João Luís, Jerónimo Afonso e João de Penagós, também se atestam as presenças de António Fernandes²⁵¹, João Rebelo, Manuel Gaspar, Manuel Luís, Manuel Menezes, Gaspar da Costa, Manuel Bernardes, Jorge Dias, António Lopes, João Dias, Brás Peres, António Rodrigues e Domingo Domingues (ver Tabela 5). Destes nomes importa destacar António Fernandes, Jerónimo Afonso, Gaspar da Costa e Manuel Bernardes, os quais, a julgar pelo número de registos onde surgem indicados, parecem ter assumido o grosso das obras de pedraria do Colégio da Graça (ver Tabela 5).

Já no que toca ao trabalho da madeira, o volume de trabalhadores não seria tão elevado como no caso dos pedreiros. Uma vez mais, importa destacar a versatilidade com que estes ofícios operavam sendo que, em inúmeros casos, os carpinteiros, para além de colocarem a madeira nos formatos pretendidos, também poderiam exercer funções de

²⁴⁵ Por ocasião de um ajuste de contas e medição de obras com Diogo de Castilho surge: “a 26 de Abril de 1544 averiguamos as nossas contas o senhor Diogo de Castilho/ e eu...”. A.D.B., L.O.C.G., fl. 8v.

²⁴⁶ Recupere-se a questão abordada no capítulo 4.2. sobre o projecto artístico.

²⁴⁷ Veja-se a título de exemplo um contrato para as obras no claustro, celebrado entre os responsáveis da obra e Pêro Luís, Jerónimo Afonso e João Luís onde, no que toca à realização de umas cimalthas por cima das arquitraves, estas teriam que ser feitas ao gosto de Diogo de Castilho. A.D.B., L.O.C.G., fl. 34v. e 35.

²⁴⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 6v.

²⁴⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 7v.

²⁵⁰ Sobre esta questão cf. Melo e Ribeiro, 2015; e Ribeiro e Melo, 2012.

²⁵¹ No caso de António Fernandes, para além de pedreiro, este também desempenhara funções de alvanel.

serradores, fornecendo esse mesmo material em medidas específicas. Deste modo, para além dos já referidos João Afonso, João Estevão, Rodrigo Peres, os Serradores do termo de Miranda e João Lopes, Pêro Simão e Francisco Afonso, apenas resta referir os nomes de Afonso Peres Povero (do pombeiro ou poveiro, muito possivelmente) e um Afonso Eanes; perfazendo, assim, 11 trabalhadores a ocupar-se das obras de madeiramento (ver Tabela 5). Assim como acontece no tocante às obras de pedraria, também aqui existe um nome destacado para a realização do grosso das empreitadas de carpintaria, a ter lugar nesta obra: Rodrigo Peres. Como já se referiu anteriormente, seria morador na cidade de Coimbra e surge associado a um considerável número de obras de grande calibre que oscilam entre a realização de frontões de madeira, repartimentos para as celas, tectos de engado e janelas, entre outros²⁵².

O ofício de cabouqueiro também surge indicado em número razoável de ocasiões. Deste modo, encontramos a referência a sete cabouqueiros, que conseguimos identificar; por outro lado, existem referências a “cabouqueiros”, em assentos de pagamento por uma determinada empreitada, aos quais não conseguimos atribuir identificação²⁵³. Assim, além do já destacado João Garcia Castelhana, também são referidos Domingos Fernandes, João Fernandes, Bartolomeu Alvares, Afonso Dias, João Eanes, Diogo Fernandes e, por fim, um tal de Barradas²⁵⁴ (ver Tabela 5). No que toca a este último trabalhador, existem algumas dúvidas se seria um *oficial* ou um trabalhador não-especializado algo que, o documento em questão não esclarece. De resto, ainda que os cabouqueiros tenham ligação directa ao ofício de pedreiro, surge provável que no estaleiro da Graça tenha existido uma demarcação entre estas duas funções. Tanto que, grosso modo, os nomes que surgem associados a “pedreiros”, não surgem associados à denominação de “cabouqueiros” e vice-versa.

Contudo, os referidos ofícios não são os únicos a preencherem os “quadros” de homens que participaram activamente nesta obra. Sendo estes os de funções especializadas mais genérica e, talvez, versátil, existiriam paralelamente outros ofícios mais especializados, os quais não reúnem, no âmbito do presente estudo, um volume de registos suficientemente grande para que possam ser categorizados do mesmo modo que

²⁵² A título de exemplo, veja-se a obra que Rodrigo Peres fez no corredor, com transcrição literal no anexo “contas e medições”. A.D.B., L.O.C.G., Fls. 19 e 19v.

²⁵³ Como exemplo, o pagamento de um cruzado a um cabouqueiro por este ter “allanado” (aplanado) o cap[i]t[ul]o. A.D.B., L.O.C.G., fl. 14.

²⁵⁴ Recebe 400 Reais como pagamento de um determinado trabalho que haveria feito, pagos pelo tesoureiro da obra, a mando de Gaspar da Costa e Manuel Bernardes. A.D.B., L.O.C.G., fl. 121v.

anteriormente fizemos para carpinteiros e pedreiros. É interessante constatar que, nesta obra, o nível de especialização dos ofícios surge de forma considerável²⁵⁵. Assim, ainda no âmbito do trabalho de oficiais, para além do já referido Diego Jaques (imaginário), destaca-se a referência a nomes como o de Nicolau letrado (entalhador)²⁵⁶, Pêro Francisco (relojeiro), Gabriel de Rosa (serralheiro), Alonso Garcia e Pedro Aguilar (calceteiros) (ver Tabela 5). Destaque-se Gabriel de Rosa. Este surge quase com a exclusividade de fornecimento e produção de ferro da obra²⁵⁷ sendo que, para além da venda de porções de ferro para aplicação posterior, este ainda forneceria peças de ferro que produzia, ou seja, *ferrolhos*, chaves, fechaduras e, até grades de ferro a aplicar em determinadas secções da obra²⁵⁸ (Ver Tabela 6).

3.3.2.2. Mão-de-obra não especializada

Ainda que a mão-de-obra especializada seja aquela que mais reconhecimento obtém na obra, muito deste trabalho não seria possível sem a envolvência de outras gentes. Estas não seriam conhecedoras da mesma especialização técnica que os mesterais. Assim, pertenciam a este grupo trabalhadores sem competências especializadas, grosso modo a trabalhar à jorna, que serviam variadíssimos propósitos na obra. No entanto, por entre as denominações destes trabalhadores – nomeadamente na nomenclatura de *moço* -, poderia estar oculta a designação de *aprendiz*, o que por sua vez revelaria uma condição laboral distinta. Também conhecido como *Mancebo*, esta “situação de facto” de aprendizagem, como a apelida Arnaldo Melo – curiosamente este termo, assim como o termo “mestre”, não traduz necessariamente um estatuto hierárquico – resultaria da realização de um contrato oral ou escrito, de forma a colocar um determinado individuo num processo de aprendizagem para um determinado mester²⁵⁹. Individuo esse que, poderia ser um adolescente ou até mesmo uma criança, que viveria numa condição de dependência para com uma família, de onde retiraria uma aprendizagem laboral – especializada ou não. Essa dependência poderia cessar aquando

²⁵⁵ A especialização dos ofícios é um processo que foi evoluindo ao longo dos tempos. Note-se que, no século XV, já se constatava no estaleiro construtivo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha, a presença de mestres vidreiros, de um pintor e, até, de um “capitalador”. Gomes, 2011, p. 68.

²⁵⁶ Existe uma ligeira confusão criada em torno deste entalhador sendo que, em determinada altura surge um pagamento associado a um entalhador indefinido, sobrando a dúvida se é referente a este entalhador, se a outro qualquer. A.D.B., L.O.C.G., fl. 24v.

²⁵⁷ Sobre esta questão, veja-se o capítulo 4.4.5 reservado ao estudo do metal empreendido na obra.

²⁵⁸ Veja-se o contrato celebrado com este mesteiral, no dia 31 de Março de 1543, para a realização de inúmeros *ferrolhos* que seriam aplicados na obra. A.D.B., L.O.C.G., fl. 181v.

²⁵⁹ Melo, 2009, p. 162.

da emancipação do *Mancebo*, ou até mesmo prolongar-se até à morte do seu empregador. Importa aqui destacar que, em analogia ao que acontecia em situações semelhantes com a nobreza – nomeadamente sob um espectro de solidariedade –, estes casos de dependência reflectem-se mais propriamente num sentido laboral, ou seja, num sentido de aprendizagem de um determinado ofício, fornecido por um empregador, que seria correspondido com trabalho por parte do “empregado”²⁶⁰. No entanto, note-se que se *Moço* e *Mancebo* podem, por vezes, esconder uma situação de *Aprendiz*, na maior parte das vezes não se trata disso, mas de simples trabalho indiferenciado. Por outro lado, acreditamos ser bastante interessante considerar os trabalhadores da anúduva. Estes correspondem àqueles a quem era imposta a obrigação de trabalhar, sob imposição régia ou senhorial, nas obras de interesse público, um determinado número de dias ou semanas por ano. Ainda que pudessem ser pagos, o mais comum seria que não o fossem, pelo que estaria pré-determinado que trabalhariam um certo número de dias no ano, em prol do bem público; no fundo fazia parte das suas obrigações enquanto vassallos de um senhor, ou do próprio rei. Contudo, estas exigências recaíam as mais das vezes sobre as populações do mundo rural, mais propriamente residentes fora da cidade, como no caso dos julgados e termo, e em particular para trabalho de transporte de materiais²⁶¹.

No entanto, os registos referentes à construção do Colégio da Graça não são, contudo, muito abundantes no que toca a informação sobre a mão-de-obra não qualificada. Em alguns casos, surgem referências soltas e raras. Apesar de tudo, as referências que encontramos são, sobretudo, referentes a criados de mesterais. A título de exemplo, atesta-se a referência a um criado de Manuel Gaspar, Simão Fernandes, a quem foi dado um *tostão* para que comprasse pinceis²⁶².

Efectivamente, o livro de contabilidade não contempla grandes referências a trabalhadores indiferenciados. Sendo este livro respeitante à contabilidade da construção da obra, o que mormente surge indicado são os pagamentos aos mesterais contratados sendo que, muito possivelmente, estes é que estariam incumbidos de proceder ao pagamento dos seus “subalternos” quando assim existissem. Contudo, chamamos à atenção para uma nomenclatura que nos parece aproximar-se deste ponto. Em alguns assentos do respectivo livro é comum falar-se em “*buidores*”²⁶³, “*homens que sacaram*

²⁶⁰ Melo, 2009, p. 264-265.

²⁶¹ Melo e Ribeiro, 2011, p.115.

²⁶² A.D.B., L.O.C.G., fl. 148v.

²⁶³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 11.

*os alicerces do dormitório*²⁶⁴, “*Servidores*”²⁶⁵, entre outros. Ainda que não disponhamos de referências concretas aos seus nomes e ao seu número, acreditamos que esta questão pode eventualmente relacionar-se com o que aqui procuramos apresentar, sendo um facto que os trabalhadores não-especializados podiam ser identificados por um sem número de nomenclaturas. Tendo em conta a falta de referências concretas, supomos que estas designações genéricas possam estar relacionadas com trabalhadores indiferenciados, que seriam pagos pela tarefa/dia em que laborassem na obra. No entanto, convém reforçar a ideia de incerteza que paira sobre esta questão.

Uma última categoria profissional não-qualificada seria a dos transportadores²⁶⁶. Estes, conhecidos por inúmeras designações - “*Almadieiros*”²⁶⁷, “*Carreiros*”²⁶⁸, “*Boieiros*”,²⁶⁹ “*Barqueiros*”²⁷⁰ - detinham uma considerável importância nesta obra. A sua função passaria, sobretudo, pelo transporte de material das zonas de produção e extracção, até à zona da construção da obra. Deste modo, os *Barqueiros* seriam os responsáveis pela travessia e transporte fluvial das matérias-primas compradas, por vezes, a largas extensões de quilómetros da zona da construção.²⁷¹ Os *Carreiros*, por outro lado, seriam os responsáveis pelo transporte de material, recorrendo aos carros de transportes da obra. Os registos abordam a compra de três carros para a obra, juntamente com diversas peças que os complementavam. Em data incerta, foram comprados: um carro por 310 Reais; um carro ferrado por 900 Reais, levado para o estaleiro por Luís Alvares – o *Carreiro* da obra -; e um carro por 350 Reais.²⁷² Por sua vez, a compra dos referidos carros para transportes figura como um dos primeiros registos de despesas que surgem no livro de contabilidade que, apesar de não se encontrar, como já foi referido, organizado a nível cronológico, pelo menos faz transparecer a importância que teriam os carros da obra para o progresso das empreitadas. Aliás, em inúmeros casos, somos confrontados com

²⁶⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 11v.

²⁶⁵ Onde se lê o pagamento a vinte servidores e um alvanel. A.D.B., L.O.C.G., fl. 11.

²⁶⁶ Ainda que estes trabalhadores sejam indicados como pertencentes a uma categoria de trabalho não-qualificado, é interessante ponderar o quão especializado poderia ser este ofício. É importante questionar se este tipo de trabalho não requeria um conjunto de valências, necessárias ao transporte, acomodação e controlo dos materiais que, por sua vez, podesse especializar os trabalhadores que assim laboravam.

²⁶⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 105v.

²⁶⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 9v.

²⁶⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 9v.

²⁷⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 85

²⁷¹ Supondo que nomenclaturas coevas ainda hoje identificam os respectivos locais, bem como a julgar pelos locais de proveniência dos vendedores.

²⁷² Os registos de compra dos carros encontram-se, na sua totalidade, em: A.D.B., L.O.C.G., fl. 9v.

registos onde, estes carros teriam a função de transportar material, da pedreira que existia em São Lázaro, para diferentes secções da obra²⁷³. Por fim, os *Boieiros* continuam a constituir uma incógnita neste processo todo. Com uma clara relação aos bois que seriam comprados – veja-se a título de exemplo a compra de um boi a 6 de Fevereiro de 1545²⁷⁴ - também a estes trabalhadores seria incumbido o transporte de materiais, paralelamente ao caso dos *Carreiros*²⁷⁵. Apesar de não sabermos se o trabalho de anúduva teria tido lugar neste estaleiro, certo é que os *Boieiros* recorriam, muito provavelmente, aos seus carros de bois, de modo a que pudessem desempenhar funções de transporte de material, sobretudo antes do século XVI.

Apesar da sua importância neste estaleiro, um tanto relacionada com a celeridade que se pretendia conferir aos processos construtivos, o volume de homens envolvidos nos transportes de material não seria elevado. Na verdade, aquilo que nos faz entrever a leitura e análise dos registos é que a responsabilidade dos transportes seria com frequência atribuída aos produtores/fornecedores de material pelo que, nesses casos, juntamente com o pagamento da matéria-prima, também se incluía o valor do transporte²⁷⁶. Por estes motivos, não será de estranhar a existência de transportes realizados por homens provenientes de zonas relativamente distantes da cidade Coimbra. Numa análise, atestamos transportes feitos por António Eanes, Diogo Peres e [Se]Bastião Afonso, moradores na Marmeleira, Botão e Trouxemil, respectivamente²⁷⁷. No que toca a *Almadieiros*²⁷⁸, atestam-se transportes feitos até à ribeira [de Frades?] por parte dos *Almadieiros* de Coja²⁷⁹. Entre *Almocreves* conhecem-se Fernando Eanes Galego, João Fernandes e Gaspar Fernandes. Já os *Carreiros* seriam Filipe Gil, Pêro Meneses e

²⁷³ Filipe Gil é pago pelo transporte de 12 carradas de pedra até à obra, proveniente da pedreira de São Lázaro. A.D.B., L.O.C.G., fl. 115.

²⁷⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 9v.

²⁷⁵ Surge indicado, em data indefinida, um pagamento que foi feito a um Boieiro por ter transportado 90 carradas de pedra provenientes da pedreira de Diogo de Castilho, para a obra da cerca do colégio. A.D.B., L.O.C.G., fl. 96v.

²⁷⁶ Estas e outras questões relacionadas com as empreitadas terão, posteriormente, o merecido desenvolvimento.

²⁷⁷ Como o transporte de 2333 telhas em data indefinida, onde é afirmado que o valor pago (100 Reais) seria do carro de dois carros da obra. A.D.B., L.O.C.G., fl. 49v.

²⁷⁸ Infelizmente, não sabemos nada acerca destes trabalhadores. A única certeza que temos é que seriam transportadores pelo que, poderia ser pelo seu método de trabalho que lhes seria atribuída essa denominação. Uma “almadia” é uma espécie de canoa, construída a partir de um tronco de árvore inteiro, de uso tipicamente africano e asiático. Pela similaridade que as duas denominações admitem, é possível que se relacionem e que os *Almadieiros* sejam, na realidade, trabalhadores que transportavam material em almadias. Ainda assim, não estamos em condições de corroborar esta teoria com informação bibliográfica mais concreta.

²⁷⁹ Escrito “coxa” no livro de contabilidade, que José Marques traduz por Côja. Marques, 2008-2009, p. 253.

Fernando d'eras contando ainda com o boieiro Bartolomeu, possivelmente boieiro de João Gonçalves²⁸⁰ (ver Tabela 5). Contudo, há uma ressalva interessante que deve ser feita. Sendo esta uma obra de elevada notoriedade e, dada a sua importância no processo de transição da Universidade, seria comum que existisse – aliás como anteriormente se atestou em casos como o de António Fernandes e Rodrigo Peres²⁸¹ – uma espécie de quadro laboral permanente; e no caso dos transportadores não é exceção. Deste modo é-nos possível destacar Luís Alvares²⁸², que seria *Carreiro*, e Álvaro Gonçalves, que seria *Boieiro*. Ora, a sua importância nesta obra passaria, sobretudo, por serem considerados “oficialmente” o *Carreiro* e o *Boieiro* da obra, respectivamente. Este é um cargo que, apesar de não deter – de longe – o prestígio da função de um qualquer mesteiral, pelo menos os colocaria acima dos restantes da mesma ordem levando a que, por exemplo no caso de Álvaro Gonçalves, o seu pagamento fosse feito anualmente²⁸³, e no caso de Luís Alvares – pelo menos numa ocasião – este recebesse pelo trabalho de um mês²⁸⁴.

4.3.3. Salários e Cláusulas Salariais

O estudo dos salários que cada trabalhador auferia constitui, ainda, um grande desafio para qualquer investigador. As poucas fontes existentes, em inúmeros casos, surgem bastante desiguais no que toca à indicação dos pagamentos realizados aos trabalhadores. Se em algumas empreitadas somos apresentados com todas as cláusulas e alíneas referentes aos pagamentos, noutras é uma questão que se mantém parcialmente omissa.

A unidade monetária utilizada para a realização dos pagamentos aos trabalhadores era o Real. Ao longo dos registos presentes no livro de obras, o grosso dos pagamentos efectuados era estipulado nesta moeda que, por sua vez, constituía a moeda padrão em uso no Portugal da época. Porém, nem todos os pagamentos e compras utilizavam o Real como moeda de referência. Em certos casos – incluindo nas receitas que o próprio Rei fornecera ao colégio²⁸⁵ - a moeda em uso era o Cruzado. O que se torna interessante de analisar, visto que o livro de contabilidade é um exemplar reservado à contabilidade da obra, e por isso apresentava-se tipicamente de estrutura tripartida em

²⁸⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 118.

²⁸¹ Ver o subcapítulo 4.3.2, nomeadamente no que toca à comunidade de pedreiros e carpinteiros, respectivamente.

²⁸² A.D.B., L.O.C.G., fl. 9v.

²⁸³ Algo que, posteriormente, conhecerá um meritório desenvolvimento. A.D.B., L.O.C.G., fl. 9v.

²⁸⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 9v.

²⁸⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 2.

cada página, na qual a coluna da direita – geralmente reservada a notas e observações – apresentava uma conversão monetária para o Real, quando o registo de pagamento surgia noutra moeda. Ou seja, enquanto a coluna central apresentava um pagamento realizado em Cruzados, a coluna da direita apresentava esse valor convertido em Reais. Através da análise deste processo, fomos capazes de constatar que a proporção de conversão entre as duas unidades monetárias seria de 1 para 400, pelo que 1 Cruzado equivalia a 400 Reais²⁸⁶. De igual modo, surgem outras referências monetárias, as quais entendemos como sendo submúltiplos do Real. Com frequência, encontramos referências ao *vintém*²⁸⁷, que equivalia a 20 Reais, e ao *tostão*²⁸⁸ equivalente a 100 Reais.

Para a Idade Média e, muito possivelmente, para o período posterior, os métodos de pagamento realizados poderiam assumir diversas modalidades. Consoante a empreitada em questão, os trabalhadores podiam ser pagos por unidade de tempo – anual, mensal ou diário/ à jorna – ou por uma unidade de trabalho ou obra produzida, independentemente do tempo despendido – como no caso dos pagamentos à tarefa e à empreitada. Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro dividem estes pagamentos em seis grandes formas de obtenção do salário – sem se excluir, claro está, a existência de outros métodos. Numa primeira modalidade encontramos os pagamentos a oficiais administrativos, concelhios ou outros. Entre estes contam-se vedores, tesoureiros, administradores entre outros. Podiam ser remunerados através de diversas formas de retribuições²⁸⁹.

Por seu turno, os trabalhadores poderiam ser pagos à empreitada a longo prazo – ou, até, ao longo da duração da obra – destacando-se o mestre-de-obras que poderia ser remunerado mensalmente, anualmente, etc.²⁹⁰. O pagamento à jorna também seria bastante comum. Aqui, não se aplicando uma distinção entre trabalhadores especializados e não-especializados – sendo que todos conheceriam este método de pagamento podendo variar, claro está, os montantes que cada um auferia -, os trabalhadores seriam pagos por uma unidade de tempo específica. Uma outra modalidade seria a realização de contratos

²⁸⁶ Por uma questão de comodidade optamos por apresentar, ao longo de todo o presente trabalho, os valores na unidade monetária “Real”, visto que o próprio estaleiro procurava manter esta como uma “unidade monetária padrão”.

²⁸⁷ A título de exemplo: compra de pregos *mitares* onde se gastou 1 *vintém*. A.D.B., L.O.C.G., fl. 25.

²⁸⁸ Por exemplo: compra de 24 painéis de ouro para o sacrário por 1 *tostão*. A.D.B., L.O.C.G., fl. 10v.

²⁸⁹ Para uma análise mais elucidativa sobre esta questão, que não nos cabe a nós apresentar, tendo em conta as matérias aqui abordadas. Ver: Melo e Ribeiro, 2011, p. 109.

²⁹⁰ Melo e Ribeiro, 2011, p. 120.

de encomenda de materiais, contratos de empreitada, ou até de simples tarefas onde os trabalhadores seriam pagos pelo serviço que haveriam de prestar. Outro método de pagamento seria o da já aqui referida Anúduva. Neste caso, e como já se referiu, seriam mais as vezes em que os trabalhadores não seriam pagos, do que as que seriam. Ainda que, o principal propósito desta modalidade fosse o trabalho obrigatório, comprometido sobretudo com a vontade régia, este poderia traduzir-se num dia de trabalho gratuito ou remunerado para obras de patrocínio régio e senhorial. No século XVI seria, provavelmente, já muito raro, ou inexistente. Por fim, importa considerar os pagamentos pela via de privilégios e isenções. Método comum nas obras de “impulso” e protecção régia, senhorial ou concelhia, os trabalhadores, para além das remunerações em dinheiro, ainda poderiam receber concessões: por exemplo, redução ou isenção parcial de serviços ou impostos do foro público, durante a vigência da obra²⁹¹. Saúl António Gomes dá-nos a conhecer que, para o século XV, uma parte das remunerações que os trabalhadores do Mosteiro da Batalha recebiam seria feita através da concessão de privilégios. Assim, estes privilégios e isenções – de atribuição régia -, de carácter individual ou colectivo²⁹², haviam sido atribuídos, numa primeira fase, com o intuito de formar um quadro laboral especializado considerável em torno da obra concedendo-lhes, entre outros, o direito a terras próximas à zona de construção do Mosteiro²⁹³.

Para o Colégio da Graça a questão conhece outros contornos. Neste caso concreto, identificamos diversos métodos de remuneração que podiam variar entre os pagamentos ao dia – assinalados na tabela 4, apenas dispomos de um pequeno número de referências -, pagamentos à tarefa, contratos de empreitada e contratos de encomenda de materiais (Tabela 4).

Apesar de existir um quadro de pessoal administrativo da obra, não somos capazes de destringir que valores é que auferiam – ou sequer se eram remunerados, tendo em conta que Fr. Luís de Montoya pertencia a uma ordem religiosa. Além disso, em vários casos não nos foi possível apurar os valores envolvidos em determinados contratos e, até, em pagamentos por uma determinada tarefa. Neste ponto, o livro de obras revela-se um tanto confuso. Sendo que este se orienta segundo uma lógica de tipologia de registos, e não seguindo uma cronologia, e considerando que uma boa parte dos contratos se prolongavam através de pagamentos em prestações, deparamo-nos com algumas

²⁹¹ Melo e Ribeiro, 2011, p. 121.

²⁹² Gomes, 1994, p. 113.

²⁹³ Gomes, 1994, p. 108.

dificuldades em perceber a que contrato faz referência um determinado pagamento. Tomemos um caso prático. Num espaço temporal de cerca de dois meses – entre 17 de Dezembro de 1543 e 16 de Fevereiro de 1544 – são celebrados dois contratos com Domingo Domingues, pedreiro de ofício²⁹⁴. No primeiro, o referido mesteiral teria contratado a feitura dos degraus destinados à porta da portaria, bem como toda a escada, caso essa mesma tarefa não tivesse sido já entregue, por Diogo de Castilho, a outro mesteiral. Seria, por isto, pago a 150 Reais por vara de degrau. No segundo caso, teria contratado a feitura de 10 palmos de fresta para o refeitório, pelos quais seria pago com 840 Reais. Tendo em conta que não temos acesso ao montante de pagamento completo do primeiro contrato – sendo que variava consoante o número de varas que as escadas teriam -, não existe referência concreta ao valor final a ser pago ao trabalhador. O que nos coloca num impasse, na medida em que, na maioria dos casos, não nos é referida uma “nota de liquidação” das suas férias²⁹⁵; ou seja, não é referido o término dos pagamentos daquele contrato em específico. Assim sendo, para todas as prestações subsequentes, inclusive presentes no mesmo fólio, não sabemos se se destinam ao pagamento do primeiro ou do segundo contrato. Questão que ainda se torna mais confusa à medida que vão sendo celebrados novos contratos com este mesmo Domingo Domingues²⁹⁶. Precisamente por uma considerável falta de especificação dos métodos de pagamento é que, para alguns oficiais, não somos capazes de destacar que salários auferiam pelo trabalho à jorna. Porém, noutras ocasiões, somos informados do propósito dos pagamentos o que, por sua vez, nos permite definir uma relação tarefa/pagamento. Atente-se, a título de exemplo, um pagamento feito a 1 de Abril de 1544 ao supra-referido pedreiro. Neste caso, concertou-se de fazer uma janela em pedraria, com seis palmos de largo e sete de alto, sendo pago com seis Cruzados, equivalente a 2400 Reais²⁹⁷.

A nível de mesteirais, pelos registos que estão presentes no livro de obras, o pagamento diário surge relativamente constante. Havendo algumas flutuações nos salários auferidos, que poderiam variar consoante o trabalho realizado – ou, como sugere Sérgio Carlos Ferreira para a Baixa Idade Média em Portugal²⁹⁸, consoante a época do

²⁹⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 48v.

²⁹⁵ O termo “féria” surge inúmeras vezes ao longo dos registos. Faz referência à conta que um determinado mesteiral tinha para com a obra, referente ao pagamento do trabalho que fez na mesma.

²⁹⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 48v.

²⁹⁷ É interessante notar que, até esta data, o referido pedreiro não tinha entregue uma das vergas da janela, pelo que, os responsáveis pela obra lhe retiveram 200 Reais (dois *tostões*), até que este o fizesse. A conversão monetária é-nos indicada pelo próprio livro, através da coluna da direita. A.D.B., L.O.C.G., fl. 47.

²⁹⁸ Ferreira, 2011, p. 211.

ano em questão - seria certo que os oficiais auferiam entre 50 e 75 Reais por dia (ver Tabela 4). Não sabemos, no entanto, se este valor já incluiria ou não o mantimento, informação sobre a qual a fonte não faz qualquer menção. Na verdade, tendo por base os dados de que dispomos, a “moda” para estes pagamentos manter-se-ia na casa dos 60 Reais por dia. Todos os valores que daí pudessem variar poderiam indicar, como já dissemos, flutuações de mercado relacionadas com a escassez/demasia de mão-de-obra, com a celeridade com que o processo construtivo se teria de desenvolver ou, inclusive, com a especialização do trabalho em questão. Ainda que tenhamos alguns nomes que nos permitem associar a pagamentos em concreto, surgem ainda casos onde estes são muito genericamente designados por “pedreiros” e “carpinteiros”.

Os pedreiros que nos são indicados como oficiais a auferir o pagamento de 60 Reais à jorna são: Domingo Domingues²⁹⁹, Manuel Luís, Brás Peres e Jorge Dias (ver Tabela 4). Existem, no entanto, casos que suscitam alguma dúvida, ou que apresentam uma ligeira oscilação salarial. A Gaspar da Costa e Manuel Bernardes surge um pagamento semanal – algo que não figura muito comum nos registos deste livro de obras – onde receberam 3500 Reais³⁰⁰. Já a António Fernandes, mesteiral já aqui citado variadas vezes, é feito um pagamento de 100 Reais [1 *tostão*] por dois dias em que andou a fazer argamassa, perfazendo, assim, 50 Reais por dia (Ver Tabela 4); este é um dos exemplos onde conseguimos denotar que salario auferido pelos mesteirais nem sempre correspondia a um valor base, pelo que, poderia ser diferente, tendo em conta várias condicionantes. Por outro lado, ao mesmo pedreiro e a Diogo Fernandes foi registado, numa revisão de contas [ver anexo Contas e Medições], o valor que iria ser pago, apenas, pelo trabalho dos homens. Neste caso, não se inclui o material ou a construção em si, mas, puramente o trabalho manual destes dois pedreiros. Ora, não é muito usual esta prática na totalidade dos registos de pagamento à tarefa, nomeadamente com a discriminação do valor do trabalho manual, surgindo a indicação de que seriam pagos “*por las manos solas*”, ou seja, simplesmente pelo seu trabalho, ao valor de 300 Reais por braça do casco e da arquearia da cisterna³⁰¹. Finalmente, um caso que nos suscitou numerosas dúvidas foi o de um registo de pagamento a António Rodrigues e a um companheiro seu, pelo trabalho de quatro dias em que andaram no poio do lavatório. Para tal, foram-lhes pagos 400

²⁹⁹ Por um dia em que andou a dobar o brocal da cisterna. A.D.B., L.O.C.G., fl. 47.

³⁰⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 120v.

³⁰¹ Que compreendia cerca de 47 braças. A.D.B. L.O.C.G., fl. 7v.

Reais³⁰². O que nos suscita dúvida, neste caso, é a impossibilidade de percepcionarmos se este pagamento seria dividido igualmente entre os dois trabalhadores, ou não. Seguindo a primeira linha de raciocínio, podíamos considerar que tanto António Rodrigues como o seu companheiro receberam – por esta sua tarefa - cerca de 50 Reais por dia. Já numa segunda hipótese, um dos dois seria merecedor de uma remuneração inferior e, por isso, o pagamento seria dividido de forma desigual. Porém, esta é uma questão para a qual ainda não dispomos de resposta concreta.

Num outro plano, ainda dentro do âmbito do trabalho da pedra, consideramos importante fazer referência a alguns pagamentos referentes ao trabalho dos cabouqueiros. Ainda que os contratos relativos a estes trabalhadores não surjam em grande volume, gostaríamos de fazer menção a dois: com João Garcia Castelhana, para desentulhar a casa do cabido pelo preço de 1600 Reais³⁰³; com Domingos Fernandes e João Fernandes, para que sacassem 2000 carradas de pedra que foram pagas a 8,5 Reais por carrada³⁰⁴. Com o caso de João Garcia Castelhana podemos ir mais longe e afirmar que, pelo menos no dia de São Tomé de 1544, este estaria a auferir um salário de 35 Reais por dia, assim como nos é indicado pela fonte³⁰⁵. Não obstante, existem outras fases em que se conhecem pagamentos – cremos que por determinadas tarefas - a cabouqueiros quer muito vagamente assim apelidados³⁰⁶, quer no caso de Afonso Dias, pago por andar a quebrar pedra durante meio-dia, na pedraria do “cabaxo”³⁰⁷. Nestes dois casos, o valor recebido por um dia de trabalho seriam os 60 Reais.

Como já indicamos anteriormente, no que toca a carpinteiros, o número de homens não se apresenta muito volumoso. Contudo, conseguimos entrever por entre os diversos registos, alguns salários que estes auferiam pelos distintos trabalhos realizados. Assim, a trabalhar por cerca de 60 Reais por dia conhecemos António Dias, João Afonso, João Estevão e Rodrigo Peres (ver Tabela 4). No caso de António Dias, admitimos a existência de um qualquer erro ou, até, de uma cláusula que nos é desconhecida, aquando do seu pagamento por uma obra. Por trabalhar sete dias, este havia auferido 470 Reais, perfazendo cerca de 67 Reais por dia³⁰⁸. Esta é uma das muitas questões que nos coloca na dúvida, quando nos debruçamos sobre a sua análise, visto que, em alguns casos não

³⁰² A.D.B., L.O.C.G., fl. 60v.

³⁰³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 12.

³⁰⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 106.

³⁰⁵ A esta data recebeu como jornal de um dia 35 Reais. A.D.B., L.O.C.G., fl. 12.

³⁰⁶ Pagos pelo trabalho de 5 dias, com 300 Reais. A.D.B., L.O.C.G., fl. 61.

³⁰⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 96v.

³⁰⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 61v.

nos foi possível descortinar se os pagamentos fariam apenas referência ao trabalho do oficial, ou se os mesmos comportariam outras questões. Já no caso de Rodrigo Peres, encontramos alguma ambiguidade. Se, por um lado, auferir um salário de 60 Reais pelo dia de trabalho – assim como vimos no caso dos pedreiros, é um valor que figura algo comum até aqui -, por outro vai auferir, em alguns casos, um salário de 75 Reais pela mesma unidade de tempo o que, por sua vez, nos transporta para a questão que anteriormente abordamos, referente às flutuações salariais³⁰⁹. Contudo, existem algumas referências generalistas a trabalhadores da Madeira: “Asserradores”³¹⁰, “Carpinteiros” ou até mesmo “oficiais”, que surgem identificados deste modo, sem referências identitárias. Nestes casos, somos confrontados com outra questão referente aos pagamentos. Sem uma discriminação precisa da quantidade de homens que estariam a trabalhar numa determinada obra, e por isso a serem pagos com o valor referente a essa mesma obra, não somos capazes de saber, em número exacto, qual o valor que cada um desses homens receberia. Do mesmo modo, a relação salário/tempo também fica por conhecer, na medida em que não conseguimos atribuir, para cada um desses homens, um valor ganho pelo dia de trabalho. Veja-se o caso de um número indefinido de carpinteiros, que andaram 14 dias a fazer *padiolas* para a obra. Aqui, somos informados que foram pagos a 60 Reais por dia. Porém, de nada nos serve saber esse valor, se não o podemos distribuir pelo número de homens, uma vez que não sabemos quantos estiveram a trabalhar nessa tarefa³¹¹.

Por último, consideramos importante referir o caso dos trabalhadores não-especializados. De entre os registos de pagamento – visto que não existem contratos celebrados com estes, por trabalharem sob a alçada de um qualquer mestre – podemos destacar os pagamentos feitos a Pêro Dias e Manuel Peres³¹², e aos muito genericamente designados por “*homens que andaram a sacar os alicerces do dormitório*”³¹³. Os dois primeiros surgem como um caso muito específico, visto que seriam Boieiros de Diogo de Castilho. Deste modo, haviam recebido 4 Cruzados [1600 Reais]³¹⁴ para pagar o trabalho que fizeram por todo o mês de Fevereiro. Ainda que não tenhamos uma referência aos dias de trabalho que um mês teria, se considerássemos uma média de 24 dias de

³⁰⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 87.

³¹⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 61.

³¹¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 61.

³¹² A.D.B., L.O.C.G., fl. 96v.

³¹³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 11v.

³¹⁴ Mais uma vez uma conversão que nos é dada pelo livro de obras onde, durante o registo de pagamento aparece em cruzados e na coluna da direita é dado em Reais.

trabalho³¹⁵, o salário por dia montaria aos cerca de 35 Reais. No segundo caso, é-nos indicada a referência de que estes homens, que seriam 23, auferiam um salário diário de 35 Reais. Contudo, com os dados de que dispomos, não podemos obter um quadro generalizante dos salários que a mão-de-obra indiferenciada recebia.

4.4. Os Materiais

Explanado que está o quadro laboral desta obra, cabe-nos agora perceber quais os recursos materiais empregues. Numa obra de elevada importância como a construção do Colégio da Graça, tendo em conta os valores envolvidos no processo construtivo, seria mais do que razoável pensar-se na aplicação de uma panóplia de materiais. Aliás, pela sua dimensão, para além da variedade, seria mais do que imperativo que se considerasse a (elevada) quantidade de material necessário à execução da obra.

Na Idade Média seria usual que as construções, de carácter civil e religioso, optassem por recorrer à obtenção e extracção de materiais construtivos, em zonas relativamente próximas do local da construção; ainda que o fizessem, com certa frequência, em zonas também elas distantes do local de construção. Da obtenção de material advinham alguns problemas, nomeadamente económicos, que dificultavam a boa execução do processo construtivo. Note-se que, para além da obtenção do material em condições comerciais distintas, o preço do transporte de determinado tipo de material, que poderia variar consoante as condições climáticas, a longevidade e peso do referido, constituíam importantes entraves³¹⁶. Todavia, nas empreitadas de grande importância, os “orçamentos” estipulados seriam comumente representativos da magnanimidade que se pretendia conferir à obra em questão pelo que, a utilização de material de maior requinte, resistência e qualidade, seria as mais das vezes uma exigência do(s) encomendador(es)³¹⁷. De tal modo, não seria de todo descabido considerarmos que se importasse material para a construção proveniente de outras partes do Reino ou, até mesmo, de grandes produtores estrangeiros³¹⁸. Porém, é interessante constatar que o acesso a material construtivo

³¹⁵ Fazendo um mero exercício de aproximação, uma vez que não dispomos de dados que nos indiquem o número de dias de trabalho que um mês teria. Retirado o dia santo e de descanso, o Domingo, o mês teria cerca de 24 dias de trabalho.

³¹⁶ Melo e Ribeiro, 2012, pp. pp. 127-166; Melo e Ribeiro, 2013, pp. 212-244; Conde, 1999, p. 283.

³¹⁷ Duarte, 1999, p. 122.

³¹⁸ Lisboa, por exemplo, abastecia-se de pedra nas zonas de Almada e Caparica, de tabuado corrente em Leiria e Pederneira mas, quando a exigência material seria mais elevada, pelo menos no que toca a madeira, seria comum que se recorresse à importação das boas madeiras da Flandres. Conde, 1999, p. 283.

também poderia ser feito pela via de doações ou empréstimos. Considerando determinados excedentes materiais em diversas obras, poderia ser usual que se fizesse mercê de material excedentário; fosse por serviços prestados ou, até, por uma determinada relevância para a cidade da dita obra, certo é que a prática de doar material estaria bastante presente em diversos processos construtivos. Deste modo, o material doado não seria exclusivamente novo; a doação de material poderia ser feita recorrendo a material já utilizado em determinadas construções³¹⁹. Finalmente, a reutilização e reaproveitamento de materiais também teria alguma recorrência, principalmente em regiões onde existissem construções de tempos remotos – como as variadíssimas construções romanas, desmontadas com o propósito de servirem outros estaleiros – ou, até, de tempos relativamente próximos aos da construção que desses materiais se pretendia servir – como o caso de construções medievais Românicas, e não só³²⁰.

Para a construção de um edifício, tendo em conta todas as questões que acima referimos, o material utilizado seria quase que obrigatoriamente a madeira e a pedra. Tal qual como nos mesteres, onde o pedreiro e o carpinteiro seriam os ofícios de maior solicitação, também no que toca aos materiais a sua utilização constituiria a base de todo e qualquer edifício. Não obstante, a tipologia material não se restringia apenas a estes dois recursos; atesta-se, inúmeras vezes, a utilização de barro, telha e tijolo, taipa e adobe, cal, ferro³²¹, cortiça³²², entre uma panóplia de recursos passíveis de servirem os propósitos da construção³²³.

4.4.1. Material Pétreo

O material pétreo assumiu ao longo de toda a Idade Média uma larga e importante aplicação. Não sendo o território nacional um todo homogéneo nas suas formações geológicas³²⁴, seria comum que se reconhecessem aplicações de distintos materiais pétreos, oriundos quer das zonas circundantes das construções, quer mesmo de zonas mais distantes. Note-se que este segundo caso comportaria, para a obra em questão, o

³¹⁹ Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro fazem referência à doação de madeira e pedra. No entanto, acreditamos que esta questão possa ser alargada a outras tipologias de Material. Melo e Ribeiro, 2012, p. 145.

³²⁰ Melo e Ribeiro, 2012, p. 140.

³²¹ Duarte, 1999, p. 122.

³²² Veja-se, a título de exemplo, o artigo de Sílvio Alves Conde sobre a utilização de cortiça na construção corrente, nos períodos tardo medieval e quinhentista. Conde, 2012, pp 221-241.

³²³ Melo e Ribeiro, 2013, pp. 212-244 e Melo e Ribeiro, 2012, pp. 127-166.

³²⁴ Sobre as características geológicas, em concreto da região do entre Douro e Minho, Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro apresentam uma descrição elucidativa, tendo em conta a sua preocupação em torno da história da construção. Melo e Ribeiro, 2012, pp. 129-136.

acréscimo do valor transporte, várias vezes demasiado custoso para que o estaleiro o pudesse suportar.

Seriam várias as formas de obtenção deste material. Logo à partida, a extracção sugere-nos a sua forma de obtenção usual pelo que, neste caso, a pedra obtida seria comumente de maiores dimensões, geralmente aplicada em revestimentos, silhares ou, até, grandes blocos e lajes³²⁵. No entanto, do processo de extracção também se poderia obter pedra de menor dimensão e importância, utilizada na construção de muros.³²⁶ Um segundo formato passaria pela compra de material, em processos de aquisição simples, ou até – como já aqui referimos no subcapítulo 4.3.3, referente aos métodos de pagamento aos mestrais - através de contratos de encomenda de material. Um terceiro método passaria pela recolha de material pétreo. Desta forma obtinham-se as areias, cascalhos, seixos e até pedras de formas indefinidas sendo que, as primeiras seriam, grosso modo, utilizadas na realização de argamassas. Um quarto método de obtenção de material relaciona-se com a génese de muitos dos aglomerados urbanos portugueses. Sendo alguns destes formados sobre aglomerados urbanos do período Romano, atesta-se a existência de inúmeras construções em estados de degradação elevados que, aliando à sua fácil obtenção e valor representavam importantes “jazidas” de material pétreo, passível de ser reutilizado. Às construções romanas juntavam-se algumas das construções do período medieval, por vezes inutilizadas e, de igual modo, passíveis de servirem outro propósito³²⁷. Por fim, podemos considerar que a obtenção de matéria-prima nem sempre seria lícita. Em casos concretos, assiste-se ao roubo deliberado de material que pertencia a outras construções e que, já aplicado nas mesmas, seria retirado e furtado para fins vários³²⁸.

Não se pense, porém, que a sua aplicação seria diminuta. Na verdade, a pedra constituía, grosso modo, a estrutura base dos edifícios e, dependendo do prestígio e capacidade económica do mesmo, poderia inclusive formar o todo da referida construção. Por outro lado, em construções mais modestas, a utilização da pedra quedava-se pela constituição dos alicerces, cunhais, escadas, arcos, entre outros³²⁹.

³²⁵ Melo e Ribeiro, 2012, p. 137.

³²⁶ Melo e Ribeiro, 2012, p. 136.

³²⁷ Melo e Ribeiro, 2012, p. 141.

³²⁸ Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro dão a conhecer um caso caricato onde, em 1478, um pedreiro de nome Vasco Afonso, em conjunto com dois homens de sua alçada, protagonizou o roubo de pedra que estaria colocada no Mosteiro de São Domingos do Porto, nomeadamente proveniente do adro, cemitério e chão do referido cenóbio. Melo e Ribeiro, 2012, p. 140.

³²⁹ Conde, 1999, p. 284.

Desde logo somos capazes de discernir dois grandes grupos tipológicos de pedra, largamente aplicada em diversas construções nacionais. O norte português assume-se, inúmeras vezes, como a “civilização do granito”³³⁰. Nomenclatura assente na abundância deste material, claro está, seria comum que compusesse diversas construções desta região. Não podemos, no entanto, considerar que o seu uso seria desmedido, motivado pela abundância; pelo contrário, a sua utilização total ou parcial seria privilégio de alguns edifícios e casas mais ricas, tendo em conta o seu difícil transporte e manuseamento³³¹. Material de elevada importância – pela sua qualidade, beleza³³² e durabilidade – o granito viria a ter uma aplicação bem mais ampla, extravasando até o âmbito regional. Constatando-se o seu uso na construção de certas habitações comuns em Ponte de Lima³³³ e Porto³³⁴ – neste último caso a utilização passaria pela construção de escadarias de exterior, anexas a casas sobradadas – é interessante notar-se a sua utilização no [re]calçetamento da Rua Nova de Lisboa em 1485, onde Iria Gonçalves o aponta como o material de eleição do Rei D. João II, de forma a suprir de qualidade o piso de uma das mais afamadas e importantes ruas da capital do Reino³³⁵.

Por outro lado, nas zonas Centro e Sul de Portugal, seria recorrente o uso do calcário como material construtivo. Não se pense numa exclusividade deste material pois, como vimos, o granito também conhecia uma interessante utilização nesta região, pelo menos quando o orçamento e importância da obra assim o justificassem. Ainda assim, são várias as construções que, pelo menos na sua estrutura, nomeadamente a título parcial, recorriam ao calcário como material construtivo. Desde logo, a proximidade e valor associado seriam duas das principais razões que motivavam o seu uso. Sílvio Conde aborda esta questão, tendo por base a construção da habitação comum no Centro e Sul do Portugal medieval, nomeadamente a casa tomarense, onde constata a escolha deste material para a composição das estruturas destas construções. Já em construções mais nobres e arrojadas, para além do granito, o calcário podia compor a totalidade da construção.³³⁶

³³⁰ Andrade, 1990, p. 34

³³¹ Duarte, 1999, p. 122.

³³² Iria Gonçalves apelida-os de “os belos granitos do Norte”. Gonçalves, 1996, p. 127.

³³³ Andrade, 1990, p. 34

³³⁴ Marques, 1980, p. 81.

³³⁵ Para além da qualidade do material, o transporte por via marítima, menos dispendioso e moroso do que aquele realizado por via terrestre, facilitaria o seu acesso. Gonçalves, 1996, p. 127.

³³⁶ Conde, 1996, p. 117.

Tendo em conta tudo aquilo que até aqui referimos, importa destacar que a pedra, enquanto material construtivo, para além da vertente estrutural que até aqui lhe atribuímos poderia, de igual modo, ser conhecida pelo seu uso num sentido escultural e ornamental. Para tal, é importante referir o uso da pedra de Ançã, oriunda da região de Ançã no concelho de Cantanhede – e por isso próxima da zona da construção aqui em estudo – que pertence ao grupo das pedras calcárias sendo que, pela sua composição e qualidade, conheceu durante longos séculos, um uso recorrentemente de pendor escultural³³⁷.

Será precisamente na região de Coimbra que vamos encontrar a origem do grosso dos materiais utilizados pelo estaleiro do Colégio da Graça.

Recuperando a questão da relativa preferência em obter as matérias-primas nas regiões mais próximas do local do estaleiro – tendo em conta tudo aquilo que até aqui referimos – podemos constatar que o estaleiro do Colégio da Graça recorria inúmeras vezes a material construtivo das zonas circundantes, de forma a suprir-se dos recursos necessários. No entanto, tal questão pode ter como génese um outro propósito. Acreditamos que, tal como na construção da muralha gótica no Porto de trezentos e quatrocentos, a preferência por material de acesso mais próximo pode, eventualmente, relacionar-se com uma intenção por parte do estaleiro da obra em obter material, bastante semelhante nas suas características ao já existente, evitando, assim, uma possível desvirtuação da qualidade da pedra³³⁸.

São reduzidos os momentos em que, no que toca à pedra, somos presenteados com a localização exacta da recolha desse material. Ao longo da análise que efectuámos ao livro de contabilidade correspondente a esta empreitada, fomo-nos deparando com variadas referências à pedreira do Monte Olivete. A compra dos chãos (terrenos) destinados à construção do mosteiro nesse mesmo monte leva-nos a crer que – e, por isso, com falta de uma referência específica a essa questão –, associada ou nas proximidades desses chãos existiria uma pedreira da qual se realizava uma extracção do material pétreo, em proveito da obra e das suas distintas secções. Se, na realidade, a pedreira pertencia à obra e estaria englobada na totalidade dos terrenos comprados, infelizmente é algo que não estamos em condições de saber³³⁹. As referências a esta jazida não são muitas, mas,

³³⁷ Gonçalves, 1979, p. 108.

³³⁸ Melo e Ribeiro, 2012, p. 150.

³³⁹ Ainda que num registo, aquando da compra dos terrenos para a construção, possamos encontrar uma referência ao “... nuestro monte oliveti” o que, pelo menos a título parcial, pode ser indiciativo da compra da totalidade dos terrenos; mas manteremos as nossas reservas acerca desta questão. A.D.B., L.O.C.G., fl. 15.

pelo menos, é indiciada a existência de um local específico, que por sua vez poderia ter esse “regime de exclusividade” no acesso ao material pétreo para a obra, ou partilhar o abastecimento para outras obras próximas, uma vez que na Rua da Sofia, na mesma época, outros edifícios se construía. A julgar pelo topónimo de “monte Olivete”, também ele identificador dos terrenos onde se construiu o Colégio da Graça, é possível que esta pedreira pudesse pertencer ao seu estaleiro. Veja-se, por exemplo, o pagamento efectuado a António Eanes, cabouqueiro, que haveria extraído 20 carradas de pedra desta pedreira, a 10 Reais por carrada. Neste caso, acreditando que a pedreira pertencia ao estaleiro do Colégio da Graça, este valor poderia estar mais concretamente relacionado com o trabalho de extracção da pedra por parte do mesteiral, do que propriamente com o preço do material³⁴⁰. Relativamente, ainda, à extracção de pedra de determinadas regiões podemos, de igual modo, referenciar o acesso à pedreira de São Lázaro. Não estando muito certos da sua localização, acreditamos que, actualmente, possa ter uma relação directa com a toponímia de São Lázaro, a zona ocupada, no presente, pelo Hospital da Universidade de Coimbra; claro está que, para o destringir tivemos que nos cingir a um raio de distância relativamente curto, tendo em conta tudo o que até aqui foi referido no tocante ao acesso aos recursos materiais. Veja-se, por exemplo, uma conta que é feita com o pedreiro António Fernandes, onde são incluídos 400 Reais pela pedra que havia tomado da pedreira de São Lázaro³⁴¹.

De resto, importa considerar o acesso a pedreiras privadas como um recurso material bastante útil. Não dispomos de dados que nos indiquem, para a maioria dos casos, se se trata de uma doação de material ou de compra do mesmo. São, no mínimo, dois os casos em que se refere a compra e/ou extracção de material de pedreiras pertencentes a certas personalidades. Num primeiro caso, da pedreira de Pedro Sá – uma personagem que até aqui é nomeado exclusivamente numa ocasião - é feito, a 23 de Fevereiro de 1544, um transporte para a obra de 19 carradas de pedra, – da qual não sabemos a tipologia - realizado por Filipe Gil ³⁴². O valor envolvido monta aos quatro Reais por carrada, pelo que nos faz crer que se trate mais propriamente do valor do transporte do que do valor da

³⁴⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

³⁴¹ A inclusão de registos como este, juntamente com pagamentos, gerou uma certa dúvida na nossa análise, tendo em conta que, tanto nos pode transmitir um valor que um mesteiral devia pagar, devido ao transporte de material, como pode fazer referência a um valor que a obra pagou ao mesmo, após este ter comprado a referida pedra às suas custas. A.D.B., L.O.C.G., fl. 98v.

³⁴² A.D.B., L.O.C.G., fl. 115.

pedra; assim sendo, suporíamos aqui uma doação que Pedro Sá fez desta pedra à obra³⁴³. Num outro caso, a pedreira de Diogo de Castilho, de onde são transportadas 90 carradas de pedra indiscriminada a ser empregue na cerca da igreja. É curioso constatar que o próprio Diogo de Castilho parece ser detentor de uma jazida de pedra, a qual coloca à disposição da obra para a sua utilização.³⁴⁴ Juntamente com estes casos concretos, atente-se a outros dois métodos de obtenção de pedra. Por um lado, a compra deste material a terceiros, onde se destaca uma pedra que se haveria comprado a Bartolomeu Alvares, para que fosse utilizada como alicerce³⁴⁵. Por outro, a reutilização de material, grosso modo proveniente de fundações realizadas na própria obra, sob o prisma da regularização de solos ou, até mesmo, de forma a criar a espacialidade necessária para a construção de uma determinada divisão do colégio, onde podemos destacar as cinco carradas de pedra que Fr. Simão deu, provenientes do entulho da cozinha³⁴⁶ (Ver Tabela 7).

Contudo, um maior destaque deve necessariamente ser dado ao uso da pedra de Ançã. Esta, proveniente da região homónima, surge citada um razoável número de vezes, indicando-nos distintas construções onde era empregue. Claro está que, numa obra como a do Colégio da Graça, por sua vez inserida no monumental projecto da Rua da Sofia, a utilização desta pedra seria primordial. Desde logo, a 17 de Novembro de 1544, é-nos apresentada a compra de 90 carradas desta pedra a Diogo de Castilho – contando-se pedra lavrada e por lavar³⁴⁷. Ou, a 6 de Maio de 1545, quando são dados a António Fernandes 500 Reais para a compra desta pedra não sabendo, porém, qual a quantidade que lhe estaria associada³⁴⁸. Já em contratos, encontramos a utilização desta pedra em duas ocasiões. Em dois contratos celebrados com Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso, assistimos a uma preferência construtiva por parte dos responsáveis da obra onde, quer na empreitada de construção da varanda do claustro³⁴⁹, quer na empreitada de término do

³⁴³ Para esta questão temos bastantes reservas. Nada nos aponta para que esta pedra tenha sido comprada nem que, por outro lado, tenha sido doada.

³⁴⁴ Algo que, na realidade, não transmite grande admiração; sabendo-se da importância que Diogo de Castilho viria a ter na cidade, seria mais do que provável que, numa das suas propriedades pudesse existir uma pedreira. No entanto, não nos foi possível perceber se a pedra seria paga ou doada, não se destacando valores anexos a este registo. A.D.B., L.O.C.G., fl. 96v.

³⁴⁵ Esta pedra custou 60 Reais e foi comprada a 7 de Janeiro [de 1548], apesar de termos algumas reservas no que toca ao ano de compra. A.D.B., L.O.C.G., fl. 150.

³⁴⁶ Surge associado o valor de 10 Reais por carrada mas, cremos, é referente ao preço do transporte. A.D.B., L.O.C.G., fl. 129v.

³⁴⁷ Pelas 90 carradas foram pagos 26460 Reais, que perfazia, aproximadamente, 294 Reais por Carrada. A.D.B., L.O.C.G., fl. 8v.

³⁴⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 52v.

³⁴⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 34v.-35.

claustro³⁵⁰ – onde até então apenas se teria concluído um dos ângulos – a utilização da pedraria de Ançã seria uma exigência; resultado, claro está, da qualidade e estética deste material, indispensável numa construção deste calibre³⁵¹.

São várias as dificuldades com que nos deparamos no que toca ao preço da pedra comprada para a obra do Colégio da Graça. Na verdade, não se figura fácil de destrinçar, como anteriormente salientamos, se o preço que estaria a ser pago seria pelo trabalho do cabouqueiro que havia extraído a pedra, se realmente estaria a ser pago o material, ou se ambos. Para que possamos dar uma resposta mais concreta, apoiamo-nos na suposição da existência de uma pedreira nos terrenos reservados à construção do colégio pelo que, se tal for verdade, a obtenção de pedra – pelo menos até à cessação desse recurso natural – não comportaria qualquer tipo de custo para os cofres da obra para além do trabalho necessário para a obter; logo, o valor que surge em registos relativos à pedra seria referente ao trabalho do cabouqueiro. Não obstante, existem registos que nos indicam os valores praticados pela compra de pedra. Em data indefinida, é registada no livro de obras a compra de 6000 carradas de pedra pelo valor de 460 Reais por milheiro³⁵², algo que não se afigura muito comum no caso concreto da compra de pedra, nomeadamente no que toca à associação de um valor pelo milheiro deste material³⁵³. Pouco comum na obra aqui em estudo, mas normal para encomendas de pedra noutros estaleiros desta e de anteriores épocas³⁵⁴. Isto porque, no caso concreto da obra do Colégio da Graça, a apresentação de valores por unidade, no caso da pedra, era geralmente pautada pela carrada. Ou seja, o valor pago por unidade – assim como está representado na Tabela 7 – seria as mais das vezes pela carrada deste mesmo material, a medida unitária em uso. De resto, o preço pela pedra, encomendada a um determinado cabouqueiro e/ou pedreiro rondaria entre os 8³⁵⁵

³⁵⁰ Neste caso surge a indicação da utilização deste material, “se fosse possível”. A.D.B., L.O.C.G., fl. 37v.

³⁵¹ A pedra de Ançã é um calcário “mole” que se adapta bem ao trabalho escultórico o que seria relevante no claustro (colunas, “varanda”, etc.)

³⁵² A referência a milheiro, no caso concreto do colégio da Graça, faz referência a mil unidades. Se atentarmos neste registo, conseguimos comprovar esta nossa suposição: o valor pago por 6000 carradas, a 480 Reais por milheiro foi de 2925 Reais. No entanto, como é sabido, os pesos e medidas foram-se modificando ao longo dos tempos até porque, o valor do milheiro poderia ser 1000 moios, o que equivalia a 1000 toneladas. Já a carga de um carro (carrada) valia 20 arrobas, equivalente a 220 kg. Serrão, 2000, p. 71.

³⁵³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 49.

³⁵⁴ Veja-se o caso de encomenda de milheiros de pedra a 4 pedreiros, destinados à construção da muralha do porto em 1360. Melo e Ribeiro, 2012, p. 150.

³⁵⁵ Encomendada a Barradas, 14 carradas de pedra ficariam pelo valor de 8 Reais por carrada. A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

e os 10³⁵⁶ Reais por carrada. Por outro lado, é interessante constatar a compra de pedras grandes ou, para sermos mais precisos, de pedras grandes à unidade, cujo valor poderia rondar entre os 60³⁵⁷ e os 140 Reais³⁵⁸ (ver Tabela 7).

4.4.2. Madeira

O uso da madeira, ombreando com o do material pétreo, seria bastante abundante em diversos tipos construtivos durante a Idade Média, bem como no dealbar da época moderna em Portugal. A sua transversalidade utilitária – onde se atesta o seu ancestral uso como combustível para o aquecimento, bem como a sua aplicação agrícola, mas também como material de construção³⁵⁹ – permite-lhe uma massiva aplicação nos diversos processos construtivos.

O método de acesso à madeira é análogo ao método de acesso anteriormente apontado para os materiais pétreos; ou seja, a tipologia da madeira em uso numa certa construção, variaria consoante a região onde a mesma decorreria destacando-se, este, entre outros, como um dos factores preponderantes aquando da sua escolha. De facto, como já referimos, não seria de todo descabido que este material fosse importado de outras regiões, quando a vontade dos encomendadores, o prestígio e orçamento de uma determinada construção assim o justificasse. Mas, na maior parte das vezes, podemos supor que se recorria à madeira presente nas florestas mais próximas, até que esta se esgotasse, ou que o processo construtivo conhecesse o seu fim. Neste ponto, a questão toponímica apresenta-se como uma importante fonte informacional, na resolução de determinados paradigmas acerca do tipo de madeira em uso em determinada região. As nomenclaturas de “castanheiros”, “soutos”, “oliveiras” e até “carvalhos”, fortemente presentes nas ruas, praças e cidades de todo o território nacional, são factores elucidativos da matéria-prima que em tempos existia nessa região³⁶⁰.

A acrescentar a esta questão, a escolha deste material teria também como critérios a resistência e qualidade, bem como questões estéticas que, após a sua transformação, ditaria o tipo de tabuado que daí se subtraía. Por sua vez, essas valências transfiguravam-se em factores decisivos aquando da utilização da madeira. Queremos com isto destacar os diferentes usos que a madeira poderia ter enquanto recurso material presente em

³⁵⁶ Preço aplicado a pedra do monte Olivete, encomendada a António Eanes cabouqueiro. A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

³⁵⁷ Como a que se deu a Gaspar da Costa para que fizesse um portal. A.D.B., L.O.C.G., fl. 148v.

³⁵⁸ Valor pago por uma pedra grande. A.D.B., L.O.C.G. fl. 72.

³⁵⁹ Melo e Ribeiro, 2012, p. 132.

³⁶⁰ Melo e Ribeiro, 2012, p. 144.

qualquer estaleiro construtivo. Se por um lado esta seria aplicada como material construtivo - e, por isso, acoplada a todos os outros elementos que compõem quer a estrutura da construção, quer possíveis semiestructuras e apetrechos -, por outro poderia conhecer, entre outros, o papel de apoio a esse primeiro uso³⁶¹.

A madeira seria um dos materiais que mais abundância apresentava na sua utilização pelo que, o seu fácil acesso, aliado à maior facilidade de transporte, motivaram que este material fosse aplicado de diversas formas em variadíssimas construções. Desde logo, a estrutura do edificado revelava-se como o seu uso primordial. Em construções de carácter mais modesto e, por isso, com orçamentos construtivos um tanto diminutos, a madeira substituía a pedra, quando o uso desta fosse dispensável. Na casa comum de Ponte de Lima, por exemplo, a madeira assumia o grosso das estruturas que, aliada à taipa e ao colmo, constituíam as casas de pendor mais modesto. Todavia, a sua aplicação em casas nobres, nesta mesma cidade, não pode ser descurada pelo que, desta feita, seria emparelhada com o uso da pedra granítica e da telha, formando estruturas mais resistentes e prestigiantes³⁶². Conhecendo-se melhor a sua aplicação na habitação comum, somos impelidos a considerá-la, embora com bastantes reservas, como uma aplicação constante e um tanto generalizada, exequível em edificados de outra ordem. Atesta-se o seu emprego em estruturas base das casas, travejamentos, tectos³⁶³ – do que são de exemplo os “de engado” – bem como escadas, portas, janelas, entre outros³⁶⁴. As estruturas não-habitacionais, assim como nos transmite Rita Costa Gomes para a Guarda medieval, pela sua natureza, não teriam que se apresentar tão resistentes quanto as habitações. De tal modo que, na sua construção se utilizaria, pelo menos nesta cidade, a madeira como matéria-prima preponderante; contem-se, por exemplo, alpendres de praça, currais, etc.³⁶⁵. Outra das possíveis aplicações deste material – e de igual modo um facto curioso – é nos transmitida por Iria Gonçalves. Servindo-se da opinião de Jean-Pierre Leguay, a autora aponta a utilização da madeira como a base do calcetamento das ruas de Paris durante a época medieval, em detrimento da utilização de calhaus rolados, como se sucedia no Sul de França³⁶⁶.

³⁶¹ Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro destacam que a madeira seria aplicada em andaimes, travejamentos, tectos, soalhos, divisões, móveis, utensílios domésticos, estábulos, adegas, espigueiros, moinhos, alfaias agrícolas, vasilhames, construção naval, etc., Melo e Ribeiro, 2012, p. 132.

³⁶² Andrade, 1990, p. 34.

³⁶³ Duarte, 1999, p. 122.

³⁶⁴ Conde, 1996, p. 119.

³⁶⁵ A propósito da parcial utilização da madeira na casa comum da Guarda medieval, veja-se a nota de rodapé nº155 em: Gomes, 1987, p. 75

³⁶⁶ Gonçalves, 1996, p. 120.

Tendo o presente trabalho como foco principal o estudo de um edifício de prestígio, importa destacar de que modo se empregava a madeira em construções semelhantes. No caso da construção do Paço de Sintra, a madeira conheceu inúmeras aplicações. Para além do travejamento dos telhados, madeiramento dos pisos, e fabrico de materiais de ornamentação como mobiliário, portas, janelas, escadas, entre outros³⁶⁷, esta também foi aplicada no fabrico de utensílios para o trabalho tais como *padiolas*, *couchos*, *corsas* e andaimes³⁶⁸. No entanto, a madeira também poderia ser utilizada como revestimento de divisórias – acção comumente conhecida por “madeirar”. Em construções religiosas, assim como se assiste na igreja de Santa Maria do Olival, igreja matriz de Tomar, a cobertura das naves poderia ser feita em madeira, para além de se aplicar noutras ocasiões³⁶⁹.

Procurando caracterizar a madeira utilizada para a construção do Colégio da Graça, achamos pertinente – dentro do possível - destacar as características florestais inerentes à região onde se localiza a cidade de Coimbra.

Para uma melhor percepção do coberto vegetal do território português, é indissociável perceber a sua condição climática. Esta revela-se - juntamente com a riqueza dos solos e a acção do Homem - um factor crucial, na medida em que é capaz de condicionar a sobrevivência de uma qualquer espécie de flora³⁷⁰. Assim, a ténue diferença climática entre o Norte e o Sul, tanto de Inverno como de Verão, aliam-se à existência de Verões moderadamente quentes e Invernos pouco rigorosos – com tendência a aumentar a sua amplitude à medida que caminhamos para os extremos do território – criando um clima propício ao desenvolvimento de um certo tipo de espécies de flora³⁷¹. Considerando a posição geográfica de Portugal, e na impossibilidade de perceber através das fontes históricas qual o coberto vegetal primitivo, Hermann Lautensach, juntamente com Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, procuraram caracterizar a tipologia geográfica das plantas existentes em Portugal, tendo em conta a sua distribuição regional. Assim, podem ser destacadas as plantas europeias centrais, europeias ocidentais, mediterrâneas, ibéricas, ibero-marroquinas e macaronésias³⁷².

³⁶⁷ Veja-se, a título de exemplo, o caso do fabrico das mesas e bancos que foram feitos por ocasião de uma estadia do rei em 1508. Melo e Ribeiro, 2013, p. 235.

³⁶⁸ Melo e Ribeiro, 2013, p. 235.

³⁶⁹ Conde, 1996, p. 132.

³⁷⁰ Ribeiro e Lautensach, 1987, p. 17.

³⁷¹ Ribeiro e Lautensach, 1987, p. 17.

³⁷² Ribeiro e Lautensach, 1987, p. 18.

Numa tentativa de atribuir ao território nacional uma caracterização do seu coberto vegetal, o autor procurou dividi-lo em cinco grandes zonas: A secção Norte, a da Estremadura, o Alentejo ocidental, o Alentejo oriental e o Algarve³⁷³. Por sua vez, a inclusão da região de Coimbra numa ilustração presente na referida obra, suscitou algumas dúvidas, visto que, tanto a podemos enquadrar na secção Norte, como na secção da Estremadura, tendo em conta que esta parte do Mondego e segue para Sul até às secções seguintes. Assim sendo, procuramos destacar as características florestais destas duas secções, sendo de certo modo viável identifica-las com o território coimbrão, mas com as devidas reservas. Tomando este quadro como ponto de partida, e confrontando com as tipologias geográficas da flora que acima indicamos, foi possível a Lautensach constatar que na secção Norte predomina o carvalho alvarinho, o carvalho negral, o pinheiro bravo, muitas espécies de urze e tojo, bem como o feto comum. Já na secção da Estremadura predominavam o carvalho português - na variedade de *Quercus* de folha caduca e perene -, o carrasco, a oliveira - na variedade de zambujeiro e na variedade de cultivo -, o pinheiro bravo e o carvalho anão³⁷⁴.

Na construção do Colégio da Graça de Coimbra, a madeira foi mormente aplicada em estruturas reservadas ao interior dos edifícios. Relembre-se o protagonismo que o mestre Rodrigo Peres, carpinteiro, conhece no processo construtivo – já aqui destacada no subcapítulo 4.3.2 -, nomeadamente pelo elevado número de contratos que com ele são celebrados.

Ao contrário do que sucedia com o material pétreo empregue nesta construção, a madeira provinha de variadíssimas localidades que, grosso modo, circundavam Coimbra nos finais da Idade Média. Aliás, à luz dos dados que apuramos consideramos que Coimbra, mais propriamente o estaleiro referente a esta obra, se abastecia de madeira num raio de cerca de 60 km, tendo como epicentro a própria cidade do Mondego. Esta chegaria à obra nas mais variadas formas e tipos, por intermédio dos meios de transporte existentes então. Nesta fase, importa considerar o papel dos *boieiros* e *almadieiros*. Como anteriormente referimos, estas ocupações pertenceram, em tempos medievais, à tipologia socioeconómica dos “trabalhadores não-especializados” pelo que, considerá-las um ofício poderia ser bastante arrojado. Assumindo o grosso dos transportes realizados para a obra – sendo que, como se referiu, a obra seria detentora de alguns bois e seus respectivos boieiros, de certo modo para que não dependessem em demasia de

³⁷³ Ribeiro e Lautensach, 1988, p. 548.

³⁷⁴ Ribeiro e Lautensach, 1988, p. 551.

transportadores terceiros – estas duas ocupações seriam responsáveis pela chegada da maioria da madeira comprada. Assim, a proveniência deste material repartia-se entre Miranda do Corvo e seu termo, Cantanhede, Penacova, Coja, Tentúgal e Santa Comba Dão e Vilarinho, ambos do termo de Lousã.

É indissociável desta informação a referência aos nomes dos vendedores de madeira. De antemão alertamos para o facto de que, em alguns casos podemos ter sido induzidos em erro, porquanto a informação que o livro de obras nos fornece faz referência à moradia de certos vendedores/serradores/madeiros. Contudo – e é sobre este prisma que alicerçamos a hipótese que aqui expomos – é bastante provável que o seu local de residência seja precisamente o local de onde se extraía e transformava a madeira nas suas mais variadas formas, tendo em conta a reduzida capacidade que um qualquer indivíduo teria para, diariamente, laborar demasiado longe da sua zona de residência, não sendo no próprio estaleiro. De tal modo, considere-se a venda de madeira por parte de (Ver Tabela 8):

- João Lopes e Afonso Gonçalves, moradores em Miranda [do corvo]³⁷⁵;
- Dom João, morador em Cantanhede³⁷⁶;
- Manuel João e Pedro Eanes, moradores em Penacova³⁷⁷;
- Brás António, morador em Santa Comba Dão³⁷⁸;
- os já referidos Francisco Peres, Luís Fernandes e Simão Fernandes, moradores em Miranda [do corvo] e seu termo³⁷⁹;
- Simão Afonso, morador no Carapinhal³⁸⁰;
- Brás Afonso, morador em Vilarinho, do termo de Lousã³⁸¹;
- Afonso Peres do Povero – possivelmente do Pombeiro -, eventualmente morador em Coja, pelo trabalho que lá desempenha³⁸²;

³⁷⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 53v.

³⁷⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 85.

³⁷⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88v.

³⁷⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 89.

³⁷⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 92.

³⁸⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94v.

³⁸¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 95.

³⁸² A.D.B., L.O.C.G., fl. 104v.

- Sem referência à sua naturalidade/moradia surgem Aleixo madeireiro³⁸³, Aleixo Fernandes³⁸⁴, Simão Alvares³⁸⁵ e Afonso Lopes madeireiro³⁸⁶.

No entanto, a compra e acesso a material construtivo poderia também ser feita dentro da própria cidade. Podendo tanto ser considerado uma exceção como um hábito, certo é que, pelo menos num caso em concreto – como de resto já se teria assistido aquando da obtenção de material pétreo – é nos apresentado um registo de compra de madeira a Diogo de Castilho. Desconhece-se a origem desta - ainda que a própria denominação, *tabuado de portu*, possa querer indicar a sua proveniência³⁸⁷ - no entanto, é curioso considerar que, uma vez mais, existem vestígios de negociações encetadas entre Diogo de Castilho e a administração da obra relativas ao fornecimento de materiais.

Considerando esta estrutura, importa agora conhecer que tipos de madeira foram aplicados nas obras da construção do Colégio da Graça. Este material conhecia diversas formatos e qualidades, nomeadamente *xemezes* – paus de pequena dimensão –, traves de diversas medidas – as mais comuns seriam de 10 e 12 côvados -, *barrotes*, tabuado, paus, *ripe* e, até, de formatos indefinidos que, por comodidade, seriam vagamente apelidados de “madeira”. Por outro lado, este recurso natural, largamente empregue nesta construção, provinha sobretudo de três tipos básicos de árvores: castanheiro, pinheiro e carvalho. Confrontando o que acima indicamos sobre os tipos de árvores que floresciam nesta região, podemos constatar que só ao castanheiro não existe uma menção concreta por parte de Hermann Leutensach, ainda que se saiba que o castanheiro também seria uma das espécies dominantes nas zonas norte e centro do país³⁸⁸.

No que toca à sua proveniência da madeira utilizada no estaleiro do Colégio da Graça atestamos o já referido *Tabuado de Portu*, mas também o tabuado de Coja³⁸⁹, bem como um outro proveniente da zona de Tentúgal e, por isso mesmo, com a nomenclatura homónima³⁹⁰. Por fim, importa destacar a existência de um tipo específico de madeira

³⁸³ Possivelmente os registos A.D.B., L.O.C.G., fl. 53v. e A.D.B., L.O.C.G., fl. 72., fazem referência ao mesmo indivíduo.

³⁸⁴ Não descaramos que este Aleixo possa ser, eventualmente, o mesmo Aleixo que anteriormente surge identificado pela sua ocupação de “madeireiro”. A.D.B., L.O.C.G., fl. 85.

³⁸⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 87.

³⁸⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94.

³⁸⁷ Colocando esta denominação num português corrente, é possível que possa ser traduzido em “tabuado de Porto” referindo-se, claro está, à cidade do Norte português. Por outro lado, tendo em conta a vida deste mestre, sabe-se que alternou a sua moradia entre Coimbra e Porto algo que, por si só, poderia ser indício de perpetuação das suas relações com esta cidade. A.D.B., L.O.C.G., fl. 89.

³⁸⁸ Melo e Ribeiro, 2012, pp. 132 e 143-145; Sousa, 1993, pp. 311-327.

³⁸⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 104v.

³⁹⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88v.

que nos faz crer ser distinta das restantes quanto às suas características físicas: o chamado *tabuado limpo*³⁹¹. As distintas especificidades deste material proporcionaram que fosse aplicado em diversas fases da obra, tendo em conta o peso que essas características teriam no papel a desempenhar; ou seja, a resistência, beleza e ornamentação necessárias.

No que toca aos valores associados à compra deste material, estes estariam longe de se demonstrar homogêneos, inclusive dentro da mesma tipologia e qualidade. Antes de mais importa referir que a flutuação do preço do material obedecia a um conjunto de factores: qualidade, tipologia, proveniência ou, até mesmo, a própria abundância e escassez que o mesmo poderia enfrentar, entrariam nas contas no processo de compra³⁹². Assim, o preço aplicado a determinados produtos estaria não só intimamente ligado à disponibilidade, mas também relacionado com a distância, qualidade e tipologia do mesmo.

Após análise aos diferentes registos relativos à madeira, pudemos constatar que o *tabuado de castanho* admite vendas entre 600 e 120 Reais a dúzia³⁹³. Manuel João e Pedro Eanes, moradores em Penacova, venderam este tipo de tabuado, em data indefinida, a 180 Reais a dúzia³⁹⁴. Já Brás António de Santa Comba Dão vendeu, a 25 de Novembro de 1544, o mesmo tipo de tabuado ao preço de 170 Reais a dúzia³⁹⁵. Nesta qualidade específica de madeira assistimos a uma flutuação interessante, que se relaciona com o formato do material. Os já referidos Francisco Peres, Luís Fernandes e Simão Fernandes, moradores no termo de Miranda [do Corvo]³⁹⁶ venderam o mesmo tipo de material, a 25 de Dezembro de 1544, a 140, 150 e 160 Reais a dúzia, sendo que o factor que faria variar o preço seria o tamanho em que este material era comprado³⁹⁷. Por outro lado, este tipo de madeira também conheceu a sua venda em formato de *barrotes*, onde, em data indeterminada, a compra de 18 dúzias se quedava no preço de 300 Reais a dúzia³⁹⁸. Por fim importa destacar que, num caso excepcional, Brás Afonso vendeu, a 16 de Março de 1545, madeira de castanho de tamanho variável a 600 Reais a dúzia. Caso este que se

³⁹¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88v.

³⁹² Tal qual Sérgio Ferreira apresenta para a flutuação de salários auferidos pelos trabalhadores especializados, o caso específico da compra de material também poderia padecer da mesma problemática. Ferreira, 2011.

³⁹³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 90.

³⁹⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88v.

³⁹⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 89.

³⁹⁶ Recupere-se o que foi dito sobre a origem da mão-de-obra no capítulo 4.3.1.

³⁹⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 92.

³⁹⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 85v.

torna um tanto enigmático visto que, não dispomos de mais dados que nos possam indicar a razão da elevada diferença de valores de compra deste material³⁹⁹ (Ver Tabela 8).

Por sua vez, o tabuado de carvalho, sob o formato de traves fora comprado a 110 Reais a unidade, quando se tratava de traves de 12 côvados e a 90 Reais a unidade, as de 10 côvados⁴⁰⁰. Já no formato de paus de 16 palmos de comprido e bitola assinalada no fólio onde se encontrava registada a compra, foram comprados a 40 Reais por unidade⁴⁰¹ (Ver Tabela 8). Não é muito comum mas, por vezes, surgem desenhadas no livro de obras as medidas por onde se teriam que reger os vendedores de certo tipo de material, de forma a produzi-lo – serrá-lo no caso da madeira – nas dimensões que a obra necessitava⁴⁰² (Figura 1).

A madeira de pinho admitia, de igual modo, diversos preços. Constata-se a sua compra a 60 e 65 Reais a dúzia – variando uma vez mais consoante a dimensão⁴⁰³ -, a 80 Reais a dúzia⁴⁰⁴, a 110 Reais a dúzia⁴⁰⁵ e a 130 Reais por essa mesma quantidade⁴⁰⁶. O tabuado proveniente de Coja, comprado a Afonso Peres do Povero, foi comprado a 90 Reais a dúzia de medida de palmo e meio e a 130 Reais a dúzia dos de 2 palmos de medida; note-se que, neste valor poderia estar também incluída a serração da referida madeira visto que, o referido Afonso Peres fora contratado para serrar a madeira e a transformar em tábuas das referidas medidas⁴⁰⁷ (ver Tabela 8).

Já o tabuado proveniente de Tentúgal foi comprado por dois valores que, apesar de tudo não são muito díspares: 140⁴⁰⁸ e 145 Reais a dúzia⁴⁰⁹. O tabuado comprado a Diogo de Castilho, também chamado de *tabuado de portu*, fora-o pelo preço de 300 Reais a dúzia, valor que se apresenta um tanto díspare em relação aos restantes valores até então praticados⁴¹⁰. O *tabuado limpo* fora comprado a 280 Reais a dúzia que, apesar de não surgir discriminado, facilmente se calcula esse valor⁴¹¹ (Ver Tabela 8).

³⁹⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 95.

⁴⁰⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 85.

⁴⁰¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 92.

⁴⁰² A.D.B., L.O.C.G., fl. 92.

⁴⁰³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94.

⁴⁰⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88v.

⁴⁰⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88v.

⁴⁰⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88.

⁴⁰⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 104v.

⁴⁰⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 88v.

⁴⁰⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 90.

⁴¹⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 89.

⁴¹¹ 700 Reais por 2 dúzias e meia deste tabuado perfazia esse mesmo valor. A.D.B., L.O.C.G., fl.

A compra de madeira em forma de *ripe* surge muito vagamente registada no livro de despesas. Na verdade, os poucos registos apenas nos indicam o valor associado à compra de uma determinada quantidade bem como, o valor pago pela unidade de medida. Assim, sem sermos sabedores da sua proveniência ou, até, de que tipo de madeira é que estaria a ser comprada, sabemos que a *ripe* comprada para esta obra fora-o por três valores distintos: 44 Reais por dúzia a 16 de Abril de 1545⁴¹², a 55 Reais a dúzia⁴¹³ e a 60 Reais a dúzia compradas por João Gonçalves no dia 25 de Abril de 1545⁴¹⁴ (ver Tabela 8).

As designações generalizadas surgem com alguma frequência nos registos do livro de obras. Seria de certo modo comum que se encontrassem referências a: madeira, traves, traves de 12 e 10 côvados, *coceiras*, paus e tabuado, cujas designações não surgem associadas a um tipo de madeira específico, ao contrário dos exemplos que acima indicámos. É uma questão que nos coloca alguns problemas de análise, pelo que conhecemos apenas o formato em que foram vendidos; ainda que a informação fornecida seja bastante relevante. Afonso Gonçalves e João Lopes, moradores em Miranda [do Corvo] venderam à obra traves de 12 côvados, de madeira indefinida, a um preço de 90 Reais cada⁴¹⁵, valor inferior àquele praticado com as traves de carvalho de dimensão semelhante. No último dia do mês de Janeiro de 1545, Aleixo Madeireiro trouxera para a obra traves de dimensões desconhecidas, pelo preço de 80 Reais cada⁴¹⁶. O que nos faz crer que fossem de dimensão média/grande na medida em que um ano depois, a 19 Janeiro de 1546 – data que nos suscita algumas dúvidas⁴¹⁷ – o mesmo Aleixo trouxera traves de pequena dimensão, pelo preço de 70 Reais a unidade.⁴¹⁸ Apesar das flutuações de preço que possam existir, temos que ter em conta que esta venda havia sido feita volvido um ano após a anterior. No entanto, a compra de 13 traves também havia sido feita a 90 Reais pela unidade, valor onde também entraria o trabalho de as serrar⁴¹⁹ (ver Tabela 8). A referência a *coceiras* surge várias vezes pelo que a sua venda admite três valores distintos,

⁴¹² Na compra de 15 dúzias. A.D.B., fl. 87v.

⁴¹³ Na compra de 55 dúzias. A.D.B., fl. 87v.

⁴¹⁴ Na compra de 21 dúzias. A.D.B., fl. 87v.

⁴¹⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 53v.

⁴¹⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 53v.

⁴¹⁷ Apesar de não nos ser indicado o ano em que Aleixo trouxe o material sabemos que, no mesmo fólio, existe um registo referente a Julho de 1546. O que, na verdade não nos elucida do ano concreto em que se realizou esta venda, devido à organização tipológica, e não cronológica, em que o livro está assente. Contudo, de acordo com o seguimento de datas, acreditamos tratar-se do ano de 1546. A.D.B., L.O.C.G., fl. 72.

⁴¹⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 72.

⁴¹⁹ Surge ainda a indicação de que este material foi utilizado na obra da hospedaria. A.D.B., L.O.C.G., fl. 83.

consoante o termo utilizado. Uma *coceira* grande seria comprada a cerca de 25 Reais a unidade, a pequena a 10 Reais a unidade⁴²⁰; já uma dúzia de *coceiras* indiscriminadas, vendidas por Simão Afonso, seriam compradas a 130 Reais a dúzia⁴²¹. No que toca a paus – de madeira indiscriminada e dimensões semelhantes, pelo que tenho em crer – Dom João, morador em Cantanhede, vendeu a 1200 Reais a dúzia, valor elevadíssimo e que suscitou bastantes reservas na análise do respectivo registo⁴²². A aquisição de madeira, como termo indiscriminado, surge numa compra a Afonso Lopes, madeireiro de ofício, pelo valor de 300 Reais a dúzia⁴²³. Por outro lado, surge registado um caso curioso onde, como em outras fases da obra, o valor pago por determinada empreitada/material seria determinado por um qualquer especialista da obra⁴²⁴. Assim, uma compra de madeira feita a 25 de Novembro de 1544, a Bras António, morador em Santa Comba Dão, seria paga consoante aquilo que Rodrigo Peres, carpinteiro a laborar nesta obra, determinasse que valeria⁴²⁵. Este é mais um dos casos curiosos que nos surgem e elucidam a importância que determinados mestres teriam, não só no processo construtivo mas, também no processo de decisão sobre determinadas matérias, próprias do foro administrativo da obra. Já o tabuado de madeira indiscriminada, esse seria pago ao valor de 240 Reais a dúzia, quando vendido por Afonso Lopes⁴²⁶, a 130 Reais a dúzia, quando vendido por Simão Afonso, morador em Carapinhal⁴²⁷, como, inclusive, também fora comprado a 55 Reais a dúzia, no dia 12 de Maio de 1545⁴²⁸. Presumimos aqui que os factores de decisão seriam a qualidade e dimensão do dito material. No entanto, estes são dados que se encontram omissos e, por isso mesmo, não nos podemos servir deles para sustentar esta hipótese. Por fim, a compra de *xemezes* de 9 palmos a Simão Afonso quedava-se no valor de 260 Reais a dúzia⁴²⁹ (Ver Tabela 8).

⁴²⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 83.

⁴²¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94v.

⁴²² A compra de 100 dúzias deste material comportou a despesa de 110000 Reais. A.D.B., L.O.C.G., fl. 85.

⁴²³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94.

⁴²⁴ Recupere-se a importância de Diogo de Castilho em decidir a qualidade, preço e dimensões de material, em contratos de encomenda do mesmo. Veja-se o subcapítulo 3.2.2.

⁴²⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 89.

⁴²⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94.

⁴²⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94v.

⁴²⁸ Compraram-se 17 dúzias de tabuado de um tipo de madeira indiscriminado, a 55 Reais a dúzia. A.D.B., L.O.C.G., fl. 94.

⁴²⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 94v.

4.4.3. Cal

A cal, enquanto material construtivo, assume um papel central em qualquer estaleiro da Idade Média. Proveniente de um material pétreo, o calcário, a cal obtinha-se através da sua cozedora a elevadas temperaturas, em fornos que servissem para esse efeito⁴³⁰. Vastamente aplicado na construção civil, este material serviria sobretudo para o revestimento de paredes e para a pintura, sendo mais regularmente utilizada em construções de prestígio – com um certo pendor escultórico -, em face ao elevado valor que a sua produção comportaria⁴³¹. Porém, é possível atestar o seu uso na realização de argamassas que, juntamente com o gesso, formariam a base dos materiais ligantes, com regular uso na argamassa tradicional⁴³². Para além do valor pago pela pedra calcária, a [pré]-existência de um forno caldeiro seria por si só uma problemática a resolver na medida em que, só através da cozedura da referida pedra é que seria possível a obtenção deste material. Facto que levava a que, inúmeras vezes, fosse necessária a compra de fornos de cal que pudessem suprir deste material o(s) estaleiro(s) construtivo(s)⁴³³.

Tendo em conta a forte necessidade na obtenção deste material pétreo, é possível afirmar que, as mais das vezes, as regiões Centro e Sul de Portugal se assumiam como a principal zona de proveniência da cal, não descurando que a mesma pudesse ser produzida na zona Norte. Para tal, seria comum que nessas regiões a cal fosse empregue na maioria das construções, sendo que se atesta a existência de inúmeros fornos para a produção da mesma. Sílvio Conde dá-nos a conhecer a existência de dois fornos de cal em Santarém, anexados a uma pedreira junto à igreja de Santa Maria do Monte que, por sua vez, seriam propriedade do Mosteiro da Trindade⁴³⁴.

No que toca ao Colégio da Graça, não nos parece que a posse de um forno próprio para a produção de cal se tivesse revelado uma prioridade para o corpo administrativo da obra. O que nos transmite tal convicção é a existência de variadíssimos registos relativos

⁴³⁰ Gomes, 2013, p. 174.

⁴³¹ Melo e Ribeiro, 2012, p. 141.

⁴³² João Mascarenhas Mateus, num estudo que se versa sobre a realização das argamassas e betões tradicionais, dá-nos a conhecer a tradicional composição destas matérias. Nestas identifica, para além dos materiais ligantes, os materiais inertes – relativos à textura da matéria -, alguns materiais reactivos com o propósito de transmitir hidraulicidade às misturas, bem como a água. Mateus, 2012, p. 289.

⁴³³ Saúl Gomes dá-nos o exemplo de uma carta da Chancelaria Régia do Rei D. Manuel I, datada de 1499, onde o mesmo entrega ao Mosteiro da Batalha os fornos de cal e telha que haviam comprado com o propósito de servirem as obras. Gomes, 2013, p. 175.

⁴³⁴ Conde, 1999, p. 288.

à compra de cal, que posteriormente se distribuía pelas diferentes fases construtivas da obra⁴³⁵ (Ver Tabela 9).

Relativamente à sua proveniência, apenas a um dos vendedores de cal é que está associada a sua proveniência: Tristão Dias, que seria morador na cidade de Coimbra⁴³⁶. Porém, como noutros capítulos acontecera, por vezes o nome dos vendedores/trabalhadores teriam associação à sua zona de residência e, sendo o forno de cal uma peça do “mobiliário” urbano pode eventualmente ser indiciativo da zona de proveniência deste material. Deste modo, é possível que Tristão Dias tivesse o seu forno de produção de cal na sua zona de residência, a cidade de Coimbra, daí fornecendo a cal ao estaleiro do Colégio da Graça. Por outro lado, são dois os nomes dos caieiros/donos de fornos que nos apresentam referência a uma possível localidade mas que não nos indica, com precisão, a sua proveniência: Fernando Eanes Caieiro de Bordalo⁴³⁷ e Pedro Eanes da Póvoa⁴³⁸. Nestes dois casos, é possível que, assim como acontecia com Tristão Dias, pudessem ter fornos de cozedura de cal nas localidades às quais estão associados. Porém, não sabemos em concreto se estes caieiros seriam moradores dessas localidades, ou se por e simplesmente seria de lá naturais; ainda que acreditemos que a primeira opção seria a mais viável, não podemos desenvolver melhor esta questão. Os restantes vendedores/produtores de cal que assinalamos na Tabela 10 não nos fazem referência à sua zona habitacional. Vejam-se os seguintes vendedores de cal (Ver Tabela 10)

- António Matoso, ou Montoso⁴³⁹;
- António Fernandes caieiro⁴⁴⁰;
- Estevão Dias⁴⁴¹;
- António Bordalo⁴⁴²;

⁴³⁵ Não conseguimos aqui ser precisos no que toca a esta questão, visto que os registos não nos elucidam sobre a existência de um forno que fosse propriedade da obra. Não obstante, mesmo que este existisse, nada impedia a compra de cal a terceiros, se este não conseguisse suprir na totalidade, as necessidades que a obra teria deste material.

⁴³⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 128v.

⁴³⁷ Não cremos que se refira a Bordalo Pinheiro, devido à longa distância que separa esta localidade da cidade de Coimbra. Poderia, eventualmente, fazer referência a uma qualquer localidade que se tenha extinguido e, por isso mesmo, já não tenhamos acesso. A.D.B., L.O.C.G., fl. 112.

⁴³⁸ Poderá eventualmente fazer referência a Póvoa das Pêgas, localidade que mais se aproxima da região da construção. A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

⁴³⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 103.

⁴⁴⁰ Distinto do António Fernandes, pedreiro de ofício, que anteriormente referimos. A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

⁴⁴¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 120.

⁴⁴² Assumimos aqui que “Bordalo” faz referência ao nome e não à sua proveniência. A.D.B., L.O.C.G., fl. 132v.

- mestre Jorge Caieiro⁴⁴³.

Como se constata na Tabela 10 em anexo, ainda que tenhamos referência a alguns vendedores deste material, outros registos de compra surgem sem associação a um vendedor, criando, assim, um problema de designação da sua região de proveniência.

Importa destacar que – como também veremos no subcapítulo seguinte relativo ao material de olaria - a recorrência à venda/compra de material entre os distintos colégios teve lugar no estaleiro construtivo do Colégio da Graça. Veja-se, a título de exemplo, o caso da compra de cal que foi feita ao estaleiro do Colégio de São Domingos, igualmente na Rua da Sofia⁴⁴⁴

A nível tipológico, a cal comprada não revela grandes diferenças. Na verdade, a qualidade e grossura do material são, em geral, o factor distintivo. Assim, a cal comprada poderia ser: grossa, delgada, branca, de *meirinho* e velha (Ver Tabela 9).

Relativamente ao valor da cal, esse seria bastante variável. Note-se que, estando esta obra a decorrer na cidade de Coimbra – e por isso pertencente à zona centro do território português – seria decerto possível que o acesso à pedra calcária fosse feito por valores mais ou menos diminutos o que, por sua vez, condicionava o preço de venda deste material. Apesar de os valores mais comuns rondarem os 90 e 100 Reais por moio, a realidade de venda podia oscilar bastante. A 27 de Junho de um ano indeterminado, a obra comprou cal a 30 Reais por moio pelo que, este seria o valor mais baixo encontrado nos registos, ainda que não consigamos explicar tal disparidade⁴⁴⁵. Já no dia 5 de Outubro de 1545, Tristão Dias vendeu à obra 130 moios de cal, pelo valor de 60 Reais por moio⁴⁴⁶. É interessante constatar esta flutuação no preço, ainda que não saibamos o seu motivo. Em data indefinida, a obra comprou 57 moios de cal a 80 Reais por moio – valor que já se enquadra melhor nos números até aqui praticados – a Pedro Eanes da Póvoa⁴⁴⁷. Já a 85 Reais por moio, vendeu António Bordalo 200 moios de cal, no dia 14 de Julho de 1546⁴⁴⁸. A 17 de Fevereiro de 1544 é registada a compra de 49 moios e meio de cal, a António Matoso Caieiro pelo valor de 90 Reais o moio⁴⁴⁹, assim como aconteceu na compra de Cal Grossa a António Fernandes caieiro⁴⁵⁰. No dia 13 de Outubro de 1547 compraram-se

⁴⁴³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 166v.

⁴⁴⁴ Compra de 5 moios de Cal a 110 Reais por moio. A.D.B., L.O.C.G., fl. 165v.

⁴⁴⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 149.

⁴⁴⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 128v.

⁴⁴⁷ Marques, 2008-2009, p. 255.

⁴⁴⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 132v.

⁴⁴⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 103.

⁴⁵⁰ Comprados 15 Moios desta cal, no dia 7 de Março de 1548. A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

17 moios de cal a 95 Reais por moio, com o primordial objectivo de ser aplicada nos alicerces do claustro⁴⁵¹. A compra de cal a 100 Reais por moio parece ter sido a moda nos registos apresentados. Assim comprou-se por este valor: cal de *meirinho* a vendedor desconhecido⁴⁵², 71 moios e meio de cal de tipo indiscriminado a Fernando Eanes de Bordalo no dia 23 de Fevereiro de um ano indefinido⁴⁵³, 5 moios de cal delgada a António Fernandes no dia 7 de Março de 1548⁴⁵⁴, alguns moios de cal branca a vendedor desconhecido no dia 24 de Fevereiro de 1546⁴⁵⁵ e, por fim, 28 moios de cal velha a Mestre Jorge Caieiro, em data desconhecida⁴⁵⁶. Por fim, existem valores de compra que extravasam os valores mais comuns. A 105 Reais comprou-se uma fornada de cal a Estevão Dias, no dia 7 de Agosto de 1544, valor pago por Gaspar da Costa e Manuel Bernardes a mando da administração da obra⁴⁵⁷; já a 110 Reais por moio foi comprada a já referida cal ao estaleiro do Colégio de São Domingos, em data indeterminada, sendo este o valor mais alto que foi pago por este material (ver Tabela 9).

4.4.4. Olaria

Outro dos materiais que reconhece elevada importância no processo construtivo medieval é o barro. Conjuntamente com a argila, este material assume uma recorrência construtiva importante, surgindo as mais das vezes em construções de prestígio e considerável importância. A sua plasticidade, aliada ao seu relativamente fácil acesso, permite-lhe assumir várias vertentes construtivas, consoante o propósito em questão. Na verdade, o surgimento deste material em construções de distintas regiões prende-se pelo facto de estas se apresentarem mais ou menos próximas das jazidas de argila que, por sua vez, abundavam nas regiões Centro e Sul do país, mas também no Norte⁴⁵⁸. Assim sendo, assim como constata Luís Miguel Duarte, seria mais do que usual que se utilizasse este material com mais frequência nesta região, tendo em conta tudo aquilo que já referimos sobre o seu carácter construtivo⁴⁵⁹.

⁴⁵¹ *Claustra* como surge no registo. A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

⁴⁵² Foi comprado um monte desta cal, compreendendo mais ou menos 12 moios. A.D.B., L.O.C.G., fl. 96v.

⁴⁵³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 112.

⁴⁵⁴ Juntamente com a venda de cal grossa também referida, compraram-se 5 moios desta cal. A.D.B., L.O.C.G., fl. 113v.

⁴⁵⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 130v.

⁴⁵⁶ Compra de 28 moios de cal ao referido vendedor. A.D.B., L.O.C.G., fl. 166v.

⁴⁵⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 120.

⁴⁵⁸ Melo e Ribeiro, 2012, p. 142.

⁴⁵⁹ Duarte, 1999, p. 122.

Num outro plano, não figura como uma novidade que a toponímia absorva a existência de uma determinada característica quer laboral – como já fora visto para o caso das ruas ocupadas por determinados mesteres⁴⁶⁰ – quer material. Saúl Gomes dá-nos a conhecer a posse, por parte do Mosteiro de Alcobaça, de umas propriedades no “Barro”, freguesia de S. Simão de Litém, pertencente nos dias de hoje ao concelho de Pombal⁴⁶¹.

Relativamente ao seu modo, ou seja, a sua utilização, este material admite dois processos de transformação distintos. O primeiro, numa utilização a cru, permitia a sua utilização para fabricar a taipa e o adobe, sobremodo aplicados na construção de paredes. Eram bons isoladores térmicos, mesmo que se revelassem pouco resistentes e sensíveis à humidade. O segundo processo, a cozedura do barro e argila, em fornos que também poderiam ser de cal, transformava-os em tijolo e telha. Crê-se que esta prática remonte às construções mouriscas – perpassada através da convivência com os povos Muçulmanos, aquando da sua presença na Península Ibérica - até porque, para o caso concreto da cidade de Tomar, seria bastante comum construir-se edifícios deste carácter, recorrendo-se sobretudo ao tijolo⁴⁶². Porém, o tijolo também seria aplicado na construção de estruturas para as portas e janelas, abóbadas⁴⁶³, arcarias e pavimentos⁴⁶⁴. Já a telha, como seria de esperar, serviria o seu propósito de cobrir as estruturas edificadas. No entanto, como já referimos, esta estaria reservada a um reduzido número de estruturas, de carácter mais prestigiado⁴⁶⁵.

O caso específico do Colégio da Graça não nos fornece um grande volume de registos relativos à compra de material de olaria. De toda a maneira, vemos prevalecer a compra de telha, onde nos são apresentados valores de compra e respectivos vendedores em parâmetros em tudo semelhantes ao que até aqui já apresentamos noutros pontos. Não obstante, existiam outros materiais que seriam comprados, ainda que os registos não surjam com tanta frequência. Assim, a tipologia de compra variava entre a telha, *canudos*,

⁴⁶⁰ Ou como no caso concreto da vila de Leiria, onde os Oleiros se aglomeravam na antiga rua das Olarias, junto à paróquia de Santo Estevão. Gomes, 2013, p. 179.

⁴⁶¹ Gomes, 2013 p. 170.

⁴⁶² Sílvio Conde constata que esta prática seria bastante usual na cidade de Tomar em 1457, ainda que não se conhecesse qualquer tipo de especialização para o ofício de Oleiro. Conde, 1999, p. 286.

⁴⁶³ Como no caso da Sinagoga de Tomar, com a sua construção datada do século XV e presente na Judiaria dessa cidade. Conde, 1996, p. 134.

⁴⁶⁴ Conde, 1999, p. 286.

⁴⁶⁵ Veja-se o caso de Ponte de Lima, na época medieval, onde os edificadros de maior importância seriam construídos à base de madeira, telha e granito, ao contrário do que se sucedia com as de pendor mais modesto. Aguiar, 1990, p. 34.

tijolo, cântaros (*alcaduces*), *frujes* e alguidares. A estes podemos ainda acrescentar a compra indiscriminada de tijolo e telha⁴⁶⁶ (Ver quadros 5 e 6).

A compra de telha admitia valores por unidade relativamente próximos, ainda que estes variassem entre os 480 Reais e os 530 Reais por milheiro. De resto, é comum, na compra deste material, encontrar-se a referência de compra por milheiro, mesmo que a quantidade de compra não atingisse esse volume. A compra deste material a 480 Reais por milheiro foi feita (pelo menos) com três vendedores distintos. A 6 de Maio de 1545 compraram-se seis milheiros de telha a António Eanes, Diogo Peres e [Se]Bastião Afonso, moradores na Marmeleira, Botão e Trouxemil⁴⁶⁷. No dia seguinte, é registada outra compra deste material ao referido valor, desta feita na compra de 8 milheiros a Fernão Jorge, Afonso Alvares e Domingos Fernandes, telheiros e moradores em Trouxemil⁴⁶⁸. No dia 1 de Junho [1545?] registou-se a compra de dois milheiros de telha novamente a Fernão Jorge mas, desta feita, em conjunto com o seu irmão Francisco Peres⁴⁶⁹. No caso da compra de telha a 500 Reais por milheiro é registada a 15 ou 17 de Outubro [1546?] a compra de dois milheiros de telha ao telheiro de *Rapola*⁴⁷⁰. Já a compra deste material a 530 Reais por milheiro surge registada - sem qualquer referência ao dia - numa compra de 1813 telhas “a um velho Afonso Peres” sendo que, apenas 613 destas telhas seriam pagas a este valor⁴⁷¹. Porém, importa aqui destacar dois casos curiosos na obtenção de telha para a construção. Numa instância, assiste-se à compra de dois carros de telha a Diogo de Souselas. É interessante constatar que não surge quantidade nem valor por unidade associado, pelo que, certamente que o carro de telha seria a unidade base de quantidade aqui em uso⁴⁷². Numa outra instância, foi contraído um empréstimo de 2000 telhas com os padres do [Colégio] do Carmo, aos quais se devolveram 500 unidades por não serem utilizadas (Ver Tabela 11). Existindo um valor associado - que, cremos, se relaciona com o valor da telha - é interessante constatar, mais uma vez, a existência de

⁴⁶⁶ A 23 de Setembro [1545], foram dados 600 Reais a Manuel Bernardes e Gaspar da Costa, para que estes os gastassem na compra de tijolo. Note-se que, neste e em outros casos, não temos qualquer referência a valores por unidade, nem à identidade dos vendedores. A.D.B., L.O.C.G., fl. 127.

⁴⁶⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 49v.

⁴⁶⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 50.

⁴⁶⁹ Este registo suscitou-nos algumas dúvidas na medida em que, a abreviatura para “irmão”, tratando-se de um texto em Castelhana, seria para “hermano”, que nos levou a confundir com a palavra “hijo”, por sua vez, “filho”. A.D.B., L.O.C.G., fl. 50v.

⁴⁷⁰ Existe dúvida em torno do dia e ano em questão. Não nos parece muito provável que se trate da localidade de Rapoula do Cão, tendo em conta a longa distância que separa Coimbra desse local. Assim, tendo em conta os dados de que dispomos, não conseguimos ter resposta para esta questão. A.D.B., L.O.C.G., fl. 37.

⁴⁷¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 50v.

⁴⁷² A.D.B., L.O.C.G., fl. 49v.

um inter-relacionamento comercial entre os distintos colégios, de forma a levar avante um processo construtivo que se queria nas melhores condições⁴⁷³. Constatase, assim – apesar da parca informação de que dispomos – que este estaleiro se abastecia deste material em zonas circundantes, assim como em outras ocasiões já tínhamos denotado.

No que toca à compra de *canudos*, os registos não apresentam um volume tão elevado como no caso da telha. No entanto, sabemos que a compra deste material foi feita, mormente, a 560 Reais por milheiro. Numa primeira instância, em data indefinida, Pêro Gonçalves e o seu filho venderam à obra 10000 *canudos* ao preço referido⁴⁷⁴. Já a 16 de Julho de 1543, a compra deste material foi feita nos mesmos moldes mas, desta vez, a João Peres, Dom João de Alcinha e Francisco Eanes o velho, sendo estes oleiros de ofício⁴⁷⁵ (Ver Tabela 12).

Para os restantes tipos de materiais – tijolo, *frujes*, cântaros e alguidares – as referências são ainda mais diminutas. Assim como a telha, o tijolo surge inúmeras vezes indicado em compras genéricas, sem que se anotem valores por unidade nem quantidades de compra específicas. Porém, chamamos à atenção para a compra de alguns tipos de tijolo: o de alvenaria - aos já referidos João Peres, Dom João de Alcinha e Francisco Eanes o velho, registada a 24 de Agosto [1543?]⁴⁷⁶ – o de forçado⁴⁷⁷ e o *Mazariil*⁴⁷⁸ (Ver Tabela 12). Importa aqui destacar um facto bastante recorrente nos registos do livro de obras. As mais das vezes, os registos apresentam valores que nem sempre correspondem à totalidade do preço da encomenda visto que, em muitos casos, estes misturam-se com outros pagamentos – assim como já tínhamos constatado no caso dos salários auferidos pelos mestirais – impossibilitando, assim, discernir qual o valor final de compra que está associado ao material. A referência à compra de *frujes* surge juntamente com a compra de cântaros [*alcaduces*]. Baseando-nos num registo de 3 de Agosto de 1543 – negócio realizado com os já referidos Dom João e Francisco Eanes -, podemos afirmar que, pelo menos nessa instância, a compra de um *fruje* pequeno ficaria pelo valor de meio *vintém* [10 Reais] e a de um espécime grande se quedaria pelo valor de um *vintém* [20 Reais]. Já os cântaros que nesse registo surgem, foram comprados pelo valor de 6 Reais a unidade, numa encomenda de 50 unidades⁴⁷⁹. No entanto, existe um outro registo referente à

⁴⁷³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 49.

⁴⁷⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 49.

⁴⁷⁵ A.D.B., L.O.C.G., fl. 143.

⁴⁷⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 143v.

⁴⁷⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 166v.

⁴⁷⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 168.

⁴⁷⁹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 143v.

compra de cântaros a Simão Peres Oleiro, datado de 20 de Outubro [1546?]. Ainda que não surja valor por unidade associado, apuramos, através do valor final da compra, que estes foram comprados a 5 Reais a unidade⁴⁸⁰. Por fim, também se encomendaram ao referido Dom João a compra de alguidares em olaria. Com uma vasta utilização no quotidiano, a compra deste objecto ficou-se, a 12 de Dezembro [1543?], pelo valor de 2 *tostões* [200 Reais] por unidade⁴⁸¹ (Ver Tabela 12).

4.4.5. Metal

Os metais revelaram-se, durante a Idade Média, um forte activo nas construções de grande calibre a decorrerem por toda a Europa. Apesar de o ferro ter sido um dos metais que maior uso conheceu, importa considerar que não foi exclusivo. Metais como o chumbo, o cobre, o zinco, a prata e o ouro - este em reduzidas quantidades - seriam também extraídos e utilizados em larga medida⁴⁸². Tenhamos em conta que o uso do ferro na Idade Média em muito se deve a um aumento da exploração do mesmo resultando, muito provavelmente, de um processo natural baseado na necessidade. Nesta fase, a sua utilização em muito que se sobrepôs àquela que havia tido em épocas anteriores. Quer este fosse para a guerra - onde as armaduras e armas adquirem um papel central - ou para a paz - nomeadamente para ferrar os animais, estes revelando-se um importante activo no desenvolvimento da agricultura -, certo é que a Idade Média conheceu um forte reconhecimento utilitário não só na extracção do ferro mas, também, na transformação deste através da indústria da siderurgia⁴⁸³. Jean Gimpel destaca dois casos curiosos na utilização de ferro em construções de prestígio. Na *Sainte Chapelle*, em Paris, o arquitecto chumbou a alvenaria com tirantes de ferro, nomeadamente através de fissuras que lá existiam. Num outro caso, na Abadia de *Westminster*, mais concretamente na *Chapter House*, foi aplicada uma estrutura metálica, em formato de “guarda-sol”, com o objectivo de evitar a separação das paredes. Em analogia ao que havia acontecido em Paris, o arquitecto recorreu ao uso de tirantes de ferro, presos a grampos, por sua vez aplicados na delgada coluna central. O que na realidade não deve ter tido o efeito esperado, a julgar pela sua substituição por arco botantes, no século XIV⁴⁸⁴.

⁴⁸⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 37.

⁴⁸¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 144.

⁴⁸² Gimpel, 1986, p. 51.

⁴⁸³ Gimpel, 1986, p. 46.

⁴⁸⁴ Gimpel, 1986, p. 47.

Em Portugal, em analogia ao que aconteceu por toda a Europa, o metal que maior aplicação conheceu foi o ferro. Tendo em conta as condicionantes relacionadas com a sua disponibilidade – não se descurando, claro está, a compra deste material noutras regiões do país, ou até mesmo noutros países – a utilização do ferro na construção obteve uma forte relação com o trabalho da madeira. Isto porque, grosso modo, o ferro seria utilizado em duas grandes vertentes. Por um lado como material ligante em estruturas de carpintaria e de pedra, nomeadamente na forma de pregadura, *ferrolhos*, fechaduras, chaves, entre outros; por outro, em fusão com a madeira de modo a criar instrumentos de trabalho tais como martelos, pás, etc.⁴⁸⁵.

Crê-se que a extracção e transformação mineira tivessem tido uma certa importância em Portugal. Não são raras as vezes onde, na toponímia medieval constatamos o forte significado que o trabalho do metal teve para determinadas regiões. Suportam esta nossa suposição determinadas referências toponímicas relacionadas com o trabalho e extracção deste material, nomeadamente os termos “veneiro”, “vieiro”, “vinhas da ferraria”, “vale do ferreiro”, “lugar da chumbaria”, etc.⁴⁸⁶ Porém, a toponímia também se refere largamente aos ferreiros, deixando pistas da sua organização no meio urbano. Assim, é comum encontrarem-se referências à “Rua dos Ferreiros”, “Rua da Ferraria”, bem como a existência de hospitais provenientes das “corporações” deste ofício⁴⁸⁷. Importa constatar, de igual modo, que seria próximo dos locais de extracção que a transformação e tratamento deste material teria lugar. Assim, seria altamente provável que estas ferrarias se localizassem em regiões relativamente próximas das jazidas de extracção do ferro, de modo a que o tratamento deste material fosse mais eficiente. No entanto, quando pela sua natureza e/ou necessidade utilitária este tivesse que ser tratado de um modo mais específico, seria mandado tratar a ferreiros, mais concretamente mesteiros especializados na arte do trabalho do ferro⁴⁸⁸.

Existe, no panorama nacional, um caso bastante interessante e, certamente paradigmático. Os monges cistercienses de Alcobaça⁴⁸⁹ teriam à sua disposição, dentro

⁴⁸⁵ Melo e Ribeiro, 2012, p. 145.

⁴⁸⁶ Estas denominações são apresentadas por Saúl Gomes, referentes à região de Leiria na época medieval, as quais, de certo modo, ainda hoje se apresentam vivas na gíria popular. Gomes, 2013, p. 170-171.

⁴⁸⁷ Veja-se o caso da região de Leiria, onde estes mesteiros tinham adquirido uma elevada importância, tanto que para além de deterem um hospital, ainda tinham o privilégio de transportar o estandarte de S. Jorge na procissão do Corpus Christi. Gomes, 2013, p. 180.

⁴⁸⁸ Melo e Ribeiro, 2012, p. 146.

⁴⁸⁹ O trabalho do ferro pelos monges cistercienses não seria uma novidade. Na verdade, a ordem de Cister, pelo menos em algumas regiões da França medieval, obteve a primazia da extracção de ferro, sendo detentora de inúmeras jazidas. Estas, que chegavam ao seu poder através de doações, seriam

do couto do mosteiro, uma jazida de ferro na qual se praticava actividade mineira. Iria Gonçalves dá-nos a conhecer a existência desta jazida, constatando que não seria de crer que todo o ferro utilizado na construção e reconstrução do mosteiro proviesse desse mesmo local. A razão para tal suposição prende-se pela falta de fontes, nomeadamente pela ausência de um volume considerável de registos dessa extracção, que pudessem elucidar a relevância que esta jazida teria⁴⁹⁰. Os primeiros relatos da existência deste ponto de extracção provêm de um monge historiador coevo, Fr. Fortunato de São Boaventura, que abriram portas a um processo de repetição das suas informações até bem perto dos nossos dias⁴⁹¹. Ora, sendo certa a existência desta jazida, o que se crê é que, o ferro que de lá era extraído, seria vendido às oficinas locais, que *à posteriori* o transformavam em objectos que servissem diversas necessidades do mosteiro⁴⁹².

Na construção do Colégio da Graça, o recurso ao ferro como material construtivo foi feito com alguma frequência. Claro está que o volume de registos em nada se compara ao que se sucedeu com a madeira e com a pedra, ainda que o seu uso tenha sido bastante relevante.

Existe um nome que se destaca quando abordamos o trabalho do ferro no estaleiro do Colégio da Graça. Gabriel de Rosa é, pelo que nos é indicado, o principal ferreiro a trabalhar neste estaleiro tanto que, a maioria dos registos referentes à encomenda dos diversos objectos em ferro aplicados nas diferentes fases construtivas do colégio, faz referência a este mesteiral (ver Tabela 11). Porém, existe um outro mesteiral merecedor de destaque, tendo sido responsável pela feitura de outros objectos em ferro, nomeadamente umas grades para a fresta do refeitório. Assim, destacamos Pêro Francisco, relojoeiro de ofício, que foi contratado no dia 14 de Outubro de 1545 para que fizesse algumas grades em ferro de pesos e dimensões variáveis⁴⁹³. Este não constitui um caso isolado tanto que, a 10 de Fevereiro de 1546, o referido mesteiral ainda foi pago para fazer duas linhas do claustro⁴⁹⁴.

geralmente acompanhadas de forjas que não se encontravam a uma elevada distância do local de extracção. Veja-se o caso da região de Champagne, no Norte de França, onde, a partir de 1250 e, pelo menos, até ao século XVII os cistercienses se assumem como "os primeiros produtores de ferro". Porém, a extracção não passava apenas pelo ferro; apesar de mal documentados, metais como o chumbo, o cobre, o zinco, a prata e o ouro - este em reduzidas quantidades - seriam também extraídos por estes monges. Gimpel, 1986, p. 50-51.

⁴⁹⁰ Gonçalves, 1989, p. 280.

⁴⁹¹ Gonçalves, 1989, p. 278.

⁴⁹² Nomeadamente alfaias agrícolas. Gonçalves, 1989, p. 280.

⁴⁹³ A.D.B., L.O.C.G., fl. 179.

⁴⁹⁴ A.D.B., L.O.C.G., fl. 179.

Voltando a Gabriel de Rosa, conseguimos entrever, ao longo dos registos, que a sua importância para a obra seria bastante considerável, nomeadamente a julgar pelo volume de encomendas de material que lhe eram feitas. Assim como nos mostra a Tabela 11, exceptuando a compra de pregadura, o grosso dos restantes objectos seriam comprados a este mestreal. Aliás, em determinados casos a obra entregava-lhe ferro em bruto para que o transformasse em objectos de interesse para a construção do colégio⁴⁹⁵.

Em analogia ao que acima constatamos nos casos de *Sainte Chapelle* e do *Chapter House* em Westminster, também no Colégio da Graça se recorreu ao ferro como forma de chumbar estruturas. São dois os casos que nos indicam esta opção. Num primeiro caso, encontramos um registo, em data indeterminada, relativo à compra de chumbo para colocar nas arquitraves do alpendre⁴⁹⁶. Num outro caso, são dois os registos relativos à compra de ferros para “chumbar a porta da sacristia”. Ambos remontam à compra deste material a Gabriel de Rosa – apesar de não sabermos se seria este o responsável por chumbar a referida porta – e surgem em datas e quantidades indeterminadas sendo que, do primeiro registo foram pagos 120 Reais⁴⁹⁷ e no segundo 50 Reais⁴⁹⁸. No entanto, estes são casos únicos a surgirem no livro de obras do Colégio da Graça - relativos a esta utilidade que a construção conferiu ao ferro – não nos permitindo perceber se estamos perante um caso constante de aplicação deste material, ou se na realidade se apresenta num uso pontual e irregular.

Tendo como principal função unir as estruturas de carpintaria e de pedraria, o ferro vai de igual modo - e através de diversos objectos - conhecer outras aplicações na construção do colégio. Tipologicamente, esses objectos apresentam-se bastante variados: pregadura (variada), fechaduras, grades, *ferrolhos*, aldrabas, *mançais*, *engonços*, argolas, tiradores, etc.

A pregadura surge de forma constante nos registos analisados. As nomenclaturas que este material obtém são variadas, alternando entre referências generalizantes – tais como “pregos” ou “pregadura” – até interessantes níveis de especialização. Assim, dentro deste material encontramos referências à compra de pregos de qualidade e tipologia variadas tais como: pregos tabuares, pregos caibrais, pregos palmares, pregos *mitares* e pregos pontais. Para além destes exemplares também atestamos a compra de tachas e

⁴⁹⁵ Em data indeterminada foram dados 10 *quintais* de ferro a Gabriel de Rosa para que este, *A posteriori*, os entregasse lavrados, embora não nos elucide em que formato. A.D.B., L.O.C.G., fl. 182.

⁴⁹⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 10.

⁴⁹⁷ A.D.B., L.O.C.G., fl. 183.

⁴⁹⁸ A.D.B., L.O.C.G., fl. 184.

parafusos em ferro⁴⁹⁹ (Ver tabela 6). No que toca aos preços de compra, a pregadura apresentava valores que não seriam muito díspares entre as distintas tipologias. Grosso modo, o preço seria apresentado perante uma unidade de medida. No caso da pregadura - assim como já vimos noutras instâncias, nomeadamente no caso da telha – o valor apresentado seria pela compra do milheiro deste material. Assim sendo, a compra de pregos indistintos rondaria os 420 Reais por 1000 unidades. Noutra instância, a compra de 1000 pregos tabuares variava entre os 300, 350 e 400 Reais por milheiro (Ver Tabela 6). No entanto, num caso concreto surge a referência da compra deste material pelo valor de 34 Reais mas, desta feita por 100 unidades⁵⁰⁰. Ou seja, se remontarmos à medida até aqui utilizada – as 1000 unidades – o valor pago passaria a ser de 340 Reais por 1000 pregos. Este caso é um pouco atípico nos registos, ainda que possamos ter outros exemplos. Os pregos pontais - num dos poucos registos que existem relativamente à sua compra - foram comprados em 500 unidades pelo valor de 85 Reais por cada 100 (Ver Tabela 6). A compra de tachas foi feita em modalidades semelhantes sendo que, tanto se compraram a 25 Reais por cada 100 unidades, como se compraram a 150 Reais por cada 1000 unidades⁵⁰¹. A compra de pregos caibrais seguiu o mesmo modelo que se pautou no início desta enumeração pelo que, a compra de 1000 unidades deste material se montou a 400 Reais. Os pregos *mitares* foram comprados em três valores distintos. Por cada 1000 unidades, estes pregos foram comprados a 900 e a 1250 Reais. No entanto, este objecto também pôde ser adquirido à unidade sendo que, o valor para cada um desses pregos seria de 1 real – perfazendo cerca de 1000 Reais, se considerássemos a medida padrão até aqui apresentada⁵⁰². No que toca à compra de pregos à unidade, o livro de registos apenas nos indica mais um exemplo: a compra de pregos palmares, no único registo de que dispomos relativo à compra deste tipo de pregos, é associada à aquisição de 25 unidades deste material pelo valor de 6 Reais cada. Finalmente, a compra de parafusos em ferro – feitos à medida com o propósito de servirem de auxílio ao transporte de madeira figurando, assim, como caso único – montou ao valor de 50 Reais pela unidade (Ver Tabela 6).

Num outro plano analisemos a compra de *ferrolhos*. Importa constatar que, deste ponto até ao fim do presente subcapítulo reservado ao “metal”, a maioria dos objectos

⁴⁹⁹ Estes, apesar de surgirem aqui, não tiveram um propósito construtivo. Foram mandados fazer de modo a que auxiliassem no transporte de umas tabuas. A.D.B., L.O.C.G., fl. 10.

⁵⁰⁰ A.D.B., L.O.C.G., fl. 26.

⁵⁰¹ A.D.B., L.O.C.G., fl. 25.

⁵⁰² Neste caso concreto não nos fora apresentado o valor por unidade, pelo que a percepção do mesmo se deveu ao simples cálculo, tendo em conta que foram comprados 20 pregos pelo valor de 20 Reais.

apresentados foram produzidos por Gabriel de Rosa, algo que bem destaca a sua importância para este estaleiro. Apesar de não dispormos de registos que comprovem uma grande variedade tipológica de *ferrolhos*, os seus valores de compra, por sua vez, acabaram por se apresentar relativamente distintos. Neste caso, a unidade padrão de compra seria, precisamente, a unidade de cada produto. Assim, são duas apenas as tipologias de *ferrolhos* que conseguimos destacar: grandes e pequenos. No entanto existem registos sobre os quais não temos indicação do tamanho pelo que lhes atribuímos a designação de “indiscriminados”. Os *ferrolhos* grandes foram comprados por 120 e 140 Reais cada. Os pequenos, apenas surgem ao valor de 80 Reais por unidade. Já no que toca aos *ferrolhos* indiscriminados, os seus valores de compra rondariam os cerca de 110, 125, 300 e 400 Reais pela unidade – valores provavelmente interligados às dimensões dos mesmos (Ver Tabela 6).

No que toca a fechos e fechaduras, bem como às respectivas chaves, os registos indicam a compra de três tipos de fechos: *mouriscos*, de golpe e corrediços. De igual modo como em outros tantos casos, surgem vários registos de compra de fechos “indiscriminados”, assim como de chaves na mesma condição, algo que tomaremos aqui em conta. Os fechos *mouriscos* surgem como exemplo único sobre os quais conseguimos discernir a compra das suas respectivas chaves. Assim, a compra de uma unidade desta tipologia ficaria pelo valor de 500 Reais; já a compra das suas chaves quedava-se pelo valor de 100 Reais por cada três unidades. Os fechos de golpe, por sua vez, foram comprados em dois valores relativamente díspares: 30 Reais por cada unidade numa encomenda de 4 unidades e 250 Reais num exemplar único. Esta questão revela-se enigmática, na medida em que não somos capazes de discernir qual o factor de diferenciação que promoveu uma disparidade tão grande entre os dois valores praticados. Já a compra de fechos corrediços apenas se deu por 160 Reais à unidade. Por fim, para a compra de fechos e fechaduras indiscriminadas foram praticados dois valores: 50 e 120 Reais por unidade. Já as chaves de condição semelhante foram compradas por valores variados: 10 Reais por 1 unidade, 50 Reais por 4 unidades, 80 e 160 Reais por 3 unidades⁵⁰³ (Ver Tabela 6).

⁵⁰³ É interessante constatar que os valores que aqui apresentamos para os fechos e fechaduras indiscriminados poderiam, muito possivelmente, ser incorporados nas distintas tipologias do mesmo material. Note-se que como não nos é indicado o tipo desse material, não sabemos se os registos se relacionam com qualquer um dos tipos que apresentamos, ou se até descrevem uma tipologia diferente. O que, por sua vez, também pode ser transmitido à compra de chaves.

Por uma questão de comodidade, destacamos as restantes formas deste material, compradas e registadas no livro de obras, numa secção conjunta. Tal deve-se, sobretudo, ao facto de não sermos capazes de categorizar estes objectos de uma forma individualizada, face ao parco volume de registos de que dispomos.

A compra de *aldrabas* tem como principal factor de distinção a dimensão deste objecto. Assim, a compra de *aldrabas* grandes – as quais são referidas, num exemplo concreto, com a dimensão de palmo e meio⁵⁰⁴ – foi feita, grosso modo, pelo valor de 30 Reais a unidade. As pequenas, por outro lado compraram-se por valores que rondavam os 10 e os 15 Reais pela unidade. Porém, também se compraram *aldrabas* sem indicação da respectiva dimensão, pelo que se gastaram 30 Reais em cada unidade – por uma questão de lógica seria altamente provável que se tratasse de *aldrabas* grandes, ainda que não o possamos confirmar. A compra de Argolas metálicas – compradas aos pares – foi feita por valores a rondar os 10 Reais o par. Os machos e fêmeas, em dimensões padrão ou “pequenos”, foram comprados em valores relativamente distintos. Assim, atesta-se a compra deste objecto em medida padrão por 40 e 80 Reais pela unidade⁵⁰⁵; e em dimensão “pequena”, em valores a rondar os 12 Reais. No que toca a *mançais*, o valor de compra foi semelhante em todos os registos de que dispomos: 25 Reais pelo par deste objecto. De igual modo, para a compra de tiradores apenas conseguimos destacar o valor de 50 Reais por cada unidade. Finalmente, ao longo dos registos relativos à compra de metal deparamo-nos com compras de porções de metal, sobre as quais pouco sabemos, nomeadamente no que toca a dimensões e morfologias. No entanto, encontramos registos relativos à compra de ferro em formato de vergas, compradas por 75 Reais cada, e em formato indefinido, geralmente designados de “ferros”, pelo valor de 25 Reais cada. O uso de chapas na obra também se atesta, nomeadamente através de um registo de encomenda das mesmas a Gabriel de Rosa. Atentando à descrição do mesmo somos capazes de afirmar que, nessa encomenda de 4 chapas, ao valor de 100 Reais cada, existiam chapas de dimensões variadas, na medida em que se indica que as chapas grandes seriam utilizadas nas portas⁵⁰⁶ (Ver Tabela 6).

Ao longo do presente capítulo procuramos destacar os distintos materiais que foram utilizados pelo estaleiro construtivo do Colégio da Graça, de forma a que este

⁵⁰⁴ Ver o contrato nº 65 celebrado com Gabriel de Rosa. A.D.B., L.O.C.G., fl. 181v.

⁵⁰⁵ Não nos é aqui indicada a dimensão deste objecto, pelo que consideramos “por bem” denominá-la de “medida padrão”.

⁵⁰⁶ A.D.B., L.O.C.G., fl. 186v.

pudesse, seguindo o projecto idealizado, corresponder às necessidades e condicionantes da construção. Tendo em conta o patrocínio régio de D. João III, do qual tanto esta obra, como outras tantas realizadas na Rua da Sofia em Coimbra beneficiaram, seria espectável que se procurasse a aplicação de materiais mais nobres e condicentes com o estatuto de prestígio desta construção. No entanto, para determinados materiais, o insuficiente nível de especificação, relativamente ao seu tipo, revela-se um problema. Como vimos, por exemplo, no caso da pedra, a informação que temos sobre o seu tipo é bastante escassa não nos permitindo, entre outras questões, perceber, na totalidade, quais foram os tipos de pedra aplicados na construção do Colégio da Graça.

4.5. Direcção da obra

A construção do Colégio da Graça foi realizada, de acordo com o que nos é apontado pelo livro de obras, ao longo de cinco anos, tendo o seu início a 3 de Março de 1543 e o seu término no ano de 1548 – os últimos registos de que dispomos, que nos indicam uma data concreta, são do mês de Dezembro deste último ano. Porém, não cremos que este livro represente a totalidade dos registos realizados a propósito da obra. Esta nossa suposição deve-se ao facto de, num dos registos, nos ser facultada a informação relativa à existência de um outro livro, muito possivelmente uma continuidade do que aqui abordamos⁵⁰⁷. Deste modo, a informação que aqui apresentamos vai, por conseguinte, estar incompleta. É uma convicção baseada num registo único, mas que não conseguimos confirmar, visto não sermos conhecedores do paradeiro desse outro livro. Assim sendo, continuaremos a trabalhar com os dados de que dispomos, mas tendo sempre presente esta suposição. Alertamos para o facto de que o anexo “Cronologia de contratos”, que aqui vai ser mencionado, se encontra nos anexos da presente dissertação.

Baseando-nos nos registos referentes aos contratos de empreitada, realizamos uma lista cronológica de modo a representar o processo evolutivo das etapas construtivas, que nos permitisse entrever qual o ritmo que as obras tomaram. Como anteriormente referimos – no capítulo 2 - o livro de obras apresenta uma organização tipológica – e não

⁵⁰⁷ Num registo onde é medida a obra de Gabriel de Rosa, juntamente com um acerto de contas, surge: “Item un ferrolho da cella .110. Reaes./ pagamos a Grabiell de rrosa todo lo quale debíamos y/ finco debiendo dos mill Reaes para las gradas y **passamos/los al otro libro .a. 120 follas/ //”**. A.D.B., L.O.C.G., fl. 187v.

cronológica – pelo que, seria espectável que encontrássemos registos relativos ao primeiro ano das construções, em fólhos finais.

Como acima já referimos, o ano de 1543 marca o início das construções. Servindo-se ainda dos terrenos fornecidos pelo Rei, a obra teve que erigir as primeiras estruturas. Desde logo, assistimos à preocupação na encomenda de *ferrolhos*, fechaduras, *aldrabas*, etc. Seria importante que, assim que as estruturas estivessem concluídas, se pudesse de imediato fixar os distintos objectos de segurança (portas, janelas, entre outros). Seguidamente, assiste-se ao começo das obras em algumas estruturas, nomeadamente na livraria, hospedaria e portaria. A igreja também já estaria a merecer atenção por parte da obra, tanto que se encomenda a realização de uma grade em madeira para lá incluir, bem como a imagem da Nossa Senhora do Pópulo, destinada a ser colocada num nicho na fachada da mesma. (Ver Cronologia de Contratos). Outras obras menores têm lugar neste ano, como o guarnecimento de paredes – do colégio neste caso⁵⁰⁸ -, a colocação de canos, realização de escadas, de alguns repartimentos em madeira, entre outros.

O ano de 1544 “abre” com a continuidade das obras de carpintaria na portaria, nomeadamente no alpendre da mesma. Aqui, é contratada a realização de repartimentos – cremos que seriam secções - quer para o alpendre, quer para a enfermaria e secretas – também conhecidas por privadas, ou seja, latrinas -, aos quais acrescia a colocação de portas, frestas, corrimãos, entre outros. De igual modo, foi coberto o lavatório e mandaram-se fazer umas grades para colocar na igreja. A encomenda do muro em torno do terreno existente – neste caso, o chão que foi presumidamente fornecido pelo rei⁵⁰⁹ – começa neste ano e compreendia cerca de 160 braças. São iniciadas as obras de alvenaria/pedraria no refeitório, dormitório e mosteiro, bem como na sacristia e cabido. É interessante constatar que, mesmo sendo este o segundo ano de construções, ainda se encomendou a edificação de 60 braças de parede exterior, decerto referente a uma qualquer estrutura que infelizmente não surge indicada. O ano de 1544 marca ainda o início das obras do claustro, com as suas abóbadas e arcos de volta perfeita, bem como das obras do poio. Interiormente, iniciaram-se as obras no dormitório com a colocação de celas, travejamentos e abertura de frestas e janelas, a par da realização do seu corredor em madeira. Destaque-se, finalmente, a realização de um sacrário para ser colocado

⁵⁰⁸ Em determinados registos, quando se fazia menção ao colégio, também se utilizava a nomenclatura de “mosteiro” para o caracterizar. Veja-se, a título de exemplo, o contrato celebrado com António Fernandes, a 9 de Agosto de 1543, para que fizesse todas as guarnições da parede do mosteiro. A.D.B., L.O.C.G., fl. 167.

⁵⁰⁹ Sobre esta questão veja-se o subcapítulo 4.2, relativo à compra dos terrenos.

debaixo do confessionário, bem como o desentulhar da casa do cabido (Ver Cronologia de Contratos).

Os contratos realizados em 1545 indicam-nos um avanço bastante interessante no processo construtivo. Iniciou-se a construção da horta, com a encomenda de um muro em seu torno, lavrou-se uma fresta para a sacristia e construiu-se um arco para colocar na casa do cabido, juntamente com uns degraus que o acompanhavam. A obra de carpintaria na hospedaria teve aqui especial atenção, fazendo-se os travejamentos que seriam necessários, juntamente com algumas casas⁵¹⁰ dentro desta, com as suas portas, janelas, frontais, frestas e escadas. De igual modo, as obras de pedraria no dormitório também se desenvolveram favoravelmente. Nesta secção do colégio, colocou-se telha por todo o seu tecto, juntamente com os canos, que passariam por cima da telha; colocaram-se arcos, cimalkas e lajes, abriram-se frestas, bem como se ladrilhou toda esta secção. Ainda durante este ano devemos destacar, sobretudo, as obras de pedraria e serralharia no refeitório onde se atesta: a encomenda de frestas – algumas guarnecidas com grades em ferro - e o término da construção do portal que lá existia, bem como a realização de um púlpito e de um sobrado para as frestas que se fizeram no topo do refeitório (Ver Cronologia de contratos).

O volume de contratos de empreitada vai diminuindo conforme nos aproximamos do ano de 1548. Se nos anos de 1544 e 1545 atestamos a existência de 18 e 16 contratos respectivamente, no ano de 1546 apenas dispomos de 8 contratos. Se considerarmos bem esta questão, é fácil perceber que as obras já se teriam iniciado um pouco por todos os espaços do colégio e igreja; até porque, neste ano, a obra já seria detentora da plenitude dos terrenos reservados à sua construção, como atestamos no subcapítulo 4.2, reservado à compra dos terrenos. Daí ser normal que o processo de contratação de trabalhadores tivesse abrandado, reduzindo o número de empreitadas necessárias.

Assim, no ano de 1546, deu-se continuidade às obras do dormitório, nomeadamente através da abertura de janelas no topo e nas celas que neste existiam. É possível que as obras nesta secção tivessem terminado ou neste ano, ou no início do seguinte, visto não dispormos de mais registos de contratos referentes a obras no dormitório. Do mesmo modo, as obras do refeitório também persistiram durante este ano com a construção do mobiliário condizente com o propósito desta secção, nomeadamente as diversas mesas necessárias. Seria ainda, durante o ano de 1546, que se viria a cobrir as

⁵¹⁰ Entendemos o termo “casas” como sendo referente ao termo “secções” que foram construídas dentro da hospedaria.

secretas – onde se incluíram todas as estruturas interiores, tais como as divisórias, portais entre outros -, juntamente com algumas obras que se fizeram na portaria (Ver Cronologia de contratos).

O ano de 1547, por seu turno, apresentou o maior desenvolvimento no que toca às obras do claustro. A maioria dos contratos celebrados durante este tempo concernem, precisamente, às obras de conclusão da estrutura claustral, tão afamada na história de arte portuguesa, como já aqui abordamos. Assim sendo, durante este ano contratou-se: o término do claustro em pedraria; a realização dos arcos e abóbadas guarnecidas em metade dos 3 ângulos lá existentes; uma parede com o respectivo arco, portal e escada; bem como a colocação de represas. No entanto, fizeram-se outras obras de distintas dimensões e importâncias, nomeadamente a construção de um lavatório, a realização dos “poios”⁵¹¹ do cabido, a construção de um portal para a porta da sacristia e, ainda, a colocação de um arco de pedraria de Ançã na cozinha (Ver Cronologia de contratos).

Finalmente, durante o ano de 1548 as obras no claustro foram-se desenvolvendo consideravelmente, ao ponto de se telhar o andar superior desta secção. Fizeram-se, ainda, as guarnições do claustro, colocaram-se alguns portais de pedraria numa das paredes, terminaram-se três ângulos do mesmo em madeira e concertaram-se os frisos de arte lá existentes. Paralelamente, fizeram-se algumas obras menores, onde se conta a construção de pias e escadas, bem como a colocação de lajes em algumas secções (Ver Cronologia de contratos). Nesta fase construtiva, já consideravelmente avançada, o Colégio da Graça albergava, nas suas estruturas já construídas, 34 religiosos que frequentavam os estudos nesse lugar⁵¹².

Visto que o livro de obras termina o seu registo em 1548, ainda não se encontra documentada a construção da igreja, que pelo menos no ano seguinte, já se ia edificando⁵¹³.

⁵¹¹ Nada sabemos sobre esta estrutura exceptuando o facto de surgir citada um razoável número de vezes (ver Cronologia de contratos). Acreditamos que possa relacionar-se com uma qualquer estrutura de apoio que tenha existido nas secções do colégio. Ainda assim, aquando da visita que realizamos ao colégio da Graça – descrita no capítulo 3.5 – não encontramos qualquer referência a esta estrutura.

⁵¹² No capítulo provincial de 1548, este número é indicado juntamente com uma descrição detalhada dos seus nomes, assim como aconteceu para as restantes casas da ordem. Alonso, 1991, p. 334.

⁵¹³ No final do ano de 1549, Fr. Luís de Montoya, por carta enviada ao prior-geral da ordem, Jerónimo Seripendo, indica a construção da igreja por benevolência do rei. Extraímos um excerto para melhor compreensão do que aqui expomos: “...[sobre Fr. Francisco de Vila Franca] y confiesa sempre a la Reina, la qual y el Rey nos tienen mucho amor y favorecen nuestra Religión en todo lo que les pedimos; en especial nos tienen ya edificado un monesterio y colegio en Coymbra mucho bien, donde quiere el Rey que estén quarenta o cinquenta religiosos, aunque agora no están tantos. Está ya edificado todo el monesterio y la yglesia está começada y se va fazendo”. Alonso, 1991, p. 335.

O que aqui procuramos foi traduzir uma evolução do processo construtivo, com base nos registos de contratos de empreitada, realizados ao longo destes anos. Apesar da sua interessante capacidade descritiva, estes registos, quando isolados, não nos permitem comparar concretamente aquilo que foi construído, com o que foi contratado e, deste modo, apurar valores finais e medidas mais concretas. No entanto, ao longo dos registos, deparamo-nos com descrições relativas às obras contratadas, onde se realizavam medições e se acertavam contas com os diferentes artífices. Pretendíamos servir-nos dela com o objectivo de apurarmos não só os valores finais relativos aos pagamentos por área da unidade de trabalho, – como indicamos no capítulo 4.1 – mas, também, de modo a que pudéssemos confrontar as medidas requeridas para as peças construídas, com as reais medidas do edifício. Face à natureza e periodicidade da presente dissertação, achamos por bem que tal proposta fosse desenvolvida em posterior trabalho.

Conclusão

Definimos como objectivo primordial, na introdução da presente dissertação, dar a conhecer o processo construtivo do Colégio da Graça, em Coimbra. Ao longo deste trabalho pudemos perceber uma interessante evolução no processo construtivo, tendo como principal responsável pelo desenvolvimento das obras, a figura de Diogo de Castilho. Vimos que, no decorrer dos trabalhos, a sua figura admite um destaque importantíssimo, nomeadamente na função de mestre das obras de pedraria deste edifício. De igual modo, a sua função administrativa atribuiu-lhe um prestígio suplementar, levando-o a ser consultado sobre matérias de decisão de preços e medidas, destacando-o cada vez mais entre a plêiade de artistas que nestas obras confluem. Desenvolvida a presente dissertação, ficamos cada vez mais convencidos que, nesta fase da sua vida, Castilho assumia muito mais a função de empreiteiro do que propriamente de mestre-de-obras de pedraria. O seu carácter errante, que o colocava em distintas regiões do Reino quase em simultâneo, conferiu-lhe um interessante reconhecimento que não haveria de passar ao lado da benevolência régia.

Assim como vimos, é em plena implantação da “Nova Universidade” que assistimos à construção do Colégio da Graça. Para além da reforma que a ordem dos Agostinhos encetara, o acesso a cargos administrativos públicos, aliado à ânsia na obtenção da benesse régia, motivaram que a construção do edifício seguisse uma vertente académica – tendo sido acoplado à Universidade em 1549 -, revelando-se importante enquanto auxílio no processo de implantação da Universidade. De igual modo, o prestígio que este objectivo alcançara, motivou a chegada de inúmeros mesterais da construção à cidade de Coimbra, empenhados em gravar os seus nomes, “para todo o sempre”, na história da construção da Rua da Sofia. Uma vez mais, o papel de Diogo de Castilho enquanto empreiteiro, não é de descurar. cremos que uma grande parte dos mesterais que trabalharam no estaleiro construtivo da Graça, se não pertenciam ao seu círculo de confiança, pelo menos tinham sido contratados por si, revelando uma aposta nos seus talentos. Destacamos nomes como o de Jerónimo Afonso – certamente outros tantos teriam beneficiado da confiança de Diogo de Castilho, ainda que este tenha conhecido maior destaque – pelo seu papel no processo construtivo, bem como pela sua constante interligação com o “Mestre Biscainho”.

Contudo, cremos que o bom desenvolvimento da obra não teria sido possível sem a cuidada administração de Fr. Luís de Montoya e João Gonçalves. A par de Diogo de

Castilho, estes revelaram-se como importantes vectores no desenvolvimento da obra *in loco*, fortemente apoiados – ao nível financeiro – por Fr. Francisco de Vila Franca, da casa de Lisboa, e pelo principal impulsionador, o Rei D. João III. Muito do que foi o Colégio da Graça, na Coimbra quinhentista, deveu-se ao mecenato régio, prometido a Jerónimo Seripando, Prior-geral da Ordem, aquando da sua passagem por Portugal em 1541.

Em suma, a importância construtiva do Colégio da Graça ultrapassou fronteiras construtivas e artísticas, representando, enquanto estrutura de relevo, uma importante peça de arte desenvolvida bem no coração da cidade do Mondego. Precursora de ideais humanistas e Contra-reformistas – nomeadamente pela parca ornamentação do seu templo – a obra de construção do colégio dos Agostinhos constituiu, e constitui, um dos mais belos exemplares da arquitectura colegial que sobreviveu até aos dias de hoje. Na senda destas questões, achamos importante que estes colégios, sitos na Rua da Sofia em Coimbra, sejam alvo de intervenções concertadas, tendo em vista a sua futura funcionalidade, sem que antes lhes seja devolvida a forte identidade académica que desde a sua construção possuíram. Esperamos ter contribuído, com a presente dissertação, para um melhor conhecimento dos processos construtivos no dealbar da Idade Moderna e para um melhor conhecimento da vivência deste estaleiro em concreto, a par de todas os gastos que uma obra desta envergadura tinha de comportar.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

- A.D.B, Fundo Manuscritos, Ms. 1019, “Libro das obras del Collegio de Nuestra Señora de Graça de Coimbra”.

2. Dicionários e Obras de Referência

- “Chantoeira”, in HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. II BAT-CZA, Rio de Janeiro, Círculo de Leitores, 2002, p. 894
- “Diogo de Castylho” in VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portugueses – reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM*, s.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, vol. I – A/G, pp. 170-183; 530-534.
- “Pesos e Medidas”, in SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 68-72.
- ALONSO, Carlos, “Agostinhos”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir. de), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 27-32.
- GOMES, Saúl António, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir. de), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 429-434.

3. Bibliografia

- ALONSO, Carlos, *La Fundación del Colegio Agustiniiano de N.tra S.ra de Gracia de Coimbra (1543-1551)*, sep. de “Revista da Universidade de Coimbra”, Vol. XXXVI, Coimbra, 1991, p. 327-341.
- ALONSO, Carlos, “Las Visitas de Tres Piores Generales del Siglo XVI a la Provincia Agustina de Portugal”, in AAVV, *Amar, Sentir e Viver a História – Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri, 1995. pp. 275-289
- ANDRADE, Amélia Aguiar, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

- AZEVEDO, Carlos A. Moreira e VIEIRA, fr. Domingos, *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal : 1256-1834 : edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira*, OESA (antot. e compil.), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011.
- BASTO, A. De Magalhães, *Contrato com Diogo de Castilho, Mestre de Pedraria, Para a Construção do Mosteiro de Monchique*, sep. de “Boletim Cultural” da Câmara Municipal do Pôrto, vol. IV, Fasc. II, 1941.
- BASTO, Artur de Magalhães, *Estudos Portuenses – por ordem da excelentíssima Câmara Municipal do Porto*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, vol. II, 1963.
- BESSA, Paula, *Pintura Mural do Fim da Idade Média e do Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, 3 vols., Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2007 (Tese de Doutoramento).
- BESSA, Paula, “Pintura Mural da Primeira Metade do Século XVI em Igrejas Paroquiais do Norte de Portugal: Encomendas, Artistas, Obras”, in FERREIRA-ALVES, Natália (coord.), *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto, CEPESSE, 2010.
- BESSA, Paula, “Arte no Minho no Século XVI”, in PEREIRA, Virgínia Soares (Organização e Introdução), *Arte No Minho*. Braga, S.l., Centro de Estudos Lusíadas, 2011.
- BESSA, Paula, “D. Diogo de Sousa «Fundador» das Misericórdias do Porto e de Braga: Rumos do Gosto em Obras da Sua Encomenda”, in FERREIRA-ALVES, Natália (coord.), *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, CEPESSE, 2011.
- BORGES, Nélson Correia, *Coimbra e Região*, («Novos Guias de Portugal»), vol. 6, Lisboa, Ed. Presença, 1987.
- BURKE, Peter, *O Renascimento*, Lisboa, Edições Texto & Grafia, 2008.
- CARVALHO, Teixeira de, *João de Ruão e Diogo de Castilho – notas á margem de um compromisso raro: 1545-1570*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Tomar Medieval: O Espaço e Os Homens*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Sobre a casa urbana do centro e Sul de Portugal, Horizontes do Portugal Medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1999.
- CONDE, Manuel Sílvio, “As Gentes da Construção na Sociedade Medieval Portuguesa”, in MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.),

- História da Construção – Os Construtores*, Braga, CITCEM, Outubro 2011, pp. 75 – 98.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Construir, Habitar: A Casa Medieval*, Braga, CITCEM, Dezembro 2011.
 - CONDE, Sílvio Alves, “Os Usos da Cortiça na Construção Corrente Tardomedieval e Quinhentista”, in MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção – Os Materiais*, Braga, CITCEM, Outubro 2012, pp. 221-241.
 - CORREIA, José Eduardo Horta, “Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses”, *Monumentos*, nº8, Março 1998, p. 14-19.
 - CORREIA, Vergílio e GONÇALVES, A. Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.
 - CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença em Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990. (Tese de Mestrado)
 - CRAVEIRO, Maria de Lurdes, “A Reforma Joanina e a Arquitectura dos Colégios”, *Monumentos*, nº8, Março 1998, p. 20-25.
 - CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *Arte Portuguesa – Da Pré-História ao Século XX*, s.l., Fubu editores, 2009.
 - DIAS, Pedro, *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico Para a Renascença. 1490-1540*, Coimbra, Ed. Epartur, 1982.
 - DIAS, Pedro, *Arte Portuguesa – Notas de Investigação*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988.
 - DIAS, Sebastião da Silva, *Correntes de Sentimento Religioso Em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Vol. I, Tomo I e II, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, Universidade de Coimbra, 1960.
 - DIAS, Sebastião da Silva, *A Política Cultural da Época de D. João III*, vol. I, Tomo I e II, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, Universidade de Coimbra, 1969.
 - DUARTE, Luís Miguel, “A Propriedade Urbana”, Capítulo III – A Propriedade, in MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir. de), DIAS, João José Alves (Coord.), *Nova História de Portugal – Do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999.
 - FERREIRA, Sérgio Carlos, “Salários e Níveis de Vida Dos Construtores Em Portugal Na Baixa Idade Média”, in MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo

- (coord.), *História da Construção – Os Construtores*, Braga, CITCEM, Outubro 2011, pp. 205-228.
- GARCIA, Prudêncio Quintino, *Documentos Para as Biografias dos Artistas de Coimbra – Coligidos por Prudêncio Quintino Garcia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1923.
 - GIMPEL, Jean, *A Revolução Industrial da Idade Média*, 2ª ed., Mem Martins, Europa-América, D.L. 1986.
 - GOMES, Rita Costa, *A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade - 1200-1500*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
 - GOMES, Saúl António, *Perspectivas Sobre os Mestrais das Obras da Batalha no Século XIV, sep. de “Mare Liberum”, n.º7, Março 1994*
 - GOMES, Saúl António, “Um estaleiro medieval de Excelência: O Mosteiro da Batalha”, in MATEUS, João Mascarenhas (Ed.), *A História da Construção em Portugal – Alinhamentos e Fundações*, Coimbra, Edições Almedina, 2011, pp. 49-78.
 - GOMES, Saúl António, “Materiais de Construção na Região de Leiria em Tempos Medievais”, in MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção – Os Materiais*, Braga, CITCEM/LAMOP, 2013, pp. 127-166.
 - GONÇALVES, A. Nogueira, “O Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar”, in *Estudos de História da Arte da Renascença*, Coimbra, Ed. EPARTUR, 1979.
 - GONÇALVES, A. Nogueira, “Os colégios Universitários de Coimbra e o desenvolvimento da Arte”, in *A sociedade e a cultura de Coimbra no Renascimento. Actas do simpósio Internacional*, Coimbra, Ed. Epartur, 1982.
 - GONÇALVES, Iria, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova, 1989.
 - GONÇALVES, Iria, “Uma Realização Urbanística Medieval: O Calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, in GONÇALVES, Iria, *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996, pp. 117-137.
 - GOUVEIA, António Camões, *Dor e Amor em Frei Tomé de Jesus*, Aula apresentada nas Provas Públicas de passagem de Assistente estagiário a Assistente, na F.C.S.H da U.N. Lisboa, s.d.
 - HEERS, Jacques, *História Universal: O Mundo Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1977.

- HUERTA, Santiago, “Historia de la Construcción: la fundación de una disciplina”, in MATEUS, João Mascarenhas (Ed.), *A História da Construção em Portugal – Alinhamentos e Fundações*, Coimbra, Edições Almedina, 2011. Pp. 31-48
- LE GOFF, Jacques, *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa, Gradiva, 1983.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, “D. João III”, in MATTOSO, José (dir. de), MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidades*, vol. III, s.l., Editorial Estampa, 1997, pp. 449 – 455.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1964.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, “Colégios”, Capítulo IX – Os Valores Culturais e Artísticos, in MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir. de), *Nova História de Portugal – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, “As Instituições de Cultura”, Capítulo X – As Realidades Culturais, in MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir. de), DIAS, João José Alves (Coord.), *Nova História de Portugal – Do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- MARQUES, José, *Património Régio na Cidade do Porto e Seu Termo nos Finais do Século XV: Subsídios Para o Seu Estudo*, sep. de “Revista de História”, vol. III, Porto, 1980, pp. 73-97.
- MARQUES, José, “Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho na construção do Colégio da Graça de Coimbra, segundo o «Libro das obras del Collegio»”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I série, Vol. VII-VIII, 2008-2009. pp. 231–278.
- MATEUS, João Mascarenhas, “Construção Tradicional em Alvenarias. Alguns Aspetos da Evolução da Ciência dos Inertes das Argamassas Tradicionais”, in MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção – Os Materiais*, Braga, CITCEM/LAMOP, 2012, pp. 287 – 302.
- MELO, Arnaldo Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, Braga, Universidade do Minho, 2009. (Tese de Doutoramento)
- MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção – Os Construtores*, Braga, CITCEM, Outubro 2011.
- MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo, “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)” in MELO, Arnaldo e RIBEIRO (dir.), Maria

- do Carmo, *História da Construção – Os Construtores*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 99-127.
- MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção – Os Materiais*, Braga, CITCEM, Outubro 2012.
 - MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção Arquiteturas e Técnicas Construtivas*, Braga, CITCEM, Novembro 2013.
 - MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo, «O processo construtivo dos paços régios medievais de portugueses nos séculos XV-XVI: O Paço Real de Sintra», in MELO, Arnaldo e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.), *História da Construção – Os Materiais*, Braga, CITCEM/LAMOP, 2013, pp. 213-244.
 - MELO, Arnaldo Sousa, “Os Mesterais e o Poder Concelhio Nas Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XIV e XV)”, *EDAD MEDIA – Culturas Políticas Urbanas en la Península Ibérica*, Revista de História, nº14, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio editorial, Universidade de Valladolid, 2013, pp. 149 - 170.
 - MELO, Arnaldo Sousa and RIBEIRO, Maria do Carmo, “Late-medieval construction site management at the Monastery of Jerónimos in Lisbon”, *Construction History. International Journal of the Construction History Society*, Vol. 30, Nº1, 2015, pp. 23-37.
 - MELO, Arnaldo Sousa, “O Processo Construtivo dos Edifícios Cistercienses em Portugal na Idade Média”, *De Cister a Portugal: O tempo e o (s) Modo (s)*, XI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, Viseu, Ed. Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2016, pp. 151-172.
 - MENDES, António Rosa, “A Vida Cultural”, in Mattoso, José (dir. de), MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidades*, vol. III, s.l., Editorial Estampa, 1997, pp. 333 – 372.
 - RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa, “A Mobilidade Dos Artistas Biscainhos Nas Construções Medievais Portuguesas: Estudo Preliminar”, in *I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: População*, vol. 2, Cidade Antiga/ Cidade Medieval, Guimarães, Câmara Municipal, 2012, pp. 149 – 176.
 - RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, vol. I, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987.

- RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, vol. II, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1988.
- ROSSA, Walter, *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra, Ed. do Autor, 2001.
- SANTOS, Diana Teresa Fanha da Graça Gonçalves dos, *Azulejaria dos Século XVII e XVIII na Arquitectura dos Colégios das Ordens Religiosas em Coimbra*, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. (Tese de Mestrado).
- SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.
- SOUSA, Armindo de, “1325-1480 – Condicionamentos Básicos”, in MATTOSO, José (dir. de), *História de Portugal – A Monarquia Feudal*, Vol. II, Lisboa, 1993, pp. 311-481.
- TRINDADE, Luísa, *A Casa Urbana em Coimbra. Dos Finais da Idade Média Aos Inícios Da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

Anexos

Anexo 1 - Tabelas

Tabela 1 - Receitas da obra

Tabela 1 - Receitas Organização Por "Data"										
ID Receita	Data	Fólio	Proveniência do dinheiro	Local de Armazenamento	Montante (Cruzados)	Montante (Reais)	Conversão (Reais)	Propósito	Entregue por quem?	Observações
1	1543/03/03	Fl. 2	Rei	Depósito da obra	2000		800000	Começo das Obras	Enviado por Fernão d'Alvarez; entregue por um "moço" de nome Matos	
2	1543/03/03	Fl. 2			500		200000	Obras de Hospedaria	Enviado por Fernão d'Alvarez; entregue pelo Almojarife	
3	1543/03/03	Fl. 2	Rei		200		80000	Comprar os Chãos		
4	1544/02/15	Fl. 2	Rei		1000		400000	Para as Obras em geral	António Leitão	
5	1544/05/00	Fl. 2	Rei		400		160000	Para as Obras em geral		Aquando da ida da ao capítulo de Évora, por parte da comitiva encarregue da obra, o Rei lhes fez esmola 400 Cruzados
7	1544/08/00	Fl. 2V.	Frei Francisco de Vila Franca			100000	100000	Para as obras em geral	Miguel Vaz Almojarife	Fora enviada uma cédula por Francisco de Vila Franca, para que o referido Almojarife pagasse aos encarregados da obra

Tabela 1 - Receitas Organização Por "Data"

ID Receita	Data	Fólio	Proveniência do dinheiro	Local de Armazenamento	Montante (Cruzados)	Montante (Reais)	Conversão (Reais)	Propósito	Entregue por quem?	Observações
8	1544/10/00	Fl. 2V.	Frei Francisco de Vila Franca		500		200000	Para as obras do Dormitório	Baltazar de aheado (?)	Em nota, acrescentada posteriormente, refere que foram da sua casa de Lisboa (?)
10	1545/00/00	Fl. 2V.	Fernão d'Alvarez		300		120000	Para a Hospedaria		
9	1545/05/00	Fl. 2V.	Bispo de Coimbra			180000 + 20000	200000		Manuel Leitão	Empréstimo contraído ao Bispo de Coimbra de 180 mil Reais de uma vez, mais 20 mil de outra, os quais, estes últimos, foram dados de esmola pelo bispo pelo pagamento dos montantes anteriores
11	1545/07/00	Fl. 2V.	Rei			100000	100000	Para o Dormitório	Enviado por Fernão d'Alvarez	
13	1545/09/26	Fl. 2V.	Do depósito do mosteiro de Lisboa			153000 + 100000	253000	Para as obras da casa	Empréstimo de Frei Francisco de Vila Franca	Este empréstimo, do depósito do mosteiro de Lisboa, que fora concedido por Frei Francisco de Vila Franca, ficaria logo à partida pago
14	1545/11/1545	Fl. 2V.	Bispo de Coimbra			100000	100000	Para as obras em geral	Manuel Leitão	

Tabela 1 - Receitas Organização Por "Data"

ID Receita	Data	Fólio	Proveniência do dinheiro	Local de Armazenamento	Montante (Cruzados)	Montante (Reais)	Conversão (Reais)	Propósito	Entregue por quem?	Observações
15	1545/12/23	Fl. 3	Bispo de Coimbra			40000	40000		Empréstimo por Manuel Leitão; Entregue por João Gonçalves	Empréstimo concedido pelo Bispo de Coimbra
2	1546/04/00	FL.3	Rei		300		120000	Para as obras	Frei Francisco de Vila Franca	
3	1546/06/00	FL.3	Rei		1000		400000	Para as obras		
4	1546/12/00	FL.3	Rei				192000	Para as obras e para as três propriedades da sua quinta		Um Pouco Confuso; Foram dados 100 mil R para as obras e 92 mil R para a compra das três propriedades da sua quinta
5	1547/08/00	FL.3	Rei			25000	25000	Para pagar o Olivar de [Se]bastião de Silva	Manuel leitão	
6	1547/09/00	FL.3	Rei		300		120000	Para as obras		
6		Fl. 2	Convento de Lisboa			60000	60000	Para começar as obras do dormitório	Frei Francisco de Vila Franca	Aquando da primeira ida do Frei Francisco de Vila Franca a Coimbra, este levou o referido montante que era do convento de Lisboa
12		Fl. 2V.	Dos <i>Cobesos</i> da capela (?)			10000	10000		Enviado por Frei Francisco de Vila Franca	

Tabela 1 - Receitas Organização Por "Data"

ID Receita	Data	Fólio	Proveniência do dinheiro	Local de Armazenamento	Montante (Cruzados)	Montante (Reais)	Conversão (Reais)	Propósito	Entregue por quem?	Observações
1		FL.3	Frei Francisco de Vila Franca			50000 + 10000	60000		Bispo de Coimbra	Aquando da vinda do Bispo de Coimbra, este recebeu os 50 mil R de Frei Francisco para entregar à obra e dispensaram-se os que ele lhe tinha emprestado (Bispo Presumo) e ainda lhe deu outros 10 mil
7		FL.3	Rei		1000		400000			
						Total	4140000			

Notas: **1.** A conversão que surge na coluna "Conversão (Reais) " é feita na própria fonte, recorrendo à coluna da direita do livro de contabilidade, como espaço para esse efeito. Optamos pela inserção de todos os valores - em cruzados e Reais, de forma a que pudesse facilitar a análise dos dados. **2.** Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. **3.** Quando surgem dois valores na coluna "Pagamento (Reais) ", a coluna "Conversão (Reais) " vai apresentar um somatório desses valores. **4.** A coluna "Observações" pode conter a descrição do registo de receita, bem como qualquer tipo de informações pertinentes. **5.** A coluna "Local de Armazenamento" surge constantemente em branco visto que, apenas num dos registos somos informados do local de armazenamento da receita recebida. **6.** A coluna "ID de Receita" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólios do Livro de Obras. Deste modo, é comum que apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria.

Tabela 2 - Contratos de empreitada

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"										
ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
1	1545/01/12	Jeronimo Affonso e Juam de penagos	Jerónimo Afonso e João de Penagós	Lavrar uma fresta para a Sacristia		360	360		9	Para além do portal presente nas despesas de material nº 1 parte 2, também foi pedida a realização da referida fresta para a sacristia; Ver "Resumo de Contratos" em anexo
2	1545/04/10	Jeronimo Affonso	Jerónimo Afonso	Fazer um arco de pedraria para a entrada do dormitório		500 R + meio vinténs	510		9	O meio vintém é referente a uma carrada do carro da obra; Ver "Resumo de Contratos" em anexo
3	1544/11/26	Juam Garcia Castellano	João Garcia Castelhana	Desentulhar		1600	1600		12	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
4	1548/09/02	António Fernandez	António Fernandes	Fazer uma escada e assentar com a parede; O que foi feito no bocal da cisterna; pelo lagiamto		2000 R + 1000 R	3000		13	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Atualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
5	1545/09/17	Jerónimo Affonso e Juam Luis	Jerónimo Afonso e João Luís	Fazer três frestas para a enfermaria	3		1200 R		16	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
6	1547/05/08	António Fernandes	António Fernandes	Fazer os poios do cabido; fazer os poios do poio; dois pedaços de ombreira para a ventana (Janela) do lugar.		1000 R+ 850 R+ 250 R			16	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
7	1547/10/17	António Fernandes	António Fernandes	Fazer uma escada; fazer o portal para a mesma; outros degraus para o cabido e sacristia		150 R p/ braça; 2000 R; 2000 R			18	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
8	1548	António Fernandes	António Fernandes	Fazer as guarnições da claustra; dois portais de pedraria		90 p/ braça; 3100			18	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
9	1548	António Fernandes	António Fernandes	Fazer o telhado das duas varandas; telhar de telha vã o terceiro ângulo; concertar os <i>frujes</i> de arte		5000			18v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
10	1548/08/19	António Fernandes	António Fernandes	Retirar a escada e desbastar os degraus e torná-la a assentar; fazer os Rabos do portal da escada; fazer as pias que forem Mester.	1	1000; 6 vinténs	1400 R + 6 vinténs		18v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
11	1548	Rodrigo Perez	Rodrigo Peres	Fazer três ângulos da claustura;		19500			20	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
12	1543/10/08	Entalhador desconhecido (mais a frente lê.se Nicolau Letrado entalhador)		Fazer a grade da Igreja		2200			24v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
13	1545	Juam Rebello	João Rebelo	Fazer a cerca da horta		1800 (420 R por braça)			27	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
14	1545/09/23	António Fernandez	António Fernandes	Ladrilhar o dormitório; fazer a abobada da varanda; fazer a guarnição da mesma;		8000			28	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
15	1545/09/22	Pero Luis, Juam Luis e Jeronimo Affonso pedreiros e moradores na cidade [Coimbra]	Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso	Fazer a varanda sobre o ângulo; fazer o púlpito do Refeitório; Fazer um arquinho sobre o mesmo e outro para a entrada; fazer sete degraus quadrados		34000		(surge rasurado) Até ao natal	34v./ 35	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
16	1546/02/28	Jerónimo Affonso e Pero Luis	Pero Luis e Jeronimo Afonso	Fazer as mesas do Refeitório		1000			36	Não faz referência ao valor total; Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Atualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
17	1547/10/03	Pero Luis, Juam Luis e Jerónimo Affonso pedreiros	Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso	Fazer e acabar de pedraria da claustra; Pôr os <i>alcaduços</i> (Cântaros) nos dois piares		275500		Até Junho de 1548 (cerca de 8 meses)	37v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
18	1547/12/21	Pero Luis, Juam Luis e Jerónimo Affonso pedreiros	Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso	Fazer um arco de pedraria de Ançã na cozinha;		7000			38	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
19	1543/12/17	Domingo Dominguez	Domingos Domingues	Fazer os degraus e toda a escada		150 p/vara			48v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
20	1544/02/16	Domingo Dominguez	Domingos Domingues	Fazer 10 palmos de fresta		840			48v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
21	1544/10/06	António Fernandes	António Fernandes	Fazer toda a albaneria (Alvenaria) da casa		420 por Braça (sobrados), 1000 por palmo (Pedraria), 90 por Braça (guarnições), 250 por Braça (frontal)			51	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
22	1545/05/18	Pero Luis e Jeronimo Affonso	Pêro Luís e Jerónimo Afonso	Fazer umas cimalthas em Pedra		200 R por vara			64	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
23	1545/06/28	Jeronimo Affonso e Pero Luis	Pero Luis e Jeronimo Afonso	Fazer as lajes com as suas molduras		120 R p/ vara			64	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Atualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
24	1545/07/09	Jeronimo Affonso e Pero Luis	Pero Luis e Jeronimo Afonso	Fazer dois arcos no Dormitório; Fazer uma casinha para a lanterna do Dormitório; fazer a janela fronteira da escada		3700			64v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
25	1547/08/14	Jeronimo Affonso	Jerónimo Afonso	Fazer um portal para a porta da sacristia; Fazer uma janelinha da lâmpada do dormitório		1800			66	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
26	1546	Jeronimo Affonso	Jerónimo Afonso	Fazer uma janela para o dormitório; uma roda para um torno do Refeitório	2	800	1600		66v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
27	1546/02/23	Juam Luis e Jeronimo Affonso	João Luis e Jerónimo Afonso	Fazer as Janelas das celas do Dormitório; fazer duas janelas <i>apeladas</i> ; uma fresta grande		800 R por cada uma			67	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
28	1546/07/22	Juam Luis e Jeronimo Affonso	João Luis e Jerónimo Afonso	Fazer dois portais		1600			67v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
29	1546	Juam Luis	João Luis	Fazer a Janela do topo do dormitório		3000			68	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
30	1547/03/13	Juam Luis	João Luis	Fazer um portal grande; fazer um lavatório;		2300			68v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Atualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
31	1544/10/24	Juam Lopez, Pero Simão, Francisco Affonso, moradores em Carapinhal,	João Lopes, Pero Simão e Francisco Afonso	Fazer 100 traves de carvalho de doze côvados de comprido; 100 traves de dez côvados de comprido.		4000			71	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
32	1543/04/03	Juam Affonso, Juam Estebanez e Rodrigo perez, moradores em Coimbra	João Afonso, João Estevão e Rodrigo Peres	Fazer a biblioteca; Fazer a hospedaria; fazer o solado; Fazer cada repartimento de frontal; Fazer cada par de portas de frontal ou Janelas; Fazer duas portinhas em cada fresta; Fazer todas as escadas de madeira que forem necessárias		1100 p/ braça; 700 p/ braça; 550 p/ braça; 120 ; 200; 100; 250;		3 meses	73 e 73v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
33	1544/01/02	Rodrigo Perez	Rodrigo Peres	Acabar o alpendre da portaria; solar as duas casa que la se hão-de fazer; Fazer um repartimento no alpendre; Fazer outro repartimento na porta das Secretas e outro na enfermaria com os seus portais; acabar a varanda; fazer um cerramento de frontal na escadinha da porta		11500			76 e 76v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
				da adega; fazer dez portais de uma porta cada e três portais de duas portas; Fazer duas portas na casa de negócios; Fazer duas portas na portaria; fazer a <i>torcadinha</i> (?) da igreja; fazer dois corrimãos nas escadas da capela e da livraria; Fazer onze frestas de uma porta e nove de duas portas; Cobrir o lavatório para telha vã e fazer uma verga para a chaminé; abrir os postigos necessários; Fazer uma grade para o adro; Fazer uma cátedra chã; Fazer uma gradezinha para os órgãos;						

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
34	1544/09/16	Rodrigo Perez	Rodrigo Peres	Fazer o corredor do dormitório; Fazer as celas que forem necessárias no dormitório; Fazer os frontais necessários; Fazer o Refeitório; fazer os travejamentos necessários; Fazer cada par de portas de portal ou de janelas ou uma porta só; Fazer nas janelas das celas uma porta ou duas; Fazer frestas com suas frestinhas que levariam uma porta; Fazer os portais ou janelas; Fazer qualquer obra que for necessária.		700 por Braça; 1500 cada uma; 110 cada um; 1150 por braça; 200 por braça; 200 por braça ou 120; 100 ou 120; 120 ;		6 meses seguintes (até Março presumo)	77v./ 78	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
35	1545/09/24	Rodrigo Perez	Rodrigo Peres	Fazer o angulo da Varanda		7700 R			79	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
36	1546/08/08	Rodrigo Perez	Rodrigo Peres	Cobrir as Secretas de <i>tascros</i> (Imperceptível) e em pena; cobri o passadiço de um (ou 7) agua; fazer treze Repartimentos de	8		3200		81v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
				frontal e os assentos que forem mester.						
37	1545/03/02	Rodrigo Perez carpinteiro	Rodrigo Peres	Fazer os travejamentos necessários; Fazer as casas que forem Mester; Fazer portas de portais, janelas e frestas; Fazer os frontais que forem necessários nestas casas; Fazer o madeiramento que for necessário; Fazer as escadas que forem necessárias.		225 por braça; Ao mesmo preço das celas (ver depois); Ao mesmo preço das do dormitório (ver depois); 120 por cada Repartimento e se fizer portas nestes frontais, ser-lhe ia pago a 120 cada uma; 550 por braça; 250			82	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
38	1544/02/11	Manuel Gaspar	Manuel Gaspar	Fazer 100 braças de cerco para o terreno;		320 por braça		Desde este dia até ao domingo de Ramos próximo	100	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
39	1544/02/18	Domingos Fernandez e Juam Fernandes Cabuqueiros, moradores em Coimbra.	Domingos Fernandes e João Fernandes	Sacar 2000 carradas de pedra		8,5 por carrada			106	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
40	1544/02/19	Manuel Luis e Manuel Menezes pedreiros	Manuel Luís e Manuel Menezes	Fazer 60 braças da cerca do terreno		130 por braça		Desde este dia até ao Domingo de Ramos próximo	108	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
41	1544/02/19	Gaspar de Acosta	Gaspar da Costa	Fazer sessenta braças de parede		320 por Braça		Desde este dia até ao Domingo de Ramos mais próximo	110	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
42	1546/11/12	António Rodrigues pedreiro	António Rodrigues	Fazer dois capitéis para o alpendre da portaria		3000 mais dois jornais de um carpinteiro		Desde este dia até ao Natal	115	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
43	1544/07/04	Gaspar da Costa e Manuel Bernaldez pedreiros e moradores na cidade de Coimbra	Gaspar da Costa e Manuel Bernardes	Fazer todas as paredes que forem necessárias de alvenaria no Refeitório do mosteiro e no dormitório		420 por braça		Acabada em 3 meses	119	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
44	1544/08/16	Gaspar da Costa e Manuel Bernaldes	Gaspar da Costa e Manuel Bernardes	Fazer as abóbadas que forem necessárias; Guarnecer as abobadas e paredes; Fazer todos os portais das 20 celas entre outros.		420 por braça; 100 por braça nas abobadas e 90 por braça nas paredes; 1000 cada um.			121	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
45	1545/07/16	Gaspar da Costa e Manuel Bernaldes	Gaspar da Costa e Manuel Bernardes	Telhar o dormitório todo; assentar as cimalthas de ambas as partes e as lajes do topo; fazer os canos	2	12000	12800		126v.	Surge à direita: "Até aqui têm/ recebidos os em/preiteiros./ 313.124 R.; Ver "Resumo de Contratos" em anexo
46	1546/02/23	Gaspar da Costa e Manuel Bernaldes	Gaspar da Costa e Manuel Bernardes	Passarão e assentarão o púlpito em outra parede	3		1200		130v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
47	1544/09/09	Jorge Dias e António Lopes, pedreiros	António Lopes e Jorge Dias	Fazer os arquinhos da abobada da claustra		200 cada vara de arco			137	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
48	1544/08/08	Juam Luis e Jeronimo Affonso	João Luis e Jerónimo Afonso	Fazer a pedraria que for necessária para a Sacristia e cabido; Fazer três arcos pequenos em cada casa; Fazer dois arcos em cada casa; Fazer as cimalthas que forem necessárias; Fazer as Represas que forem necessárias		220 por vara de arco; 320 por vara; 170 cada vara; 140 cada uma (7 vinténs)		Três meses	139	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
49	1545/01/12	Juam Luis Pedreiro	João Luis	Fazer o arco do cabido; Fazer três degraus para este arco		4000			140v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
50	1544/08/07	Juam Dias Pedreiro, morador em Coimbra	João Dias	Fazer 50 varas de cimalha		120 por vara		25 varas desta data a 15 dias; outras 25 varas daí a outros 15 dias	141	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
51	1545/09/25	Juam Dias Pedreiro, morador em Coimbra	João Dias	Fazer uma fresta para o Refeitório; Acabar o portal do Refeitório;		3300			141v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
52	1547/10/12	Manuel Bernaldes	Manuel Bernardes	Fazer as abobadas e arquinhos da metade dos três ângulos da claustura; Fazer as cimalthas necessárias no angulo; Fazer as represas necessárias; Guarnecer as abobadas	1 cruzado por cada braça de abobada	200 por vara pelos arquinhos; 120 por cada vara de cimalha; 120 por cada represa; 100 por braça de guarnição			146v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
53	1547/10/15	Gaspar da Costa	Gaspar da Costa	Fazer a parede da claustura; Fazer um arco nessa parede		400 por braça; 2300			150	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
54	1544/08/18	Juam de Penagos, pedreiro e morador em coimbra	João de Penagós	Fazer a pedraria que for necessária na abobada da escada; fazer as cimalthas e arcos grandes e pequenos e as represas		Os arcos pequenos a 220 por vara; Os arcos grandes a 320 por vara; as cimalthas a 170 cada vara; as represas por 140 (7 vinténs cada);		Três meses	151	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
						o assento dos arcos seria a 270 por cada um.				
55	1544/08/28	António Lopes e Jorge Dias, pedreiros	António Lopes e Jorge Dias	Fazer a pedraria do poio que se faz na obra; Fazer cimalthas, represas e arcos		Conforme o preço que estaria a ser pago a João Luís e a Jerónimo Afonso (fl. 139)			153	Ou seja, seriam pagos a: 220 por vara de arco; 320 por vara; 170 cada vara; 7 vinténs cada uma (140 Reais); Ver "Resumo de Contratos" em anexo
56	1545/10/08	Jorge Dias	Jorge Dias	Fazer uma fresta para o Refeitório; Fazer outra fresta para a outra parede do refeitório; fazer um sobrado para as frestas do topo do refeitório; Apelar e serrar as umbreiras das frestas		2900			154	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
57	1544/08/16	Mateos Fernandes pedreiro estante na cidade de coimbra	Mateus Fernandes	Fazer 20 frestas para 20 celas;		550 cada uma			157	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
58	1545/05/08	Jeronimo Affonso	Jeronimo Afonso	Fazer 4 frestas das celas; Fazer uma fresta chaflada	10 (a 2 cruzados cada uma)		4000		158	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
59	1543/10/01	Diego Jaques imaginário estante na cidade de Coimbra	Diego Jaques	Fazer a imagem de Nossa Senhora de Pópulo		O que Diogo de Castilho achar que vale; Contudo recebeu nesta data 3000 Reais		A imagem até ao fim do mês de Outubro e o encasamento até ao fim do mês de Novembro	160v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
60	1544/11/16	Diego Jaques imaginário estante na cidade de Coimbra	Diego Jaques	Fazer um Sacrário de pedraria para de baixo do confessional	6 cruzados e meio. Recebeu 4 cruzados à data da realização do contrato		3600		161	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
61	1543/08/09	António Fernandez Pedreiro	António Fernandes	Fazer todas as guarnições das paredes do Mosteiro; Fazer os encanamentos que forem necessários na parede da Rua;		35 por braça de guarnição; Aquilo que Diogo de Castilho achar que merece pelos canos			167	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
62	1546/02/28	Jorge Dias, António Lopes	Jorge Dias e António Lopes	Fazer cinco mesas do refeitório; fazer a mesa travessa (traviessa); Fazer os degraus quadrados para debaixo das mesas		1100 por cada mesa pequena; pela mesa grande travessa 1200: por cada vara de degrau 70			171	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
63	1546/07/25	Jorge Dias	Jorge Dias	Fazer dois arcos para as secretas; Fazer três portais das celas; Fazer as lajes e pias para a cozinha; trazer uma laje para a casa do porteiro		5000 pelos arcos e portais; Pelas lajes iria-se pagar pela primeira porção das mesas que fez, descontando-se soldo a libra; pela última laje receberia 1 tostão			171v./ 172	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
64	1545/10/14	Pero Francisco Relojeiro morador em coimbra	Pêro Francisco	Fazer uma grade de uma fresta do Refeitório; outras grades que sejam necessárias; Fazer ferrolhos e obra que for mester.		1450 Reais pelo quintal de grade lavrado; Os ferrolhos seriam pagos conforme o preço que faz Gabriel Rosa			179	Ver "Resumo de Contratos" em anexo

Tabela 2 - Contratos Organização Por "Data"

ID Contrato	Data	Nome e Info. Geral	Nome Actualizado	Função Contratada	Pagamento (Cruzados)	Pagamentos (Reais)	Conversão (Reais)	Período da Obra	Localização na fonte	Observações
65	1543/03/31	Gabriel de Rosa celhareiro (serralheiro)	Gabriel de Rosa	Fazer ferrolhos, ferraduras ou aldrabas, machos e fêmeas.		Pelos ferrolhos grandes 120 cada; Pelos ferrolhos pequenos 80 cada; Pelas aldrabas grandes de palmo e meio 30 cada uma; Se fossem mais pequenas, a 15 cada uma;			181v.	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
66	1548/05/13	Gabriel de Rosa celhareiro (serralheiro)	Gabriel de Rosa	Fazer as linhas					187	Ver "Resumo de Contratos" em anexo
<p>Notas: 1. A conversão que surge na coluna "Conversão (Reais) " é feita na própria fonte, recorrendo à coluna da direita do livro de contabilidade, como espaço para esse efeito. Optamos pela inserção de todos os valores em cruzados e Reais, de forma a que pudesse facilitar a análise dos dados. 2. Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. 3. Quando existe preenchimento das colunas "Pagamento (Cruzados) " e "Pagamento (Reais) ", o valor que irá surgir na coluna "Conversão (Reais) " vai conter uma conversão dos valores em cruzados, juntamente com uma soma aos valores em Reais. 4. Quando surgem dois valores na coluna "Pagamento (Reais) ", a coluna "Conversão (Reais)" vai apresentar um somatório desses valores. 5. A coluna "ID de Contrato" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólhos do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria.</p>										

Tabela 3 - Balanço das despesas da obra

Tabela 3 - Balanço de Despesas		
	Número de registros no livro de contabilidade²	Valores finais (Reais) ¹
Pedra	25	19229
Madeira	161	650725
Cal	55	120375
Telha	40	60562
Tijolo	35	37538
Metal	175	128400
Total	491	1016829

Notas: **1.** A coluna "Valores finais (Reais) " contempla um somatório de todas as despesas que surgem nas restantes tabelas, divididas a nível tipológico. **2.** A coluna "Número de registros no livro de contabilidade" faz referência ao número de registros existentes no livro de obras, relativamente à compra dos distintos materiais.

Tabela 4 - Identificação dos homens que trabalharam na construção do Colégio da Graça (a)

Tabela 4 - Homens Organização por Ordem Alfabética de "Nome Actualizado"					
Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Affonsianez	Afonso Eanes	Carpinteiro (asserrador)			104v.
Affonso Diaz	Afonso Dias	Cabouqueiro		60 Reais por dia	96v.
Affonso Perez Povero	Afonso Peres Pombeiro	Carpinteiro (asserrador)			104v.; 105
Alonso Garcia	Alonso Garcia	Calceteiro			91
Alvaro Gonzalez	Alvaro Gonçalves	Boieiro		2 Cruzados por mês (800 Reais);	9v. ; 16
António Dias	António Dias	Carpinteiro		67 Reais por dia;	61;61v.
António Fernandez	António Fernandes	Pedreiro		50 Reais por dia	13; 16; 16v.; 17; 18; 28v.; 51; 51v.; 52; 52v.; 53; 54v.; 61v.; 62; 166
António Ianez	António Eanes	Carreiro	Marmeleira		49v.
António Lopez	António Lopes	Pedreiro			28v.; 34; 137; 153; 153v.; 171; 171v.; 173;
António Rodriguez	António Rodrigues	Pedreiro		100 Reais por dia	60v. ; 115;
Barradas	Barradas	Cabouqueiro			121v.; 125v.; 126; 126v.; 134; 134v.;
Bartolomeu	Bartolomeu	Boieiro [de João Gonçalves]			115
Bartolomeu Alvarez	Bartolomeu Alvares	Cabouqueiro			122; 134; 150v.; 151v.;
Braz Perez	Brás Peres	Pedreiro		60 Reais por dia	166
Diego Jaques	Diego Jaques	Imaginário	Coimbra (estante)		160v.; 161; 161v.

Tabela 4 - Homens Organização por Ordem Alfabética de "Nome Actualizado"					
Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Diogo Fernandez	Diogo Fernandes	Cabouqueiro		60 Reais por dia	61; 97; 97v.; 99; 99v.; 122v.; 123v.; 166
Diogo Perez	Diogo Peres	Carreiro	Botão		49v.
Domingo Dominguez	Domingos Domingues	Pedreiro		60 Reais por dia;	47 ; 48v.;
Domingos Fernandez	Domingos Fernandes	Cabouqueiro			105v.; 110;
Fernando D'eras	Fernando De Eras	Carreiro			104; 104v.;
Fernando Ianez Galego	Fernando Eanes Galego	Almoceve			114
Filipe Gil	Filipe Gil	Carreiro		4 e 6 Reais por Carrada (pedra)	115
Francisco Affonso	Francisco Afonso	Carpinteiro	Miranda e seu termo (Carapinhal)		68v.;
Francisco Perez	Francisco Peres	Asserrador	Miranda e seu termo (Villanova)		92v.;
Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	Serralheiro			83v.; 161; 182; 182v.; 183v.; 184; 184v.; 185; 185v.; 186; 186v.; 187; 187v.;
Gaspar de Acosta	Gaspar da Costa	Pedreiro			110; 110v.; 111; 119v.; 120; 120v.; 121; 121v.; 122; 122v.; 123; 123v.; 124v.; 125; 125v.; 126; 126v.; 127; 128; 128v.; 129; 129v.; 130; 130v.; 131; 131v.; 132; 132v.; 133; 133v.; 134; 134v.; 144v.; 148; 148v.; 149;

Tabela 4 - Homens Organização por Ordem Alfabética de "Nome Actualizado"					
Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
					149v.; 150; 150v.; 151; 152;
Gaspar Fernandez	Gaspar Fernandes	Almocreve			114
Jeronimo Affonso	Jerónimo Afonso	Pedreiro	Coimbra		9; 16; 38; 38v.; 39; 64; 64v.; 65; 66; 66v.; 67; 67v.; 129v.; 138v.; 139; 158;
Jorge Dias	Jorge Dias	Pedreiro		70 Reais por dia; 60 Reais por dia	28v.; 34; 61 ; 137; 153; 153v.; 154; 171; 171v.; 172
Juam Affonso	João Afonso	Carpinteiro	Coimbra		74; 74v.; 75 ; 76v.; 83; 83v.; 105;
Juam de Penagos	João de Penagós	Pedreiro	Coimbra		11v.; 151;
Juam Dias	João Dias	Pedreiro			141; 141v.; 142;
Juam Estebanez	João Estevão	Carpinteiro	Coimbra		74; 74v.; 75;
Juam Fernandez	João Fernandes	Almocreve			114
Juam Fernandez	João Fernandes	Cabouqueiro		60 Reais por dia	96v. ; 105v.; 110;
Juam Garcia Castelhano	João Garcia Castelhano	Cabouqueiro		35 Reais por dia;	12 ;
Juam Ianez	João Eanes	Cabouqueiro			121; 122; 128v.;

Tabela 4 - Homens Organização por Ordem Alfabética de "Nome Actualizado"					
Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Juam Lopez	João Lopes	Carpinteiro	Miranda e seu termo (Carapinhal)		68v.; 123v.;
Juam Luis	João Luís	Pedreiro	Coimbra		35; 35v.; 36; 38; 38v.; 39; 67; 67v.; 68; 68v.; 132v.; 135v.; 136; 140; 140v.; 158;
Juam Rebello	João Rebelo	Pedreiro			27
Luis Alvarez	Luís Alvares	Carreiro			9v.
Luis Fernandez	Luís Fernandes	Asserrador	Miranda e seu termo (Meanhas)		92v.
Manuel Bernaldes	Manuel Bernardes	Pedreiro			119v.; 120; 120v.; 121; 121v.; 122; 122v.; 123; 123v.; 124; 124v.; 125; 125v.; 126; 126v.; 127; 128; 128v.; 129; 129v.; 130; 130v.; 131; 131v.; 132; 132v.; 133; 133v.; 134; 134v.; 144v.; 145; 145v.; 146; 147; 147v.; 148; 152; 152v.;
Manuel Gaspar	Manuel Gaspar	Pedreiro			100; 100v.; 101;
Manuel Luis	Manuel Luís	Pedreiro		60 Reais por dia	108; 166
Manuel Menezes	Manuel Meneses	Pedreiro			108
Mateos Fernandez	Mateus Fernandes	Pedreiro	Coimbra (estante)		157; 157v.
Nicolau Letrado	Nicolau Letrado	Entalhador			24v.;
Pedro Aguilar	Pedro Aguilar	Calceteiro			91
Pero Francisco	Pêro Francisco	Relojoeiro			179

Tabela 4 - Homens Organização por Ordem Alfabética de "Nome Actualizado"					
Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Pero Luis	Pêro Luís	Pedreiro	Coimbra		35; 35v.; 36; 38; 38v.; 39; 64; 64v.; 65; 173;
Pero Menezes	Pêro Menezes	Carreiro			115
Pero Simão	Pêro Simão	Carpinteiro	Miranda e seu termo (Carapinhal)		68v.;
Rodrigo Perez	Rodrigo Peres	Carpinteiro	Coimbra	57, 60; 75 Reais por dia	19; 19v.; 20; 61v. ; 62; 74; 74v.; 75; 76v.; 78; 78v.; 79; 79v.; 81; 81v.; 84; 84v.; 87 ; 89v.; 92v.;
[Se]bastião Affonso	Sebastião Afonso	Carreiro	Trouxemil		
Simão Fernandez	Simão Fernandes	Asserrador	Miranda e seu termo (Miranda)		92v.; 148v.;

Notas: **1.** Os valores que são apresentados na coluna "Salários", têm ligação directa à coluna fólios. No cômputo geral, a coluna fólios identifica a localização na fonte de registos de pagamento aos mesteirais que são referidos. Por seu turno, os fólios que surgem a negrito, são os fólios onde se comprova que determinado mesteiral auferia certo salário por dia. Veja-se o caso de Afonso Dias onde, no fólio 96v., surge indicado que este mesteiral seria pago por um dia de trabalho com 60 Reais. **2.** Os mesteirais aos quais não surge associado valor de salário é porque a fonte não nos forneceu essa informação.

Tabela 5 - Identificação dos homens que trabalharam na construção do Colégio da Graça (B)

Tabela 5 - Homens Organização Ordem Alfabética de "Ofícios"					
Nome	Nome Atualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Fernando Ianez Galego	Fernando Eanes Galego	Almocreve			114
Gaspar Fernandez	Gaspar Fernandes	Almocreve			114
Juam Fernandez	João Fernandes	Almocreve			114
Francisco Perez	Francisco Peres	Asserrador	Miranda e seu termo (Villanova)		92v.;
Luis Fernandez	Luís Fernandes	Asserrador	Miranda e seu termo (Meanhas)		92v.
Simão Fernandez	Simão Fernandes	Asserrador	Miranda e seu termo (Miranda)		92v.; 148v.;
Alvaro Gonzalez	Álvaro Gonçalves	Boieiro		2 Cruzados por mês;	9v. ; 16
Bartolomeu	Bartolomeu	Boieiro [de João Gonçalves]			115
Affonso Diaz	Afonso Dias	Cabouqueiro		60 Reais por dia	96v.
Barradas	Barradas	Cabouqueiro			121v.; 125v.; 126; 126v.; 134; 134v.;
Bartolomeu Alvarez	Bartolomeu Alvares	Cabouqueiro			122; 134; 150v.; 151v.;
Diogo Fernandez	Diogo Fernandes	Cabouqueiro		60 Reais por dia	61; 97; 97v.; 99; 99v.; 122v.; 123v.; 166
Domingos Fernandez	Domingos Fernandes	Cabouqueiro			105v.; 110;
Juam Fernandez	João Fernandes	Cabouqueiro		60 Reais por dia	96v. ; 105v.; 110;
Juam Garcia Castelhana	João Garcia Castelhana	Cabouqueiro		35 Reais por dia;	12;

Tabela 5 - Homens Organização Ordem Alfabética de "Ofícios"					
Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Juam Ianez	João Eanes	Cabouqueiro			121; 122; 128v.;
Alonso Garcia	Alonso Garcia	Calceteiro			91
Pedro Aguilar	Pedro Aguilar	Calceteiro			91
António Diaz	António Dias	Carpinteiro		67 Reais por dia;	61; 61v.
Francisco Affonso	Francisco Afonso	Carpinteiro	Miranda e seu termo (Carapinhal)		68v.;
Juam Affonso	João Afonso	Carpinteiro	Coimbra		74; 74v.; 75 ; 76v.; 83; 83v.; 105;
Juam Estebanez	João Estevão	Carpinteiro	Coimbra		74; 74v.; 75;
Juam Lopez	João Lopes	Carpinteiro	Miranda e seu termo (Carapinhal)		68v.; 123v.;
Pero Simão	Pêro Simão	Carpinteiro	Miranda e seu termo (Carapinhal)		68v.;
Rodrigo Perez	Rodrigo Peres	Carpinteiro	Coimbra	57, 60; 75 Reais por dia	19; 19v.; 20; 61v. ; 62; 74; 74v.; 75; 76v.; 78; 78v.; 79; 79v.; 81; 81v.; 84; 84v.; 87 ; 89v.; 92v.;
Affonsianez	Afonso Eanes	Carpinteiro (asserrador)			104v.
Affonso Perez Povero	Afonso Peres Pombeiro	Carpinteiro (asserrador)			104v.; 105
António Ianez	António Eanes	Carreiro	Marmeleira		49v.
Diogo Perez	Diogo Peres	Carreiro	Botão		49v.
Fernando D'eras	Fernando de Eras	Carreiro			104; 104v.;
Luis Alvarez	Luis Alvares	Carreiro			9v.

Tabela 5 - Homens Organização Ordem Alfabética de "Ofícios"

Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Pero Menezes	Pêro Menezes	Carreiro			115
[Se]bastião Affonso	Sebastião Afonso	Carreiro	Trouxemil		
Filipe Gil	Filipe Gil	Carreiro ?		4 e 6 Reais por Carrada (pedra)	115
Nicolau Letrado	Nicolau letrado	Entalhador			24v.;
Diego Jaques	Diego Jaques	Imaginário	Coimbra (estante)		160v.; 161; 161v.
António Fernandez	António Fernandes	Pedreiro		50 Reais por dia	13; 16; 16v.; 17; 18; 28v.; 51; 51v.; 52; 52v.; 53; 54v.; 61v.; 62; 166
António Lopez	António Lopes	Pedreiro			28v.; 34; 137; 153; 153v.; 171; 171v.; 173;
António Rodriguez	António Rodrigues	Pedreiro		100 Reais por dia	60v. ; 115;
Braz Perez	Brás Peres	Pedreiro		60 Reais por dia	166
Domingo Dominguez	Domingos Domingues	Pedreiro		60 Reais por dia;	47 ; 48v.;
Gaspar de Acosta	Gaspar da Costa	Pedreiro			110; 110v.; 111; 119v.; 120; 120v.; 121; 121v.; 122; 122v.; 123; 123v.; 124v.; 125; 125v.; 126; 126v.; 127; 128; 128v.; 129; 129v.; 130; 130v.; 131; 131v.; 132; 132v.; 133; 133v.; 134; 134v.; 144v.; 148; 148v.; 149; 149v.; 150; 150v.; 151; 152;
Jeronimo Affonso	Jerónimo Afonso	Pedreiro	Coimbra		9; 16; 38; 38v.; 39; 64; 64v.; 65; 66; 66v.; 67; 67v.; 129v.; 138v.; 139; 158;

Tabela 5 - Homens Organização Ordem Alfabética de "Ofícios"					
Nome	Nome Actualizado	Ofício	Proveniência	Salários	Fólios
Jorge Dias	Jorge Dias	Pedreiro		70 Reais por dia; 60 Reais por dia	28v.; 34; 61 ; 137; 153; 153v.; 154; 171; 171v.; 172
Juam de Penagos	João de Penagós	Pedreiro	Coimbra		11v.; 151;
Juam Dias	João Dias	Pedreiro			141; 141v.; 142;
Juam Luis	João Luís	Pedreiro	Coimbra		35; 35v.; 36; 38; 38v.; 39; 67; 67v.; 68; 68v.; 132v.; 135v.; 136; 140; 140v.; 158;
Juam Rebello	João Rebelo	Pedreiro			27
Manuel Bernaldes	Manuel Bernardes	Pedreiro			119v.; 120; 120v.; 121; 121v.; 122; 122v.; 123; 123v.; 124; 124v.; 125; 125v.; 126; 126v.; 127; 128; 128v.; 129; 129v.; 130; 130v.; 131; 131v.; 132; 132v.; 133; 133v.; 134; 134v.; 144v.; 145; 145v.; 146; 147; 147v.; 148; 152; 152v.;
Manuel Gaspar	Manuel Gaspar	Pedreiro			100; 100v.; 101;
Manuel Luis	Manuel Luís	Pedreiro		60 Reais por dia	108; 166
Manuel Menezes	Manuel Menezes	Pedreiro			108
Mateos Fernandez	Mateus Fernandes	Pedreiro	Coimbra (estante)		157; 157v.
Pero Luis	Pêro Luís	Pedreiro	Coimbra		35; 35v.; 36; 38; 38v.; 39; 64; 64v.; 65; 173;
Pero Francisco	Pêro Francisco	Relojoeiro			179
Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	Serralheiro			83v.; 161; 182; 182v.; 183v.; 184; 184v.; 185; 185v.; 186; 186v.; 187; 187v.;

Tabela 5 - Homens Organização Ordem Alfabética de "Ofícios"

Nome	Nome Actualizado	Oficio	Proveniência	Salários	Fólios
Notas: 1. Os valores que são apresentados na coluna "Salários" têm ligação directa à coluna fólios. No cômputo geral, a coluna fólios identifica a localização na fonte de registos de pagamento aos mesterais que são referidos. Por seu turno, os fólios que surgem a negrito são os fólios onde se comprova que determinado mesteiral auferia certo salário por dia. Veja-se o caso de Afonso Dias onde, no fólio 96v., surge indicado que este mesteiral seria pago por um dia de trabalho com 60 Reais. 2. Os mesterais aos quais não surge associado valor de salário é porque a fonte não nos forneceu essa informação.					

Tabela 6 - Material comprado: metal

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"									
ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
439	1543/09/04	Aldrabas	3 dúzias	30 Reais por cada uma aldraba	1080	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
472	1544/07/23	Fechadura mourisca	1		500	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Para a portinha da varanda
473	1544/09/01	Mançais	12 pares	25 o par	300	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	
474	1544/09/01	Ferrinhos			100	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	OS ferrinhos do sacrário
480	1544/11/07	Ferro			1530			184v.	Deu-se a Gabriel de Rosa para ferro para as grades
94	1545/03/26	Pregos	10000	40 o cento	4000			25v.	
96	1545/05/08	Pregos <i>tabuares</i> ; pregos caibrais	3000; 2500	300; 400	1900			26	
97	1545/06/27	Pregos caibrais; pregos <i>tabuares</i>	6000; 7300	todos a 400 milheiro	5320			26	
486	1545/07/22	Ferrolho grande	1		140	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	185	
487	1545/10/00	Ferrolho grande	2		240	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	185	
101	1545/12/22	Pregos <i>tabuares</i>	13800	34 o cento	4690			26	
102	1546/01/15	Pregos <i>tabuares</i>	8000	34 o cento	2480			26	Pagou João Gonçalves
104	1546/06/00	Pregadura			4470			26	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
501	1546/08/02	Machos e fêmeas; medias	20; 8	2 vinténs cada um; 30 cada	1040	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	Deste valor, 800 Reais foram para os Machos e fêmeas. Os restantes 240 Reais foram para as médias
511	1547/03/19	Ferrolhos; Ferrinhos; outros	1; ?; ?		500	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	Os ferrinhos seriam para a portinha da adega. Recebe também por adobar as sablas (sabras) do Refeitório
513	1547/10/24	Ferrolhos			800	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	Para que fizesse os ferrolhos que faltam para as celas
524	1548/03/05	Ferrolhos; mançais	7;?		760	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	6 Ferrolhos seriam para as celas e o restante para a cozinha.
525	1548/05/13	Ferro			1200			187	Deu-se a Gabriel Rosa para que comprasse ferro para as linhas
526	1548/06/02	Ferro			1000			187	Deu-se a Gabriel Rosa para que comprasse ferro para as linhas
527	1548/08/02	Chave; cintelha	1; 1		80	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187v.	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
9		Pregos + pedaço de ferro	?+ 1		200			9v.	Compra de pregos e de um pedaço de ferro para uma roda
11		Dois eixos e mais roscas	2+?		88			9v.	
12		Um alcoion (ou Alvion)	1		100			9v.	
14		Um carro	1		350			9v.	
16		Rodas	2		300			9v.	
17		Mais uma roda e de adobar os carros	1		500			9v.	
18		Compra de alcoiones (Ou alviones) para cavar o entulho	4	6 vinténs cada	480			10	Compra de 4 alcoiones para cavar o entulho da obra
19		Pregos	200		72			10	
20		Parafusos de ferro	4		200			10	4 parafusos de Ferro que se fizeram para trazer a madeira
30		Chumbo para as arquitraves do alpendre			200			10	
33		1 Polia e 2 roldanas	1+2		100			10v.	
41		Compra de ouro	24 painéis		100			10v.	Compra de ouro para o sagrario (Sacratio)

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
42		Lâmpadas para a capela	10		400			10v.	
50		Pregos <i>tabuares</i>	4 Milheiros	300 R por milheiro	1200			25	
51		Pregos caibrais	3 Milheiros	400 R por Milheiro	1200			25	
52		Tachas	1 Cento		25			25	Não surge discriminado o valor por unidade, mas assume-se que seja cerca de 0.25 R por cada um.
53		Pregos a real	meio cento (50)	50 R cada um				25	Não especifica o valor.
54		Pregos palmares	25	6 R cada	150			25	Em nota posterior: para as sonaves
55		Pregos <i>mitares</i>	1 vintém		20			25	
56		Pregos caibrais	4 milheiros	400 R cada milheiro	1600			25	
57		Pregos <i>tabuares</i>	5 milheiros	300 R cada milheiro	1500			25	
58		Pregos <i>mitares</i>	1400	900 cada milheiro	1260			25	
59		Tachas	2 milheiros	150 milheiro	300			25	
60		Pregos <i>tabuares</i>	4 milheiros	300 milheiro	1200			25	Trouxe-os João Peres, de Águeda
61		Pregos caibrais	4 milheiros	400 milheiro	1600			25	
62		Pregos <i>mitares</i>	1600	900 milheiro	1440			25	
63		Tachas	2 milheiros	150 milheiro	300			25	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
64		Pregos <i>tabuares</i>	1500	300 milheiro	450			25	
65		Pregos <i>tabuares</i>	200		80			25	
66		Pregos caibrais; Pregos <i>tabuares</i> ; canastras	4500, 4300; 2		3130			25	Trouxe Afonso Meneses quando foi a Águeda. Deste valor, 3090 Reais são referentes ao preço dos pregos; os restantes 40 Reais são referentes às canastras
67		Tachas	2 vinténs		40			25	
68		Pregos <i>tabuares</i>	2 milheiros		800			25	
69		Pregos caibrais	1500		600			25v.	
70		Pregos caibrais e <i>tabuares</i>	1 Milheiro de cada		950			25v.	
71		Pregos <i>tabuares</i>	500		200			25v.	
72		Pregos caibrais	300		150			25v.	
73		Para a pregadura do alpendre			100			25v.	
74		Tachas			100	Juam Affonso	João Afonso	25v.	
75		Pregadura			378			25v.	
76		Pregadura			300			25v.	
77		Pregadura			807			25v.	
78		Pregos	3500	420 milheiro	1470			25v.	
79		Pregos <i>tabuares</i> ; pregos caibrais	3 milheiros; um milheiro		1370			25v.	
80		Tachas	2 vinténs		40			25v.	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
81		Pregos <i>mitares</i>	1000		1250			25v.	
82		Pregos caibraís	dois milheiros		800			25v.	
83		Tachas	600		120			25v.	
84		Tachas			700			25v.	
85		Pregos <i>tabuares</i>	1 milheiro		350			25v.	
86		Pregadura para fazer os telheiros para a obra do dormitório			280			25v.	
87		Pregos			126			25v.	
88		Umas escápulas			80			25v.	
89		Pregadura e umas escápulas			92			25v.	
90		Pregos <i>tabuares</i> ; pregos pontais	4100; 600	35; 80	1915			25v.	
91		Pregos			75			25v.	Comprados por João Gonçalves
92		Pregadura			102			25v.	
93		Pregadura			28			25v.	
95		Tachas	2 milheiros + 4 milheiros	200; 9 vinténs	1120			25v.	
98		Pregos			4440			26	
99		Tachas			580			26	
100		Tachas e pregos			2100			26	
103		Tachas			310			26	
105		Tachas			1300			26	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
106		Pregadura			2820			26	
107		Pregadura			680			26	
108		Pregos <i>tabuares</i> ; caibrais	2000; 1000	34; 40	1080			26	
109		Pregadura			7850			26	Na ausência do responsável
110		Pregos caibrais	3000	400	1200			26	
111		Pregos pontais	500	85 o cento	425			26	
112		Pregadura e tachas			2000			26	
113		Pregos <i>tabuares</i> ; tachas; pregos caibrais; pregadura,	3000; 2000; 500;	29; 18; 40;	1782			26	
114		Pregadura		1830 R	1830			26	Comprou-os Padre Vigário (Fr. Luís de Montoya)
187		Pregos vários e tachas	?; 300		400			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria;
434		Quintais de Ferro	10 quintais	850 o quintal	8500			182	Deu-se a Gabriel de Rosa que daria lavrados à posteriori a 1450 Reais por quintal.
435		Arrobas de ferros	4 arrobas e meia e 11 arráteis		1020			182	Pagaram-se ao almoxarife. Deu-se este ferro a Gabriel de Rosa
436		Ferrolhos grande	5	120 cada	600	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
437		Ferrolhos pequenos; ferrolhos grandes	12; 5		1560	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
438		<i>Compases</i> pequenos	2		120	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
440		Mançais	Meia dúzia	25 o par	75	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
441		Argolas	1 dúzia	meio vintém (10) o par	60	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
442		Aldrabinhas pequenas	2 dúzias	meio vintém (10)	200	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
443		Engonços pequenos			100	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
444		Chaves; outros	4		140	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Os outros são referentes ao guarnecimento de uma <i>campanilha</i>
445		Argolas			160	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	As argolas para os malhos (mallos)
446		Machos e fêmeas	4	4 vinténs cada	320	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
447		Ferrolhos pequenos	4	80 cada	320	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
448		Fecho <i>mourisco</i>	1		500	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
449		Fechinho; engonços			50	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Para o sacrário
450		Vergas de ferro	2		150	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Para os altares

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
451		Fechadura	1		50	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Para a arqueria dos capitéis
452		Ferros	2		50	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Para por as candeias nas grades
453		Machos e fêmeas pequenos	4		50	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
454		Ganchos; varões; argolas	2; 2; 2		120	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Para as poleás
455		Ferrolhos pequenos	5	80 cada	400	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
456		Fecho morisco	1		500	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
457		Guarnição			100	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Uma guarnição para uma mesa
458		Ferros			120	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Ferros que se chumbaram na porta da sacristia
459		Aldrabas	1		30	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Para a grade da igreja
460		Chaves do fecho morisco	3		100	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	
461		Ferro			1000	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	183	Deu-se a Gabriel de Rosa para ferro, para uma obra que viria a fazer.
462		Ferrolhos pequenos	4		320	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
463		Ferrolhos grande	2		240	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Um preto para a grade do adro e outro esquerdo para a portaria
464		Ferros para chumbar			50	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Para chumbar a porta da sacristia
465		Machos e fêmeas			300	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Para a portaria
466		Mançais	2		25	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	
467		Fecho de golpe	1		250	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Para a portaria
468		Rede de ferro	1		1000	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Para a portaria
469		Fechadura	1		120	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Fechadura de uma arca
470		Chaves	3		60	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	
471		Ferrolho	1		300	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Para a porta do carro
475		Martelo	1		100	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	
476		Peça de ferro de meia arroba afiada	1		200	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	
477		Chave	1		10	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	
478		Ferrolho pequeno	1		80	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Um ferrolho esquerdo

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
479		Ferrolho pequeno; aldrabas; machos e fêmeas	1; 1; ?		130	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184	Ficaria aqui pago de tudo o que se lhe devia até à data. Deste valor, 80 Reais foram para o Ferrolho Pequeno, 30 Reais para a aldraba e 20 Reais para os machos e fêmeas
481		Uma cadea e uma prancha de ferro	1; 1		500	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184v.	
482		Verga do belo da capela; argola; machos e fêmeas	1; 1; 2		400	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184v.	
483		Chaves	4		50	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	184v.	
484		Argola; coce	1; 1		30	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	185	Uma argola para a porta do monte das oliveiras e um coce para a fresta das celas
485		Ferrolhos pequenos	5		400	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	185	
488		Ferrolhos pequenos	4		320	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	185v.	
489		Fechadurinhas; engonços;	1; ?		80	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	185v.	A fechadura foi para a sacristia
490		Ferrolhos; fechadura	2; 1		240	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	185v.	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
491		Machos e Fêmeas	16	2 Vinténs cada par	640	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	Estas foram para uma janela do topo do dormitório
492		Mançais	2 dúzias e meia	25 o par	375	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	
493		Ferrolhinho; mancal grande	1; 1		120	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	O ferrolho pequeno era para a portinha das talhas e o mancal era para o torno
494		Ferrolhos	17	110 cada um	1870	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	Os ferrolhos eram para as celas
495		Grades			130	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	Usou para estas grandes o ferro da obra, tendo que por ainda 10 arrâteis de ferro
496		Ferrolho	1		400	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	Deu o ferrolho do refeitório
497		Tiradores	2		100	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	
498		Ferrolhos; mançais	2; 6		200	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	Os ferrolhos foram para a porta da roda custaram 80 Reais. Outro ferrolho foi para a Ministra. Os mançais foram 2 para a porta do Refeitório e os

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
									restantes 4 para a Ministra.
499		Argolas; Chave	4; 1		40	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	
500		Machos e fêmeas			400	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186	Este valor foi dado para a feitoria destes machos e fêmeas.
502		Chapas	4		400	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	As chapas grandes seriam para as portas
503		Fechos de golpe	4	30 cada	120	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	
504		Mançais	4		50	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	
505		Ferrolho pequeno	1		80	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	
506		Ferrolhos	8	110 cada um	880	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	
507		Ferrolhos; Machos e fêmeas	2; 4		200	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	
508		<i>Alave</i>	1		20	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	Foi para o Boieiro

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
509		Barleies de ferro	2		1800	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	Foram para o Refeitório
510		Chaves	3		80	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	
512		Ferrolhos	3		380	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	186v.	
514		Ferrolhos	14	110 cada	1540	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	
515		Pregos; Ferros Grandes; Ferros pequenos; Fio de ferro	3; 2; 2; Um pedaço		150	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	
516		Chaves	3		160	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	
517		Machos e fêmeas	16	2 vinténs cada	640	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	Para a janela grande
518		Mançais	3 pés	25 o par	575	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	
519		Fechos corrediços	2	8 vinténs cada	160	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	Para a janela do topo do dormitório
520		Fechadura; engonças	1; 7		90	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	
521		Grades	1		835	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	Esta grade pesava 74 arráteis
522		Ferrolho	1		80	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	
523		Argolas ou mançais	13 pés		300	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187	

Tabela 6 - Metal Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Material metálico	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
528		Ferrinhos	3		60	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187v.	Surgem 15 Reais no final desta entrada, só não entendo o propósito. Os ferrinhos seriam para o coro
529		Ferrolho	1		110	Gabriel de Rosa	Gabriel de Rosa	187v.	Para uma cela
				Total	128400				
<p>Notas: 1. Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registros onde a data não é indicada no livro de contabilidade. De igual modo, as datas que não têm dia e/ou mês, significa que não tivemos acesso a essas informações por parte dos registros. 2. Quando, na coluna "Quantidade" não surgem qualquer referência à medida unitária, deve entender-se pela medida unidades. Ou seja, quando nessa coluna surge "2", significa que foram compradas 2 unidades. 3. A coluna "ID de Tabela" faz referência a uma outra tabela geral que fizemos ao longo do processo de análise dos registros, organizada segundo a sequência dos fólhos do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria.</p>									

Tabela 7 - Material comprado: material pétreo

Tabela 7 - Pedra Organização Por Data									
ID Tabela	Data	Tipo de Pedra	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
344	1544/04/26	Carradas de pedra	55 carradas	[10 por carrada]		António Ianez Cabuqueiro	António Eanes Cabouqueiro	113v.	Não surge valor associado mas presume-se, por associação, que se paute pelos 550 R.
313	1544/07/20	Pedra da pedreira do monte das oliveiras			800	Diogo Fernandes e Bartolomeu Alvares Cabuqueiros	Diogo Fernandes e Bartolomeu Alvares	97v.	Paga parte da encomenda que lhes fora feita
314	1544/07/20	Pedra da pedreira do monte das oliveiras			400	Diogo Fernandes e Bartolomeu Alvares Cabuqueiros	Diogo Fernandes e Bartolomeu Alvares	97v.	Paga parte da encomenda que lhes fora feita
315	1544/08/03	Pedra da pedreira do monte das oliveiras			240	Diogo Fernandes e Bartolomeu Alvares Cabuqueiros	Diogo Fernandes e Bartolomeu Alvares	97v.	Termina com o pagamento da referida encomenda; Este Valor ficou em conta com Gaspar da Costa e Manuel Bernardes.
359	1545/05/03	Carradas de pedra	4		40			125v.	Pedra que foi colocada no poio
161	1545/05/06	Pedra de Ançã			500			52v.	Valor dado a António Fernandes para a compra desta pedra.
363	1545/06/26	Carradas de pedra	12		120			126v.	Gaspar da Costa e Manuel Bernardes tomaram-na da que se haveria sacado no poio.
405	1548/01/07	Pedra	1		60	Bartolomeu Alvares	Bartolomeu Alvares	150v.	Comprou-se-lhe uma pedra para um alicerce

Tabela 7 - Pedra Organização Por Data

ID Tabela	Data	Tipo de Pedra	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
342	1548/04/06	Carradas de pedra	60 carradas	[10 por carrada]	600	António Ianez Cabuqueiro	António Eanes Cabouqueiro	113v.	O valor por unidade não surge discriminado, mas assume-se por fácil dedução.
343		Carradas de pedra	81 carradas	[10 por carrada]	810	António Ianez Cabuqueiro	António Eanes Cabouqueiro	113v.	Pedra que foi dada para a cerca
340		Carradas de pedra	20 carradas	10 por carrada	200	António Ianez cabuqueiro	António Eanes Cabouqueiro	113v.	Da pedreira do monte das oliveiras
341		Carradas de pedra	14 carradas	8 por carrada	112	Barradas	Barradas	113v.	
125		Carradas de pedra	200		2900			39	200 carradas de pedra que foram dadas a Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso. Seriam ao todo 540 carradas
126		Carradas de pedra	6000	460 por milheiro	2925			49	
127		Carradas de pedra	2 milheiros		900			49	
371		Carradas de pedra	5	10	50			129v.	Deu Fr. Simão, da sua pedra do entulho da cozinha.
424		Carradas de Pedra; cântaros	2; 2		302			166v.	Os dois cântaros seriam para misturar a cal
115		Pedra	9 carradas		80			27	Pedra dada a João Rebelo para a sua obra

Tabela 7 - Pedra Organização Por Data

ID Tabela	Data	Tipo de Pedra	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
366		Pedra			640			127	De pedra que Gaspar da Costa e Manuel Bernardes gastaram
399		Pedra	1		60			148v.	Deu-se a Gaspar da Costa para um portal
411		Pedra			3900			165v.	Está aqui também incluído o valor do carroto. Esta pedra que se comprou foi para a cerca.
412		Pedra			2750			165v.	Pedra para a cerca
312		Pedra da pedreira do monte das oliveiras	2000 carradas			Diogo Fernandes e Bartolomeu alvares cabuqueiros	Diogo Fernandes e Bartolomeu Alvares	97v.	Obrigaram-se de sacar 2000 carradas de pedra. Não existe valor associado sendo que, só posteriormente são pagas prestações desta encomenda.
176		Pedra grande	1		540			72	Deste valor, 1 cruzado (400 Reais) é referente ao carroto da referida pedra sendo que, no manuscrito aparece "um cruzado ou mais".

Tabela 7 - Pedra Organização Por Data

ID Tabela	Data	Tipo de Pedra	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
1		Pedras de verga	3		300	Manuel Bernaldez	Manuel Bernardes	9	Pagou a Manuel Bernardes do arranque e desbaste de três pedras de verga, sobrearco e peitoril para a janela do topo do dormitório.
				Total	19229				

Notas: **1.** Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. De igual modo, as datas que surgem em "data" mas que não têm correspondência em "Data em Extenso", significa que não tivemos acesso ao ano desse registo, não fazendo correspondência apenas ao dia e mês, para não criar confusão. **2.** Quando, na coluna "Quantidade" não surgem qualquer referência à medida unitária, deve entender-se pela medida unidades.

Ou seja, quando nessa coluna surge "2", significa que foram compradas 2 unidades dessa pedra. **3.** A coluna "ID de Tabela" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólios do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria

Tabela 8 - Material comprado: madeira

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"									
ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
165	1543/05/17	Traves	24; 2	1 tostão (100); 130	2560			53v.	
199	1543/08/30	Traves de 12 Côvados; traves de 10 Côvados	48; 18		1900	Aleixo Fernandes	Aleixo Fernandes	85v.	Valor total 6900
200	1543/10/01	Traves	70		1100	Simão Affonso	Simão Afonso	85v.	Que havia levado até este dia
201	1543/10/08	Traves	18		1160	Aleixo Fernandes	Aleixo Fernandes	85v.	
259	1544/09/29	Tabuado de Pinho	6 dúzias	90 dúzia	540			89	
262	1544/11/11	Tabuado de Pinho	16 dúzias e 10 tábuas	70 por dúzia	1150			89	
263	1544/11/25	Tabuado de Castanho; Madeira	30 dúzias; 10 dúzias	170 dúzia; ?	2000	Braz António morador em Santa comba dão	Brás António morador em Santa Comba Dão	89	Surge na forma de contrato. O referido vendedor comprometeu-se em entregar 30 dúzias de tabuado de castanho sendo que, dessas, 15 seriam de palmo e meio de largo e outras 15 de palmo e torno e de 9 palmos de comprido, enviados os primeiros no mês de Dezembro e os restantes no mês de Fevereiro. A par se obrigou de dar 10 dúzias de madeira, sendo 5 de pernas e outras 5 de barrotes, valendo aquilo que Rodrigo Peres achar que valem. Tudo isto entregue na Ribeira às suas custas.

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
167	1544/12/09	Traves de doze Côvados da bitola; Trave dobrada de nove Côvados; e Três tabuões	15; 1; 3	90 por cada das Traves; 270 pelos restantes	1890	Juam Lopez e Affonso Gonçalves moradores em terreno (?) de miranda	João Lopes e Afonso Gonçalves, moradores no termo de Miranda do Corvo	53v.	Os referidos vendedores trouxeram as Traves e foi lhes pago o valor concordado.
162	1544/12/10	Traves de 12 côvados; Traves de 10 côvados	307; 9	110; 90	4770			53v.	Para a hospedaria
279	1544/12/25	Madeiras de Castanho	10 dúzias	250 dúzia		Francisco Perez de Villanova, Luis Fernandes das meanhas e Simão Fernandes de miranda, moradores em miranda e seu termo.	Francisco Peres morador em Vila nova, Luís Fernandes morador nas Meanhas e Simão Fernandes morador em Miranda do Corvo	92	Não é dado nenhum valor nesta fase. Tabuado de 9 palmos de comprimento e de bitola que foi assinalada no livro (desenho que surge) Destas 10 dúzias, 5 teriam que ser entregues no mês de Fevereiro e os outros no mês de Março, ambos do ano seguinte.
278	1544/12/25	Tabuado de Castanho	30 dúzias	140; 150; 160 dúzia	2000	Francisco Perez de Villanova, Luis Fernandes das meanhas e Simão Fernandes de miranda, moradores em miranda e seu termo.	Francisco Peres morador em Vila nova, Luís Fernandes morador nas Meanhas e Simão Fernandes morador em Miranda do Corvo	92	Surge na forma de contrato. Encomenda de 30 dúzias de tabuado de 9 palmos de comprimento e uma polegada de grossura, sendo que os valores por unidade dependeria da largura que este tivesse, pela ordem apresentada: 1 palmo; 1 palmo e um torno; 1 palmo e meio. Deveria de ser entregues 15 no mês de Fevereiro e outras 15 no mês de Março, ambos do ano seguinte. O valor apresentado apenas paga uma parte desta encomenda.

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
265	1545/01/19	Tabuado de Castanho; <i>Coceiras</i>	4 dúzias; 10	120 a dúzia; ?	650			90	
163	1545/01/31	Traves e um pontão	18; 1	80	1480			53v.	Trouxe-as Aleixo. Aparece rasurado: e seus companhei/ros quarenta e seis [rasurado por cima] cinco Traves de nove Côvados e de dez pelas quais/ lhes pagamos a 80 por cada uma que se montam.
282	1545/02/02	<i>Coceiras</i>	12		100	Francisco Perez de Villanova, Luis Fernandes das meanhas e Simão Fernandes de miranda, moradores em miranda e seu termo.	Francisco Peres morador em Vila nova, Luís Fernandes morador nas Meanhas e Simão Fernandes morador em Miranda do Corvo	92v.	
306	1545/02/17	<i>Xemezes</i> de 9 palmos; <i>Coceiras</i> ; tabuado	5 dúzias; 1 dúzia; 1 dúzia;	260 a dúzia; 130 a dúzia; 130 a dúzia;	1640	Simão Affonso morador no Carapinhal	Simão Afonso morador no Carapinhal	94v.	Surge na forma de contrato celebrado a 2 de Fevereiro de 1545. Encomenda a Simão Afonso, morador no carpinhal de 10 dúzias de madeiros quadrados pequenos, de 9 palmos e meio. Este deveria de ser entregue por todo o respectivo mês. O valor assinalado é referente a uma parte da encomenda. Deste, 1300 Reais foram para as 5 dúzias de <i>xemezes</i> . 260 Reais para a dúzia de tabuado. 4 vinténs (120

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
									Reais) foram acrescentados pelas <i>Cocieras</i> .
307	1545/02/19	<i>Xemezes</i>	20	260 a dúzia	330	Simão Affonso	Simão Afonso	94v.	Referente à entrada anterior da presente Base de Dados.
283	1545/03/10	Tabuado	3 dúzias e meia	260 a dúzia	910	Francisco Perez de Villanova, Luis Fernandes das meanhas e Simão Fernandes de miranda, moradores em miranda e seu termo.	Francisco Peres morador em Vila nova, Luís Fernandes morador nas Meanhas e Simão Fernandes morador em Miranda do Corvo	92v.	

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
309	1545/03/16	Madeira de castanho	15 dúzias	600 a dúzia	3000	Braz Affonso	Brás Afonso	95	Surge na forma de contrato. Encomenda a Braz Afonso, morador em vilarinho termo de lousã, de 15 dúzias de madeira de castanho. Metade desta madeira deveria ser tão grossa como dois madeiros que se encontravam na claustra e a outra metade um pouco mais delgada, com o comprimento de 25 ou 30 palmos, paga a 600 a dúzia. Devendo ser entregue contados 15 dias desde o domingo de <i>pascuelo</i> . O valor aqui apresentado é referente a uma parte dessa encomenda.
308	1545/03/17	Xemezes; gamela	20; 1	260 a dúzia; 3 vinténs	460	Simão Affonso	Simão Afonso	94v.	Deste valor, 430 foram para os 20 <i>xemezes</i> . Os restantes 3 vinténs (60 Reais) foram para a gamela que se comprou.
291	1545/03/23	Tabuado de pinho	50 dúzias	80 a dúzia	4000			94	
310	1545/04/15	Madeira de castanho; paus	15 dúzias; 4	600 a dúzia; 50 Reais cada	6200	Braz Affonso	Brás Afonso	95	Data da entrega das 15 dúzias, contempladas no registo anterior desta Base de dados. Acrescentaram-se, ainda, 4 paus que custaram os 200 R assinalados.
224	1545/04/16	Ripe	15 dúzias	44 a dúzia	660			87 v.	
264	1545/04/24	<i>Costaneras</i> ; tabuado; <i>coceira</i>	5 dúzias e meia; 24 dúzias e meia; 1		1800	Manoel Juam	Manuel João	89v.	O tabuado já se montaria, juntamente com este aqui apresentado, em 30 dúzias sendo que, a 170 a dúzia, perfazia 5.100 R. Este valor que aqui recebe, em acréscimo ao que já haveria

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
									recebido, os 3400, perfazia os 5100 Reais
226	1545/04/25	Ripe	21 dúzias	60 a dúzia	1260			87 v.	Comprou João Gonçalves
281	1545/05/12	Traves de carvalho de 12 Côvados; Traves de carvalho de 10 Côvados; Paus de carvalho de 16 palmos de comprimento e de bitola assinalada.	20; 10; 30	110; 90; 40 cada	100	Luis Fernandes	Luis Fernandes	92	o valor que surge é referente a uma parte do valor total. O material deveria de ser entregue na ribeira sendo que, metade deveria de ser entregue daí a 15 dias e o restante, daí a um mês.
293	1545/05/12	Tabuado	17 dúzias	55 a dúzia	935			94	
292	1545/05/12	Tabuado de Pinho	21 dúzias	60 a dúzia	1250			94	
294	1545/06/07	Tabuado de pinho	25,5 dúzias	60 a dúzia e 65 a dúzia	1660			94	Parte deste tabuado foi comprado pelo preço de 60 R a dúzia e, outra parte foi comprada a 65 R a dúzia.
204	1545/09/00	Madeira de Castanho	22 dúzias	650 a dúzia	14300			86	
280	1545/09/00	Madeira de Castanho	22 dúzias	650 dúzia	14.300	Mascarenhas	Mascarenhas	92	
297	1545/09/19	Tabuado			9500;			94	Os 9500 foram dados em conta por Padre Vigário (Fr. Luís de Montoya), que os gastou em tabuado.
178	1545/11/20	<i>Cocceiras grandes</i>	54	25 por cada uma	1350			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
166	1545/11/23	Traves de doze Côvados da bitola; Trave dobrada de nove Côvados; e Três tabuões	15; 1; 3	90 por cada das Traves; 270 pelos restantes	400	Juan Lopez e Affonso Gonçalves moradores em terreno (?) de miranda	João Lopes e Afonso Gonçalves, moradores no termo de Miranda do Corvo	53v.	Contrato. O valor apresentado de 1 C foi dado logo na feitura do contrato.
214	1545/12/00	Tabuado de Castanho	15 dúzias	140 cada	2100	Simão Alvarez	Simão Alvares	87	Rodrigo Peres comprou quando foi comprar tabuado
170	1546/01/19	Traves pequenas	40	70	2800	Aleixo Madeireiro	Aleixo madeireiro	72	Para o dormitório
217	1546/02/07	Tabuado; tabuas; <i>Cocceiras</i>	23 dúzias; 7; 6		5000			87	Ao valor acrescentado já está acrescentado pagamento da Jorna de Rodrigo Peres.
206	1546/03/05	Traves; Barrotes; Tabuas Grandes; Paus grandes	22; 2 dúzias e 4 paus; 12; 22	110 por cada; 350 a dúzia; ?; ?;	4025			86	Deste valor, 1980 Reais foram para as 22 Traves. 815 Reais para as 2 dúzias e 4 barrotes. 400 Reais pelas tabuas grandes. 830 Reais pelos paus grandes.
171	1546/03/24	Traves de 12 côvados; Traves de côvados; Traves de 23 palmos; frechais; um pedaço de trave de 10 palmos	15; 9; 3; 2; 1 pedaço		300			72	Paga só uma parte das Traves que foram trazidas sendo que, o total é de 2745 Reais.
207	1546/04/12	Traves	19		1400			86	
269	1546/04/27	<i>Cocceiras</i>	6		120			90	Na conversão efectuada na coluna da direita surge 140, ao invés dos 120.
270	1546/05/27	Tabuado	5,5 dúzias	120 dúzia	760			90	
218	1546/06/00	Ripe			2930			87	
273	1546/06/00	Tabuado de Castanho			25800			90	Para o dormitório.

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
173	1546/07/00	Travessas	8	90 por cada	720			72	
219	1547/02/00	Madeira			28740			87	Na ausência do responsável
320	1547/03/17	<i>Xemezes</i>	90,5 dúzias e 4	200 a dúzia	1900			104v.	Os 4 <i>xemezes</i> foram oferecidos.
321	1547/05/02	Paus para sonaves; <i>xemezes</i>	1;?		1400			104v.	Valor possivelmente incorrecto. Os 1400 apresentam-se como a soma de 2 Cruzados (800 Reais) e 700 Reais, valor que pela sua soma se obteria 1500 Reais.
326	1547/05/32	Tabuado	4 dúzias		700			104v.	Deu-se o referido valor a João Vaz Almadieiro, para que este comprasse o referido material.
332	1547/10/23	Paus	18	10	180			105	
330	1547/12/12	Tabuado	40		80	Almadieiros de Côja	Almadieiros de Côja	105	Valor dado aos referidos. Assim, ficariam agora a dever 780 R.
334	1548/12/17	Tabuado	43 dúzias		1300	Almadieiros da Côja	Almadieiros de Côja	105v.	Ficaram a dever ainda, 350 R.
335	1549/01/23	Tabuado	40 dúzias		1200	Almadieiros da Côja	Almadieiros de Côja	105v.	Ficam a dever 200 R
331	1549/02/12	Tabuado e barrotes	2 carradas de tabuado	1150; 350	1500	Almadieiros de Côja	Almadieiros de Côja	105	Deste valor, 1150 Reais foram para tabuado. 350 Reais foram de alguns barrotes e do carroto do tabuado. Estão agora a dever 580 R.

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
337	1549/03/14	Paus	7 dúzias menos um pau, vieram em duas carradas	800 Reais por carrada	3270	Almadieiros da Côja	Almadieiros de Côja	105v.	Deste valor, 600 Reais foram lhes dados por Padre Vigário (Fr. Luís de Montoya). 4 Cruzados (1600 Reais) são referentes ao pagamento das carradas de paus. 1070 Reais são referentes ao valor que lhes seria devido. Os 200 R que ficariam a dever foram aqui perdoados pelo que, os almadieiros se comprometeram de trazer 6 paus que haviam ficado em Côja
21		Contrato de produção de Madeira			250			10	
174		Traves	46	70 por cada	3120			72	
177		Traves	13		1120			72	
172		<i>Xemezes</i>	2 dúzias	250 cada dúzia	2945			72	Para além de pagar as duas dúzias de <i>xemezes</i> , paga o valor que faltava das Traves trazidas anteriormente.
183		Barrotes	12		400			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria; o valor indicado é referente, também, ao pagamento por serras as Traves.
179		<i>Cocieras</i> pequenas	36	10 cada	360			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria
184		Paus de castanho			300			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria; para o corrimão

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
180		Tabuado de castanho	3 dúzias	140 cada dúzia	420			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria
186		Tabuado de pinho	4 dúzias	60 a dúzia	240			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria;
182		Traves	13	90 cada	1170			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria; o valor indicado é referente, também, ao pagamento por serras as Traves.
181		Travessas	3 dúzias					83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria; não surge valor associado
185		<i>Xemezes</i>			1000			83	Material que João Afonso gastou na obra da hospedaria; para os sobrados das celas dos meninos
192		Barrotes	Uma dúzia		200			85	
194		Barrotes	2 dúzias e 4 paus		465			85	
193		<i>Coceiras</i>	13,5 dúzias	360 a dúzia	4860			85	
188		Paus	100 dúzias	1200 a dúzia	110000	Dom Juam de Castanhede	D. João de Cantanhede	85	Paga por João Gonçalves
197		Paus	100 dúzias	1100 por dúzia	110000	Don Juam de Castañede	D. João de Cantanhede	85	
189		Paus grandes; outros paus	3; 3		825	Dom Juam de Castanhede	D. João de Cantanhede	85	Deste valor, 600 Reais foram para os paus grandes. Os restantes 225 Reais foram para os outros paus.
198		Paus grandes; paus	3; 3		825	Don Juam de Castañede	D. João de Cantanhede	85	Comprados primeiro três paus grandes por 600 Reais e depois outros três paus indiscriminados por 225 Reais.

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
190		Traçadas de carvalho de 12 Côvados; 10 Côvados	200 ao todo	110 cada; 90 cada	5000	Simão Afonso e Aleixo Fernandes	Simão Afonso e Aleixo Fernandes	85	O valor envolvido é referente apenas a uma porção do valor total.
195		Traves de carvalho	12		900			85	
196		Traves de Carvalho	7		110			85	
191		Traves de castanho baliadas	7		1000			85	
213		Madeira			15700			86	Na ausência do Responsável, Padre Vigário (Fr. Luís de Montoya) gastou o referido montante em Madeira.
212		Tabuado			1700			86	
205		Tabuado e madeira			2460			86	Comprou-se para a hospedaria
208		Traves	38	70 cada	2660			86	
209		Traves	30	60	1800			86	
210		Traves			10230			86	Na ausência do Responsável, gastou-se esse valor em Traves.
211		Traves			4000			86	
220		Tabuado			15350			87	
215		Tabuado de Castanho	4 dúzias		560	Fernão Luis	Fernão Luís	87	
216		Tabuado de Castanho	19 dúzias	130	2470	Andrea Diz. (?)	Andreia Diz. (?)	87	Algumas dúvidas em relação ao nome
233		Tabuado	15,5 dúzias	180 dúzia	2700			88	
235		Tabuado	10 dúzias	140 dúzia	1400			88	
236		Tabuado	33 dúzias	155 dúzia	5115			88	
237		Tabuado	8 dúzias	140 dúzia	1120			88	

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
238		Tabuado	29 dúzias	160 dúzia	4640			88	
239		Tabuado	11 dúzias	150 dúzia	1650			88	
240		Tabuado	10,5 dúzias	150 dúzia	1575			88	
241		Tabuado	15,5 dúzias	140 dúzia	2245			88	
242		Tabuado	10,5 dúzias	140 dúzia	1470			88	
243		Tabuado	6 dúzias	140 dúzia	840			88	
234		Tabuado castanho	21 dúzias	150 dúzia	3150			88	
231		Tabuado de castanho	8,5 dúzias	130 por dúzia	1105			88	
232		Tabuado de castanho	7 dúzias	110 dúzia	770			88	
230		Tabuado de castanho	33 dúzias e meia	140 R por dúzia	4690			88	Calculada a quantidade, daria aproximadamente 402 tabuas
228		Tabuado de pinho	1 dúzia e 4 tabuas		170			88	Para as trancas
229		Tabuado de pinho	12 + 4		170			88	Comprou-se uma dúzia de tabuas de pinho e mais quatro tabuas indiscriminadas
256		Tabuado de Portu	33 dúzias	300 dúzia	10020			89	Pagou-se a Diogo de Castilho por essas 33 dúzias e por o alojamento na casa, 120 R que já surgem no valor final.
257		Tabuado de Portu	14 dúzias	330 dúzia	4620			89	
255		Tabuado de Tentúgal	35,5 dúzias	120 dúzia	4250			89	
261		Tabuas grandes			400	Doutor Manoel Jorge	Doutor Manuel Jorge	89	
258		Tabuões de pinho	33		1210			89	
267		<i>Coceiras</i>	16	20 cada	320			90	

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
266		Tabuado	25 dúzias	180 dúzia	4680			90	
274		Tabuado	7,5 dúzias	210 dúzia	1575			90	
268		Tabuado de Castanho	35 dúzias	125 dúzia	5135			90	Comprado na Lousã (Lousana); Aqui está acrescentado o valor do transporte
272		Tabuado de Castanho	13 dúzias	120 dúzia	1620			90	Comprou João Gonçalves. Fazendo contas, o valor não surge correcto. Contudo, não é muito perceptível o valor por unidade.
276		Tabuado de Castanho	4 dúzias		600			90	
275		Tabuado de Pinho		77 dúzia	540			90	
277		Tabuado de Tentúgal	8 dúzias	145 dúzia	1160			90	
271		Tabuado <i>trigo</i> (?)	4 dúzias	260 dúzia	1040			90	Um borrão não deixa perceber a especificidade do tabuado.
287		Madeira			12340			93	Na ausência do responsável
289		Traves	22		1540			93	
286		Traves	14	80 cada	1120			93	
288		Traves de 9 Côvados; Traves de 10 côvados; traves de 12 Côvados	75; 80; 90		6800			93	
284		Traves e paus	10; 12		1580	Luis Fernandez	Luís Fernandes	93	
285		Traves e paus	15; 34	90 cada	2620	Luis Fernandez	Luís Fernandes	93	
290		Traves e <i>xemezes</i>	23 ;5 dúzias		3000			93	
295		Tabuado	20,5 dúzias e 2 tábuas	60 a dúzia	1215			94	

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
300		Tabuado de castanho	2 dúzias	195 a dúzia	390			94	
304		Tabuado de castanho			3000			94	Na ausência do responsável.
299		Tabuado de castanho; <i>Coceiras</i>	1,5 dúzias; 4	160 a dúzia	320			94	
296		Tabuado de pinho	8 dúzias		500			94	
298		Tabuado de pinho		70 a dúzia	3500			94	
305		Tabuado; madeira	20 dúzias; 2 dúzias	240 a dúzia; 600	6000	Afonso Lopez madeireiro	Afonso Lopes madeireiro	94	
302		Traves	33		2840			94	
303		Traves	9	90 cada	810			94	
301		Traves; madeira de castanho e de pinho	22; ?		4730			94	
333		Paus	8		240			105	
327		Tabuado			16000			105	Valor que levou Padre Vigário (Fr. Luís de Montoya). Não existe referência a quantidades.
328		Tabuado			200			105	Padre Vigário (Fr. Luís de Montoya) comprou tabuado em Côja e gastou o referido valor. Contudo, levou com ele 3000 Reais.
322		Tabuado	18 dúzias	145 a dúzia	2610			104v.	
323		Tabuado	8; 7,5 - dúzias	150; 90 a dúzia	2025			104v.	
324		Tabuado	30 dúzias e 4 tabuas	150 a dúzia	4550			104v.	

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
325		Tabuado; <i>coceiras</i>	4,5 dúzias e 5 dúzias; 20	1260; 1150	2410			104v.	O primeiro valor é referente a 4,5 dúzias de tabuados e ao transporte desse para o rio; o segundo é referente a 5 dúzias de tabuados e 20 <i>coceiras</i> . Material comprado em Povero (?)
168		Traves			1570			53v.	
164		Traves pequenas	16	80	1280			53v.	Trouxe-as Pêro Simão
169		Traves de 12 côvados; Traves de castanheira; Traves de 10 côvados	25; 1; 1		2000	Juam Lopez, Pero Simão e Francisco Affonso	João Lopes, Pêro Simão e Francisco Afonso	68v.	Pagou João Gonçalves aos madeireiros pelas 27 Traves que trouxeram, 25 de 12 côvados, 1 de castanheira e outra de 10 côvados.
203		Barrotes de Castanho	18 dúzias	300 a dúzia	5400			85v.	Trouxeram da casa de João Gonçalves
202		Traves de Carvalho	6		600			85v.	
221		Ripe	55 dúzias	55 R por dúzia	3025			87 v.	
222		Ripe	45 dúzias	55 a dúzia	2465			87 v.	
223		Ripe	36 dúzias	55 a dúzia	1980			87 v.	
225		Ripe	18 dúzias e meia	60 a dúzia	1110			87 v.	
246		Tabuado	18 dúzias; 33 dúzias;	150; 170 a dúzia	8100			88v.	Neste valor vão ainda indicados 40 R de apenas os carros e 150 R de ir comprar este material.
245		Tabuado de Castanho	48,5 dúzias	180 dúzia	8740	Manoel Juam e Pedrianez moradores em Penacova	Manuel João e Pedro Eanes moradores em Penacova	88v.	

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
252		Tabuado de Castanho			3300	Manoel Juam e Pedrianez, moradores em Penacova	Manuel João e Pedro Eanes moradores em Penacova	88v.	Não surge identificada a quantidade que foi comprada. Do valor apresentado, 200 são para a primeira vez que Afonso Martins lá foi a primeira vez buscar o material; os restantes 100 foram da segunda vez que lá foi, de onde trouxe 4 dúzias de tabuas pequenas e duas dúzias de tabuas grandes podres, sendo estas as únicas quantidades que temos. Contudo, os 3000 R são referentes a uma parte do valor total que teria que ser pago.
248		Tabuado de pinho	12 dúzias	80 dúzia	960			88v.	
249		Tabuado de pinho	13,5 dúzias	110 dúzia	1210			88v.	
250		Tabuado de Tentúgal	17 dúzias	140 dúzia	2465			88v.	
251		Tabuado de Tentúgal	6 dúzias	140 dúzia	840			88v.	
253		Tabuado de Tentúgal	11,5 dúzias	140 dúzia	1510			88v.	
254		Tabuado de Tentúgal e <i>costaneras</i>	18 dúzias; 3 dúzias	140 ; 130 - dúzia	2760			88v.	
247		Tabuado limpo	2,5 dúzias		700			88v.	
244		Tabuas de Pinho	1 dúzia e 4 tabuas	130 dúzia	170			88v.	Para as trancas
				Total	650725				

Tabela 8 - Madeira Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Madeira	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
<p>Notas: 1. Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. De igual modo, as datas que surgem em "data" mas que não têm correspondência em "Data em Extenso", significa que não tivemos acesso ao ano desse registo, não fazendo correspondência apenas ao dia e mês, para não criar confusão. 2. Quando, na coluna "Quantidade" não surgem qualquer referência à medida unitária, deve entender-se pela medida unidades. Ou seja, quando nessa coluna surge "2", significa que foram compradas 2 unidades. 3. A coluna "ID de Tabela" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólhos do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria.</p>									

Tabela 9 - Compra de material: cal (a)

Tabela 9 - Cal Organização por "Data"									
ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
416	1543/09/10	Cal velha; Moios de cal	?; 37 moios		3700			166v.	Deram-se os referidos valores a António Fernandes, para que este comprasse cal velha e outra cal.
425	1543/12/09	Moios de cal	8		1040			166v.	Pagou-se este valor a António Fernandes, quer por ter comprado e trazido a cal, quer pelo carroto dela
426	1543/12/25	Moios de cal	10	120 por moio	1200			166v.	Comprou esta cal, António Fernandes
316	1544/02/17	Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	4900	António Motoso caieiro	António Matoso	103	Surge em forma de contrato, celebrado a 15 de Fevereiro 1544. Encomenda de toda a fornada de cal que este produzira. Toda esta cal seria vendida a 90 R por moio.
317	1544/02/17	Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	4000	António Matoso Caieiro	António Matoso	103	Referente à entrada anterior. Paga em adiantamento uma parte da encomenda de toda a fornada de cal que o contratado havia produzido.
318	1544/07/13	Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	5000	António Matoso Caieiro	António Matoso	103	Deste valor, 1000 foram entregues por João Gonçalves e, os restantes 4000, pelo responsável da obra.
349	1544/07/20	Moios de Cal	31 moios	90 por moio	2790	António Motoso	António Matoso	119v.	Pagou-se a António Matoso a cal que deu para a obra de Gaspar da Costa e Manuel Bernardes.

Tabela 9 - Cal Organização por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
350	1544/08/07	Moios de cal	Uma fornada	105 por moio	3000	Esteban Diaz	Estevão Dias	120	Valor dado a Gaspar da Costa e Manel Bernardes, para pagar a Estevão Dias da fornada de cal que lhes vendeu para a obra. Este Estevão Dias ainda se obrigou de dar essa mesma cal até 8 do mês Setembro.
351	1544/08/12	Moios de cal	1 fornada de cal	100 por moio	500	Pedrianes	Pedro Eanes	120v.	Valor dado a Gaspar da Costa para que o entregasse ao referido Pedro Eanes, pagando parte da cal vendida. Este Pedro Eanes deveria de a entregar em São Francisco, posta e encaldada, bem como 4 moios graciosos que daria para compensar o preço do transporte.
352	1544/09/14	Moios de cal	11 moios		1100	António Motoso	António Motoso	121v.	Valor que lhe deviam Gaspar da Costa e Manuel Bernardes.
353	1544/09/22	Moios de cal	10 moios		800	Reitor		122	
642	1544/10/03	Moios de cal	10 moios		300			122	Pagam o que se devia a S. Domingos dos anteriores 10 moios de cal
364	1545/01/022	Cal			2000			127	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para gastar em cal
362	1545/05/18	Cal			1000			126	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para gastar em cal

Tabela 9 - Cal Organização por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
367	1545/10/05	Moios de cal	130	60 por moio	6000	Tristão Dias morador na cidade de Coimbra	Tristão Dias	128v.	Este valor foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para comprarem esta cal. A mesma deveria estar feita no monturo de São Domingos e deveria estar pronta até ao dia de todos os santos de 1545
369	1545/10/13	Moios de cal			2000			128v.	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar cal.
372	1546/01/09	Moios de cal			3000			130	Dado a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para a compra de cal
373	1546/02/23	Moios de cal branca			100			130v.	Deu-se o referido valor a Simão Fernandes, criado dos empreiteiros Gaspar da Costa e Manuel Bernardes
375	1546/03/09	Moios de cal			1000			131	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar tijolo.
379	1546/03/25	Moios de cal			1000			131	Deu Frei Simão a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes, para a compra de cal
380	1546/07/17	Moios de cal	200	85 por moio	10000	António Bordalo	António Bordalo	132v.	Valor dado a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para pagar a António Bordalo a cal que este haveria de dar.

Tabela 9 - Cal Organização por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
381	1546/08/04	Moios de cal; Bois			8000			133	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar cal e bois.
397	1547/03/12	Cal			2400			148v.	Deu-se a Gaspar da Costa o referido valor para a compra de cal
46	1547/04/03	Moios de cal	1		130	António Fernandez	António Fernandes	16	Por um moio de cal que deu
47	1547/04/04	Moios de Cal	1		130	António Fernandez	António Fernandes	16	Compra de um moio de cal a António Fernandes que se gastou no portal novo do lavatório
394	1547/04/17	Moios de cal			2000			145v.	Deu-se a Manuel Bernardes para comprar cal
402	1547/06/26	Moios de cal	18	30 Reais por moio	540			149	
345	1547/10/13	Moios de Cal	17 moios	95 por moio	1615			113v.	Para os alicerces do claustro
404	1548/01/06	Cal			3200			150v.	Deu-se a Gaspar da costa para comprar cal
348	1548/03/07	Moios de cal delgada; moios de cal grossa	5 moios; 15 moios	100 por moio; 90 por moio	1850	António Fernandes Caieiro	António Fernandes	113v.	
49	1548/07/21	Moios de cal	14 moios		1310			18	Foram dados a António Fernandes 14 moios de cal no valor de 1260 R, mais 50 R de água
116		Cal	15 Moios		550	Comprou-os Pero Vicário		27	Cal dada a João Rebelo para a sua obra

Tabela 9 - Cal Organização por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
311		Cal de meirinho	1 monte		1200			96v.	O valor é referente à compra de um segundo monte de cal, com 12 moios aproximadamente, que pagaria o monte que haveria sido anteriormente dado.
319		Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	2070	António Matoso Caieiro	António Matoso	103	A 90 R por moio, toda esta cal valeria 11070 R sendo que, ate esta entrada, o referido António Matoso haveria recebido 9000 R. Termina, assim, o pagamento.
338		Moios de cal	71,5 moios	100 por moio	7150	Fernandianez de bordalo caieiro	Fernando Eanes de Bordalo	112	
339		Monte de cal	1 monte de 14 moios		1400	Gaspar Fernandez	Gaspar Fernandes	113	
346		Moios de cal delgada	4 moios		400			113v.	
347		Moios de cal	57 moios	80 por moio	4060	Pedrianes	Pedro Eanes	113v.	
370		Moios de cal			160			129	Deste valor, 50 Reais são referentes a umas chedas (?)
376		Moios de cal	12		360			131	Deviam de Cal o referido valor Gaspar da Costa e Manuel Bernardes
377		Moios de cal			1100			131	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar tijolo.
382		Moios de cal			4000			133	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar cal.

Tabela 9 - Cal Organização por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
398		Cal			520			148v.	Deu João Gonçalves a Gaspar da Costa para comprar cal e pelos carretos do carro da obra. Deste valor, 1 vintém (20 Reais) é referente a duas pipas de água que se compraram.
406		Cal			300			150v.	Deu Pêro Vicário a Gaspar da Costa para comprar cal
408		Moios de cal	55	90	4950	Manuel Bernaldes	Manuel Bernardes	152v.	Deu-os Manuel Bernardes para pagar 2717 Reais que devia à obra da medição e contas que lhe fizeram.
410		Moios de cal	12		1200			165v.	Comprou Pêro Vicário em casa
413		Moios de cal	8		160			165v.	De encaldar 8 moios de cal
414		Moios de cal	5	110	550	Colégio (Estaleiro da obra) de são domingos		165v.	
418		Cal branca			400			166v.	
419		Moios de cal	10		200			166v.	Pagou-se aos caldeadores, de caldear 10 moios de cal
422		Cal velha	28 moios		2800	mestre Jorge Caieiro	mestre Jorge	166v.	Deste valor, 3 cruzados foram pagos em três instâncias iguais: 15 Outubro, 21 de Outubro e 27 de Outubro. O restante foi pago a 3 de Novembro
423		Moios de cal em Pó	11 moios e meio		1040			166v.	Para utilizar na argamassa

Tabela 9 - Cal Organização por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
427		Moios de cal	11		1000			166v.	Pagou-se este valor por 11 moios de cal do monte que as cheias levaram
430		Moios de cal	26 Moios	100 por moio	2600	António Motoso	António Matoso	166v.	Deste valor, 1300 Reais foram dados à posteriori da restante quantia.
431		Moios de cal	66		6600	Fernandianez de bordalo caieiro	Fernando Eanes de Bordalo	166v.	Esta cal já haveria sido dada
				Total	120375				

Notas: **1.** Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. De igual modo, as datas que surgem em "data" mas que não têm correspondência em "Data em Extenso", significa que não tivemos acesso ao ano desse registo, não fazendo correspondência apenas ao dia e mês, para não criar confusão. **2.** Quando, na coluna "Quantidade" não surgem qualquer referência à medida unitária, deve entender-se pela medida unidades.

Ou seja, quando nessa coluna surge "2", significa que foram compradas 2 unidades. **3.** A coluna "ID de Tabela" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólios do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria.

Tabela 10 - Compra de material: cal (b)

Tabela 10 - Cal Organização por "Vendedor Actualizado"									
ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
316	1544/02/17	Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	4900	António Motoso caieiro	António Matoso	103	Surge em forma de contrato, celebrado a 15 de Fevereiro 1544. Encomenda de toda a fornada de cal que este produzira. Toda esta cal seria vendida a 90 R por moio.
380	1546/07/17	Moios de cal	200	85 por moio	10000	António Bordalo	António Bordalo	132v.	Valor dado a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para pagar a António Bordalo a cal que este haveria de dar.
348	1548/03/07	Moios de cal delgada; moios de cal grossa	5 moios; 15 moios	100 por moio; 90 por moio	1850	António Fernandes Caieiro	António Fernandes	113v.	
46	1547/04/03	Moios de cal	1		130	António Fernandez	António Fernandes	16	Por um moio de cal que deu
47	1547/04/04	Moios de Cal	1		130	António Fernandez	António Fernandes	16	Compra de um moio de cal a António Fernandes que se gastou no portal novo do lavatório
317	1544/02/17	Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	4000	António Matoso Caieiro	António Matoso	103	Referente à entrada anterior. Paga em adiantos uma parte da encomenda de toda a fornada de cal que o contratado havia produzido.

Tabela 10 - Cal Organização por "Vendedor Actualizado"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
318	1544/07/13	Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	5000	António Matoso Caieiro	António Matoso	103	Deste valor, 1000 foram entregues por João Gonçalves e, os restantes 4000, pelo responsável da obra.
319		Moios de Cal	49 moios e 5 montes	90 cada moio	2070	António Matoso Caieiro	António Matoso	103	A 90 R por moio, toda esta cal valeria 11070 R sendo que, ate esta entrada, o referido António Matoso haveria recebido 9000 R. Termina, assim, o pagamento.
349	1544/07/20	Moios de Cal	31 moios	90 por moio	2790	António Motoso	António Matoso	119v.	Pagou-se a António Matoso a cal que deu para a obra de Gaspar da Costa e Manuel Bernardes.
352	1544/09/14	Moios de cal	11 moios		1100	António Motoso	António Matoso	121v.	Valor que lhe deviam Gaspar da Costa e Manuel Bernardes.
430		Moios de cal	26 Moios	100 por moio	2600	António Motoso	António Matoso	166v.	Deste valor, 1300 Reais foram dados à posteriori da restante quantia.
414		Moios de cal	5	110	550	Colégio (Estaleiro da obra) de São domingos		165v.	
116		Cal	15 Moios		550	Comprou-os Padre Vigário		27	Cal dada a João Rebelo para a sua obra

Tabela 10 - Cal Organização por "Vendedor Actualizado"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
350	1544/08/07	Moios de cal	Uma fornada	105 por moio	3000	Esteban Diaz	Estevão Dias	120	Valor dado a Gaspar da Costa e Manel Bernardes, para pagar a Estevão Dias da fornada de cal que lhes vendeu para a obra. Este Estevão Dias ainda se obrigou de dar essa mesma cal até 8 do mês Setembro.
338		Moios de cal	71,5 moios	100 por moio	7150	Fernandiane de bordalo caieiro	Fernando Eanes de Bordalo	112	
431		Moios de cal	66		6600	Fernandiane de bordalo caieiro	Fernando Eanes de Bordalo	166v.	Esta cal já haveria sido dada
339		Monte de cal	1 monte de 14 moios		1400	Gaspar Fernandez	Gaspar Fernandes	113	
408		Moios de cal	55	90	4950	Manuel Bernardes	Manuel Bernardes	152v.	Deu-os Manuel Bernardes para pagar 2717 Reais que devia à obra da medição e contas que lhe fizeram.
422		Cal velha	28 moios		2800	mestre Jorge Caieiro	mestre Jorge	166v.	Deste valor, 3 cruzados foram pagos em três instâncias iguais: 15 Outubro, 21 de Outubro e 27 de Outubro. O restante foi pago a 3 de Novembro
351	1544/08/12	Moios de cal	1 fornada de cal	100 por moio	500	Pedrianes	Pedro Eanes	120v.	Valor dado a Gaspar da Costa para que o entregasse ao referido Pedro Ianes, pagando parte da cal vendida. Este Pedro ianez deveria de a entregar em São Francisco, posta e encaldada, bem como 4 moios graciosos que daria para compensar o preço do transporte.

Tabela 10 - Cal Organização por "Vendedor Actualizado"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
347		Moios de cal	57 moios	80 por moio	4060	Pedrianes	Pedro Eanes	113v.	
353	1544/09/22	Moios de cal	10 moios		800	Reitor		122	
367	1545/10/05	Moios de cal	130	60 por moio	6000	Tristão Dias morador na cidade de coimbra	Tristão Dias	128v.	Este valor foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para comprarem esta cal. A mesma deveria estar feita no monturo de São Domingos e deveria estar pronta até ao dia de todos os santos de 1545
416	1543/09/10	Cal vella; Moios de cal	?; 37 moios		3700			166v.	Deram-se os referidos valores a António Fernandes, para que este comprasse cal velha e outra cal.
425	1543/12/09	Moios de cal	8		1040			166v.	Pagou-se este valor a António Fernandes, quer por ter comprado e trazido a cal, quer pelo carroto dela
426	1543/12/25	Moios de cal	10	120 por moio	1200			166v.	Comprou esta cal, António Fernandes
642	1544/10/03	Moios de cal	10 moios		300			122	Pagam o que se devia a S. Dominhos dos anteriores 10 moios de cal
364	1545/01/022	Cal			2000			127	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para gastar em cal

Tabela 10 - Cal Organização por "Vendedor Actualizado"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
362	1545/05/18	Cal			1000			126	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para gastar em cal
369	1545/10/13	Moios de cal			2000			128v.	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar cal.
372	1546/01/09	Moios de cal			3000			130	Dado a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para a compra de cal
373	1546/02/23	Moios de cal branca			100			130v.	Deu-se o referido valor a Simão Fernandes, criado dos empreiteiros Gaspar da Costa e Manuel Bernardes
375	1546/03/09	Moios de cal			1000			131	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar tijolo.
379	1546/03/25	Moios de cal			1000			131	Deu Frai Simão a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes, para a compra de cal
381	1546/08/04	Moios de cal; Bois			8000			133	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar cal e bois.
397	1547/03/12	Cal			2400			148v.	Deu-se a Gaspar da Costa o referido valor para a compra de cal
394	1547/04/17	Moios de cal			2000			145v.	Deu-se a Manuel Bernardes para comprar cal

Tabela 10 - Cal Organização por "Vendedor Actualizado"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
402	1547/06/26	Moios de cal	18	30 Reais por moio	540			149	
345	1547/10/13	Moios de Cal	17 moios	95 por moio	1615			113v.	Para os alicerces do claustro
404	1548/01/06	Cal			3200			150v.	Deu-se a Gaspar da costa para comprar cal
49	1548/07/21	Moios de cal	14 moios		1310			18	Foram dados a António Fernandes 14 moios de cal no valor de 1260 R, mais 50 R de agua
311		Cal de meirinho	1 monte		1200			96v.	O valor é referente à compra de um segundo monte de cal, com 12 moios aproximadamente, que pagaria o monte que haveria sido anteriormente dado.
346		Moios de cal delgada	4 moios		400			113v.	
370		Moios de cal			160			129	Deste valor, 50 Reais são referentes a umas chedas (?)
376		Moios de cal	12		360			131	Deviam de Cal o referido valor Gaspar da Costa e Manuel Bernardes
377		Moios de cal			1100			131	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar tijolo.
382		Moios de cal			4000			133	Deu-se a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes para comprar cal.

Tabela 10 - Cal Organização por "Vendedor Actualizado"

ID Tabela	Data	Tipo de Cal	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
398		Cal			520			148v.	Deu João Gonçalves a Gaspar da Costa para comprar cal e pelos carretos do carro da obra. Deste valor, 1 vintém (20 Reais) é referente a duas pipas de água que se compraram.
406		Cal			300			150v.	Deu Padre Vigário a Gaspar da Costa para comprar cal
410		Moios de cal	12		1200			165v.	Comprou Padre Vigário em casa
413		Moios de cal	8		160			165v.	De encaldar 8 moios de cal
418		Cal branca			400			166v.	
419		Moios de cal	10		200			166v.	Pagou-se aos caldeadores, de caldear 10 moios de cal
423		Moios de cal em Pó	11 moios e meio		1040			166v.	Para utilizar na argamassa
427		Moios de cal	11		1000			166v.	Pagou-se este valor por 11 moios de cal do monte que as cheias levaram
					Total	120375			

Notas: **1.** Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. De igual modo, as datas que surgem em "data" mas que não têm correspondência em "Data em Extenso", significa que não tivemos acesso ao ano desse registo, não fazendo correspondência apenas ao dia e mês, para não criar confusão. **2.** Quando, na coluna "Quantidade" não surgem qualquer referência à medida unitária, deve entender-se pela medida unidades. Ou seja, quando nessa coluna surge "2", significa que foram compradas 2 unidades. **3.** A coluna "ID de Tabela" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólios do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria.

Tabela 11 - Compra de material: telha

Tabela 11 - Telha Organização Por "Data"									
ID Tabela	Data	Tipo de Telha	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
142	1545/05/06	Telhas	6000	480 por milheiro	1200	António Ianez, Diogo Perez e [Se]bastião Affonso, moradores na marmeleira, botão e trexomil	António Eanes, Diogo Peres e Sebastião Afonso, moradores na Marmeleira, Botão e Trouxemil	49v.	Apesar de ser um contrato, considere por bem, por uma questão de raciocínio a sua inclusão nesta lista. O valor anotado é, apenas uma parte do valor total envolvido no referido contrato.
143	1545/05/07	Telhas			120	António Ianez, Diogo Perez e [Se]bastião Affonso, moradores na marmeleira, botão e trexomil	Fernão Jorge, Afonso Alvares e Domingos Fernandes, telheiros e moradores em Trouxemil	49v.	Referente ainda ao registo anterior
151	1545/05/07	Telhas	8000	480 por milheiro	1320	Fernão Jorge; Affonso Alvarez e Domingos Fernandes telheiros e moradores em trexumil	Fernão Jorge, Afonso Alvares e Domingos Fernandes, telheiros e moradores em Trouxemil	50	Contrato. A telha foi paga por Fernão Jorge e Afonso Alvares, faltando Domingos Fernandes. Subsiste alguma dúvida quando se fala que estes "pagaram" a sua telha visto que lhe é pago logo a seguir, 120 R. Deste valor, 3 cruzados (1200 Reais) são referentes ao pagamento da telha.
152	1545/05/15	Telhas	300		150	Fernão Jorge; Affonso Alvarez e Domingos Fernandes telheiros e moradores em trexumil	Fernão Jorge, Afonso Alvares e Domingos Fernandes	50	Os referidos telheiros trouxeram a telha

Tabela 11 - Telha Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Telha	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
153	1545/05/18	Telhas	2000; 600		600	Fernão Jorge e Lucas Fernandez, este ultimo morador em trexumil	Fernão Jorge e Lucas Fernandes, este último morador em Trouxemil	50	Deste valor, 300 Reais representam um sinal referente à encomenda de 2000 telhas. 100 Reais são um sinal pela encomenda de outras 600 telhas, que se acabam de pagar com os restantes 200 Reais.
154	1545/05/27	Telhas	1 milheiro;		200	Antonio Ianez	António Eanes	50	Sinal de pagamento de 1 milheiro de telhas. Para além dos outros 2 milheiros que aparecem assinalados como pagos
155	1545/09/19	Telhas	2000		660	Lucas Fernandez cunhado de Fernão Jorge	Lucas Fernandes	50	Acaba-se de pagar a telha encomendada.
140	1545/09/20	Telhas			14050			49	11,750 Reais referentes a telhas que foram compradas pelo Padre Vigário e João Gonçalves, na ausência de Frei Luís de Montoya. 2300 Reais referentes à compra de outras telhas
117	1546/06/00	Telhas			2000			37	
120	1546/10/15	Telhas	2000	500 por milheiro	400	Telheiro de Rapola	Telheiro de Rapoula	37	Paga parte do valor que tem que dar ao referido
122	1546/10/20	Alcaduços	50		250	Simão Perez Oleiro	Simão Peres	37	
118		Telhas	1500		750			37	
119		Telhas			4000			37	
121		Canudo; telhas	700; 100		400			37	
123		Telhas	3311		1900			37	
124		Telhas	3000		3100			37	

Tabela 11 - Telha Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Telha	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
128		Canudo; telha				dados por D. Juam e Francisquiane	D. João e Francisco Eanes	49	Não aparecem valores. Relacionado com a conta no fólio 143
129		Telha	2 milheiros e 500	500 por milheiro	2250			49	
130		Telha	1 milheiro		550			49	
131		Telha	9 milheiros		5900			49	Acabaram-se de pagar por João Gonçalves. Pago em duas instâncias. 4000 Reais 1º e 1900 depois.
132		Telha	1 Milheiro		550			49	
133		Telha	2 milheiros		1100			49	
134		Telha	1 milheiro		550			49	
135		Telha	500; 300		180			49	As primeiras 500 foram emprestadas pelo Reitor de S. Domingos
136		Canudos	10000	560 por milheiro	1000	Pero Gonçalves e seu filho	Pêro Gonçalves e filho	49	Montante que paga apenas uma parte da encomenda. Entregue por João Gonçalves
137		Canudos	1000		560	Pero Gonçalves e seu filho	Pêro Gonçalves e filho	49	1000 Canudos pertencentes ao registo anterior. Pagos por João Gonçalves
138		Telhas	1050		690			49	
141		Canudo			2620			49	Assumo aqui que faz referência à encomenda de telhas feita a Pêro Gonçalves, registada anteriormente.
149		Telhas	6 Mil	460 R por Milheiro	2925			49	

Tabela 11 - Telha Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Telha	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
150		Telhas	2 Mil		950	Padres do Carmo	Padres do Carmo	49	Empréstimo concedido pelos padres do Carmo, de 2 mil telhas, as quais foram pagas, de um milheiro 500 Reais, levando os mesmo padres consigo 100 telhas, sobrando o pagamento dos restantes 450 R.
144		Telhas	2333		560	António Ianez, Diogo Perez e [Se]bastião Affonso, moradores na marmeleira, botão e trexomil	António Eanes, Diogo Peres e Sebastião Afonso, moradores na Marmeleira, Botão e Trouxemil	49v.	Continuação do Pagamento.
145		Telhas	2 carros de telha		227	Diogo Gonçalves de soselas	Diogo Gonçalves morador em Souselas	49v.	
146		Telhas			800			49v.	
147		Telhas			500			49v.	
148		Telhas			1590			49v.	Comprou-as Padre Vigário
156		Telhas	2 milheiros	480 por milheiro	300	Fernão Jorge e Francisco Perez seu hermano, moradores em trexumil	Fernão Jorge e Francisco Peres seu irmão, moradores em Trouxemil	50v.	Contrato. Está estipulado que, se a trouxerem antes de Santiago, esta iria ser paga a 500 por milheiro
157		Telhas	1200; 613	para o segundo caso, 530 por milheiro	1070	Um velho Affonso Perez	Afonso Peres	50v.	Confuso quanto aos valores. Daria 1070 R de conta final, mas surge na tabela da direita, 970.

Tabela 11 - Telha Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Telha	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Atualizado	Fólios	Observações
158		Telhas	2000; 1000	530 por milheiro	1570	Um velho Affonso Perez	Afonso Peres	50v.	Mais uma vez existe alguma confusão. As primeiras 2000 telhas foram entregues neste dia e as restantes no dia seguinte. No entanto, quando é feito o registo inicial, diz-se que lhe iriam dar 590 Reais pelas restantes 1000 telhas, contudo o que dão são 570 Reais.
160		Telhas			3000			50v.	
368		Telhas	100		20			128v.	
				Total	60562				

Notas: **1.** Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. De igual modo, as datas que surgem em "data" mas que não têm correspondência em "Data em Extenso", significa que não tivemos acesso ao ano desse registo, não fazendo correspondência apenas ao dia e mês, para não criar confusão. **2.** Quando, na coluna "Quantidade" não surgem qualquer referência à medida unitária, deve entender-se pela medida unidades. Ou seja, quando nessa coluna surge "2", significa que foram compradas 2 unidades. **3.** A coluna "ID de Tabela" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólios do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria

Tabela 12 - Compra de material: tijolo

Tabela 12 - Tijolo Organização Por "Data"									
ID Tabela	Data	Tipo de Tijolo	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
383	1543/07/16	Canudos	10 mil	560 por milheiro	3000	Juam Peres, Dom Juam de alcinha e Francisquianes o velho, oleiros	João Peres, D. João de Alcinha e Francisco Eanes o Velho	143	Surge na forma de contrato. Compra de 10 mil canudos aos referidos vendedores, que se obrigaram de dar no prazo de quinze dias a partir da data do contrato, 6000 canudos; daí a um mês os restantes 4000. (surge até a indicação de que, até à Nossa senhora de Agosto, esta encomenda estaria terminada). O valor apresentado corresponde apenas a uma parte da encomenda
385	1543/08/03	Alcaduces; <i>frujes</i> grandes; <i>frujes</i> pequenos	50; 2; 4	6 Reais cada; 1 vintém; meio vintém cada.	100	Dom Juam e Francisquianes	D. João e Francisco Eanes	143v.	Os frujes grandes teriam que ter 2 palmos e meio em redor e os pequenos 2 palmos escassos em redor; estes 4 pequenos teriam que ter um rastilho em cada um " <i>por que não entapam los alcaduces</i> ". Para que a obra fosse bem-feita, ainda lhes foi dado o tostão em adianto.
354	1544/10/08	Tijolo	800		400			122v.	Valor pago por João Gonçalves
355	1544/11/14	Tijolo			1170			123	Pagou este tijolo João Gonçalves.
357	1545/02/08	Tijolo			935			124v.	Valor que haveria sido pago por João Gonçalves, por Gaspar da Costa e Manuel Bernardes
361	1545/05/12	Tijolo			400			126	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para Tijolo
365	1545/09/22	Tijolo			600			127	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para Tijolo
45	1547/03/16	Tijolo			240			16	Deu-se o referido valor a António Fernandes, para Tijolo

Tabela 12 - Tijolo Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Tijolo	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
400	1547/05/20	Tijolo			700			149	Deu-se a Gaspar da Costa para comprar tijolo
44	1547/06/23	Tijolo <i>mazaril</i>			4100			16	Pagou-se a António Fernandes o referido valor, pela compra de tijolo <i>mazaril</i>
48	1547/07/15	Tijolo e cal			1600			16v.	Pagou Padre Vigário a António Fernandes para tijolo e cal os 1600 R e 1C pelo trabalho no penedo do poio.
395	1547/11/10	Tijolo			1600			147	Deu-se a Manuel Bernardes para comprar tijolo
407	1548/02/17	Tijolo	300		225	Manuel Bernaldes	Manuel Bernardes	150v.	Deu-se este valor ao respectivo vendedor, por parte de Gaspar da costa, que lho devia.
358		Tijolo			200			125	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para tijolo
360		Tijolo			400			125v.	Valor que foi dado a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes para Tijolo
384		Tijolo de Alvenaria; alcaduces	570; 35		500	Juam Peres, Dom Juam de alcinha e Francisquianes o velho, oleiros	João Peres, D. João de Alcinha e Francisco Eanes o Velho	143v.	Até aqui já foram entregues os 6000 canudos encomendados e 1340 tijolos, incluindo os aqui referidos. Deste valor, 285 Reais foram para o tijolo de alvenaria e 195 para os <i>alcaduces</i>
386		Alcaduces; frujes grandes; fumies pequenos	50; 2; 4	6 Reais cada; 1 vintém; meio vintém cada.	540	Dom Juam e Francisquianes	D. João e Francsico Eanes	144	Referente à entrada anterior

Tabela 12 - Tijolo Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Tijolo	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
387		Tijolo	770		385	Dom Juam e Francisquianes	D. João e Francsico Eanes	144	Referente à entrada anterior
388		Alcaduces; alguidares; tenor para a varrela	2 duzias; 5; 1	6 reais cada; 2 tostões; 50	100	Dom Juam	D. João	144	Surge na forma de contrato. Os <i>alcaduces</i> deveriam de ser iguais aos que fez anteriormente. Os alguidares, iguais aos que este haveria feito para Santo António. O valor apresentado surge como sinal para esta empreitada
389		Alguidares	5	2 tostões	270	Dom Juam	D. João	144	Acaba de pagar os alguidares, quando D. João os levou.
390		Alguidares	2		70	Dom Juam	D. João	144	Estes já não constam do contrato.
391		Alguidar; talhas ou telhas; tenor	1; 3; 1		100	Dom Juam	D. João	144	2 vinténs pelo alguidar para a cozinha. 3 vinténs para as 3 talhas ou telhas que há de fazer para o refeitório e pelo tenor para a barrela, que daria até ao mês de Março.
392		Pote	1	6 vinténs	80	Dom Juam	D. João	144	Termina o pagamento a este D. João, do Pote que haveria vendido por 6 vinténs. Ficando um vintém por um barreleiro.
393		Alcaduces	20	6 Reais cada	120			144v.	
396		Tijolo			180			148	Deu-se a Gaspar da Costa para comprar tijolo
401		Tijolo			700			149	Deu João Gonçalves a Gaspar da Costa para comprar tijolo
403		Tijolo			700			149v.	Deu-se a Gaspar da Costa para comprar tijolo

Tabela 12 - Tijolo Organização Por "Data"

ID Tabela	Data	Tipo de Tijolo	Quantidade	Valor por Unidade (Em reais)	Valor final (Em reais)	Vendedor	Vendedor Actualizado	Fólios	Observações
409		Tijolo e cal			12748			165v.	Valor gasto em cal e tijolo enquanto o responsável teve ausente, bem como no carreto dos referidos materiais e de <i>alcaduces</i>
417		Tijolo	3500		1750			166v.	Surge a indicação de que se compraram para o algeroz
420		Tijolo de Alvenaria	Um milheiro		500			166v.	
421		Tijolo de forçado	550		385			166v.	
428		Tijolo de forçado	500		350			166v.	
429		Tijolo de forçado; Tijolo de Alvenaria	200; 500		390			166v.	Deste valor, 140 Reais foram para o tijolo de forçado e os restantes 250 Reais para o tijolo de alvenaria
432		Tijolo <i>mazaril</i>			800			168	Pagou-os João Gonçalves
433		Tijolo <i>mazaril</i>	Um milheiro		1200			168	
				Total	37538				

Notas: **1.** Os espaços que surgem em branco na coluna "data" referem-se, precisamente, a registos onde a data não é indicada no livro de contabilidade. De igual modo, as datas que surgem em "data" mas que não têm correspondência em "Data em Extenso", significa que não tivemos acesso ao ano desse registo, não fazendo correspondência apenas ao dia e mês, para não criar confusão. **2.** Quando, na coluna "Quantidade" não surgem qualquer referência à medida unitária, deve entender-se pela medida unidades.

Ou seja, quando nessa coluna surge "2", significa que foram compradas 2 unidades. **3.** A coluna "ID de Tabela" faz referência a uma tabela que fizemos ao longo do processo de análise dos registos, organizada segundo a sequência dos fólios do Livro de Obras. Deste modo, é comum que esta coluna apareça desorganizada, visto que não apresenta uma numeração própria.

Anexo 2 - Figuras

Para a presente dissertação, procuramos a realização de um sucinto acervo fotográfico, importante para a compreensão – e materialização – de muitas das descrições que apresentamos. Grosso modo, as figuras que vamos apresentar, são fotografias da nossa autoria que resultaram da visita que realizamos ao Colégio da Graça, e que descrevemos no capítulo 3.5 da presente dissertação.

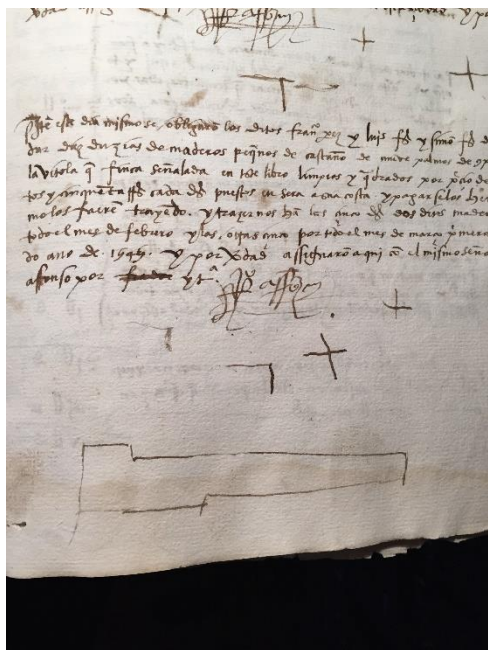


Figura 1 - Pormenor de um fôlio do livro de obras do Colégio da Graça onde é possível constatar o desenho da bitola pretendida para uma encomenda de tabuado



Figura 2 - Pormenor da abóbada de uma das alas do claustro



Figura 3 - Pormenor da outra abóbada do claustro



Figura 4 - Pormenor de uma das alas do claustro que não tem abóbada



Figura 5 - Pormenor dos ganchos numa das alas do claustro que não tem abóbada



Figura 6 - Cimalha do claustro com vestígios de mísulas



Figura 7 - Mísula parcialmente destruída



Figura 8 - Pormenor de um dos capitéis de inspiração jónica do claustro



Figura 9 - Pormenor de um dos capitéis de inspiração jónica do claustro



Figura 10 - Tecto do refeitório



Figura 11 - Pormenor do possível forno da cozinha do Colégio da Graça



Figura 12 - Zona do "lava-mãos" contíguo ao refeitório



Figura 13 - Escada de acesso ao 2º andar do claustro



Figura 14 - Pormenor da escada de acesso ao 2º piso do claustro, visivelmente danificada



Figura 15 - Abóbada de berço da escada de acesso ao 2º piso do claustro



Figura 16 - Corredor do 2º piso do claustro visivelmente degradado



Figura 17 - Ginásio da Liga dos Combatentes



Figura 18 - Pormenor do portal falso presente no 2º piso do claustro



Figura 19 - Pormenor das "varandas" sobre mísulas



Figura 20 - Uma das escadas de acesso ao 2º piso do Colégio



Figura 21 - Pormenor da abóbada de cruzaria numa das escadas de acesso ao 2º piso do Colégio



Figura 22 - Tecto em madeira no 3º piso



Figura 23 - Outro tecto em madeira no 3º piso, visivelmente degradado



Figura 24 - Pormenor de um arco no 3º piso



Figura 25 - Estado de degradação de uma secção no 3º piso



Figura 26 - Corredor dos dormitórios do 3º piso após restauro do CD25A



Figura 27 - Pormenor de um arco no 1º piso dos dormitórios

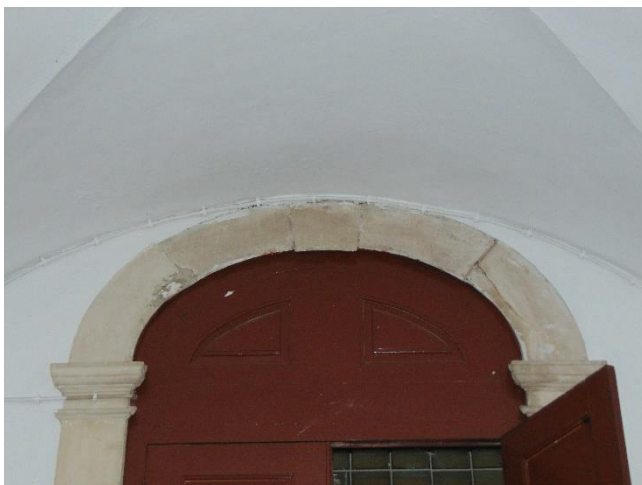


Figura 28 - Pormenor de um dos arcos da parte do colégio que é gerida pela Liga dos Combatentes



Figura 29 - Corredor do 2º Piso dos dormitórios após restauro



Figura 30 - Azulejaria presente no corredor dos dormitórios do 2º piso



Figura 31 - Azulejaria presente no 2º piso do colégio

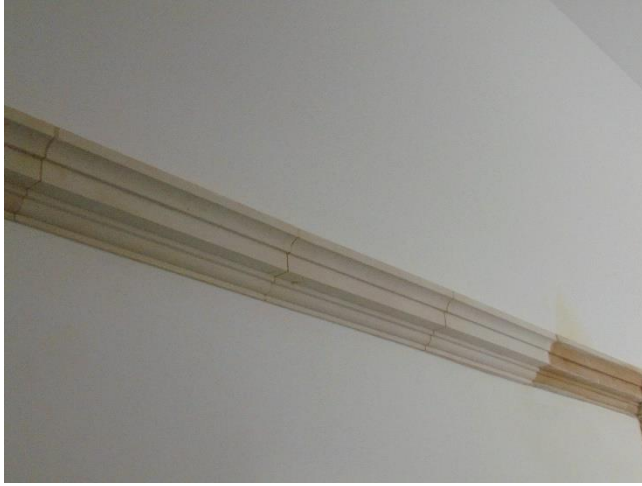


Figura 32 - Pormenor da cimalha do corredor dos dormitórios no 2º piso após restauro



Figura 33 - Pormenor da pigmentação nos assentos dos dormitórios



Figura 34 - Pormenor da pigmentação presente nos janelões do dormitório



Figura 35 - Pormenor da pigmentação presente nos janelões do dormitório



Figura 36 - Pormenor da pigmentação nos assentos dos dormitórios



Figura 37 - O pátio do Colégio da Graça visto por uma janela contígua aos dormitórios



Figura 38 - Pátio do Colégio da Graça antes do restauro. Fonte: Santos, 2007, vol. II, p. 242.



Figura 39 - Dormitórios do Colégio da Graça, vistos do pátio, antes do restauro. Fonte: Santos, 2007, vol. II, p. 242.



Figura 40 – Pormenor do bocal da cisterna, posta a descoberto após escavações, aquando do restauro dos dormitórios.

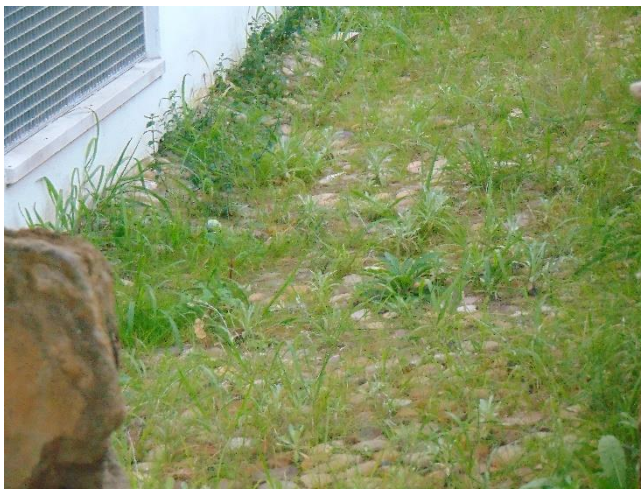


Figura 41 - Pormenor de uma estrada medieval, posta a descoberto após escavações, realizadas aquando do restauro dos dormitórios



Figura 42 - Fundação presente no piso que estava soterrado, até às escavações que o puderam a descoberto



Figura 43 - Sistema de escoamento de águas



Figura 44 - Sistema de escoamento de águas, junto às fundações



Figura 45 - Abóbada de caixotões na Igreja de Nossa Senhora da Graça



Figura 46 - Capela lateral que forma um falso transepto



Figura 47 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais



Figura 48 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais



Figura 49 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais



Figura 50 - Chave ornamental na abóbada de cruzaria de uma das capelas laterais



Figura 51 - Azulejaria no subcoro da igreja, datada, possivelmente, do século XVII

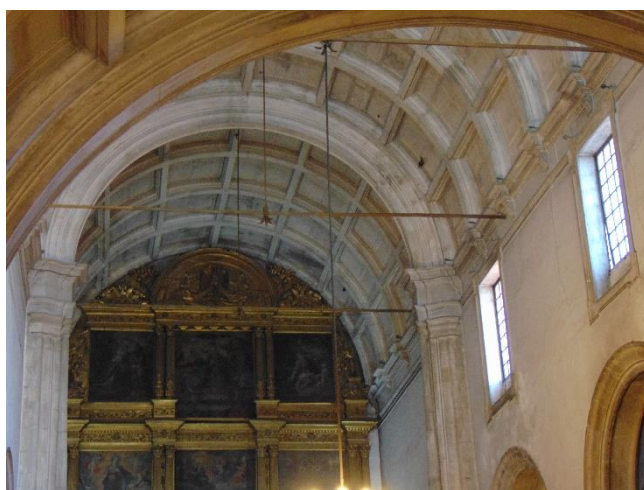


Figura 52 - Retábulo da capela-mor da igreja



Figura 53 - Identificação de algumas localidades citadas na presente dissertação. Fonte: Borges, 1987, p. 12.

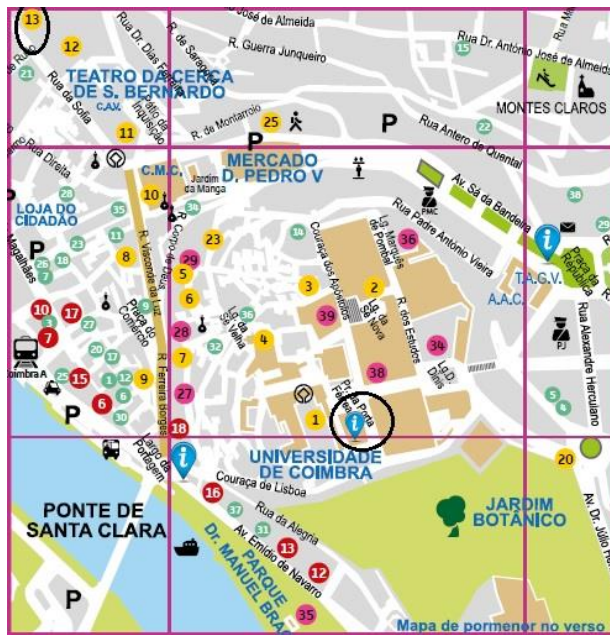


Figura 54 – Excerto de mapa da cidade de Coimbra. Assinalou-se, com o número 13, o Colégio da Graça e, quase no centro do mapa, a Universidade de Coimbra. Consultado em: <http://www.turismodecoimbra.pt/mapa/> a 28/03/2017.

Anexo 3 - Contratos

O presente anexo procura englobar algumas análises que realizamos aos Contratos, registados no livro de obras, e que nos permitiram desenvolver o que se segue.

3.1. Cronologia de Contratos

1543:

- 1543/03/31 – [Gabriel de Rosa] Fazer ferrolhos grandes, ferrolhos pequenos, aldrabas grandes de palmo e meio, fechaduras, machos e fêmeas. [fl. 181v.]
- 1543/04/03 – [João Afonso, João Estevão e Rodrigo Peres] Fazer a livraria. Fazer a hospedaria. Fazer o solo. Fazer cada frontal dos repartimentos. Fazer os pares de portas ou janelas dos frontais. Fazer duas portas pequenas em cada fresta. Fazer todas as escadas de madeira necessárias. [fl. 73 e 73v.]
- 1543/08/09 – [António Fernandes] Fazer todas as guarnições das paredes do Mosteiro, fazer as canalizações que forem necessárias na parede da rua. [fl. 167]
- 1543/10/01 – [Diego Jacques] – Fazer a imagem de Nossa senhora do Pópulo. [fl. 160v.]
- 1543/10/08 – [Entalhador desconhecido, talvez Nicolau Letrado] Fazer a grade da igreja. [24v.]
- 1543/12/17 – [Domingos Domingues] – Fazer os degraus e toda a escada (caso Diogo de Castilho já não a tivesse entregue) da portaria. [48v.]

1544:

- 1544/01/02 – [Rodrigo Peres] – Acabar o alpendre da portaria. Colocar solo nas duas casas que lá se iam fazer. Fazer um repartimento no alpendre. Fazer um repartimento na porta das secretas e outro na enfermaria, com portais. Acabar a varanda. Fazer um cerramento de frontal na escada da porta da adega. Fazer dez portais de uma porta e três portais de duas portas. Fazer duas portas na casa de negócios. Fazer duas portas na portaria. Fazer a *torcadinha* da igreja (?). Fazer dois corrimãos nas escadas da capela e na livraria. Fazer onze frestas de uma porta e nove de duas portas. Cobrir o lavatório para colocar telha vã e fazer uma verga para a chaminé. Abrir postigos necessários. Fazer uma grade para o adro. Fazer uma cátedra chã. Fazer uma grade pequena para os órgãos. [76 e 76v.]

- 1544/02/11 – [Manuel Gaspar] Fazer 100 braças de cerco (muro) para o terreno. [fl.100]
- 1544/02/16 – [Domingos Domingues] fazer 10 palmos de fresta para o refeitório. [fl. 48v.]
- 1544/02/19 – [Gaspar da Costa] Fazer 60 braças de parede exterior dividida em 2: uma a confrontar com o colégio de Rui Lopes. Outra a partir do sinal para baixo. [fl. 108]
- 1544/02/19 – [Manuel Luís e Manuel Menezes] Fazer 60 braças de cerca (muro) do terreno. [fl. 110]
- 1544/07/04 – [Gaspar da Costa e Manuel Bernardes] Fazer todas as paredes necessárias de alvenaria no refeitório, mosteiro e dormitório. [fl. 119]
- 1544/08/07 – [João Dias] Fazer 50 varas de cimalha no claustro. [fl.141]
- 1544/08/08 – [João Luís e Jerónimo Afonso] Fazer a pedraria que for necessária para a Sacristia e cabido: Fazer três arcos pequenos em cada casa. Fazer as cimalkas que forem necessárias. Fazer as represas necessárias. [fl. 139]
- 1544/08/16 [Gaspar da Costa e Manuel Bernardes] – Fazer as abóbadas que forem necessárias. Guarnecer as abobadas e paredes. Fazer os portais das 20 celas. [fl. 121]
- 1544/08/16 [Mateus Fernandes] Fazer 20 frestas para 20 celas. [fl. 157]
- 1544/08/18 [João de Penagós] Fazer toda a pedraria necessária na abobada da escada: Fazer as cimalkas e arcos grandes e pequenos e as represas. [fl. 151]
- 1544/08/28 [António Lopes e Jorge Dias] Fazer a pedraria do poio que se faz na obra: cimalkas, represas e arcos. [fl. 153]
- 1544/09/09 – [António Lopes e Jorge Dias] Fazer os arquinhos da abobada do claustro. [fl. 137]
- 1544/09/16 – [Rodrigo Peres] Fazer o corredor do dormitório. Fazer as celas que forem necessárias para o dormitório. Fazer os frontais necessários. Fazer o refeitório. Fazer os travejamentos necessários. Fazer cada par de portas de portal ou de janelas ou uma porta só. Fazer uma porta ou duas nas janelas das celas. Fazer frestas com as suas frestinhas para levarem uma porta. Fazer os portais ou janelas. Fazer qualquer obra que fosse necessária. [fl. 77v. e 78]
- 1544/10/06 – [António Fernandes] Fazer toda a alvenaria da casa. [fl. 51]

- 1544/11/16 – [Diego Jaques] Fazer um Sacrário de pedraria para de baixo do confessionário. [fl. 71]
- 1544/11/26 – [João Garcia Castelhana] Obra de desentulhar a casa do cabido. [fl. 12]

1545:

- 1545 - [João Rebelo] Fazer a cerca (muro) da horta. [fl. 27]
- 1545/01/12 – [Jerónimo Afonso e João de Penagós] Lavrar uma fresta para a sacristia. [fl. 140v.]
- 1545/01/12 – [João Luís] Fazer o arco do cabido. Fazer três degraus para este arco. [fl. 140v.]
- 1545/03/02 – [Rodrigo Peres] Obra da hospedaria: Fazer os travejamentos necessários. Fazer as casas que forem Mester. Fazer portas de portais, janelas e frestas. Fazer os frontais que forem necessários nestas casas. Fazer o madeiramento que for necessário. Fazer as escadas que forem necessárias. [fl. 82]
- 1545/04/10 - [Jerónimo Afonso] Fazer um arco de pedraria para a entrada do dormitório. [fl. 9]
- 1545/05/08 - [Jerónimo Afonso] Fazer 4 frestas das celas. Fazer uma fresta *chaflada*. [fl. 158]
- 1545/05/18 - [Pêro Luís e Jerónimo Afonso] Fazer umas cimalthas em pedra para o dormitório. [fl. 64]
- 1545/06/28 - [Jerónimo Afonso e Pêro Luís] Fazer as lajes com as suas molduras para o topo. [fl. 64]
- 1545/07/09 - [Pêro Luís e Jerónimo Afonso] Fazer dois arcos no dormitório. Fazer uma casinha para a lanterna do dormitório. Fazer a Janela fronteira da escada. [fl. 64v.]
- 1545/07/16 - [Gaspar da Costa e Manuel Bernardes] Colocar telha no dormitório todo. Assentar as cimalthas de ambas as partes e as lajes do topo. Fazer os canos em cima da telha do dormitório. [fl. 126v.]
- 1545/09/17 - [Jerónimo Afonso e João Luís] Fazer três frestas para a enfermaria. [fl. 16]

- 1545/09/22 - [Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso] Fazer a varanda sobre o ângulo. Fazer o púlpito do refeitório. Fazer um arquinho sobre o púlpito e outro para a entrada. Fazer 7 degraus quadrados. [fl. 34v. e 35]
- 1545/09/23 - [António Fernandes] Ladrilhar o dormitório. Fazer a abobada da varanda e a guarnição da mesma. [fl. 28]
- 1545/09/24 - [Rodrigo Peres] Fazer o ângulo da varanda. [fl. 79]
- 1545/09/25 - [João Dias] Fazer uma fresta para o Refeitório. Acabar o portal do refeitório. [fl. 141v.]
- 1545/10/08 - [Jorge Dias] Fazer uma fresta para o Refeitório. Fazer uma fresta para a outra parede do refeitório. Fazer um sobrado para as frestas do topo do refeitório. Apelar e serrar as ombreiras das frestas. [fl. 154]
- 1545/10/14 - [Pêro Francisco] Fazer uma grade de uma fresta do refeitório. Fazer outras grades que fossem necessárias. Fazer ferrolhos e outras obras. [fl. 179]

1546:

- 1546 - [Jerónimo Afonso] Fazer uma janela para o dormitório. Fazer uma roda para um torno do Refeitório. [fl. 66v.]
- 1546 - [João Luís] Fazer a janela do topo do dormitório. [fl. 68]
- 1546/02/23 - [João Luís e Jerónimo Afonso] Fazer as janelas das celas do dormitório. Fazer duas janelas apeladas. Fazer uma fresta grande. [fl. 67]
- 1546/02/23 - [Gaspar da Costa e Manuel Bernardes] Passar e assentar o púlpito noutra parede. [fl. 130v.]
- 1546/02/28 - [Jorge Dias e António Lopes] Fazer 5 mesas do refeitório. Fazer a mesa travessa. Fazer os degraus quadrados para debaixo das mesas. [fl. 36]
- 1546/02/28 - [Pêro Luís e Jerónimo Afonso] Fazer as mesas do Refeitório. [fl. 171]
- 1546/07/22 - [João Luís e Jerónimo Afonso] Fazer dois portais. [fl. 67v.]
- 1546/07/25 - [Jorge Dias] Fazer dois arcos para as secretas. Fazer três portais para as celas. Fazer as lajes e pias para a cozinha. Trazer uma laje para a casa do porteiro. [fl. 171v. e 172]
- 1546/08/08 - [Rodrigo Peres] Cobrir as secretas de *tascros* (?) e em pena. Cobrir o passadiço de 1 água. Fazer 13 repartimentos de frontal e os assentos que forem necessários. [fl. 81v.]

- 1546/11/12 - [António Rodrigues] Fazer dois capitéis para o alpendre da portaria. [fl. 115]

1547:

- 1547/03/13 - [João Luís] Fazer um portal grande. Fazer um lavatório. [fl. 68v.]
- 1547/05/08 - [António Fernandes] Fazer os poios do cabido. Fazer os poios do poio. Fazer dois pedaços de ombreira para a janela do lugar (poio). [fl. 16]
- 1547/08/14 - [Jerónimo Afonso] Fazer um portal para a porta da sacristia. Fazer uma janelinha da lâmpada do dormitório. [fl. 66]
- 1547/10/03 - [Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso] Fazer e acabar de pedraria o claustro. Pôr os cântaros (*alcaduces*) nos dois piares. [fl. 37v.]
- 1547/10/12 - [Manuel Bernardes] Fazer as abobadas e arquinhos da metade dos três ângulos do claustro. Fazer as cimalthas necessárias no ângulo. Fazer as represas necessárias. Guarnecer as abóbadas. [fl. 146v.]
- 1547/10/15 - [Gaspar da Costa] Fazer a parede do claustro e um arco na mesma. [fl. 150]
- 1547/10/17 - [António Fernandes] Fazer uma escada e um portal para a mesma. Fazer degraus para o cabido e sacristia. [fl. 18]
- 1547/12/21 - [Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso] Fazer um arco de pedraria de Ançã na cozinha. [fl. 38]

1548:

- 1548 - [António Fernandes] Fazer as guarnições do claustro, mais dois portais de pedraria, assentados na parede do claustro. [fl. 18]
- 1548 - [António Fernandes] Fazer o telhado das duas varandas. Fazer o telhado do terceiro ângulo (claustro?) em telha vã. Concertar os *frujes* de arte. [fl. 18v.]
- 1548 - [Rodrigo Peres] Fazer três ângulos do claustro. [fl. 20]
- 1548/05/13 - [Gabriel de Rosa] Fazer as linhas. [fl. 187]
- 1548/08/19 - [António Fernandes] Retirar a escada, desbastar os degraus e tornar a assentá-la. Fazer os rabos do portal da escada. Fazer as pias que forem mester. [fl. 18v.]

- 1548/09/02 - [António Fernandes] Fazer uma escada e assentar com a parede. Pelo que fez no brocal da cisterna e pelo lajeamento (colocar lajes). [fl. 13]

3.2. Resumo dos Contratos

Fl. 9

ID Contrato 1 - Compra a Jerónimo Afonso e João de Penagós de uma fresta que lavraram para a sacristia. Pagos a 360 reais.

ID Contrato 2 - Encomenda a Jerónimo Afonso. Realização de um arco de pedraria para a entrada do dormitório. Seria pago consoante aquilo que achasse Diogo de Castilho que valeria. A 10 de Abril receberia 500 reais relativos a esta empreitada.

Fl. 12

ID Contrato 3 - Obra de desentulhar a casa do cabido, encomendada a João Garcia Castelhana. Compreendia o espaço que ia desde um penedo descoberto, até à porta, que corresponde ao claustro, 25 pés de comprido; de largo, até ao alicerce em que esta a sacristia e até ao alicerce da porta do cabido descoberto. Foi pago com 1600 Reais.

Fl. 13

ID Contrato 4 - Obra que António Fernandes fez no colégio. Por ter feito e assentado a escada junto com a parede que nela (escada) tinha construído, e pelo que fez no bocal da cisterna recebeu 1000 R. Pelos degraus que fez foram-lhe pagos a 150 Reais por cada vara assentada. Pelo lajeamento (colocação de lajes) que fez foi-lhe pago a 640 Reais por braça. Por fim foram-lhe dados outros 1000 Reais (ao todo 2000 R).

Fl. 16

ID Contrato 5 - Encomenda a Jerónimo Afonso e João Luís da feitura de três frestas para a enfermaria, de três palmos de alto e dois de alto (sic), chafladas, pelo preço de três Cruzados (1200 Reais). Foram pagos dois cruzados (800 Reais) logo na realização do contrato, mais outro cruzado (400 Reais) quando foram entregues as frestas.

ID Contrato 6 - Encomenda a António Fernandes de fazer os poios do cabido, guarnecidos e acabados com o altar, de 4 palmos de largo e um de alto, que seria mester, por 1000 Reais. Também fez os poios do poio acabados, ladrilhados e guarnecidos, por 850 Reais, sem contar com o preço do ladrilho. Ainda fez dois pedaços de ombreira para a janela do lugar (cabido?), que deu assentada por 250 Reais.

Fl. 18

ID Contrato 7 - Obra encomendada a António Fernandes:

- Fazer uma escada com os seus degraus muito bem lavrados, limpos e assentados conforme aqueles que estariam na escada da portaria, antes mais largos do que menos, pela qual se pagaria 150 R por vara de degrau; ser-lhe-ia dada a cal e a pedra de alvenaria necessárias para a obra.
- De igual modo, o referido, obrigou-se de fazer o portal da dita escada, de largura idêntica à do portal do poio e dois palmos mais alto, dando-o assentado pelo preço de 2000 Reais.
- Fez todos os degraus que fossem necessários para o cabido e a sacristia, lavrados e assentados pelo mesmo preço de 2000 Reais.

ID Contrato 8- Obra encomendada a António Fernandes para fazer as guarnições do claustro, que foram pagas pelo preço de 90 Reais por braça. De igual modo, fez dois portais de pedraria que deu assentados na parede do claustro, pelo preço de 3100 Reais.

Fl. 18v.

ID Contrato 9 – Obra encomendada a António Fernandes. Fazer o telhado das duas varandas em telha vã. De igual modo, deveria de concertar os frujes de arte que existiam no claustro. Por tudo foi pago com 5000 Reais.

ID Contrato 10 - Obra encomendada a António Fernandes:

- Retirar a escada e desbastar os degraus e, depois, voltar a assentá-la. Por 1000 Reais.

- Fazer os Rabos do portal da escada e dá-los assentados. Pelo preço de 1 Cruzado.
- Fazer as pias que forem mester. Pelo preço de 6 vinténs (120 reais) cada uma.

Foram-lhe logo dados, à data do contrato, 2 Cruzados (800 Reais).

Fl. 20

ID Contrato 11 - Obra encomendada a Rodrigo Peres (carpinteiro). Fazer três ângulos do claustro, de engado, conforme o angulo que estaria feito, realizando todo o madeiramento do claustro, acabado com as águas furtadas, feitas pela varanda do dormitório. Aqui colocaria uma trepeira na janela do cabido. Se da banda da igreja se fosse fazer águas furtadas, estas seriam-lhe pagas fora do contrato. Da banda da livraria o telhado ficaria como estava, só sendo iniciado assim que toda a obra do claustro estivesse terminada. O contrato ficaria pelo valor total de 19500 Reais.

Fl. 24v.

ID Contrato 12 - Obra encomendada a um entalhador desconhecido (possivelmente Nicolau Letrado). Fazer a grade da igreja de balaústres etc. pelo preço de 2200 Reais.

Fl. 27

ID Contrato 13 - Obra da cerca da horta, em pedra e cal, encomendada a João Rebelo, pelo valor de 420 Reais por braça.

FL. 28

ID Contrato 14 - Obra encomendada a António Fernandes:

- Ladrilhar o dormitório, onde fez todo o corredor de ladrilho rocado e as celas de ladrilho rebatido. Tudo assentado e com juntas muito bem-feitas, sendo pagando, pela aplicação de ladrilho rocado, 420 Reais por braça e

pela aplicação de tijolo Rebatido 320 Reais por braça. Tudo o que fossem demasias ao contrato (àgua, cal, etc.) teriam que ser postas pelo contratado.

- De igual modo fez a abóbada da varanda em tijolo *senzilho*, pondo ele todas as demasias, pela qual se pagou a 420 Reais por braça, sendo-lhe dada a madeira para os andaimes.
- Colocou as guarnições por baixo da referida abóbada, sendo pago a 100 Reais por braça de guarnição.

No final, é referida a obrigatoriedade de cumprimento deste contrato por parte do contratante sendo que, para a mesma obra já lhe haviam sido pagos 8000 R.

FL. 34v./35

ID Contrato 15 - Obra encomendada a Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso, moradores na cidade de Coimbra:

- Fazer a varanda sobre o ângulo que estaria feito de pedraria de Ançã, muito bem lavrada e limpa. Sobre a silharia da claustra baixa havia de levar uma cimalha da forma que estaria assinalada, sobre a qual se assentaram os peitorais que teriam de grosso com a sua sacada palmo e meio e de alto 4 palmos e meio. Daí acima colocaram-se as suas bases, capitéis e colunas conforme o que conveio. A grossura do peitoral e das arquitraves seriam de palmo e meio de grosso e de um palmo de alto; sobre as arquitraves levou uma cimalha como parecesse a Diogo de Castilho. Esta varanda teria de alto, sobre o ladrilhado até ao frechal do madeiramento, 13 palmos e meio ou 24 palmos como se achou mais conveniente. Levou os seus cunhais (cuñales) e botaréis conforme as de baixo, onde os cunhais teriam que ser de palmo e meio de grosso. A dentição seria assentada em outros panos do claustro pelo que, dentro seriam colocados os *alcaduces* (cântaros) para os canos. Os Botaréis deviam de ser retraídos um palmo de diante, ao passo que as ilhargas permaneciam inalteradas. Os botaréis deviam de ser acabados em chapa debaixo das arquitraves. A cal, alvenaria e madeira para os andaimes seriam dados conforme o que fosse necessário.
- Fazer o púlpito do refeitório conforme o púlpito do refeitório de Santa Cruz sem as galanterias que nesse existiam, somente da mesma medida de alto e de largo com umas molduras chãs direitas.
- Fazer um arquinho sobre o púlpito e outro para a entrada, com sete degraus quadrados que lhe davam acesso.

Toda a obra seria acabada a gosto de Diogo de Castilho, pelo valor de 34 mil Reais. Estes seriam pagos a quatro prestações. A primeira, logo à cabeça, de 14 mil Reais; a segunda de 10 mil Reais quando tivessem lavrado os peitorais e os começassem a assentar; a terceira de 5 mil Reais quando fossem

assentadas as arquitraves; e a quarta de cinco mil quando estivesse acabada toda a obra.

[Mudança de fólio]

Declarou-se, ainda, que este pano de varanda havia de ser feito de sinal a sinal sem que se fizessem as colunas médias que torneavam para as outras varandas. Por outro lado, ainda se declarou que os três oficiais (mesteirais) andariam exclusivamente nesta obra, sem que dela pudessem sair, nem imiscuir-se em outras obras até que a referida ficasse acabada. Por fim, o púlpito e os seus arquinhos, lavrados apenas em pedraria, não seriam assentados pelos referidos oficiais, mas sim à responsabilidade da obra; por outro lado, a varanda seria ela toda assentada pelos referidos e a seus custos.

FL. 36

ID Contrato 16 - Obra encomendada a Jerónimo Afonso e a Pêro Luís. Fazer as mesas do Refeitório conforme o concerto que fizeram com Jorge Dias e António Lopes. Deu-se logo 1000 Reais, sem que haja referência ao valor total da obra.

FL. 37v.

ID Contrato 17 - Obra encomendada a Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso. Fazer e acabar de pedraria todo o claustro. Os três panos teriam que ficar conforme o ângulo que estaria, por altura, lá feito, com os seus cunhais, botaréis, cimalthas, represas e arcos da mesma forma e medida. As nove colunas, bases e capitéis do claustro baixo (andar térreo) teriam que ser de pedra útil. De igual modo, teriam que ser feitas as armas do Rei, com as suas divisas e letreiro, assim como ordenasse Diogo de Castilho. Toda a pedraria, se possível fosse, seria em pedra branca de Ançã. A obra deveria ser entregue, assentada e lavrada, pela mesma medida que a outra já existente, sendo dada, aos três oficiais, toda a cal e alvenaria que necessitassem, bem como, os alicerces sacados. Seriam obrigados a por os *alcaduces* (cântaros) nos dois piares, com as suas pias, dando-os correctos e limpos para que a água corresse, sob pena de os terem que refazer às suas custas. A obra ficou pelo valor de 275500 Reais sendo que, no final da mesma ainda lhes ficaram a dever 30000 Reais.

FL. 38

ID Contrato 18 - Obra encomendada a Pêro Luís, João Luís e Jerónimo Afonso. Fazer um arco de pedraria de Ançã na cozinha, de dois palmos e meio de largo e palmo e meio ou dois palmos de grosso, tendo que caber, em altura, debaixo do arco de alvenaria que la estaria feito. Este teria que ser lavrado de pico, pelo que os oficiais deveriam de o dar assentado e acabado da forma que conviesse, tendo em conta segurança e fortaleza da obra. Seria dada toda a madeira e pregadura que houvesse e fosse necessária. Toda a obra ficaria pelo valor de 7000 Reais.

FL. 48v.

ID Contrato 19 - Obra encomendada a Domingos Domingues pedreiro. Fazer os degraus para a porta da portaria, bem como toda a escada, caso Diogo de Castilho já não a tivesse entregado a outro oficial. O valor seria de 150 Reais por cada vara de degrau.

ID Contrato 20 - Obra encomendada a Domingos Domingues pedreiro. Fazer 10 palmos de fresta para as frestas do Refeitório em que havia de acrescentar, a cada uma das frestas, 5 palmos. Deveria dar lavradas e postas na obra pelo preço de 840 Reais.

Fl.51

ID Contrato 21 - Obra de Pedraria da hospedaria, encomendada a António Fernandes pedreiro, que se localizava entre a enfermaria e o colégio de Rui Lopes.

Fazer toda a alvenaria da casa:

- Subir um sobrado ou dois, dependendo do gosto, a 420 Reais por Braça;
- Fazer todas as paredes, em pedra e cal, às suas custas;
- Fazer os portais que fossem de 3, 4 ou 5 palmos de largo e 2 palmos e meio de grosso por 1000 Reais cada um. Caso estes tivessem medidas superiores, ser-lhe-ia pago o soldo a libra;
- Fazer as janelas que tivesse de largo 5 palmos por 1000 Reais, sendo que se fossem de medidas superiores, ser-lhe-ia pago o soldo a libra.

- Fazer as outras frestas mais pequenas que seriam pagas como foram a outros oficiais (?).
- Assentar toda a pedraria da obra e medi-la se assim se considerasse.
- Fazer todas as guarnições que fossem necessárias por 90 Reais por Braça, colocando ele todas as demasias (água, cal, etc.).
- Fazer o frontal que fosse necessário, conforme se fez no colégio do Bispo do Porto, por 250 Reais por Braça.

O pagamento ia sendo feito conforme fosse feita a obra.

Fl.64

ID Contrato 22 - Contrato de encomenda de cimalthas em pedra para o dormitório, a Pêro Luís e Jerónimo Afonso, de dois palmos e meio de largo e palmo e meio de alto segundo a moldura que Diogo de Castilho lhes haveria de dar; moldura essa mandada fazer e paga pelo Duque de Bragança. Estas teriam que ser postas e lavradas a pedra pelo preço de 200 Reais por vara.

ID Contrato 23 - Obra encomendada a Jerónimo Afonso e Pêro Luís. Comprometeram-se a fazer as lajes que fossem necessárias, com as suas molduras, para colocar no topo (de que secção?), pelo preço de 120 Reais por vara.

Fl. 64v.

ID Contrato 24 - Obra encomendada a Jerónimo Afonso e Pêro Luís. Fazer dois arcos no dormitório, de pés direitos e arquitraves, com as suas lajes. Fazer uma casinha para a lanterna do dormitório. Também teriam que fazer a janela fronteira da escada (do dormitório?). Tudo pelo preço de 3700 Reais.

FL. 66

ID Contrato 25 - Obra encomendada a Jerónimo Afonso. Fazer um portal para a porta da sacristia, que iria dar à sala do capítulo, com 4 palmos de largo, 9 de alto e 5 de grosso. Fazer uma janelinha para da lâmpada do dormitório. Tudo pelo preço de 1800 Reais.

Fl. 66v.

ID Contrato 26 - Obra encomendada a Jerónimo Afonso. Fazer uma Janela para o dormitório conforme a outra do monte das oliveiras por 800 Reais. Fazer uma

roda para um torno do refeitório, de cinco palmos de alto. Tudo pelo valor de 2 Cruzados.

Fl.67

ID Contrato 27 - Obra encomendada a João Luís e Jerónimo Afonso:

- Fazer as janelas que fossem necessárias para as celas do dormitório, conforme as que lá estariam assentadas, pagas a 800 Reais por cada.
- Fazer 2 janelas apeladas das pedras das celas que estão na casa, acrescentando as pedras que forem necessárias para as acabar, pelas quais receberam 820 Reais, juntamente com todas as demasias (àgua, cal, etc.) que o responsável lhes daria.
- Fazer uma fresta grande para o poio, de dez palmos de alto e de seis de vão, muito rasgadas por todas as partes como Diogo de Castilho as mandou fazer, pelo preço de 2000 Reais.

Fl. 67v.

ID Contrato 28 - Obra encomendada a Jerónimo Afonso. Fazer dois portais de 5 palmos de largo e de dois palmos e meio de parede, acabados com dois sobre arcos que lhes seriam dados. Pelo valor de 1600 Reais.

FL. 68

ID Contrato 29 - Obra encomendada a João Luís. Fazer a Janela do topo do dormitório, conforme a outra que la estaria em altura e largura, e acrescentando dois degraus, um mais saliente e outro da laje que teria os seus borles (?). Tudo isto pelo preço de 3000 Reais.

FL. 68v.

ID Contrato 30 - Obra encomendada a João Luís. Fazer um Portal, para o qual lhe haveria sido dado um sobre arco, devendo ser, o referido portal, de dez palmos de alto e da largura do sobrado. Teria, também, que fazer um lavatório. Tudo isto pelo preço de 2300 Reais.

FL. 71

ID Contrato 31 - Obra encomendada a João Lopes, Pêro Simão e Francisco Afonso, moradores em Carapinhal, termo de Miranda. Trazer 100 traves de carvalho,

de doze côvados de comprido e outras 100 de dez côvados, todas estas 200 feitas pela bitola que ficou assinalada. As de 12 ficariam a 105 Reais cada uma e as de 10 a 85 Reais cada. Teriam que ser postas e entregues às suas custas, pela seguinte ordem: 50 no mês de Novembro, 50 no mês de Dezembro, 50 no mês de Janeiro ou Fevereiro e 50 no mês de Março do ano de 1545. Rodrigo Peres saiu fiador sendo que, se as traves não fossem do comprimento ou da bitola que foi contratada e assinalada, estas seriam descontadas conforme o que o fiador achasse que valiam.

Fl. 73 e 73v.

ID Contrato 32 - Obra de Carpintaria do colégio encomendada a João Afonso, João Estevão e Rodrigo Peres, moradores na cidade de Coimbra:

- Fazer a livraria que teria de comprido 12 braças e meia e de largo 31 palmos. Fazer de engado limpo, com 6 ou 7 asnas em cada braça, pondo o tabuado ao longo das asnas, ou 5 asnas em cada braça, pondo o tabuado em traves abertas de esgaravatis. Seriam postas as suas tacaniças de espigão, frechais e tabiques, pelo preço de 1100 Reais por braça, medidas ao longo da casa.
- Fazer a hospedaria que teria de largo 20 palmos de engado limpo. Com duas tacaniças na sala e, se fossem mester, noutra casa, outras duas. Se fossem precisas mais tacaniças, estas seriam pagas pelo que pedissem. Pelo preço de 700 Reais por braça, mais o soldo, que seria pago a libra.
- Fazer o solo que fosse mester, sobre o *Jenal*, sobre o entrefolho de *cinta e Saetino* limpo, apenas com o seu *Chafeo*. Cada braça teria que ter 6 traves, as quais teriam que ser assentadas e soladas com os seus frechais e tabiques nos 20 palmos de comprido que tem o lanço. Se fosse necessário colocar mais uma trave, seria paga a obra pelo valor de 550 Reais por braça, mais soldo a libra. Ao qual se acrescentou que, os próprios contratados haviam dito que fariam a braça do solo em preto, de traves de carvalho e tabuado aberto de meio fio, com os seus frechais nos 20 palmos de largo que tem a hospedaria, pelo valor de 200 Reais por braça.
- Fazer cada Repartimento de frontal na hospedaria que tinha 20 palmos de largo e, de alto, a altura que fosse, pelo preço de 120 Reais.
- Fazer cada par de portas de portal, ou cada par de janelas de 3 palmos de largo, ou de 4, 5 ou 6, dando lavradas com as suas travessas bem limpas, pelo preço de 200 Reais; de onde só houvesse uma porta, seria pago pelo valor de 120 Reais. No entanto, nas obras dos portais que tivessem mais de 6 palmos de largo, seriam pagos os soldos a libra.

[Mudança de fólio]

- Fazer em cada fresta duas portinhas por 100 Reais.
- Fazer todas as escadas de madeira que fossem necessárias, de 15 degraus com corrimão aforado. Tudo pelo preço de 250 Reais. Se se ultrapassasse o contrato, ser-lhes-ia pago o soldo a libra. Tudo isto seria pago em partes, conforme fossem feitas as respectivas obras e conforme fossem merecendo. Toda a obra teria a duração de 3 meses, saindo como fiador de ambas as partes Diogo de Castilho.

FL. 76 e 76v.

ID Contrato 33 - Obra encomendada a Rodrigo Peres:

- Acabar o Alpendre da portaria. Solar as duas casas que aí se haveriam de fazer, de esgaravatis limpo com as suas traves limpas e tabicado sobre as sonaves que estariam postas, ficando como o madeiramento da livraria.
- Fazer um repartimento no alpendre, de modo a que partisse a casa em duas.
- Fazer outro repartimento na porta das secretas e outro na enfermaria, ambos com os seus portais.
- Acabar a varanda com o telhado na esquina sobre a porta do carro, com o cerramento e portal do cabo que se estaria a fazer, com uns paus para colgar a roupa, bem como com o seu cerramento e portinha ao pé da escada onde estariam os bois.
- Fazer um cerramento de frontal com a sua porta na escadinha da porta da adega.
- Fazer 10 portais de uma porta e três portais de duas.
- Fazer, para a casa de negócios, duas portas, uma maior com o seu postigo chão.
- Fazer na portaria outras duas portas com os seus postigos.
- Fazer a *torcadinha*(?) da igreja com o cerramento do coro e seus portais com as suas frestazinhas.
- Fazer dois corrimãos nas escadas da capela e da livraria (Biblioteca).
- Fazer 11 frestas de uma porta com os seus *postiguinhos* e 9 frestas de duas portas.
- Cobrir o lavatório para telha vã e fazer uma verga para a chaminé.
- Abrir os *postiguinhos* que fossem necessários nas janelas.
- Fazer uma grade para o adro.
- Fazer uma cátedra chã sem moldura e igual por todas as partes.
- Fazer uma gradezinha para os órgãos.

Tudo isto seria feito pelo preço de 11.500 Reais, entregues conforme as fases da obra.

FL. 77v. e 78

ID Contrato 34 - Obra encomendada a Rodrigo Peres:

- Fazer o corredor do dormitório de engado limpo aforrado por Ribadas asnas e por todo o comprimento, pondo tabuado caso se alcançasse o comprimento. De outro modo deviam de ser colocadas traves abertas de esgaravatis, com os seus tabiques e sem nenhuma tacaniça, conforme a obra da livraria. Pelo valor de 700 Reais por Braça.
- Fazer as celas que fossem necessárias no dormitório, com cerca de 15 palmos de largo e 17 palmos de comprimento. Deviam ser travejadas e feitas de *cinta e saetino* conforme a obra da portaria e em cima a sua *trouxe* armada e ripiada, para que se pudessem talhar as celas. Pelo preço de 1500 Reais por cada uma.
- Fazer os frontais que fossem necessários entre uma cela e outra. Pelo preço de 110 Reais cada um.
- Fazer o Refeitório coberto de engado limpo conforme o engado da livraria com duas tacaniças, bem como a *trouxe* que for necessária da parte do dormitório. Pelo preço de 1150 Reais por braça.
- Fazer os travejamentos que fossem necessários, em traves de carvalho com o seu tabuado aberto de meio fio em preto e com o seu frechal. Pelo preço de 200 Reais cada braça. Se fosse preciso colocar barrotes ser-lhe-iam acrescentados 50 Reais ao valor.
- Fazer cada par de portas de portal ou de Janela, com 3, 4, 5 ou 6 palmos de largo e de 9 ou 10 de alto. Lavrados a tabua pelo preço de 200 Reais. Se apenas fosse feita uma porta, esta seria paga a 120 Reais.
- Fazer, nas janelas das celas, uma porta por 100 Reais. Se fizesse duas portas, estas seriam pagas a 120 Reais. Noutras frestas que se estariam a fazer, seria pago ao mesmo preço sendo que, as mesmas, quando não tivessem uma porta, teriam que levar umas frestinhas chãs. Os portais ou janelas que tivessem mais do que 6 palmos de largo e mais que 10 de alto seriam-lhe pagos com soldo a libra e o que mais fosse preciso.

[Mudança de fólio]

- Fazer qualquer obra que fosse necessária nesta empreitada.
- Se fosse necessário serrar paus, o contratado seria obrigado a alinha-los e os responsáveis da obra pagariam aos serradores para que o fizessem.

Esta obra teria que ser entregue (“se Deus quiser”) nos 6 meses seguintes.

Fl. 79

ID Contrato 35 - Obra de carpintaria encomendada a Rodrigo Peres carpinteiro. Fazer o angulo da varanda de *cinta e saetino*, medindo o comprimento da varanda pelo comprimento das celas. Se parecer que seria melhor fazer o angulo da claustra de engado, o contratado fá-lo-ia todo de parede a parede com as suas asnas nas esquinas ou com a eu trouxe, tudo o que for necessário, pelo lado

do dormitório Tudo pelo preço de 7700 R sendo que, tudo o que passasse do contratado, seria pago o soldo a libra.

FL. 81v.

ID Contrato 36 - Obra encomendada a Rodrigo Peres. Cobrir as secretas de *tascros* (imperceptível) e em pena. Cobrir o passadiço de uma (ou 7) água. Fazer 13 Repartimentos de frontal e os assentos que fossem mester, tudo acabado em preto de toscos. Tudo pelo preço de 8 Cruzados (3200 Reais). Exclui-se aqui o que se lhe teria de dar pelo soldo.

FL. 82

ID Contrato 37 - Obra da hospedaria, encomendada a Rodrigo Peres:

- Fazer os travejamentos que fossem necessários, de traves de carvalho com o seu tabuado aberto de meio fio, com os seus frechais e tudo o que fosse necessário, pelo preço de 225 Reais por braça.
- Fazer as casas que fossem mester, de *cinta e saetino*, pelo mesmo preço das celas que fez, acrescentando-lhe soldo a libra.
- Fazer as portas de portal, janelas e frestas, pelo mesmo valor das que fez no dormitório.
- Fazer os frontais que fossem necessários em todas estas casas, sendo pago a 120 Reais por cada Repartimento. Se fizesse portas para esses frontais, seria pago a 120 Reais por porta.
- Fazer o madeiramento que fosse necessário para encaniçar, bem feito e concertado ao que fosse do âmbito da carpintaria, pelo preço de 550 Reais por braça.
- Fazer as escadas que fossem necessárias de madeira, de 15 degraus, com o seu corrimão forrado, pelo valor de 250 Reais sendo que, se tivesse mais degraus, ser-lhe-ia pago o soldo a libra. O forro do corrimão seria até ao pé sendo que, se passasse, este seria pago com soldo a libra.

FL. 100

ID Contrato 38 - Obra encomendada a Manuel Gaspar. Fazer 100 braças de cerco para o terreno pela banda da conchada, pondo este a pedra, a água e as mãos (os homens) e sendo-lhe dada, pela obra, a cal. Cada braça deveria de ser Rebocada e feita em espigão de 15 ou 12 palmos de alto sobre o chão,

conforme o que parecesse melhor aos responsáveis da obra. Caso lhes parecesse melhor que o cerco fosse em pedra e barro, então o contratado poria a pedra, o barro e as mãos (homens) sendo que, a água e a cal para rebocar, seriam dadas pela obra. Contudo, no final do contrato é contraposta esta questão, acrescentando-se que se havia decidido que o próprio Manuel Gaspar poria a água, sendo-lhe acrescentado ao preço por braça, um *vintém* (20 Reais). A obra deveria ser feita do referido dia até ao Domingo de Ramos mais próximo. Tendo em conta tudo isto, o preço da braça ficaria a 320 Reais, já acrescentado o referido *vintém*, sendo pago a cada Domingo, para ele e para os oficiais e *buidores* que com ele trabalhassem nesta obra.

FL. 106

ID Contrato 39 - Obra encomendada a Domingos Fernandes e João Fernandes Cabouqueiros. Obrigaram-se de sacar 2000 carradas de pedra da pedreira de Diogo de Castilho em São Lazaro, pelo preço de 8,5 Reais por carrada. Começariam logo no dia seguinte e não interrompiam esta obra sem que entregassem tudo o que fora combinado. De igual modo poderiam ser chamados a participar em outra obra que lhes fosse pedida.

FL. 108

ID Contrato 40 - Obra encomendada a Manuel Luís e Manuel Meneses (surge acrescentado em nota posterior) pedreiros. Fazer 60 braças da cerca no terreno da obra, começando na pedreira de baixo, até à cruz. Deveria de ser feita em pedra e cal emboçada, com 15 palmos de alto, acabada desde este dia, até ao Domingo de Ramos mais próximo. Tudo isto ficaria por 130 Reais por braça sendo que, desses, 110 Reais seriam para a mão-de-obra, e 1 *vintém* (20 Reais) para água conquanto que, a pedra e cal seriam fornecidas pelos responsáveis da obra.

Fl.110

ID Contrato 41 - Obra encomendada a Gaspar da Costa. Fazer uma parede de 60 braças, dividida em duas de 30; uma metade teria que partir do sinal que confrontava o terreno da obra com o colégio do doutor Rui Lopes, em direcção ascendente; outra metade desde esse sinal em direcção descendente, assim como fosse a cerca dos terrenos. Toda a parede seria em pedra e barro, acabada e emboçada em cal, com 15 palmos de alto e o seu respectivo espigão. Para a mesma, Gaspar da Costa seria obrigado a por a pedra, o barro e a água sendo que, a cal seria fornecida pela obra. A referida obra seria paga a 320 Reais por Braça e deveria ser acabada desde este dia até ao Domingo de Ramos mais próximo.

Fl. 115

ID Contrato 42 - Obra encomendada a António Rodrigues. Fazer dois capitéis para o alpendre da portaria, em pedra de útil, da mais rasa. Teria que os dar lavrados e assentados à sua custa e que contentassem Diogo de Castilho. Pelo seu trabalho receberia 3000 Reais, mais dois jornais de um carpinteiro que o auxiliasse quer com a obra, quer com a madeira necessária.

Fl. 119

ID Contrato 43 - Obra encomendada a Gaspar da Costa:

- Fazer todas as paredes de alvenaria que fossem necessárias no refeitório e em metade do dormitório. Esta obra deveria ser acabada em preto, feita de pedra e cal, com a altura que fosse necessária. Teria que colocar todas as achegas de pedra, água e cal a seu custo, exceptuando a madeira dos andaimes, que lhe seria emprestada.
- Assentar todas as janelas, frestas e portais que fossem necessários.
- Abrir os alicerces de toda esta obra, com 5 palmos de profundidade.

Juntamente, teria que levar todos os oficiais que fossem necessários, para que a obra terminasse no prazo máximo de 3 meses. Toda a empreitada ficaria pelo valor de 420 Reais por braça, sendo-lhe dado, inicialmente, o valor necessário para as achegas e, posteriormente, as prestações, pagas de semana a semana. No fólio 119v. surge a referência de que, a 14 de Julho de 1544, Manuel Bernardes se junta a Gaspar da Costa nesta mesma obra.

Fl. 121

ID Contrato 44 - Obra encomendada a Gaspar da Costa e a Manuel Bernardes:

- Fazer todas as abóbadas necessárias na obra, de tijolo *senzilho*, fortes e seguras; a sua altura seria medida pela alvenaria feita no local. Seriam, aqui, obrigados a fazer os andaimes sendo que lhes seriam dados os cimbres e a madeira. Ficaria pelo preço de 420 Reais por braça.
- De igual modo, deveriam guarnecer todas as abóbadas e paredes, sendo a guarnição das abóbadas paga a 100 Reais por braça, ao passo que a guarnição das paredes seria paga a 90 Reais por braça.
- Fazer os portais para as 20 celas, bem como todos os outros que fossem necessários, desde que tivessem até 5 palmos de largo. Pelo preço de 1000 Reais cada um, conforme se haveria feito numa obra para o Bispo do Porto.

Fl. 126v.

ID Contrato 45 - Obra encomendada a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes:

- Colocar telha em todo o dormitório, desde o topo até ao poio, do modo que estaria feito na livraria;
- Assentar as cimalthas de ambas as partes e as lajes do topo;
- Fazer os canos de ambas as partes, com as suas telhas, em cima das cimalthas.

Por toda esta obra receberam 12000 Reais, mais 2 cruzados (800 Reais) pela alvenaria dos canos que não foi medida. A outra alvenaria foi medida, de forma a se poder juntar com as cimalthas ou com as lajes, que não se mediram.

Fl. 130v.

ID Contrato 46 - Obra encomendada a Gaspar da Costa e Manuel Bernardes. Passar e assentar o púlpito noutra parede [que não a combinada presumo]. Pelo preço de 3 cruzados (1200 Reais) sendo que, o tijolo que tirassem seria para eles e a pedraria para a obra.

Fl. 137

ID Contrato 47 - Obra encomendada a Jorge Dias e António Lopes, pedreiros. Fazer os arquinhos da abóbada do claustro, de forma a que se pudessem assentar, feitos em pedra da obra. Seriam cerca de 11 arcos pelo que, comprometeram-se a assentá-los, caso fosse necessário, pagos pelo seu jornal, ou como se concertasse entre eles e o estaleiro. Os arcos em si ficariam pelo preço de 200 Reais por vara de arco.

Fl. 139

ID Contrato 48 - Obra encomendada a João Luís e Jerónimo Afonso, pedreiros e moradores na cidade de Coimbra. Obrigaram-se a fazer tudo aquilo que fosse necessário de pedraria, na sacristia e cabido:

- Fazer três arcos pequenos em cada casa, que tivessem de grosso um palmo e de alto um palmo e um torno, tendo por base as molduras que o senhor Diogo de Castilho lhes desse, pelo preço de 220 Reais por vara;
- Fazer dois arcos grandes em cada casa, de dois palmos de grosso e um palmo e meio de alto, com as molduras que lhes haveriam dado, pelo preço de 320 Reais por vara.

- Fazer as cimalthas que fossem necessárias, de um palmo de alto, com a moldura da outra cimaltha, e de leito com sacada, dois palmos. Tudo pelo preço de 170 Reais cada vara;
- Fazer as Represas que fossem necessárias, das molduras das do claustro mas maiores em proporção e conforme os arcos. Tudo pelo preço de 7 vinténs (140 Reais) cada uma;

Toda esta empreitada lhes seria medida sendo que, as represas e as cimalthas seriam medidas conjuntamente. De igual modo ser-lhes iam fornecidos os andaimes e os cimbres. Toda a empreitada deveria de estar pronta daí a 3 meses, acabada e assentada, sendo que, por assentar os arcos, grandes e pequenos, receberiam um cruzado (400 Reais) por cada.

Fl. 140v.

ID Contrato 49 - Obra encomendada a João Luís, pedreiro. Fazer o arco do cabido, com 11 palmos de vão e o que conviesse de altura, com três degraus no grosso da parede; de arquitrave de pedra de Ançã, *chaflado* e com uma sacada para a Represa da abóbada e uma pia pequena numa parte do arco. Deveria de ser posto todo em pedra, tendo-lhe sido dadas 4 pedras grandes e mais as que pela casa houvesse, para os degraus. Tudo ficaria por 4000 Reais.

Fl. 141

ID Contrato 50 - Obra encomendada a João Dias. Fazer 50 varas de cimaltha conforme a que se havia feito no claustro, prontas a assentar. Deveria de ser entregues 25 varas daí a 15 dias e outras 25 daí a um mês. Tudo pelo preço de 120 Reais por braça.

Fl. 141v.

ID Contrato 51 - Obra encomendada a João Dias:

- Fazer uma fresta para o Refeitório, com base em ambas as partes, de 5 palmos e meio de largo e de 13 de alto;
 - Acabar o portal do Refeitório de 8 palmos de largo e 12 de alto.
- Foram-lhe dadas 4 pedras para a obra. Tudo ficaria por 3300 Reais.

Fl. 146v.

ID Contrato 52 - Obra encomendada a Manuel Bernardes:

- Fazer as abóbadas e arquinhas da metade dos três ângulos da claustra; no ângulo que encontra com a livraria, a metade dele que encontra com a

igreja. Os arquinhos deveriam de ser assentados conforme os outros que la estariam assentados, e de moldura semelhante, tendo de grossura o que parecesse a Diogo de Castilho. As abóbadas deveriam de ser acabadas com o entulho de alvenaria que fosse necessário, tendo este mesteiral que colocar todas as achegas (água, cal, etc.). Os arquinhos, medidos depois de assentados, seriam pagos a 200 Reais por vara e as abóbadas a um cruzado (400 Reais) por braça.

- Fazer as cimalthas que forem mester no angulo que encontra com a livraria, assentadas e acabadas conforme as que la estariam. Pagou-se a 120 Reais por cada vara de cimaltha;
- Fazer as Represas para este angulo. Pagas a 120 Reais por cada e medidas juntamente com as cimalthas.
- Guarnecer a abóbada. Pagou-se a 100 Reais por braça de guarnição.

Para toda esta obra foram-lhe dados os cimbres dos arcos, estando ele próprio incumbido de fazer os andaimes com a madeira e tabuões que existissem no colégio.

Fl. 150

ID Contrato 53 - Obra encomendada a Gaspar da Costa. Fazer uma parede para o claustro, que estaria contíguo à igreja “muito bem-feita e farta de cal”, pelo preço de 400 Reais por braça; Surge a nota de que as cimalthas seriam assentadas por Manuel Bernardes, utilizando a cal de Gaspar da Costa. Por fim, fazer um arco conforme o outro que la estaria assentado, na mesma parede, pelo preço de 2300 Reais.

Fl. 151

ID Contrato 54 - Obra encomendada a João de Penagós, pedreiro e morador na cidade de Coimbra. Fazer toda a pedraria que fosse necessária na abóbada da escada, com os mesmos preços que se praticavam para a empreitada da abóbada da sacristia:

- As cimalthas por 170 Reais cada vara;
- Os arcos grandes a 320 Reais cada vara;
- Os arcos pequenos a 220 Reais cada vara;
- As represas como as que se fazem para o capítulo, a 7 vinténs (140 Reais) cada uma;

Os arcos seriam assentados pelo preço de 270 Reais cada um. Esta obra deveria de ser terminada em 3 meses e teve presente no ato da assinatura do contrato Diogo de Castilho, que saiu fiador de ambas as partes.

Fl. 153

ID Contrato 55 - Obra encomendada a António Lopes e Jorge Dias, pedreiros. Fazer toda a pedraria do poio que se faz na obra. Fazer cimalthas, represas e arcos da forma daqueles que se faziam na sacristia e cabido. Seriam pagos pelos mesmos preços que se pagariam a João Luís e Jerónimo Afonso, no contrato presente no fólho 139.

Fl. 154

ID Contrato 56 - Obra encomendada a Jorge Dias:

- Fazer uma fresta para o Refeitório, conforme a que tinha sido feita por João Dias.
- Fazer outra fresta para a outra parede do Refeitório, conforme aquela que etária sobre a escada do dormitório;
- Fazer um sobrado que faltaria para as frestas do topo do Refeitório;
- Apelar e serrar as umbreiras das frestas.

Tudo isto ficaria pelo preço de 2900 Reais recebendo, à data de realização do contrato, 2000 Reais de adianto.

Fl. 157

ID Contrato 57 - Obra encomendada a Mateus Fernandes, pedreiro estante na cidade de Coimbra. Fazer 20 frestas para 20 celas, de 3 palmos de largo, 3 palmos e meio de alto e 3 palmos de grosso; *chafladas* como as que estariam no pátio da portaria. Ficariam pelo preço de 550 Reais cada uma, postas na obra à sua custa. Saiu Diogo de Castilho como fiador de ambas as partes. A 18 de Agosto fora feito um aditamento a este contrato. Contemplava que, as frestas já não teriam que ser *chafladas* mas sim, teriam que ser Janelas de um assento, iguais às que estariam na portaria, mantendo as dimensões anteriormente referidas. Mais se adita que a seda se poria à parte e que haveriam estas janelas de ter a sua laja (laje) e peitoril. Assim sendo, os valores por cada uma passaria a ser 2 cruzados (800 Reais), apeada a pedra da obra.

Fl. 158

ID Contrato 58 - Obra encomendada a Jerónimo Afonso. Fazer 4 frestas para as celas, bem-feitas e capialçadas o quanto fosse possível. E ainda, fazer uma fresta

chafrada para a mesma parede que as restantes frestas, de 7 palmos de alto e 4 de largo. Pagou-se a 2 cruzados (800 Reais) cada uma, ou seja, 10 cruzados (4000 Reais) ao todo. Recebeu, à data da realização do contrato, 1000 Reais.

Fl. 160v.

ID Contrato 59 - Obra encomendada a Diego Jaques, imaginário e estante na cidade de Coimbra. Fazer a imagem de Nossa Senhora do Pópulo, com o respectivo encasamento que se haveria de assentar sobre o portal da portaria, conforme a traça e padrão que já haveria dado. Esta obra deveria de ser feita até ao fim de Novembro sendo que, a imagem deveria de ser entregue até ao final de Outubro e o encasamento até ao final de Novembro. O pagamento seria conforme aquilo que achasse Diogo de Castilho que valeria tanto a imagem como o encasamento. Recebeu à data da realização do contrato, 3000 Reais, aos quais acresciam outros 1000 assim que tivesse entregado a imagem, e o restante seria dado assim que terminasse o encasamento. Atesta-se, por fim, a presença de João Gonçalves na celebração do contrato.

Fl. 161

ID Contrato 60 - Obra encomendada a Diego Jaques Imaginário e estante na cidade de Coimbra. Fazer um sacrário de pedraria, conforme os dois que até se haviam feito, mas melhores. Com a sua peanha, para ser colocado por baixo do confessionário (presumo). Tudo pelo preço de 6 cruzados e meio (2600 Reais) sendo que, à data da celebração do contrato, foi pago com 4 cruzados (1600 Reais). Esteve presente como fiador Gabriel de Rosa.

Fl. 167

ID Contrato 61 - Obra encomendada a António Fernandes Pedreiro:

- Fazer todas as guarnições das paredes do colégio de Nossa Senhora da Graça, guarnecidas e pinceladas por dentro e por fora, pelo preço de 35 Reais por braça de guarnição.
- Fazer os encanamentos necessários na parede da Rua, bem como os canos por dentro e os telhados. Seria pago por aquilo que achasse Diogo de Castilho que merecia.

Ser-lhe ia dada a cal que fosse necessária - tendo que a amassar e concertar - a água, o tijolo necessário para os algerozes e a telha que sobrasse dos

telhados. Esteve presente João Gonçalves e, assina inclusive Fr. Luís de Montoya.

Fl. 171

ID Contrato 62 - Obra encomendada a Jorge Dias e António Lopes:

- Fazer cinco mesas do refeitório. Com 16 palmos e três dedos de comprido, 3 palmos e dois dedos de largo, com três pés cada uma e que tivessem de alto 4 palmos e três dedos, utilizando as molduras que estariam feitas, em redor de toda a mesa. Cada mesa pequena seria paga a 1100 Reais.
- Fazer uma mesa travessa que tivesse 20 palmos de comprido, alto e de largo. Paga a 1200 reais.
- Fazer os degraus para debaixo das mesas, de 1 palmo de alto e outro de largo, quadrados. Pagos a 70 Reais por vara de degrau.

Foram obrigados a dar assentados os degraus, sendo que lhes seria dada a cal e alvenaria para o efeito.

Fl. 171v. e 172

ID Contrato 63 - Obra encomendada a Jorge Dias:

- Fazer dois arcos para as secretas, um de 3 palmos de grosso e outro de 2 e meio, e de 4 palmos de vão; cada um com dois degraus.
- Fazer três portais para as celas com os seus coces e tudo o que pertencesse à pedraria.
- Fazer as lajes e pias para a cozinha, sendo que o pagamento iria junto da primeira prestação, paga pelas mesas que haveria feito, sendo-lhe descontado o soldo a libra.
- Trazer uma laje para a casa do porteiro, pela qual lhe pagaram 1 *tostão* (100 Reais).

Quer os arcos, quer os portais, seriam pagos com 5000 Reais, acrescentando-se os restantes valores aqui já mencionados.

[Mudança de fólio]

Surge um aditamento ao contrato anterior, no dia 4 de Agosto. Neste seria explanado que, pela laje que havia assentado na cozinha, pela pia, pelos três pés e pelo pedaço de laje que haveria de assentar na pia para a dividir, lhe foram dados 1120 Reais. Ainda se adita que deveria de fazer uma cantareira na cozinha, com três lajes iguais às que lá estariam, pelo valor de 2 cruzados (800 Reais).

Fl. 179

ID Contrato 64 - Obra encomendada a Pêro Francisco Relojoeiro. Fazer uma grade para uma fresta do refeitório, conforme a medida que Jorge Dias lhe desse, bem

como outras grades que fossem necessárias e pedidas; pelo preço de 1450 Reais pelo quintal lavrado de grade. Fazer os ferrolhos que fossem necessários na obra pelo preço que faria Gabriel de Rosa.

Fl. 181v.

ID Contrato 65 - Obra encomendada a Gabriel de Rosa serralheiro, de fazer tudo o que fosse necessário na obra do colégio, desde Ferrolhos e fechaduras ou aldrabas, a machos e fêmeas.

- Os ferrolhos grandes para as portas da rua, da portaria, do carro e do celeiro seriam pagos pelo preço de 120 Reais cada. Estes teriam que ser conforme os que estariam postos nas portas do colégio de São Miguel, salvo dois ou três para as portas do carro e portaria que seriam maiores.
- Os ferrolhos mais pequenos, para as portas mais pequenas, seriam pagos a 80 Reais por cada um. Seriam para as celas, para dentro de casa, conforme os que estão nas camaras do dito colégio de São Miguel; ou até mais pequenos para as celas.
- As aldrabas necessárias, sendo que as grandes, de palmo e meio, ficariam pelo preço de 30 Reais cada “por que assim dizem que as pagam em Santa Cruz”. Caso se quisessem mais pequenas, pela metade, seriam pagas também pela metade, ou seja, 15 Reais cada ou a soldo por libra, conforme estas fossem.

Anota-se, ainda, que estes deveriam de ser entregues na obra a tempo, pagos conforme fossem sendo levados.

FL. 187

ID Contrato 66 - Obra encomendada a Gabriel Rosa. Fazer as linhas tal como estariam na varanda. Seria pago a 2000 reais, com o acréscimo do valor do ferro à altura. Recebeu logo 1200 Reais e um quintal de ferro.

3.3. Contas e Medições

Neste anexo incluímos algumas transcrições do documento que achamos relevantes, de forma a contribuir para uma melhor compreensão do que aqui expusemos. Estes registos do livro de contabilidade fazem referência a contas realizadas com os mestrais que trabalhavam no estaleiro do colégio da Graça, bem como a medições que seriam feitas às peças que estes construía. De tal modo, identificamos os mestres e os fólhos a que fazem referência. Optamos por incluir, exclusivamente, alguns registos a que vamos fazendo referência ao longo do texto; outros tantos existem, - perfazendo um total de 36 páginas em documento Word - mas, por força da dimensão e natureza desta dissertação, terão que ser publicados posteriormente.

António Rodrigues

Fl. 7v.

-a .19. de abril de 1544. medimos la cisterna e hallamos/ que tiene en el casco y en la arqu~~er~~ia de enbaixo .47./ braças y pagamos a los empleyteros António Fernandez e Diogo Fernandez/ por las manos solas. a .130. por braça . 4810//

Rodrigo Peres

Fl. 19

-a .12 de agosto de 1547 medimos la obra de Rodrigo/ Perez y hallamos de engado del corredor veynte/ braças. que valen. quatorze mill Reaes//

-Item de sollado hallamos sesenta braças que/ valen a dozientos. doze mill Reaes//

-Item de veynte y dos ~~portales~~ frontales a cento y diez./ que valen dos mill y quatrocentos e veynte Reaes//

-item de. 25 portales de una porta a . 120 . valen tres mill Reaes//

-item de 25, jinelas a testom. 2500 Reaes.//

-de duas jinelas grandes de los corredores quinhentos Reaes//

Fl 19v.

-item del portal del poyo y del portal do cellero quatrocentos/ y cinquenta Reaes//

-item de 25. sonaves a toston. 2500. Reaes//

-item hallamos veynte y tres cellas y media descontados/ frontales e todo averiguado que valen a .1500 Reaes/ por cada una treynta y cinco mill y dozientos y cinquenta Reaes/

-Asy que se monta en toda esta obra quando se aca/bare todo lo que esta por fazer setenta y dos mill/ e seyscentos e veynte Reaes y mas un Cruzado que le/ damos por que nos faça la Jinela del topo del/ dormitório y fazerse a conforme a la del otro to/po com sus dos tranqueras [trancas possivelmente].\ y hallamos que/ tiene recibidos hasta/ oy quarenta e tres/ mill y quarenta Reaes asy que dando nos a/cabada todo su obra le fincamos debiendo/ veynte e nueve mill y novecientos y ochenta Reaes//